



1275/11  
PLENÁRIO PRINCIPAL - CD

Sessão  
ELEIÇÃO

30/08/2011  
15:40

### ***Sumário***

**Comissão especial PL 7672/2010, altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem uso de castigos corporais ou tratamento cruel ou degradante. Eleição do Presidente e dos Vice-Presidente.**

## **DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO**

### **NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES**

#### **TEXTO COM REDAÇÃO FINAL**

***Versão para registro histórico***

***Não passível de alteração***

**COMISSÃO ESPECIAL - PL 7672/10 - EDUCAÇÃO SEM USO CASTIGOS  
CORPORAL**  
**EVENTO: Reunião Ordinária Nº: 1275/11 DATA: 30/08/2011 INÍCIO:**  
**15h40min TÉRMINO: 16h31min DURAÇÃO: 00h51min TEMPO DE GRAVAÇÃO:**  
**00h51min PÁGINAS: 16 QUARTOS: 11**

**DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO**

**SUMÁRIO: Eleição do Presidente e dos Vice-Presidentes.**



## OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião, que foi convocada pelo Presidente desta Casa para eleição do Presidente e dos Vice-Presidentes da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 7.672, de 2010, do Poder Executivo, que *"altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos corporais ou de tratamento cruel ou degradante"*.

Na forma do art. 39, § 4º, do Regimento Interno, compete-me assumir a Presidência dos trabalhos e conduzir os procedimentos para eleição do Presidente e dos respectivos Vice-Presidentes.

Esclareço aos nobres pares que esta Comissão Especial é composta de 26 Deputados titulares e de igual número de suplentes, em conformidade com o ato da Presidência lido na sessão plenária de 29 de agosto de 2011.

O *quorum* para eleição dos cargos da Comissão é de 14 Deputados, exigida a maioria absoluta de votos.

Temos *quorum*?

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - O.k.

Peço a compreensão dos Srs. Deputados no sentido de que permaneçam no recinto até o término desta reunião.

Antes de iniciar o processo de votação, desejo ainda esclarecer a V.Exas. que se encontram sobre a mesa de votação as seguintes indicações para Presidente e Vice-Presidentes. Para Presidente, Deputada Erika Kokay, do PT do Distrito Federal, indicada pelo seu partido. Está presente? Para 1ª Vice-Presidente, a Deputada Liliam Sá, do PR do Rio de Janeiro, indicada pelo seu partido. Para 2º Vice-Presidente, o Deputado Eduardo Barbosa, do PSDB de Minas Gerais, indicado pelo seu partido. Para 3ª Vice-Presidente, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, do DEM do Tocantins, também indicada pelo seu partido. Há, ainda, cédulas em branco para Presidente e Vice-Presidentes, caso a escolha não recaia sobre os nomes indicados, o que não é o caso.



À medida que forem sendo chamados, os Srs. Deputados, depois de assinarem a folha de votação e de posse da sobrecarta, devem dirigir-se ao local da votação e selecionar suas cédulas, colocando-as no envelope que será depositado na urna.

Convido o eminente Deputado Newton Lima para auxiliar esta Presidência durante o processo de votação.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Eu sei que V.Exa. está presidindo! Estou de brincadeira! Quer dar suas *(ininteligível)* aqui comigo?

Convido nosso eminente Deputado Luiz Couto para auxiliar esta Presidência nos trabalhos de votação.

As cédulas onde estão?

Folha de presença?

A relação para o nosso nobre Secretário, para iniciar o processo de votação?

*(Processo de votação.)*

**O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA** - Sr. Presidente, peço-lhe a deferência de ser o primeiro a votar, pois tenho compromissos parlamentares na sala em frente.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Deputado, eu tenho que chamar os titulares primeiro, e V.Exa. é suplente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Mas ele é da terceira idade. *(Risos.)* Será que não dá para arrumarmos aqui...

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Pelo PT, Deputado Newton Lima.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Deputado Newton Lima, não se preocupe com o comentário, pois eu estou presidindo esta reunião por também ser da terceira idade. *(Risos.)* Não se preocupe.

**A SRA. DEPUTADA SANDRA ROSADO** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Pois não, Deputada Sandra.

**A SRA. DEPUTADA SANDRA ROSADO** - Sr. Presidente, eu gostaria de dar uma sugestão. Sugiro que nesta Comissão, a exemplo de outras Comissões Especiais, seja estabelecida a coordenação por Estado, porque eu acho que assim haverá maior colaboração e facilitação dos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - A sugestão de V.Exa. é muito bem-vinda, mas, até por questão de conveniência, vamos dizer assim, vamos



aguardar a nova Presidente assumir, e ela tomará essa atitude. Com certeza, a sugestão de V.Exa. será por ela acolhida.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Deputada Erika Kokay. *(Pausa.)*

**A SRA. DEPUTADA SANDRA ROSADO** - Mas eu gostaria de apresentá-la para que ela possa analisar.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Estamos em processo de votação. Depois discutimos isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Deputada Erika Kokay. *(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Deputado Luiz Couto. Sou eu. Vou votar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Deputado Luiz Couto. *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Deputado Reginaldo Lopes. *(Pausa.)*

Suplentes. Chamo todos?

Deputada Fátima Pelaes. *(Pausa.)*

Deputado Osmar Terra. *(Pausa.)*

Deputada Solange Almeida. *(Pausa.)*

Deputada Teresa Surita. *(Pausa.)*

Esses são os representantes do PMDB. *(Pausa.)*

O Deputado Alessandro Molon está presente? Ele estava aí e saiu, não é? Ele vem na próxima.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Deputado Gastão Vieira. *(Pausa.)*

Pelo PSDB, Deputado Eduardo Barbosa. *(Pausa.)*

Pelo PP, Deputada Aline Corrêa. *(Pausa.)*

Deputada Cida Borghetti. *(Pausa.)*

Está presente mais algum Deputado do PP? As Deputadas Iracema Portella e Rebecca Garcia não estão presentes.

Chegou o Deputado Alessandro Molon e, com isso, toda a bancada do PT já votou. *(Pausa.)*



Pelo Democratas, Deputado Efraim Filho. *(Pausa.)*

Pelo PR, Deputada Liliam Sá. *(Pausa.)*

Pelo Democratas, ainda, há a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende. *(Pausa.)*

Pelo PSB, Deputada Sandra Rosado. *(Pausa.)*

Mais alguém do PSB está presente?

Pelo PDT, Sueli Vidigal. *(Pausa.)*

Pelo Bloco PV/PPS, Deputada Carmen Zanotto. *(Pausa.)*

Pelo PTB, não há nenhum presente.

Pelo PCdoB, Alice Portugal. *(Pausa.)* Ausente.

Pelo PSC, Pastor Marco Feliciano. *(Pausa.)*

Pelo PRB, há alguém presente?

Pelo PTdoB? Rosinha da Adefal? Não.

Deputada Flávia Moraes. *(Pausa.)*

Há o compromisso de nenhum dos Parlamentares votar em branco. Nós já temos 14 votos computados. Mas, se alguém tiver votado em branco, não haverá *quorum*.

Sr. Presidente, votaram 14 Sras. e Srs. Deputados - mais senhoras do que senhores.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Vamos conferir as sobrecartas e proceder à apuração.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Há 14 sobrecartas, Sr. Presidente; confere com o número de votantes.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Com toda a emoção, agora vamos apurar.

*(Processo de apuração.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze, doze, treze, catorze. Com 14 votos, nenhum voto em branco, nenhum voto nulo, está eleita Presidente da Comissão



Especial a Exma. Sra. Deputada Erika Kokay; estão eleitos Vice-Presidentes a Deputada Liliam Sá, o Deputado Eduardo Barbosa e a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende. *(Palmas.)*

Estão encerradas a votação e a apuração, e já proclamei o resultado. Portanto, convido a Deputada Erika para assumir a Presidência dos trabalhos desta Comissão. *(Palmas.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Eu convido a Deputada Liliam Sá, eleita 1ª Vice-Presidenta; o Deputado Eduardo Barbosa, eleito 2º Vice-Presidente, e a Deputada Professora Dorinha Seabra para que assumam, respectivamente, a 1ª, a 2ª e a 3ª Vice-Presidências da Comissão. Eu os declaro eleitos e empossados.

Eu gostaria de parabenizar todos e todas nós pela importância de, no dia de hoje, estarmos constituindo esta Comissão. Nós temos muito trabalho pela frente e acatamos a sugestão da Deputada Sandra Rosado no sentido de termos representantes desta Comissão em todos os Estados. E já a Deputada se candidata para ser representante no seu Estado, o Rio Grande do Norte.

Vamos, então, compor a representação nos Estados para levar até lá a discussão, dialogar com a população e podermos dar um salto a fim de que os direitos humanos de crianças e adolescentes adentrem as casas e não morram nas soleiras, como foi dito hoje pela manhã.

Gostaria de dizer que, nos temos do art. 41, inciso VI, do Regimento Interno, tenho o prazer de designar para a relatoria da Comissão a Sra. Deputada Teresa Surita, do PMDB de Roraima, a quem também convido para compor a Mesa. *(Palmas.)*

Passo a palavra à Relatora.

**A SRA. DEPUTADA TERESA SURITA** - Eu gostaria, antes de mais nada, de agradecer por este dia, que está sendo muito intenso. Nós tivemos, pela manhã, uma audiência pública com a instalação desta Comissão e, em seguida, a votação.

A Comissão está sendo designada a trabalhar de forma legal, vamos dizer assim, para que possamos discutir um assunto tão sério como o dos castigos corporais. Eu entendo que, com a parceria de todos, a Rede e os Deputados, vamos construir, sem dúvida nenhuma, um grande passo para que as nossas crianças e os nossos adolescentes tenham direito à educação sem nenhum tipo de agressão, sem nenhum tipo de humilhação.

Como Relatora, quero dizer que realmente estou muito aberta para ouvir, debater e montar um programa de trabalho para que possamos alcançar, o mais rapidamente possível, aquilo por que, acredito, se espera há tanto tempo: a legalização dessa lei.



Eu gostaria de acatar o que foi dito pela manhã e pedir que, a partir de agora, não nos referíssemos à "Lei da Palmada", que dá um tom pejorativo a esse assunto tão sério de que vamos tratar, que é a questão da violência. Eu gostaria que acatássemos o que foi sugerido pela Carmen, Secretária Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, e nos referíssemos a "Lei Isabella Nardoni", porque eu acho que o objetivo do projeto vai além da palmada; vai além da intervenção na família. Nosso objetivo é realmente construir uma geração com menos violência e com melhor qualidade de vida.

Então, estou muito satisfeita por estarmos vivendo este dia. Agradeço, mais uma vez, a todos pela presença, tanto aos Deputados quanto aos especialistas e à Rede, que já percorreu esse grande caminho até aqui - desde 2005, como foi dito pela manhã.

Quero registrar a satisfação de ter, nesta Mesa, a Deputada Liliam Sá, a Deputada Erika Kokay como Presidente; o Deputado Eduardo Barbosa, que sempre está presente nas discussões sobre criança e adolescente; e a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende. Eu creio que, juntos, vamos realmente fazer diferença nas discussões e na apresentação desse relatório.

Obrigada.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Eu vou franquear a palavra para que as pessoas que quiserem, os Deputados e as Deputadas, possam se inscrever. *(Pausa.)*

Está inscrita a Deputada Sandra Rosado, do PSB do Rio Grande Norte. Pode fazer uso da palavra, Deputada.

**A SRA. DEPUTADA SANDRA ROSADO** - Sra. Presidenta, eu gostaria apenas de parabenizar a Câmara dos Deputados por esta iniciativa, que é de muita importância. Por trás de uma palmada, estão muitas e muitas formas de violência.

Eu quero saudar também todos os membros da direção da Comissão, exatamente porque entendemos que há esse sentimento na Câmara dos Deputados. Estou no terceiro mandato, mas vejo crescer na Casa uma preocupação com esses problemas que a família brasileira enfrenta: o trabalho infantil, a violência contra a criança, contra mulheres. Então, temos tido a felicidade de ver esse trabalho se concretizar.

Há algum tempo, ouvi uma história de uma criança, aqui em Brasília - ela não era daqui; era de um Estado nordestino -, que era cega, e procurei saber por que ela estava na companhia daquele que, na época, era Deputado. Você imagine: a criança estava numa casa de abrigo. Esse Deputado foi Governador do seu Estado e a esposa dele, visitando o abrigo, viu uma criança cega e toda queimada e perguntou o que era aquilo. Disseram que ela tinha sido queimada e que estava cega porque os pais jogaram uma substância nela que a tornou cega. Essa criança foi criada pelo Governador na época, que depois foi Deputado, não





é mais, e ela chegou a se formar.

Hoje ela é formada. Teve a má sorte de ter nascido onde nasceu, foi uma vítima terrível da violência, mas teve a sorte de encontrar alguém que teve sensibilidade, que a educou. Eu conheci essa menina e fico muito feliz, porque vejo que ela hoje é formada, trabalha. Mas quantas crianças não têm essa oportunidade? Quantas crianças estão no submundo da violência sem nenhum amparo?

A Deputada Teresa Surita falou no nome da lei, Isabella Nardoni. Acho que foi uma felicidade muito grande a sugestão desse nome, porque essa criança representa hoje para o Brasil as vítimas da violência. Ela morreu e o fato teve uma grande visibilidade, tamanha foi a crueldade da sua morte.

Coloco-me à disposição da Comissão, agradeço por terem atendido a minha sugestão de coordenação. Pelo trabalho que já tenho realizado, acho interessante cada Estado ter seu coordenador ou coordenadora para facilitar o trabalho.

Parabéns e vamos à luta.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Passo a palavra à Deputada Cida Borghetti.

**A SRA. DEPUTADA CIDA BORGHETTI** - Quero manifestar aqui o nosso sentimento em participar desta Frente tão importante.

Parabenizo inicialmente a Deputada Erika Kokay, que tem sido um exemplo de voz e de luta a favor das crianças e adolescentes aqui no Congresso Nacional. Parabenizo ainda a Deputada Teresa Surita, que é uma especial amiga e que fala com tanto carinho e amor que só entendemos uma maneira de educar, Lilian, e tratar as nossas crianças e adolescentes, que é educar com amor, com respeito, com palavras. Eduardo, você é um defensor de tantas causas importantes relacionadas às crianças e aos adolescentes, aos especiais, e eu também faço parte disso. A Professora Dorinha, como professora, mãe e educadora, sabe da importância de cuidar das nossas crianças e adolescentes, principalmente aqueles que são vítimas da violência doméstica. O quadro é alarmante, e não queremos mais essa imagem para o nosso País.

Coloco-me aqui, assim como a Sandra, a Solange, a Deputada Flávia e tantos outros Deputados que fazem parte dessa Frente Parlamentar, à disposição para ajudar o Brasil a ser melhor; a tratar as nossas crianças e os nossos adolescentes como realmente eles merecem, educando, promovendo a paz e o amor.

Palestras, orientações nas escolas, nas nossas comunidades para os pais, homens e mulheres, comprometidos com o amor e com a educação, tenho certeza de que a Frente Parlamentar irá promover pelo Brasil a fora.

Coloco-me à disposição, como a Sandra sugeriu, que possamos levar essa





discussão para as nossas regiões, no Estado do Paraná para ajudar a coordenar essa Frente tão importante.

Boa sorte a todos.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Deputada Cida.

Passo a palavra à Deputada Flávia Moraes, do PDT de Goiás.

**A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS** - Obrigada, Deputada Erika, Presidente desta audiência, na qual estamos discutindo esse assunto, esta Comissão Especial, que foi criada justamente para discutir o Projeto de Lei nº 7.672.

Quero cumprimentar e parabenizar essa Mesa Diretiva. Tenho certeza de que os trabalhos que vão ser realizados por esta Comissão Especial vão ter o olhar feminino. Isso vai ser muito importante, porque o instinto maternal tem um peso muito grande nos direcionamentos desse projeto.

O Estatuto da Criança e do Adolescente para nós foi um grande avanço. Quero até parabenizar a Deputada Liliam Sá, que criou a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Nós sabemos da abrangência que tem, das normas que existem hoje no Estatuto do Idoso, e do desafio que é para todos nós fazer valer o que está previsto nesse estatuto. São temas diversos, e nós precisamos muito trabalhar e atuar firmemente para fazer valer os direitos do estatuto.

A discussão desse projeto de lei, com certeza, vai produzir um relatório importante. Acredito que ele é de grande importância porque violência gera violência. Nós não educamos para a paz; educamos para a violência. É importante sabermos que esse projeto vem ao encontro de uma demanda que está numa ponta, que é a justamente a prática da violência na criação dos filhos, mas, na outra ponta, temos pais e mães que vivem uma interrogação, porque não sabem como colocar limites para os seus filhos.

Sabemos dos muitos problemas enfrentados hoje causados pela drogadição. Quantas e quantas mães nos procuram chorando, às vezes por causa de seus filhos de 10 anos, dizendo: *"Não dou conta mais! Não consigo mais!"*

Sabemos que há os dois lados, tanto o do excesso de controle como o da falta de controle. É importante que, além desse projeto de lei, que será analisado por esta Comissão, na Frente Parlamentar possamos discutir e criar campanhas que orientem e ajudem as nossas mães a educarem com carinho, com amor, mas sem perder nunca o posicionamento de colocar o que é certo ou errado e ajudar seus filhos a fazerem nas suas vidas as melhores escolhas.

Tenho certeza de que a Deputada Teresa Surita vai fazer um relatório pautado na sua sensibilidade e na importância que ela sabe que a família tem para as nossas



crianças e para a nossa sociedade.

Queremos participar efetivamente desta Comissão.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Deputada Flávia.

Passo a palavra para a Terceira Vice-Presidente desta Comissão, Deputada Professora Dorinha.

**A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE** - Boa tarde a todos.

Quero me colocar à disposição não só em nome do meu partido, mas também da bandeira da educação.

Acho que é muito interessante a sugestão, como fazemos em outras frentes, de levar a discussão para cada um dos Estados. É importante que o trabalho desta Comissão se faça presente nos diferentes Estados para que a questão seja realmente tratada de uma maneira muito séria.

Gostaria de fazer um destaque. A Deputada Flávia Moraes se referiu a educar para a paz, educar com amor, porque, quando educamos com violência, geramos mais violência. Acho que é pior do que isso. Nós não educamos com violência. Se treina, se adentra, mas não se educa. A educação só pode existir onde existe uma relação de respeito, uma relação de amor; respeito aos direitos, em primeiro lugar.

Queria destacar também a necessidade de trabalharmos a construção de um processo de formação, de seleção de perfil para os conselhos tutelares. O trabalho do conselho é extremamente importante e precisa ser fortalecido, mas precisamos começar a enfrentar algumas situações como, por exemplo, como os conselheiros são escolhidos, como são formados; quem está por trás do processo de organização dos conselhos, recursos e fortalecimento. Os conselhos é que estão na ponta, lidando com as crianças e com os jovens.

Faço novamente o apelo que fiz pela amanhã; que pudéssemos também tratar da questão das comunidades indígenas, uma questão de difícil enfrentamento. Contamos com a presença do Deputado Eduardo Barbosa. Tenho certeza de que, assim como ele contribuirá muito com o olhar para o nosso deficiente, portador de necessidades especiais, que tenhamos também um olhar para as comunidades indígenas.

Coloco-me à disposição e tenho certeza de que o trabalho será bastante interessante, principalmente para o nosso desafio de garantir o equilíbrio, que é possível haver, na relação de autoridade com disciplina, sem autoritarismo, sem violência.

Muito obrigada.



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Deputada Professora Dorinha.

Passo a palavra ao Deputado Eduardo Barbosa, 2º Vice-Presidente desta Comissão.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA** - Em primeiro lugar, quero cumprimentar a Presidente eleita, Deputada Erika Kokay, assim como os meus companheiros de Mesa: Liliam Sá, Dorinha e nossa Relatora, a Deputada Surita. É um prazer fazer parte de uma Mesa muito feminina. Eu aqui estou para contrapor. Ou seja, a minha missão na Mesa vai ser, como digo lá em casa, naquele ditado antigo, a de ter a última palavra: "*sim, senhoras!*" Nós vamos obedecê-las.

Fico muito feliz porque estamos congregando pessoas que têm compromissos históricos nas suas vidas com a formação em desenvolvimento da criança e do adolescente. Talvez esse tema traga para nós, além de discutir nesta Comissão, a possibilidade de fazer com que a Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente se torne ainda muito mais pujante, coisa que foi no passado, dentro deste Congresso Nacional. Através agora da Presidência e da coordenação da Erika Kokay, e com esse tema puxando, acho que vamos criar uma unidade parlamentar em torno dos grandes temas afetos à questão da criança e do adolescente. Então, temos que aproveitar a criação desta Comissão Especial para criar um ambiente favorável e diferenciado para a luta desse segmento.

Agora, eu gostaria de ressaltar duas questões importantes. A primeira é que o tema violência contra a criança e o adolescente é muito pertinente numa sociedade cada vez mais violenta. Hoje nós temos um debate nacional no sentido de que a violência na escola está diretamente vinculada à violência doméstica. Muitas vezes as pessoas dissociam a violência na escola da violência doméstica, mas ela é um reflexo daquilo que a criança conhece como referência nas relações sociais, nas relações humanas.

Ontem mesmo, no meu Estado - não sei se vocês viram, passou no programa *Fantástico* -, numa escola pública da Região Metropolitana de Belo Horizonte, duas alunas foram para a rua brigando com tapas e socos. No outro dia, as mães foram até à escola e saíram também aos tapas. Então, ali está o diagnóstico feito. Não temos como transpor quando realmente as referências dessa criança em desenvolvimento são essas dentro do seu seio familiar.

Temos que tratar desse tema com muito zelo, para não parecermos invasivos, como se estivéssemos agredindo as famílias; tratar desse assunto com muita sabedoria para que possa ser o marco de uma mudança de visão de como lidar com as gerações que estão em formação e desenvolvimento.

Outra questão a Sandra Rosado levantou muito bem e quero aqui salientar. Todos vocês sabem que eu há 25 anos milito na área da pessoa com deficiência - sou Presidente da Federação Nacional das APAEs - e temos tido um problema



que nós não tínhamos na década anterior, que é a violência contra pessoas com deficiência, que se aguça e se agrava a cada dia, principalmente contra aquelas com limitação em locomoção, os paralisados cerebrais, os que ficam em cadeiras de roda; a Sandra falou do caso de um cego, e o deficiente intelectual, que às vezes têm crises convulsivas de difícil controle.

Infelizmente, familiares, tios, avós e pais castigam essas pessoas, como a Sandra Rosado manifestou, às vezes apagando cigarro na perna. É muito comum nós encontrarmos nas instituições crianças que chegam com queimaduras em todos os seus membros superiores e inferiores, e são queimaduras de cigarro para as crianças ficarem acomodadas e quietas dentro das suas casas. Então, isso aí para nós é relevante.

E à medida que nós alcançamos e avançamos na inclusão social das pessoas com deficiência, elas estão sendo cada vez mais vítimas de violência também nas ruas. Muitas crianças estão indo para as ruas por abandono das suas famílias, dos seus pais, e ali encontram os famosos "pais de rua", que também utilizam de forma violenta essas crianças.

E, no caso da deficiência intelectual, por exemplo, às vezes essas crianças são presas, são acolhidas pela polícia, vamos dizer assim, mas, como a polícia não sabe abordar essas pessoas - e a deficiência intelectual nem sempre está visível; ela não está aparente fisicamente -, eles acham que a criança ou o adolescente está brincando com a polícia, e vai a "pauleira" em cima, até que percebem que a pessoa tem uma limitação intelectual e cognitiva.

E isso acontece também dentro de casa. Os pais sem paciência, por não entenderem o processo de elaboração do pensamento daquele que tem comprometimento cognitivo, usam da violência para educar, segundo aquele ditado popular de que "*pau que nasce torto morre torto*" - então, levam na pancada. Isso é muito comum também nesse segmento. E temos que trazer isso para a nossa Comissão.

Então, eu fico muito feliz de poder estar aqui com V.Exas., neste processo.

Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Deputado Eduardo Barbosa.

Passo a palavra à Deputada Liliam Sá, nossa 1ª Vice-Presidente, e, em seguida, à Deputada Solange Almeida, a última oradora inscrita.

**A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ** - Gostaria de parabenizar a Deputada Erika Kokay, nossa Presidente, a Deputada Teresa Surita, nossa Relatora, que sei que vai fazer um excelente trabalho, acatando o que dizem os coordenadores de todos os Estados, como falou a nossa querida Deputada Sandra Rosado, para que possamos conhecer a situação de cada criança, em cada Estado.



Gostaria de parabenizar o Deputado Eduardo Barbosa, que milita há tanto tempo nessa área da criança e do adolescente, das crianças especiais, e a Professora Dorinha - cujo próprio nome já diz: "professora", ligada à educação -, bem como todas as pessoas que aqui estão.

Eu fico muito feliz de fazer parte desta Comissão, de poder contribuir de alguma forma com o esse trabalho, colocando-me mais uma vez à disposição de todos.

Eu gostaria de enfatizar a decisão desta Mesa, de chamar essa lei de Lei Isabella Nardoni, e de fazer uma sugestão à nossa Presidente: de que faça um convite especial, da Comissão, à mãe de Isabella Nardoni. Espero que essa lei realmente tenha esse nome e que possamos prestigiar a memória dessa menina que sofreu tanto, que teve a vida ceifada quando ainda era tão jovem, assim como tantas outras pelo nosso Brasil afora - aquelas que dão entrada nos hospitais por causa da violência, que é registrada, e aquelas que às vezes nem chegam ao hospital, porque morrem no caminho.

Eu tive a oportunidade de visitar no hospital uma menina - e aqui falaram sobre pessoas que queimam crianças especiais com cigarros - que teve a vagina queimada com uma colher quente pela mãe. Segundo a mãe, foi uma forma de castigar a menina por estar com muito "fogo". Eu perguntei à menina: *"Angélica, por que sua mãe fez isso?"* E ela falou: *"Porque ela disse que eu estava com 'fogo'".* E queimou a menina.

Há muitas mães que receberam também castigos corporais; e, como receberam isso como ensinamento, passam para seus filhos também. É a única forma que elas conhecem, às vezes, de mostrar força, domínio em relação à criança.

E nós estamos aqui para fazer com que essa mentalidade mude, para mostrar que a criança pode vir a óbito quando apanha. Às vezes até por causa de um empurrão, às vezes até por causa de um safanão, alguma coisa assim. A criança pode morrer. E os pais devem perceber que o diálogo é o melhor caminho.

Eu não quero falar de novo o que já falei, pois serei redundante. Quero parabenizar esta Comissão. Nós temos muita coisa a fazer, e não vai ser fácil. Em primeiro lugar, é preciso que a mídia entenda o papel que nós vamos desempenhar e que esta Comissão vai trabalhar para dialogar com a sociedade, para que possa entender melhor essa lei.

Muito obrigada, Deputada Teresa Surita, Deputada Erika Kokay, Deputado Eduardo Barbosa e Deputada Professora Dorinha, pelo privilégio de poder estar em uma Comissão tão importante como esta.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Deputada Liliam.

Passo a palavra agora à Deputada Solange Almeida.

**A SRA. DEPUTADA SOLANGE ALMEIDA** - Eu vou encerrar, não é?





Desculpem-me o atraso. Cheguei do Estado agora há pouco.

Quero apenas dizer da alegria de vir a uma Comissão Especial para discutir esse projeto de lei tão importante. Eu acho que vamos continuar escrevendo a história da sociedade que queremos, ou seja, uma sociedade sem violência. Nós já obtivemos grandes avanços no nosso País - Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Maria da Penha. Mas eu acho que essa Lei Isabella Nardoni virá realmente para dizer "não" à violência. Nós não aceitamos a violência. As pessoas não podem sofrer nenhum tipo de violência, para que elas tenham a capacidade de se indignar quando virem uma violência. O caminho para a paz é este: dizer "não" à violência.

Então, quero parabenizar a Comissão Especial e dizer que estou à disposição como membro da Comissão. E, no que depender do nosso trabalho, vamos tentar melhorar cada vez mais esse projeto de lei, que vai ser muito bom para os milhões de brasileirinhos e que no futuro vai fazer a diferença para os seus filhos.

Obrigada.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Deputada Solange.

Nós temos aqui uma proposta de calendário, elaborada pela Relatora, Deputada Teresa Surita, e gostaríamos de submetê-la aos membros da Comissão.

A princípio, pensamos em chamar uma primeira reunião de trabalho para o dia de amanhã, mas encontramos certa dificuldade, na medida em que nós temos de aproveitar a reunião para discutir o plano de trabalho e aliar a isso a aprovação dos requerimentos. E teríamos um tempo muito exíguo para isso no dia de amanhã.

Então, como há um feriado no meio da semana que vem, nós estamos chamando a primeira reunião, para a apresentação do plano de trabalho - discussão e votação desse plano - e a votação dos requerimentos, para o dia 13 de setembro, terça-feira, na semana seguinte à semana do feriado.

Estamos sugerindo, para que possam refletir e deliberar acerca disso no dia 13, a realização de quatro audiências públicas: no dia 27 de setembro, no dia 4 de outubro, no dia 20 de outubro e no dia 27 de outubro. E, no dia 10 de novembro - é a proposta da Relatora -, seria apresentado o parecer preliminar, para discussão, para que possamos aprovar o parecer no dia 22 de novembro.

Estamos nos esforçando para fazer com que este projeto se transforme em lei ainda neste ano de 2011. Que possamos marcar o ano de 2011 com a aprovação desse patamar e desse salto no que diz respeito à educação e ao olhar que se pode derramar sobre as nossas crianças. Nós temos que derramar um olhar amoroso sobre as nossas crianças. E amor não combina com dor. Esse é um coquetel absolutamente destruidor, que cinge a personalidade, que transforma em duplos vínculos, em mensagem desconexa - a associação do amor com a



dor.

Portanto, a princípio fazemos esta sugestão, já chamando a primeira reunião desta Comissão, para aprovarmos o plano de trabalho e os requerimentos. E nós gostaríamos que V.Exas. encaminhassem à Secretaria da Comissão os requerimentos e as sugestões, para que possamos colocá-los em discussão no próximo dia 13 de setembro, fechando esse plano de trabalho, fechando esses requerimentos e passando para um trabalho que será árduo, mas absolutamente importante para cada uma e para cada um de nós, particularmente para a nossa sociedade, os nossos meninos e as nossas meninas.

Penso que, quando falamos de violação de direitos de meninos e meninas, nós estamos falando de uma violência desencadeada. Ela não fica numa redoma, ensimesmada. A violência contra meninos e meninas tende a fazer com que nós tenhamos outra lógica, porque tudo o que diz respeito a crianças e adolescentes não envolve só crianças e adolescentes. Envolve a família, envolve a comunidade e envolve, digamos, o País - inclusive faz com que se questione o país que nós queremos.

Portanto, chamando a próxima reunião para o dia 13 de setembro e não havendo mais nada a tratar, gostaria apenas de agradecer muito a presença a cada uma e a cada um de vocês. Na próxima reunião, do dia 13, nós já vamos determinar ou deliberar sobre os representantes ou as representantes, por Estado. Então, as pessoas que queiram representar o seu Estado, que tenham essa intenção, já podem inscrever seu nome junto à Secretaria da Comissão. Nós já vamos deliberar sobre as representações por Estado, sobre os requerimentos e sobre o plano de trabalho, no dia 13 de setembro. Posteriormente, nós vamos informar o horário e o local da reunião.

Agradeço mais uma vez a presença a cada uma e a cada um de vocês. Agradeço muito à Rede Não Bata Eduque, parceira absolutamente fundamental e de primeira hora na constituição desta Comissão, que, com certeza, será parceira de primeira hora na elaboração do relatório e nos trabalhos desta Comissão.

Com essas palavras, desejando uma boa tarde a cada uma e a cada um de vocês, declaro encerrada a presente reunião.

---

Documento 2/12

---

1265/11  
PLENÁRIO PRINCIPAL - CD

Sessão  
INSTALAÇÃO

30/08/2011  
09:54

---

### ***Sumário***

**Discussão sobre o Projeto de Lei nº 7.672, de 2010, sobre coibição dos castigos corporais na nossa sociedade.**





## DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

### NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

#### TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

COMISSÃO ESPECIAL - PL 7672/10 - EDUCAÇÃO SEM USO CASTIGOS  
CORPORAL  
EVENTO: Instalação e Audiência Pública Nº: 1265/11 DATA: 30/08/2011 INÍCIO:  
09h54min TÉRMINO: 12h50min DURAÇÃO: 02h56min TEMPO DE GRAVAÇÃO:  
02h56min PÁGINAS: 57 QUARTOS: 36

#### DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ANGÉLICA MOURA GOULART - Diretora Administrativa da Fundação Xuxa Meneghel e representante da coordenação Rede Não Bata Eduque. ANA PAULA RODRIGUES - Representante da Rede Não Bata Eduque. PAULO SÉRGIO PINHEIRO - Embaixador e Pesquisador-Chefe do Núcleo de Violência da USP. LÚCIA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE WILLIAMS - Coordenadora do Núcleo de Prevenção à Violência, da Universidade Federal de São Carlos. DAYANE DA SILVA SANTOS - Estudante do 7º ano do Ginásio Público Heitor dos Prazeres, no Rio de Janeiro. WANDERLINO NOGUEIRA NETO - Membro da Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente. CARMEN SILVEIRA DE OLIVEIRA - Secretária Nacional da Criança e do Adolescente da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.

SUMÁRIO: Discussão sobre o Projeto de Lei nº 7.672, de 2010, sobre coibição dos castigos corporais na nossa sociedade.

#### OBSERVAÇÕES



Houve exibição de imagens. Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis. A instalação da Comissão Especial-PL-7.672/10 ocorreu na reunião da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente, assim como a audiência pública. Há orador não identificado em breve intervenção. Há falhas na gravação.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Declaro aberta a reunião de audiência pública da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente.

Gostaria de chamar para compor a Mesa a coordenadora da Frente Parlamentar, Deputada Federal Teresa Surita. Fazem parte desta coordenação colegiada a Deputada Teresa Surita, a Senadora Lídice da Mata e eu.

Saúdo todos os presentes nesta reunião que tem o objetivo de discutir o Projeto de Lei nº 7.672, de 2010, sobre coibição dos castigos corporais na nossa sociedade.

Agradeço a presença a todas e todos.

Convido para compor a Mesa a Sra. Carmen Silveira de Oliveira, Secretária Nacional da Criança e do Adolescente da Secretaria Especial de Direitos Humanos, ligada à Presidência da República - é um prazer tê-la aqui; o Embaixador Paulo Sérgio Pinheiro, pesquisador chefe do núcleo de violência da USP - é um prazer tê-lo aqui; o Sr. Wanderlino Nogueira Neto, membro da Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente; a Dra. Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams, coordenadora do Núcleo de Prevenção à Violência, da Universidade Federal de São Carlos; a Sra. Angelica Moura Goulart, Diretora Administrativa da Fundação Xuxa Meneghel e representante da coordenação Rede Não Bata Eduque, e, por fim, convido a nossa querida Srta. Dayane da Silva Santos, estudante do 7º ano do Ginásio Público Heitor dos Prazeres, no Rio de Janeiro, que está aqui conosco para que possamos dar voz a quem tem de ter voz, as nossas crianças e os nossos adolescentes. Por isso, organizamos essa Frente.

Anuncio a presença dos Deputados Romário, Luiz Couto, Osmar Terra, e das Deputadas Ana Arraes, Rosane Ferreira e Liliam Sá. A Deputada Benedita da Silva já esteve aqui e voltará em seguida.

Aproveito para comunicar a V.Exas. que foi constituída, pela Presidência da Câmara dos Deputados, Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 7.672, de 2010, do Poder Executivo. Esse projeto altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos corporais ou de tratamento cruel ou degradante.

Portanto, foi constituída a Comissão, que terá o prazo de 120 dias para oferecer



um relatório e tem poder terminativo, a não ser que haja recursos. Estamos prestes a dar um grande salto no marco legal do nosso País para impedir que as nossas crianças sejam vítimas de castigos corporais ou de tratamento cruel ou degradante.

Esse é um momento muito importante, um momento que queremos congelar na nossa história, porque aqui se começa a fazer uma história diferente e a transformar o Estatuto numa realidade para os nossos meninos e as nossas meninas, no que diz respeito às marcas que ficam na pele e na alma de forma muito profunda.

Declaro, neste momento, instalada a referida Comissão. Conforme determinação da Presidência da Câmara dos Deputados, estamos convocando os membros para reunião de eleição do Presidente e dos Vice-Presidentes que acontecerá hoje, às 14h30min, no Plenário 12.

Portanto, estamos instalando a Comissão no dia de hoje, vamos eleger a Presidência, as Vice-Presidências e a Relatoria hoje, às 14h30min, no Plenário 12. Estamos convocando todas e todos.

Gostaria de dizer que os membros titulares da Comissão são os Deputados Alessandro Molon, Erika Kokay, Luiz Couto, Reginaldo Lopes, do PT, e os suplentes Domingos Dutra, Emiliano José, Fátima Bezerra, Marina Santanna e Newton Lima.

Informo a composição desta Comissão Especial:

Pelo PMDB, como titulares, Deputados Fátima Pelaes, Osmar Terra, Solange Almeida e Teresa Surita e, como suplente, Deputado Gastão Vieira. Pelo PSDB, Deputados Andreia Zito, Jorginho Mello e Eduardo Barbosa; pelo PP, Deputadas Aline Corrêa e Cida Borghetti; pelo DEM, Deputados Efraim Filho e Professora Dorinha Seabra; pelo PR, Deputada Liliam Sá; pelo PSB, Deputados Romário e Sandra Rosado; pelo PDT, Deputada Sueli Vidigal; pelo Bloco PV/PPS, Deputada Carmen Zanotto; pelo PTB, Deputado Josué Bengtson; pelo PSC, Deputado Pastor Marco Feliciano; pelo PCdoB, Deputada Alice Portugal; pelo PRB, Deputado Vitor Paulo; pelo PTdoB, Deputada Rosinha da Adefal.

Há ainda como suplentes do PP as Deputadas Iracema Portella e Rebecca Garcia; do PSB, Deputado José Stédile; do PDT, Deputada Flávia Moraes; do Bloco PV/PPS, Deputado Antônio Roberto; do PTB, Deputada Celia Rocha, e, do PRB, Deputado Antonio Bulhões.

Esses são os membros, titulares e suplentes, que compõem esta Comissão.

Nós, portanto, damos voz aqui à resolução da Presidência para convocar a reunião para as 14h30min, no Plenário 12, a fim de que tenhamos a eleição do Presidente, dos Vice-Presidentes e a nomeação do Relator.

Registro a presença da Deputada Sandra Rosado, do PSB do Rio Grande do



Norte, que também faz parte desta Comissão.

Portanto, vamos proceder da seguinte forma nesta Comissão: o tempo de cada expositor será de 10 minutos; cada Parlamentar terá o tempo de 3 minutos para se manifestar; depois, daremos prosseguimento à audiência pública.

Para dar início à fala dos nossos expositores, concedo a palavra à Sra. Angelica Goulart, pelo prazo de 10 minutos.

**A SRA. ANGELICA MOURA GOULART** - Bom dia a todos, aos Srs. Deputados, à Secretária, peço desculpas pela voz ter ido embora - como diz a Stella, de tanto trabalhar, de tanto pedir pela formação desta Comissão.

Não sei se terei condições de falar, por isso vou passar a palavra à outra companheira da Rede Não Bata Eduque. Mas não posso deixar de cumprimentar todos que aceitaram o nosso convite, falar da honra de tê-los celebrando conosco o início desta nova era, deste novo momento em que as nossas crianças vão realmente ter um lugar que lhes é de direito, como sujeitos de direito pleno, com as mesmas garantias de proteção que qualquer outro integrante da sociedade. É por isso que nós trabalhamos há alguns anos.

Infelizmente, não vou ter condição de conduzir esta apresentação. Peço à Ana Paula que a conduza.

Queria agradecer a todos, mas especialmente ao amigo, colaborador e grande companheiro que esteve do nosso lado durante cada minuto da apresentação deste projeto, o Prof. Paulo Sérgio Pinheiro. Agradeço também às Deputadas Erika Kokay e Teresa Surita, grandes incentivadoras para formação desta Comissão, à Carmen, que, durante as madrugadas, durante muitos meses, trocou ideias conosco sobre a construção desse projeto de lei, ao Wanderlino, um ícone da nossa luta pela questão dos direitos das crianças, à Lúcia Williams, que aceitou nosso convite para vir a este debate, e a todos os companheiros da Rede Não Bata Eduque que, incansavelmente, durante estes últimos 6 anos, vêm trabalhando todos os dias, costurando cada conversa, alinhavando toda possibilidade de articulação pela presença dos senhores não só hoje, mas todos os dias, em prol da nossa causa.

Obrigada.

**A SRA. ANA PAULA RODRIGUES** - Bom dia a todos e a todas.

Falar no lugar de Angelica pela Rede Não Bata Eduque é um desafio. Mas vamos em frente. Se surgir qualquer questão, há outros companheiros que poderão apoiar.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Em primeiro lugar, quem somos? Vou apresentar essa Rede, que é formada por instituições e pessoas físicas e atua como movimento social com o objetivo de



enfrentar a prática dos castigos físicos e humilhantes e estimular uma relação familiar respeitosa que garanta o direito de todas as crianças a viver livre de todas as violências, garantindo sua integridade física e psicológica.

A Rede conta hoje com aproximadamente 300 membros, entre pessoas físicas e jurídicas, e um grupo gestor, responsável por desenvolver, coordenar e planejar a implementação das ações da Rede Não Bata Eduque, criada em 2005. Depois estará ali um breve histórico, que os senhores vão poder acompanhar.

A nossa missão é um desafio constante na sociedade na qual vivemos, em que a banalização da violência é algo muito forte e consolidado. Por isso, pretendemos contribuir para o fim da prática do castigo corporal e de tratamentos humilhantes na educação e para o cuidado da criança e do adolescente no meio familiar, institucional ou comunitário. Então, não é só da família que nós estamos tratando, mas também dos espaços de convivência da criança, além do espaço familiar.

Por que acreditamos que é urgente e fundamental, mais do que necessário, enfrentar os castigos corporais e o tratamento humilhante e degradante? Primeiro porque é uma violação aos direitos humanos, atenta contra a dignidade e a integridade física e psicológica de crianças e adolescentes, que têm os mesmos direitos humanos de qualquer adulto. Essa diferença não existe. Queremos exatamente acabar com isso. Os direitos humanos de crianças e adolescentes são iguais aos direitos dos adultos, mas às vezes parece que a criança e o adolescente estão em outro patamar em relação aos seus direitos, muitas vezes um patamar abaixo, o que ainda é pior.

Outra questão fundamental para a urgência do enfrentamento dos castigos é que ensina a criança que a violência é uma maneira plausível e aceitável de solucionar os seus conflitos e as suas diferenças, principalmente quando se está em uma posição de vantagem física. Então, a violência é constituída sempre por uma relação de poder do adulto com a criança, do patrão com o empregado, do negro com o branco. São relações constituídas ao longo dos séculos no nosso País.

Nos grupos de participação infantojuvenil, que tenho acompanhado bastante, sempre falam que se nós em casa, ou na escola, ou nos espaços de convívio aprendemos que o jeito de resolver os problemas é com violência, quando crescemos vamos fazer desse mesmo jeito. Do jeito que aprendemos reproduzimos.

Encerra um problema social maior, que é, como já disse, a banalização do uso da violência como meio de solucionar os conflitos. Na nossa sociedade, a violência está muito banalizada e naturalizada, o que é ainda pior.

Aí nós colhemos depoimentos de alguns pais que acreditam não cometer violência ao castigarem fisicamente seus filhos, o que comprova essa banalização e essa naturalização, porque eles falam de violência como se não as estivessem cometendo: *"Quando a minha filha de 11 anos sai da linha pra valer, eu cato ela pelada, no banheiro, antes do banho, e desço a cinta. Depois mando*



*tomar banho. Além da dor, ela sente vergonha por estar pelada. Ela fica um bom tempo sem dar dor de cabeça. Experimentem em meninos rebeldes também; eles ficam bonzinhos por um bom tempo".*

Eles acham que não é violência; é só para educar - afirmaram isso quando disseram essa frase.

*Outro: "Eu bato. Sou pai de um filho de 14 anos e, quando preciso, dou umas boas cintadas na bunda dele. Não espanco, nem machuco, mas bato com força, pra doer mesmo. Eu acho que se o diálogo não adianta, a cinta na bunda resolve".*

*Outro: "Eu não sou tão radical a respeito, como vejo certas pessoas aqui. Eu tenho dois, de 8 e 11 anos, e, às vezes, eu bato, sim. Eu acho que certas maneiras de bater são aceitáveis, por não serem violentas, tipo palmada ou chinelada no bumbum. Pode dar até com certa força que não tem perigo. Em determinadas ocasiões, bater pode ser necessário, mas sempre sem violência. Eu dou para arder bastante, não para machucar".*

Acho que eles têm clareza de que não estão cometendo violência. Não espancam, não é para machucar, mas podem bater forte.

Qual é a linha de educação da Rede Não Bata Eduque? Em que eixos ela atua? A sua principal missão é erradicar os castigos corporais e humilhantes, nessas três linhas: reforma legal e incidência política; campanha nacional, visando à mobilização e educação para mudança de atitudes, valores e comportamentos na sociedade; e participação infantil.

Quanto à reforma legal e incidência política, a intenção é promover, defender e disseminar uma nova leitura sociojurídica para a prática dos castigos físicos e humilhantes, para as crianças e suas famílias viverem harmoniosamente. É um pouco o que estamos fazendo aqui hoje: discutindo esse projeto de lei, que tem a intenção de atualizar o Brasil com relação aos marcos jurídicos internacionais.

Na linha da campanha nacional, promover campanhas permanentes e outras ações de mobilização social, estimulando os princípios da educação positiva e da cultura de paz.

Acreditamos que até outubro ou novembro sairá uma nova campanha de mídia da Rede Não Bata Eduque, que é mais uma campanha de mobilização sobre essa questão, que pretendemos chegue a todos os setores da nossa sociedade.

Na linha da participação infantil, promover a participação de crianças e adolescentes encorajando, estimulando e permitindo que as crianças expressem suas opiniões sobre assuntos que lhes afetem, sensibilizando os adultos a valorizá-las, ouvi-las, aceitá-las e dialogar com as crianças e os adolescentes sobre assuntos que afetem diretamente suas vidas.

Agora, um breve histórico de como a Rede começou até os dias de hoje. Em





2005, em torno do PL da então Deputada Federal Maria do Rosário, que tramita na Câmara, *"algumas organizações aprofundam a discussão sobre a necessidade de uma mudança de comportamento da sociedade brasileira"*, que é a erradicação de castigos físicos e humilhantes contra crianças e adolescentes. Esse foi, vamos dizer, o chamariz para começarmos a nos juntar, porque muitas organizações que ajudaram estão desde 2005 na Rede, já tinham uma atuação direta na questão da infância, especialmente na questão da violência contra a criança.

Em 2 de junho de 2006, fizemos o lançamento de uma campanha da Rede Não Bata Eduque, na OAB, no Rio de Janeiro. Em 15 de junho de 2007, fizemos o lançamento em âmbito nacional, da campanha da Rede, no Palácio do Planalto, com o então Presidente Lula, com veiculação em rádios, tevês, jornais, com uma repercussão muito grande. Acho que aí também começou o grande burburinho que esse projeto de lei, que esse tema causa, a grande polêmica que ele traz. Esse foi um espaço para fomentar, de forma muito contundente, essa polêmica. As pessoas começaram a falar muito sobre o assunto. Nos meios de transporte, as pessoas estavam comentando. Então, foi um bom pontapé para que esse tema fosse lançado.

Aqui são alguns materiais que a Rede já produziu.

O primeiro *Educar sem Bater é Divertido* era uma cartilha para usar com crianças. A ideia era que as famílias pudessem fazer juntamente com os seus filhos - havia algumas atividades também interativas nessa primeira.

Depois, o *folder É assim que seu filho te vê*. Trabalhava um pouco a imagem de quem usa a violência para educar. Diante dos filhos, como fica essa imagem.

Este cartaz amarelinho *Cuidado para não Bater* teve uma repercussão muito positiva, principalmente com os homens. Ele usa os sinais de trânsito e faz uma alusão às questões da violência. Foi muito utilizado.

O cartaz *O que você faria se descobrisse que alguém bateu no seu filho, e se alguém fosse você?* É uma pergunta bem direta. É difícil, às vezes, de se colocar nesse lugar. Porque, quando batem no nosso filho, na escola, queremos ir lá para exigir os direitos dele. Mas, quando a pessoa que bate nele somos nós, não queremos conversar sobre isso. Dentro da família, como diz o ditado *em briga de marido e mulher não se mete a colher* - só que isso já está mais do que ultrapassado.

E este calendário, que também trabalhava a questão da paternidade, a importância da presença masculina na vida familiar.

Em 2008, fizemos o 1º Concurso Nacional Não Bata Eduque - disseminando Boas Práticas de Educação Positiva. Foram dez finalistas e quatro premiados. A premiação foi num teatro no Rio de Janeiro e teve representação de organizações, com suas boas práticas, de todo o Brasil.





Em 2009, o 1º e 2º Encontro Regional Tecendo Parcerias - nós já estamos no sexto encontro -, visando à formação de comitês regionais.

Estes são os dois primeiros: Rio de Janeiro e São Paulo. Hoje, já temos comitês regionais em Salvador, Recife, Fortaleza e Brasília. Rio de Janeiro e São Paulo já estão ali apontados.

Os comitês regionais são fundamentais porque vão dar a capilaridade desse tema nas regiões, nas localidades para conseguirmos chegar aos rincões mesmo. A ideia dos comitês regionais é essa.

No ano passado, nas conferências estaduais e nacional, tivemos uma participação em que foi possível fazer a leitura da carta aberta e da moção de apoio ao projeto de lei que a Rede Não Bate Eduque escreveu.

Em 2009, aconteceu o 1º Simpósio Nacional de Direitos Humanos da Criança e do Adolescente, no Rio de Janeiro, com representações de organizações do Brasil inteiro e um GT específico de criança e adolescente. Foi um trabalho que aconteceu nas cinco regiões brasileiras; um trabalho prévio ao simpósio, no qual crianças e adolescentes puderam expor seus sentimentos em relação ao castigo corporal e humilhante e suas proposições.

Então, esse é o GT de crianças e adolescentes que foi ao Rio de Janeiro fez todo um trabalho anterior, o que foi muito importante para que eles não estivessem no simpósio apenas fazendo figuração, mas sim fortalecidos, conscientes, discutindo com seus pares suas proposições. Foi um momento fundamental para a Rede Não Bata Eduque. Contamos com a presença de especialistas do direito da infância.

Esta é a Mesa de abertura. Foram realizados três dias de simpósio, de onde saiu uma carta-compromisso, pactuando o compromisso das organizações presentes de combater a violência contra a criança.

Esta é a Deputada Maria do Rosário.

Esta é a participação infantil no simpósio, de que já falei.

Na abertura da VIII Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Comissionado da OEA, Paulo Sérgio Pinheiro, tratou do tema do castigo corporal. A partir disso, houve um encontro da Rede Não Bata Eduque com o então Ministro Paulo Vannuchi e a então Secretária Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, Carmen Oliveira.

Nasce a ideia de que o projeto de lei para a abolição dessa prática na sociedade brasileira deveria ser apresentado diretamente pelo Poder Executivo. Durante 6 meses, a Rede e a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente articularam a elaboração desse PL. Então, ele teve construção coletiva e hoje tramita na Comissão Especial.



Em 2010 - a Mesa com a Rainha Sílvia, da Suécia, com o Ministro de Direitos Humanos, com a Frente Parlamentar e organizações de direitos humanos que discutiu o imperativo dos direitos humanos de acabar com todo o castigo físico e humilhante imposto a crianças. Uma unidade internacional em prol da aprovação da lei no Brasil.

Em julho de 2010, no 21º aniversário do ECA, o Presidente Lula apresentou o Projeto de Lei nº 7.672, do Executivo, que colocou o Brasil a um passo de cumprir as recomendações do Comitê da ONU e da Comissão de Direitos Humanos da OEA, que indicam que os Estados-membros precisam atualizar seus marcos legais para cumprir o compromisso de signatários da Convenção sobre os Direitos da Criança e do Adolescente. Assinamos e agora temos de fazer valer, de cumprir a Convenção.

Em 2010, repito, o Presidente Lula encaminhou o Projeto de Lei nº 7.672 ao Congresso Nacional, alterando a Lei nº 8.069, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para estabelecer o direito de a criança e de o adolescente serem educados e cuidados sem o uso de castigos corporais ou de tratamento cruel ou degradante.

Este é o mapa que mostra os países que já aprovaram. A Angelica gosta de falar sobre isso.

**A SRA. ANGELICA MOURA GOULART** - Acho que nossa meta é colocar o Brasil nesse mapa. Com isso, multiplicaremos o número de crianças protegidas no mundo.

Essa é uma importante questão tanto para o Brasil quanto para toda a América Latina. Temos também de fazer transpirar esse movimento para toda a América Latina.

**A SRA. ANA PAULA RODRIGUES** - Como os adolescentes disseram, queremos pintar o Brasil nesse mapa.

Este é o grupo gestor da Rede Não Bata Eduque, atualmente formado pela ANDI, Comunicarte, Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, Fundação ABRINQ, Fundação Xuxa Meneghel, Instituto Noos, Projeto Proteger, Promundo, Save the Children Suécia, Sociedade Brasileira de Pediatria, CEDECA/Rio de Janeiro e Themis.

Estes são os apoiadores.

Vamos aproveitar a presença dos especialistas que compõem a Mesa, porque este é um momento muito frutífero e importante para aprendermos e podermos discutir. *(Palmas.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Eu queria anunciar a presença da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, que faz parte desta Comissão, e dizer que nós temos aqui um portal, o *e-Democracia*, de



comunicação com a sociedade. As meninas e os meninos, todas as pessoas que quiserem se manifestar, perguntar, opinar, podem fazê-lo nesse portal. Vamos colher as participações em tempo real e, se formos capazes, iremos respondê-las, debatê-las, discuti-las.

Passo a palavra agora à Dra. Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams, Coordenadora do Núcleo de Prevenção à Violência da Universidade Federal...

Vamos fazer uma inversão. Antes passaremos a palavra ao Embaixador Paulo Sérgio Pinheiro, pesquisador chefe do Núcleo de Estudos da Violência da USP, entre outras atribuições em defesa das crianças e dos direitos da pessoa humana. É um prazer tê-lo aqui.

**O SR. PAULO SÉRGIO PINHEIRO** - Eu estou falando primeiro não por precedência, mas porque acharam que era bom falar do mundial antes de passar para o nacional.

Em primeiro lugar, saúdo os senhores e as senhoras Parlamentares. Não ousou dizer os nomes, porque alguém ficará de fora.

Quero dizer da importância de todos os Deputados que estão aqui, que têm o poder de liberar as crianças do Brasil do castigo corporal. Hoje, 58 milhões de crianças são submetidas às piores formas de violência dentro dos lugares responsáveis pela sua proteção.

Dirijo-me à Coordenadora desta Mesa, a todos os companheiros e companheiras que estão aqui - a Dayane ainda vai fazer sua intervenção -, aos adolescentes e às adolescentes presentes, a todos os demais participantes desta histórica reunião. A Angelica me deu uma incumbência, e eu, como sou disciplinado, fui abatido em voo e vim a Brasília.

Estou dizendo isto não para contar vantagem, mas porque eu estava no Belize, onde os professores andam com chicote em volta do pescoço. E o Belize foi o primeiro país - eu fui lá por isso - que proibiu o castigo corporal, num gesto de grande coragem do seu Primeiro-Ministro e do seu Ministro da Educação. Não existe ainda uma lei proibindo todo castigo corporal, mas esse já é um começo importante.

É preciso ter em conta que o único país de língua inglesa que tem uma lei contra o castigo corporal é a Nova Zelândia. No nosso continente, só três países, a Costa Rica, o Uruguai e a Venezuela. Então, nós estamos muito atrasados. É uma vergonha que o Brasil ainda não tenha tomado essa decisão. Como a Angelica dizia, a posição do Brasil é importante para proteger o resto das crianças do continente.

Muito brevemente, nos 10 minutos que me deram, vou fazer um histórico da situação do castigo corporal na norma internacional.

A primeira já foi mencionada, a Convenção dos Direitos da Criança, que nem



criança nem adolescente é mais, pois já tem 22 anos. Logo depois veio o ECA, em 1990.

A Convenção é claríssima. Em seu art. 19, proíbe toda forma de violência contra a criança. Pronto. É isso aí. O Brasil ratificou essa convenção porque quis. Os Srs. Parlamentares não foram obrigados a ratificá-la. Mas se o Brasil a ratificou, tem de cumpri-la. Não tem conversa. Ratificou, cumpriu. Os Parlamentares sabem disso melhor do que eu, por isso os textos internacionais dos tratados são submetidos ao Congresso de cada país, e só depois podem ser aplicados.

A Convenção é bastante clara a esse respeito, mas foi necessário esse artigo, para deixar a norma mais clara ainda, com um comentário geral feito pelo Comitê dos Direitos da Criança, que analisa a conduta dos Estados em relação à Convenção dos Direitos da Criança.

Então, o Brasil apresenta relatórios, como bem sabe a Carmen Silveira, porque é o Ministério, juntamente com o Itamaraty, que prepara o relatório da situação das crianças para o Comitê dos Direitos da Criança. Hoje as entidades da sociedade civil também apresentam relatórios paralelos sobre a situação.

Em 2008, o Comitê dos Direitos da Criança fez um comentário geral, no qual define, com enorme clareza, o que é castigo corporal. É mais ou menos o que a companheira da Rede disse: o castigo corporal ou físico é *"todo castigo em que se utilize a força física e que tenha por objetivo causar certo grau de dor ou mal-estar, ainda que seja leve"*.

Foi muito engraçado ouvir os pais falarem que dão cintada e banho frio. Achei fascinante aquela receitinha para educar a criança. É um passo a passo, é gradual. E o pessoal acha que isso não é violência. Agora, se o marido dessa senhora fizer isso com ela, vai ser violência. Ou se eu, por não gostar de certo Parlamentar, obrigá-lo a ir para o chuveiro frio e dar-lhe umas cintadas. Não é assim. Os Parlamentares não podem se conduzir dessa maneira em relação um ao outro. É inaceitável. Eu só menciono isso para mostrar o absurdo desse tipo de fala.

Então, a maioria dos casos se trata de pegar a criança com bofetadas e palmadas, usando a mão ou qualquer outro objeto: vara, cinturão, sapato, colher de madeira. Mas também consiste em dar nas crianças e nos adolescentes pontapés, sacudir, arranhar, morder, tirar o cabelo, puxar as orelhas, obrigar a ficarem em posições incômodas, produzir queimaduras etc.

Uma amiga nossa, Pepa Horno, fez uma pesquisa em 30 países. Isso não é só da cultura brasileira; as práticas são iguais em todos os países. Uns têm mais criatividade; nós, com a tradição escravista e racista, temos um *know-how* formidável, que veio da tortura dos escravos, também aprimorado no período da ditadura. Então, esse autoritarismo fica valendo para as crianças.

Há uma coisa pior: não há só o castigo físico, mas os castigos humilhantes, o silêncio, a discriminação; os pais que se recusam a falar com os filhos, que



impõem o silêncio ou estigmatizam. É um panorama horroroso. Essa é a situação universal.

Quando eu preparava o *Relatório Mundial sobre a Violência Contra Crianças*, traduzido em português graças à Carmen e lançado, em 2007, pelo Presidente Lula e a Alta Comissária de Direitos Humanos, eu não era muito versado em castigo corporal. Mas a principal reclamação das centenas de crianças com quem tive conversas informais - não com pais, professores ou funcionários, mas batendo papo com as crianças - é de que não aguentam mais serem espancadas pelos pais.

Eu visitei 61 países, sendo 22 neste continente. Tivemos nove reuniões regionais imensas, com a participação de crianças e adolescentes, que fizeram, inclusive, uma versão amiga do relatório mundial - depois eu digo onde está tudo isso, para quem quiser ver.

A situação é esta: de uma certa maneira, à luz do que o relatório mudou, essa opinião do Comitê dos Direitos da Criança veio ajudar, em 2006.

Em 2008, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos é um dos dois órgãos do Sistema Interamericano. Existem a Comissão e a Corte, sendo que as petições entram na Comissão e, depois, vão ou não para a Corte. Uma está em Washington, onde estou atualmente, a outra está na Costa Rica.

Resolvemos fazer à Corte, porque temos essa prerrogativa, duas perguntas. A primeira: "*O castigo corporal é uma violação dos direitos humanos?*" A segunda: "*Os Estados estão obrigados a proibi-lo?*"

A Corte rapidamente resolveu fazer uma resolução, em janeiro de 2009, na qual reconhece que é uma violação e que os países do continente estão todos submetidos - o termo pedante é *corpus juris* - às normativas internacionais disponíveis, como comissão, observação e outras opiniões do Comitê e devem proibir essa forma de violência.

Então, publicamos um relatório, que a Carmen também traduziu para o português - foi lançado no simpósio que a Rede organizou -, no qual há toda essa argumentação, mostrando, primeiro, que esse castigo corporal com a desculpa de educação é uma violação dos direitos humanos da criança, e, segundo, que os Estados, que têm de coibir todo tipo de violação a direitos humanos, têm de coibir isso também. É obrigação do Estado.

Daí decorrem as recomendações feitas aos Estados pela Comissão, entre as quais está justamente uma norma, uma lei. Eu não vou querer ensinar missa ao vigário, aos Parlamentares, sobre a importância da lei. É claro que a lei não tem um efeito mágico, a lei não vai ser publicada e todos esses pais, mães e professores imediatamente vão parar de baixar a mão nas crianças e adolescentes, mas sem a lei... Primeiro, que o Estado tem de cumprir essa determinação de proibir. Segundo, que a lei é uma forma de os governos cumprirem o seu papel de educarem os pais, explicarem, porque o problema é





que os pais chegam ao casamento sem a mais pálida ideia do que têm de fazer e repetem as coisas que os pais, avós e bisavós deles fizeram. E eles também não querem criticar os pais, porque acham que... Todos os pais e mães são tão importantes que os jovens casais se sentem mal criticando os pais que bateram à vontade neles e passam a repetir isso. Os professores fazem a mesma coisa. "Os alunos são indisciplinados". Mas, apesar do heroísmo enorme dos professores, são incompetentes, da mesma maneira que os pais. Agora, a culpa não é dos pais nem dos professores. A responsabilidade é do Governo, que tem a obrigação... E as técnicas todas são conhecidas: a Rede, o Comitê, as recomendações que já se fizeram no Brasil, os países que têm essa...

Então, a lei vai ajudar na educação dos pais e dos professores e também nessa mobilização. Da mesma maneira que estamos aqui, graças a esse encontro desses Parlamentares corajosos que resolveram assumir essa causa bastante controversa, a presença dos senhores aqui é muito importante para que a sociedade civil e as crianças possam se mobilizar, porque um dos problemas dos direitos das crianças é que os adultos têm medo de ouvi-las; os pais não querem ouvir as crianças; os professores não querem que os alunos falem. Isto está assegurado pela convenção: a voz das crianças tem que ser escutada.

No mundo, só trinta países - e no continente apenas três - têm uma lei banindo todo tipo de castigo corporal. Nos países mais antigos, como a Alemanha e a Suécia... Na Suécia, quando a lei saiu, 90% dos pais eram contra a proibição. Hoje, 10% dos pais na Suécia - a própria rainha e outros Parlamentares suecos disseram isso - são contra a proibição do castigo corporal.

Última coisa que quero dizer: a luta para derrubar a ditadura foi dura neste Brasil. Não foi uma coisa fácil! Nós todos conquistamos democracia. Não dá para a democracia funcionar no interior da família como se houvesse ainda *patria potestas*, o poder dos pais até de morte em relação aos filhos! As crianças não são propriedade dos pais. A família é estrutura básica de sua educação, mas os direitos humanos não param na porta, na soleira, na entrada da casa, como alguém dizia: *em briga de marido e mulher não se mete a colher*. Não! Em castigo corporal contra crianças o Estado tem o dever de meter a colher, porque os pais não estão respeitando os direitos da criança.

Então, termino dizendo: este é um momento formidável neste longo processo. Não vai ser fácil. Não vai ser fácil. Mas eu acho que nós caminhamos formidavelmente, não só pelo engajamento dos Parlamentares, mas também por essa coalizão formidável que a rede congrega na promoção dessa lei. Foi assim nos outros Estados, está sendo assim no Brasil, mas eu tenho a firme esperança de que os Parlamentares respondam à coragem do Presidente Lula de encaminhar esse projeto quase no ano eleitoral. Em época eleitoral, enviar projeto proibindo castigo corporal? Olha, precisa ter alguma convicção. E na comemoração do vigésimo aniversário!...

Então, eu acho que foi uma coragem importante, e esperamos que o Congresso Nacional responda. (Palmas)



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Paulo Sérgio Pinheiro.

Passo a palavra, neste momento, à Dra. Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams, que é Coordenadora do Núcleo de Prevenção à Violência da Universidade Federal de São Carlos.

**A SRA. LÚCIA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE WILLIAMS** - Bom dia! Gostaria de saudar os Parlamentares aqui presentes, a Deputada Erika e a Secretária Carmen, o Embaixador, Dr. Wanderlino, a Ângela e a Dayane, em nome de quem gostaria de saudar os outros adolescentes aqui presentes. Aproveito para agradecer o convite por estar aqui.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Eu trabalho na Universidade Federal de São Carlos, no Departamento de Psicologia, e coordeno o LAPREV, que é o Laboratório de Análise e Prevenção da Violência. Este laboratório existe desde o ano 2000, e o trabalho com a comunidade começou 2 anos atrás, em 1998.

Nós trabalhamos com dois tipos de violência: a violência que ocorre na família e a violência que ocorre na escola. Fazemos pesquisa, ensino, intervenção com a comunidade, intervenção clínica, porque somos um laboratório de Psicologia, e fornecemos consultoria e capacitação para profissionais, sempre com o olhar de que a violência é algo que pode ser, em grande parte, se não totalmente, prevenível.

Nós começamos atendendo mulheres na Delegacia da Mulher. Em seguida, começamos a atender homens, depois crianças e adolescentes. Atendemos as crianças no Conselho Tutelar e, depois, pais que agredem seus filhos e professores. Trabalhamos na prevenção da violência com professores.

Como eu acho que o tempo é curto, vou pular alguns eslaides que só estavam contextualizando o meu trabalho.

Nós temos uma grande experiência clínica, publicamos bastante e fazemos um trabalho integrado de atendimento à população e à pesquisa. Aí está o *site*. Vocês têm acesso às nossas publicações.

Então, hoje eu vou fazer um recorte de dois estudos que nós fizemos. O primeiro vai falar um pouquinho da prevalência, o quanto o castigo corporal ocorre na família, e o segundo, o quanto ele ocorre na escola, que são duas áreas com as quais a lei está preocupada, o castigo corporal nas instituições.

Eu vou falar de um trabalho de mestrado da Fernanda Pinheiro. Ela estava interessada em saber o quanto que o *bullying* que ocorre na escola tem a ver com a violência que ocorre em casa. Este trabalho está publicado. Na época, os editores da revista não deixaram que chamássemos de *bullying*, mas hoje todo mundo sabe, foi o nome que veio para ficar na nossa linguagem.





Então, o que a Fernanda fez? Ela trabalhou com 239 estudantes de 5ª a 8ª série lá de São Carlos. Esses estudantes eram pré-adolescentes e adolescentes de 11 a 15 anos, e nós, infelizmente, tivemos mais meninas participando da pesquisa do que meninos, porque para fazer pesquisa precisamos da assinatura do pai, e os meninos, como vocês devem imaginar, trouxeram menos termos de consentimento. Mas, se isso enviesava a pesquisa, se é uma limitação, possivelmente é uma limitação ao contrário, porque nós sabemos que os meninos são muito frequentemente alvo de violência.

O que nós percebemos neste estudo em relação ao *bullying*? Quarenta e nove por cento das crianças e dos adolescentes participavam, estavam envolvidos com o *bullying*. Esse número bate com o de outros pesquisadores brasileiros. Quando há muita discrepância, é porque a metodologia de coleta de dados é diferente.

Então, como eles participavam desse *bullying*? Vinte e cinco por cento dos adolescentes eram vítimas; vinte por cento ora eram vítimas, ora eram autores. E esse grupo é muito preocupante. No prognóstico para a saúde mental, quando são analisados os atiradores - infelizmente no Brasil nós já temos pelo menos dois casos -, estudos no mundo todo comprovam que eles foram vítimas e autores de *bullying*, e 2,9% se declaram exclusivamente autores.

Nós fomos ver qual era a violência que eles sofriam em casa. Existe toda uma violência conjugal, a que eu não vou me deter aqui, porque não há tempo. Mas 70% desses adolescentes sofriam castigo corporal físico nos últimos 3 meses. Que tipo de castigo era esse? Espancar com tapas: 26% das crianças e dos adolescentes sofriam isso pela mãe e, em seguida, 14% pelo pai; bater com cinto ou com outro objeto - caso semelhante ao descrito aqui hoje pela Rede Não Bata: 44% das crianças haviam sofrido esse tipo de castigo pela mãe, 20% pelo pai. Essa tendência aqui se reproduz no Brasil: a mãe agride mais. Eu não tenho tempo para explicar a vocês algumas hipóteses; beliscar: 51% das crianças, nos últimos 3 meses, tinham sofrido pela mãe um beliscão; pelo pai, 17%; sacudir: 21% pela mãe, pelo pai, menos; atirar no chão: 5,9%; dar um soco ou chute: mãe e pai igualmente, 5,9%; dar um tapa no rosto, um tipo de agressão bem grave: 24% das crianças relataram a mãe ter praticado isso, e, finalmente, dar uma surra, batendo com força: 22% dos adolescentes relataram que a mãe havia praticado isso nos últimos 3 meses, e 15% dos adolescentes apontaram o pai.

Então, as nossas famílias são extremamente violentas. E depois nos espantamos de o Brasil ter índices de violência tão altos. Esses dados de São Carlos não são surpreendentes. Possivelmente eles seriam até piores em outros recantos, com mais estressores do que em uma cidade do interior.

Qual a relação disso com o *bullying*? Nós aplicamos todo um teste estatístico, *odds ratio*, para ver a probabilidade. Só vou fazer um recorte aqui: os meninos que sofriam violência física do pai, se ela era leve, tinham quatro vezes mais chances de serem vítimas ou autores de *bullying*; se essa violência praticada em casa pelo pai era moderada, as chances subiam para sete vezes, e, se era severa, para oito vezes e meia.



Então, sabemos que o *bullying* hoje faz muito mal para a saúde, muito mal para a saúde mental. Precisamos trabalhar para que nossas escolas não tenham *bullying*. E, quando você pratica violência em casa, você está contribuindo para esse fenômeno, que é tão grave.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

O outro trabalho que eu quero apresentar no recorte é o de castigo corporal em instituições. Esse trabalho está em andamento. A Ana Carina Stelko Pereira é uma doutoranda minha que está fazendo uma pesquisa sobre violência nas escolas. Ela então mediu essa violência em duas escolas, depois trabalhou com os professores e agora volta lá e compara as escolas, para ver se surtiu efeito.

Nessa pesquisa, nós perguntamos a 396 estudantes de duas escolas públicas, de 6ª a 9ª série, em média com 13 anos, se eles haviam sofrido alguma agressão física por parte dos professores nos últimos 6 meses. Vinte e um alunos dessas duas escolas relataram e descreveram essa violência, sendo que foi muito discrepante de uma escola para outra. Então, já observamos que alguns fenômenos variam mais de uma escola para outra, embora essas duas escolas estivessem no mesmo bairro, bairro de alta vulnerabilidade social.

Nós tentamos observar o que esses 21 alunos tinham de diferente. Será que eles eram mais jovens? Será que eram os meninos? Nós não encontramos diferença. Inclusive tentamos ver se eles tinham sido reprovados. Nós havíamos medido o engajamento escolar, não havia diferença. Mas eles eram diferentes em três características. Quais eram? Eles eram mais depressivos, tinham mais depressão - nós medimos depressão nos alunos -, eles agrediam mais os colegas e eram agredidos, eram vitimizados mais pelos colegas. Tipos de vitimização que ele sofriam: terem material destruído de propósito, serem alvo de rumor, serem atingidos propositalmente por objetos, receberem socos e chutes.

Então, vocês veem aqui um exemplo claro da violência gerando mais violência. Eles praticam a violência, muito possivelmente são retaliados, e vem o professor e pratica a violência também.

Agora, eu quero fazer um recorte e dizer que eu sou parceira dos professores, trabalho junto com eles, sou educadora, tenho um respeito imenso pelo trabalho dos professores. Se dependesse de mim, o professor brasileiro ganharia um salário muito alto e teria uma capacitação contínua. Porém, como pesquisadores, nós temos que analisar o dado friamente e ver onde essa categoria está precisando de ajuda.

O castigo corporal é o método disciplinar mais antigo do planeta, é comprovado pela ciência como um método ineficaz e não surte o efeito que as pessoas pensam. Existe uma pesquisadora que faz meta-análises, trabalha com as pesquisas e tenta ver num caldeirão o que deu resultado e o que não deu. Ela fala que o castigo corporal não torna a criança mais obediente a curto prazo, com base em uma revisão de cinco estudos; não promove a cooperação a longo prazo, ou a internalização de valores morais, com base em 11 estudos; não reduz



a agressão, comportamento opositor, ou comportamento antissocial. Isso ela faz com base em 37 estudos. Está aí o *site* de um fórum global que houve este ano no Texas contra o castigo disciplinar.

Então, é uma forma de violência. A violência vai de um contínuo, indo de leve, moderado e severo. Os efeitos da violência para a saúde estão mais do que documentados. Eu não preciso dizer, nem teria tempo para fazer a lista de quanto a violência faz mal para a saúde, faz mal para a sociedade. O pai que agride fisicamente o filho, que usa o castigo para disciplinar, corre o risco grande de ser abusivo, de praticar maus-tratos, como nos exemplos da rede que vimos hoje aqui pela manhã. E mudar uma cultura, mudar paradigma não é uma tarefa fácil. É uma luta muito árdua, mas vocês, Parlamentares, têm a oportunidade de fazer prevenção de violência, de atingir onde a violência nasce, no cerne da família, no cerne das nossas instituições.

No ano passado, nós capacitamos cerca de 1.400 professores do Estado de São Paulo num projeto do MEC que se chama Escola que Protege. É claro que precisávamos falar de castigo corporal. Quando você vai falar de violência contra criança tem que falar disso. E às vezes nós quase que apanhávamos dos professores para falar de castigo corporal.

Então, eu gosto de mostrar primeiro que é muito difícil você falar da sua própria história de vida sendo objetivo. Precisa de um certo distanciamento. E quem sou eu para ficar julgando o que meu pai ou minha mãe fizeram. Mas eu coloco para eles o seguinte: que violência é fator de risco para muitos e muitos problemas no desenvolvimento. Na balança deles, que sofreram violência, castigo corporal e estavam defendendo, muito possivelmente eles tiveram muitos fatores de proteção, tanto assim que estudaram, formaram-se e hoje têm uma profissão digna.

O que nós queremos é inverter essa balança para o mais fraco, aquela criança que apanha em casa e foge para a rua. E daí se envolve com drogas, com exploração sexual, enfim, toda essa história que vocês já sabem. Então, é por essa argumentação que a gente tem que explicar para as pessoas com a cabeça fria, porque a reação inicial é quase lhes dar uma surra.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Dra. Lúcia.

Passo a palavra, agora, à nossa querida Dayane, estudante do 7º ano do Ginásio Público Heitor dos Prazeres, no Rio de Janeiro. É um prazer tê-la aqui, Dayane.

**A SRA. DAYANE DA SILVA SANTOS** - Obrigada.

Bom dia! Para quem não me conhece, o meu nome é Dayane Silva. Eu tenho 13 anos e vim representar as crianças do Brasil.

O que eu posso dizer sobre a Rede Não Bata, Eduque? A Rede Não Bata,



Eduque é uma rede que tem como objetivo garantir os direitos da criança. Ajuda as crianças que sofrem violências física e verbal e orienta os pais sobre formas diferentes de educar o seu filho, sem o uso de qualquer violência.

O nosso trabalho na Fundação Xuxa é para que, em primeiro lugar, as crianças saibam que têm direitos, e que para eles serem cumpridos pelos seus pais elas devem exercer seus deveres.

Eu estou aqui hoje para representar as crianças e adolescentes que sofrem violência em casa, na escola e no seu próprio bairro. Sei disso tudo porque faço parte de um grupo chamado Participação Infantil. Mas o que é a Participação Infantil? Para mim, participação infantil quer dizer: as crianças e os adolescentes devem participar e questionar os adultos se eles estiverem errados e apoiá-los se eles estiverem certos. Assim, o seu filho vai ter uma relação maior com você. Ele vai se sentir confiante de saber que você está ali para apoiá-lo e dar conselhos. Assim, essa criança vai ter um futuro melhor. E quando ela estiver lá, brilhando, com a carreira que quiser seguir, você vai ter orgulho dela, pois o maior orgulho dos pais é que o seu filho seja alguém na vida.

Nós, crianças e adolescentes que fazemos parte do Grupo de Participação Infantil, saímos para vários lugares do Rio de Janeiro levando conosco a Roda de Diálogo. Essa roda tem o sentido de questionar as crianças e os adultos que sofrem violência.

Será que você vai ver, numa situação de violência, o adulto fugir de casa? Não. Quem foge nessa situação é o adolescente, que acaba indo para as ruas, e acaba achando o que ele sempre quis: liberdade. Junto com a liberdade, vem a responsabilidade, mas por ter sofrido tanto em casa, o adolescente não teve tempo de aprender o que é uma pessoa responsável. E, por conta disso, ele pode acabar morrendo. E depois da morte, o sofrimento e a sensação de culpa, ao mesmo tempo, acabam indo para os pais - o sofrimento de ter perdido o filho que pôs no mundo e a culpa por poder ter causado a morte do seu próprio filho. É triste, mas é a pura realidade.

Eu queria parabenizar os organizadores do evento por terem compreendido a importância da participação de um adolescente, pois o assunto diz respeito a nossa própria vida. Não podem faltar alternativas contra a violência, porque bater não quer dizer que o pai não saiba educar o seu filho, quer dizer que ele não acha outra alternativa a não ser agredi-lo. Desse jeito, a reprodução de violência acaba virando uma coisa normal.

Mas não basta apontar o dedo aos pais e aos responsáveis. Eu vim também com soluções e propostas para educar sem violência.

Estas são as propostas de crianças e adolescentes do Brasil: falar com as crianças palavras de incentivo; em lugar de um tapa, um abraço e um bom conselho; acreditar no que elas dizem; quando a criança errar, ajude-a a entender o seu erro; dar mais atenção aos filhos; participar e acompanhar a sua vida nos diversos espaços que frequentam - praça, escola, rua; não tratar os filhos com



indiferença, pois os filhos também podem ser um bom exemplo para os pais. Assim como os pais ensinam coisas para os filhos, os filhos podem ensinar coisas para os pais. Os pais devem explicar como fazer, e os filhos devem tentar fazer direito; falar para os filhos os seus direitos e deveres, para que eles possam ajudar a construir a sua educação; tratar todos os filhos da mesma maneira, pois todos somos iguais em direitos e deveres.

Essas foram algumas das 30 propostas do Simpósio Nacional dos Direitos das Crianças e Adolescentes de 2009, no GT Criança e Adolescente.

Obrigada. *(Palmas.)*

A Ana Paula ajudou-me a separar algumas fotos que foram tiradas nos nossos eventos, no Encontro Tecendo a Cidadania, no Chapéu Mangueira.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

*"O que as crianças e adolescentes pensam sobre participação?" Essa foi uma pergunta feita para uma menina de 11 anos. Ela fala: "Para mim, é uma oportunidade de nós, jovens, colocarmos a boca no trombone. Além do mais, participar de um lugar cheio de adultos é poder colocar um pouco de alegria."*

Essa é a passeata que fizemos na Candelária este ano.

Aqui é outra menina - acho que ela é da fundação -, que disse: *"Para mim, é você poder fazer a diferença. Como? Opinando sobre o que acha importante para você e para os adultos, para os outros. É muita responsabilidade."*

Esta foi tirada numa conferência.

Esta, no simpósio nacional.

Esta, numa roda de diálogo que fizemos numa escola.

Outras rodas de diálogos.

Esta aqui foi no Observatório Nacional de Boas Práticas.

Esta foi no Seminário Regional - Fórum DCA.

Este foi o lançamento da campanha sobre violência sexual contra crianças e adolescentes.

Esta foi a ação comunitária que fizemos na praça de Pedra de Guaratiba.

*Outra criança, que diz: "É como se você desse o primeiro passo. A cada passo, um conhecimento; em cada conhecimento, um saber; em cada saber, um pouco mais de experiência; com mais experiências, novos aprendizados. Participar deste grupo é como crescer se aprimorando."*





Estas aí foram na Escola de Samba Mirim, na Caprichosos de Pilares.

É isso. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Dayane. Foi um prazer escutá-la.

Passo a palavra, neste momento, ao Prof. Wanderlino Nogueira Neto, membro da Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente.

**O SR. WANDERLINO NOGUEIRA NETO** - Obrigado.

Quero saudar a Mesa, em especial, como amostra do que está na plateia. Em especial, queria saudar os Deputados da Frente Parlamentar, que em tão boa hora abrem espaço para discutir a parte de baixo do *iceberg*. No acidente do Titanic, quem o afundou não foi a ponta, foi a parte de baixo. E nessa questão dos castigos corporais, essa parte de baixo do *iceberg* é que nós não olhamos, não sabemos que existem, e ficamos presos à visibilidade da violência, do extermínio, da exploração sexual e de outras formas mais claras, visíveis e condenáveis de violência.

O senso comum gosta de omitir e de fingir que essas formas de violência, praticadas normalmente no ambiente da família, da escola, da comunidade próxima, não são violência.

Os depoimentos iniciais apresentados aqui mostraram exatamente isto: é o pai e a mãe que dão com a cinta, que dão palmadas, e dizem: "*Mas não faço isso com violência*". A cultura da nossa sociedade é paranoica. Então, conseguem dar uma cintada e dizer que não está praticando violência. Por quê? Porque, no passado, "*na minha família se fazia isso*"; porque "*o pepino se torce quando ainda está novo*". Por quê? Sempre há uma justificativa.

Na verdade, a real justificativa é: eu treinei um cachorrinho, e ele deixou de fazer xixi na sala porque eu batia no focinho dele; na hora em que ele fazia, esfregava o nariz dele e batia. Ninguém compara essa situação com a situação do gatinho, do cachorro, do cavalo ou do urso, no circo, que também são treinados à custa de pancadas. Eu não entendo por que não fazemos esse tipo de comparação, porque, na verdade, o que fazemos é isto: sob o rótulo de educar o seu filho, o seu aluno, o seu atendido, entidades de atendimento, não estamos educando, na verdade. Estamos treinando.

E por que isso? Para mim, existe uma questão central: nós não sabemos colocar a criança e o adolescente como sujeito, como pessoa de direitos fundamentais, de direitos humanos. Esse é o grande problema. No dia em que nós conseguirmos introjetar na nossa cultura, na sociedade como um todo, e mesmo no Estado, nas organizações sociais que atuam nos governos que, na verdade, crianças e adolescentes são pessoas humanas e têm direitos fundamentais, começa a caminhada.



No Brasil, nós começamos na luta por direitos das crianças e dos adolescentes sem usar o nome completo "direitos humanos". É estranho. Quando participamos de eventos internacionais, sempre nos perguntam isto: *"Por que vocês não falam direitos humanos da criança e do adolescente?"*

A primeira vez em que nós, da coligação da sociedade civil, fomos a Genebra, no Comitê dos Direitos da Criança, um professor italiano estranhou exatamente isto: *"Por que não se mencionam direitos humanos da criança e do adolescente?"*

É que, na verdade, nós vínhamos de duas vertentes: uma vertente de esquerda ortodoxa, que achava que o discurso de direitos humanos é um discurso pequeno burguês que, na verdade, oculta as verdadeiras lutas da classe trabalhadora etc. É um discurso ortodoxo rançoso, envelhecido, mas que, no Brasil, foi muito forte. Eu ouvi muito isso no passado, quando participava das lutas iniciais pela redação do art. 227, pela ratificação da convenção, e, depois, pela elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Eu não vinha da área da "criançologia", vinha da área de direitos humanos, uma área mais ampla, onde se discutiam os direitos humanos da mulher, direitos humanos de afrodescendentes - isso, na Universidade Federal da Bahia, no NUDIM - e das minorias eróticas. Quanto às minorias eróticas, nos referíamos principalmente ao público LGBT, prostitutas, prostitutos etc. Era uma sina. Geralmente, as entidades que queriam nos financiar corrigiam os nossos projetos e botavam: "minorias étnicas". Ninguém acreditava que nós falávamos em "minorias eróticas" em 1985, 1986.

Então, nós falávamos muito em direitos humanos gerais; e direitos humanos especialmente das mulheres e dos afrodescendentes, que sabiam se organizar, que sabiam buscar o seu empoderamento identitário, o empoderamento de sua face identitária como mulher, afrodescendente, população indígena.

Mas confesso aos senhores: o nosso discurso inicial não mencionava criança e adolescente. E quando eu inventei trazer para o nosso seio a discussão sobre direitos humanos de crianças e adolescentes, muitos companheiros estranharam trazer a questão de crianças e adolescentes para o campo dos direitos humanos específicos e falar de uma identidade própria. *"Criança e adolescente têm identidade política, têm identidade social? Poderão ter uma identidade jurídica mesmo?"*

Então, a nossa história vem ou da filantropia, que tinha a criança e o adolescente como um *per capita*, um atendido, alguém que nos levaria, no seu atendimento, ao céu, garantiria um lugar no céu, era a filantropia geralmente de fundo religioso; ou, então, o esquerdismo ortodoxo que eu mencionei.

A luta por direitos humanos no Brasil é muito recente. A explicitação dos direitos humanos entre nós é recente, e no campo da criança e do adolescente é mais recente ainda. O castigo corporal, o tratamento cruel e degradante, tão aceito pelo senso comum, nasce exatamente disso. Dado que a criança e o adolescente





são uma coisa, um objeto de proteção, de tutela da família, da comunidade, da sociedade, do Estado, por que falar de direitos humanos no caso deles?

O exemplo que o Prof. Paulo Sérgio deu, do esbofeteamento de uma esposa, ou de um funcionário, ou de um colega chocaria. Por quê? Porque são pessoas. Mas, no fundo, só temos o discurso de direitos humanos da boca para a fora. Enquanto nós não colocarmos como uma condição preliminar de todas essas lutas - o combate à exploração sexual, ao extermínio; o combate ao castigo físico, cruel e degradante -, não colocarmos isso como uma decorrência da luta afirmativa por direitos humanos, nós vamos continuar com este discurso esquizofrênico que nós temos, dividido. Não sei se é esquizofrenia ou bipolaridade, no nosso caso. De qualquer maneira, a nossa sociedade tem um sofrimento mental muito forte a respeito do tratamento de criança e adolescente.

Mas a raiz disso está em não considerar criança e adolescente como pessoa humana e, sim, como um objeto de tutela. Quantas vezes nós, que trabalhamos pela implementação do Estatuto, não já ouvimos esta frase: *"Só fala de direitos, e não fala de deveres"*.

Ora, companheiros, os senhores já viram fazerem um estatuto de direitos e falar de deveres? Dos deveres as outras leis já falam.

Lembro-me de quando o Estatuto da Mulher Casada foi editado. Para que ele foi editado? Exatamente para proteger - ou emancipar, eu prefiro dizer, porque sob o rótulo de proteção é que acontecem todas as formas de castração.

No Brasil, nós não buscamos nos avanços da convenção a nossa fonte. E a fonte da convenção não é proteção. Apesar de nós falarmos tanto em doutrina de proteção integral, na verdade, a convenção não traz nenhuma doutrina de proteção integral. Perdoem-me a heresia que foi dizer aqui, mas o foco é a novidade, o foco é transpor a ideia de proteção especial da antiga declaração e falar da possibilidade de se lutar pela emancipação da criança e do adolescente como sujeito histórico, sujeito social e só depois sujeito de direito.

No Brasil, nós temos a luta por sujeito de direitos, que é formalista, mas não damos espaços para a criança e o adolescente se construírem como sujeitos históricos, construtores de sua biografia e construtores de sua história.

Então, nós trazermos para nós muitos vícios. Quando nós utilizamos este rótulo "proteção especial", claro que foi com a melhor das intenções, porque se tentava contrapor à doutrina da proteção especial, da proteção tutelar. Como o Brasil queria superar a doutrina da proteção tutelar, procurou uma outra forma de linguagem, que era próxima e não chocaria tanto a nossa sociedade, que é protetiva em relação a animais, mulheres, índios. Nós só sabemos proteger tutelando. Aí se encontrou o rótulo "proteção integral", para não estomagar demais a nossa sociedade.

Mas, na verdade, a grande novidade da convenção foi falar de direitos de participação: o direito de ser ouvido e ter sua opinião considerada; o direito de



livre associação; o direito de livre religião, livre expressão, livre associação; enfim, todas as formas de direito de participação. Essa é a grande novidade. E nós deveríamos trazer esses valores, porque antes da norma jurídica, existem valores. Como nós não absorvermos bem esses valores na nossa legislação... Estatuto, LOAS etc. são avançados, sim; todavia, têm o pezinho preso na lama do protecionismo tutelar.

Castigo físico é extremamente humilhante e degradante. Ele é exatamente um grande reflexo dos valores da doutrina tutelar. Nós não sabemos vencer essa doutrina tutelar. E toda vez que fazemos alterações na legislação nos esquecemos de ressaltar o direito à participação.

No Brasil, encontramos um modismo, que é falar de protagonismo. Ora, protagonismo é uma metodologia de participação e não se aplica em todo caso. Não queremos atores principais em todos os espaços. Com isso, às vezes criamos verdadeiros monstros, uns menininhos chatos que são protagonicos. Vereador mirim, Prefeito mirim, engravatados. Desculpem-me a caricatura, mas eu não gostaria de ver um adolescente reproduzindo discurso de adulto, vestido de adulto e se comportando como adulto opressor, dominador.

Então, existe o adultocentrismo, que é a dominação do mundo adulto sobre a criança. Às vezes os programas de protagonismo criam um adultocentrismo deformado, que são adolescentes ou jovens adultocêntricos também.

Precisamos abrir espaço para que eles se expressem. E, por favor, considerar opinião não é obedecer. Muitas vezes, no campo da educação formal, vejo professores dizerem em relação a ouvir e considerar a opinião: *"Quer dizer que vamos ter que obedecer, vamos ter que cumprir tudo que uma criança ou um adolescente pede?"* Não. Considerar é inclusive não concordar com aquela opinião; considerar é pelo menos partir para o não concordar a partir da fala do adolescente. Eles precisam ser mais respeitados, principalmente o adolescente, para que não sejamos bois de presépio diante da fala deles só formalmente, mas depois: *"Você viu que idiota? Ouviu o discurso dele? Não tem capacidade!"* Adolescentes e crianças podem não ter capacitação, mas capacidade têm, e às vezes têm mais capacidade do que muitos adultos. Falta-lhes apenas o seu empoderamento identitário, que é uma coisa, e a capacitação em conhecimentos científicos e treinamento em habilidades.

Então, esse projeto de lei, na verdade, é uma explicitação de algo que já está no direito brasileiro, mas precisamos de explicitações. Se pegarmos a convenção, se pegarmos a Constituição Federal já temos normas suficientes em termos de princípios jurídicos para coibir, mas o Brasil precisa não só de normas principiológicas, porque não sabemos trabalhar com normas e princípios, precisamos sempre da norma regra, que chamo de "receita do bolo".

Então, vamos lutar para que tenhamos uma receita de bolo que especifique melhor quantos ovos, quanto de farinha de trigo e quanto açúcar vai nesse bolo.

De qualquer maneira, eu queria parabenizar esta Casa pela possibilidade de



termos essas normas regras que explicitem melhor e que fujam também do penalismo excessivo.

Nós, no Brasil, sempre achamos que se resolve tudo com o tacão do Direito Penal: seria colocando os pais na cadeia que resolveríamos a questão. Não é o Direito Penal, que hoje é um direito falido, mas a educação, a formação das famílias.

Eu vivi isso no UNICEF. Trabalhei em Cabo Verde, onde a taca, a palmatória, como chamamos no Brasil, era algo sagrado dentro da escola e inclusive nas famílias. Os maridos tinham o direito de usar a taca, que era um chicote, em suas esposas desobedientes e em seus filhos. É interessante quando o foco do poder muda. Grande imigração, famílias chefiadas por mulheres, que se tornam estivadoras, trabalhando. Lá fora elas bebem, voltam, chegam em casa e dão belíssimas surras em seus maridos, porque não cuidaram dos filhos e não cuidaram da casa.

Então, na verdade, é a dominação. Não interessa. Vemos como a mulher introjeta, como diria Paulo Freire, o opressor dentro de si e, na primeira oportunidade, a taca, que nós, do UNICEF, lutávamos para sair da parede da casa e de escolas, volta pela mão das mulheres.

Eu queria concluir parabenizando esta Casa e dizendo: tenham-me como combatente nessa luta, porque sou, antes de tudo, um combatente da luta por direitos humanos, um combatente da luta por direitos humanos da criança e do adolescente. Ai de nós se sairmos desse foco. Não teremos respaldo para justificar normatizações, como esta nova que vem aí.

A grande justificativa é: criança e adolescente são sujeito histórico, sujeito social e, conseqüentemente, sujeito de direitos; eles são sujeito de direitos fundamentais. O direito de não ser espancado por seus pais, educadores e cuidadores é um direito fundamental, que ultrapassa qualquer legislação ordinária, mas qualquer legislação ordinária que vier fortalecer esses princípios jurídicos terá o meu apoio pessoal e o apoio da minha entidade aqui representada.

Quero reconhecer a nossa coordenadora nacional, Perla, do CEDECA-DF, que aqui está. Tenho certeza de que posso falar também pela ANCED, por Perla, aqui presente, que é a voz também da ANCED e, portanto, é a voz do Defense for Children International, do qual nós somos a Seção Brasil.

Obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Prof. Wanderlino.

Gostaria de registrar a presença do Deputado Gastão Vieira, do PMDB do Maranhão; do Deputado Nazareno Fonteles, do PT do Piauí; e do nosso Deputado Arnaldo Jordy, do PPS do Pará, que acaba de chegar e é também um grande defensor dos direitos humanos da criança e do adolescente. É um prazer



tê-los aqui.

Passo a palavra, neste momento, para Carmen de Oliveira, Secretária Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, ligada à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.

**A SRA. CARMEN SILVEIRA DE OLIVEIRA** - Bom dia a todas e a todos. Saúdo as Deputadas combatentes da Frente Parlamentar, ou, melhor dizendo, os Parlamentares combatentes das frentes parlamentares - temos vários integrantes aqui -, e saúdo os demais combatentes que estão aqui também participando desta audiência pública.

Eu tenho a missão de substituir a insubstituível Ministra Maria do Rosário, que é a titular da Secretaria de Direitos Humanos e que, não apenas na condição de Ministra, mas também de Parlamentar que propôs o primeiro projeto de lei com esse tema, anos atrás, infelizmente, não pôde estar aqui conosco neste momento. E eu a represento.

Para nós, no Governo Federal, foi não apenas uma honra, mas uma obrigação receber a Rede Não Bata, Eduque, em 2009, com uma proposta que gerou, então, a construção deste projeto de lei que o Executivo encaminhou ao Congresso Nacional.

Entendemos, naquela oportunidade, que estaríamos cumprindo à risca a recomendação que o Comitê dos Direitos da Criança havia feito ao Brasil no seu primeiro relatório, em que, na Recomendação 43, foi escrito exatamente isto: *"Recomenda-se que o Brasil proíba explicitamente a punição corporal na família, na escola e nas instituições penais, e empreenda campanhas educativas para educar os pais sobre alternativas de disciplina"*.

Em decorrência disso, nós tivemos várias outras referências, já citadas pelo comissionado Paulo Sérgio Pinheiro, o que eu não repetirei aqui, mas entendemos que o que estava em jogo era desnaturalizar aquilo que havia sido incorporado como um comportamento banalizado na sociedade brasileira.

Foram referidos aqui dois fatores que, no nosso ponto de vista, não estão dissociados um do outro, e, no caso brasileiro, eles precisam ser levados em conta. De um lado, a visão adultocêntrica, do adulto que tem a razão, do adulto que sabe o que é melhor para a criança e para o adolescente, mas também o tema da naturalização da tortura no nosso País, desde as origens da escravatura, o que justifica, até hoje, o que acontece nas prisões brasileiras; o que justifica, até hoje, o quase silenciamento sobre o período da ditadura que tivemos no Brasil recentemente, no século passado.

É preciso justamente tirar esta invisibilidade que, às vezes, o que se banalizou gera no nosso ambiente. Uma invisibilidade que talvez tivesse poupado a vida, por exemplo, de Isabella Nardoni, porque seus vizinhos não teriam banalizado os gritos daquela criança no meio da noite.



Por isso, preconizamos que essa lei, em vez de Lei da Palmadinha, deveria ser nominada Lei Isabella Nardoni, assim como já se incrustou em nosso imaginário que Lei Maria da Penha é a lei que garante o direito de as mulheres viverem sem violência.

Quanto a essa mudança cultural em curso, meu mestre Wanderlino referiu-se aqui ao tema do treinamento, da palavra "adestramento". Hoje existem técnicas de adestramento de animais em que não se utilizam da violência física; adestram-se cavalos, cachorros... Hoje, temos a proibição da violência física no futebol. Ganha-se cartão vermelho e a pessoa é expulsa de campo quando pratica a violência. Temos a própria Lei Maria da Penha, que já proíbe a violência contra a mulher. Então, estamos (*falha na gravação*) em relação a isso.

Cabe lembrar que, inclusive, foi em nome da lei de proteção de animais que se garantiu proteção às crianças que estavam sendo maltratadas no ambiente doméstico nos Estados Unidos, no século XIX.

Também cabe esclarecer que, com essa lei, não queremos a criminalização dos pais e dos cuidadores de crianças e adolescentes, pelos mesmos motivos já referidos pelo Dr. Wanderlino, muito embora a legislação atual seja, inclusive, mais punitiva do que o que está posto nesse projeto de lei. No Código Civil de 2002, o art. 1.638 prevê a punição de pais na prática de castigos imoderados a seus filhos, crianças e adolescentes.

Já fica difícil situar o que é castigo moderado e o que é castigo imoderado. De qualquer forma, há previsão da perda do pátrio poder. No entanto, nesse projeto de lei não estamos punindo o pai nem com a perda do pátrio poder nem com qualquer outra pena a ele aplicada. A abordagem prevista é eminentemente educativa, obriga o Estado brasileiro a desenvolver campanhas educativas junto aos seus cuidadores e pais, obriga o Estado brasileiro a incluir no currículo escolar essa temática, de modo que se possa trabalhá-la no sentido da autodefesa das crianças e adolescentes. A única medida que é aplicada a quem agride fisicamente crianças e adolescentes já está prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente e consta como medida protetiva, é uma medida de orientação aos pais ou de encaminhamento para tratamento, no caso de haver uma conduta que implique dificuldades de manejo psicológico.

E como o Governo Federal chega a esse processo? (*Falha na gravação.*) ...que temos o dever de meter a colher. Ou seja, via de regra, somos criticados por estarmos infringindo ou entrando no ambiente doméstico e tentando regulá-lo. No entanto, o próprio Estatuto nos institui essa responsabilidade, uma responsabilidade da família, da sociedade e do Estado. Quando falha a família e quando falha a sociedade, mais responsabilidade ainda se entende ter o Estado.

Nesse sentido, o Governo Federal já empreendeu, e empreende, várias iniciativas que estão na linha desse projeto de lei. Por exemplo, o Programa Escola, do MEC, que orienta os professores a identificarem essas situações em sala de aula e trabalha o professor para melhor acompanhamento das crianças e adolescentes nesse processo; o PROINFÂNCIA, que deve implementar 6 mil





creches nos próximos 4 anos, deve trabalhar junto às crianças e aos pais temáticas relacionadas a valores em direitos humanos; o Programa Saúde da Família, do Ministério da Saúde, que tem como ponta de lança a entrada no ambiente doméstico e o diagnóstico das situações, inclusive as de violência, com orientação aos pais. Estamos fazendo todo o esforço, principalmente nos últimos anos e com muito mais força nos próximos 4 anos, para qualificar a atuação dos Conselhos Tutelares. Por exemplo, no tema de crianças desaparecidas, crianças que fogem de casa, via de regra, a grande maioria dos motivos que levam a essa situação diz respeito à violência doméstica que acontece em casa. Então, não adianta localizar a criança se sua família não for retrabalhada, e nisso o Conselho Tutelar tem papel fundamental.

A partir do próximo ano, enquanto Secretaria de Direitos Humanos, abriremos uma linha de financiamento para projetos que fomentem o direito à participação de crianças e adolescentes. Fizemos uma autocrítica no sentido de que a sociedade civil tem incidido bem mais nesse tema do que o poder público, e, nessa linha, iremos incentivar projetos que trabalhem com a autodefesa de crianças e adolescentes, como na mediação de conflitos, para que as próprias crianças e adolescentes saibam como resolver pacificamente seus impasses ao sofrerem, por exemplo, o *bullying* e outras ameaças.

Sinalizo trazendo uma reflexão sobre a questão da mulher nesse processo. Temos hoje, no Brasil, uma nova configuração familiar, que faz com que cada vez mais as mulheres sejam as provedoras. Hoje, as famílias são unicelulares, porque o pai já está ausente da casa. E nos impressionam os dados da pesquisa de que a mãe bate mais no menino. Em quase todas as ocorrências, a mãe bate no menino o dobro do que bate na menina. Possivelmente pela ausência do pai, a mãe tem de mostrar seu poder pela força física.

Então, acho importante resgatarmos o papel do homem. Ou seja, neste momento que estamos vivendo em que a mulher trabalha fora e tem outro tipo de inclusão e de participação social, é preciso que se manifeste uma nova masculinidade. Um homem mais presente, um homem com mais sensibilidade, para acompanhamento de seus filhos.

Por último, a respeito do mapa ali colocado, o Brasil já se coloca entre as maiores potências do mundo. Tratamos de pintar o Brasil no mapa também dos países que asseguram o direito de as crianças e adolescentes crescerem sem violência.

Entendemos que aprovar esse projeto de lei seria a melhor forma de o Parlamento comemorar os 20 anos do Estatuto, que foi formulado nesta Casa.

Obrigada. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Carmen.

Passo a palavra agora à também Coordenadora da Frente em Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, nossa Deputada Teresa Surita.





**A SRA. DEPUTADA TERESA SURITA** - Quero agradecer, em primeiro lugar, a presença de todos os especialistas que vieram falar de assunto tão importante quanto o projeto de lei que trata dos castigos corporais. Quero agradecer ainda a presença do Sr. Paulo Sérgio Pinheiro, do Dr. Wanderlino, da Lúcia, da Angélica, da Dayane, de todos os nossos parceiros e de todos os Deputados.

Acredito que hoje temos realmente de comemorar, porque seria uma audiência pública da nossa Frente Parlamentar, e nós tivemos a alegria de o Presidente Marco Maia instalar a Comissão que vai tratar do projeto dos castigos temporais, que já está há tanto tempo nesse caminho para ser debatido e aprovado. Eu acho que neste momento nós realmente damos um grande passo.

Essa rede, que tem se mostrado tão unida, mais do que nunca precisa ficar assim, para que nós possamos, de fato, mostrar para o Brasil a importância do que é falar sobre os castigos corporais.

De todas as falas, que contribuíram muito, eu acredito que o Dr. Wanderlino fez uma colocação bastante forte. As nossas leis são realmente muito avançadas, mas a nossa sociedade e, talvez, a nossa história de vida não acompanhem aquilo que nós mesmos fazemos.

Por falar em história, acho que, se pararmos para ver a história de cada um de nós, os exemplos do que precisa ser mudado todos nós sabemos, mas, num País como o nosso, com tantas diferenças sociais ainda, essa lei precisa ser vista como algo que vai cooperar com as famílias, e não apenas como a lei da palmada ou a lei daquele que vai interferir na educação de seus filhos. Não é isso. É também educar a família no sentido de como tratar o seu filho. Mas é mais do que isso. É a questão do professor, da comunidade; é a questão da violência, de uma geração de violência, por quem nós também somos responsáveis.

Eu fui educada pela minha avó e pela minha mãe. A minha avó... Eu me lembro que o meu avô usava terno de linho branco, e a minha avó passava esse terno de madrugada porque ele não queria que tivesse nenhuma ruga o terno dele. E ela fazia aquilo com toda a dedicação, embora, na época de calor, não fosse fácil, porque o ferro daquela época também não tinha essa facilidade toda de hoje.

Já a minha mãe trabalhava fora. Minha mãe era professora e tinha já outra condição, embora seguisse todas as regras da época, em termos da questão do casamento e daquilo tudo que nós conhecemos tão bem.

Eu já criei minhas filhas de uma forma diferente. Dei a possibilidade - eu diria o direito - da liberdade em muitos aspectos. Eu entendo que a mudança da mãe e da mulher está ligadíssima com relação à atual questão da mudança também do direito das crianças.

Eu entendo que tudo isso precisa ser debatido e demonstrado e, principalmente, que mecanismos, campanhas e caminhos devem ser criados para que possamos levar isso a todos os lares.



Eu lembro também que eu tinha uma professora chamada D. Teresinha no grupo escolar. No grupo escolar. Ela apertava sempre a orelha de um menino. Quando ela apertava a orelha, ela fechava assim a boca e transformava sua fisionomia. E eu morria de medo de, um dia, também ter a minha orelha torcida.

Hoje, nós não admitimos qualquer tipo de atitude desse nível com nossos filhos. Ou seja, por que nós podemos ter o direito de fazer? Eu entendo que passa por essa discussão a questão da família, mas, muito além, vai para o professor, vai para a comunidade, vai para chegar ao limite de uma Isabella Nardoni.

Realmente, será que, se a vizinhança tivesse sido um pouco mais atenta, se os vizinhos de apartamento estivessem preparados para ouvir alguma coisa que não estivesse correta, não teriam evitado essa situação que chocou todos nós?

Eu entendo que hoje, realmente, damos um passo. Gostaria de pedir a continuidade dessa união, para que possamos despertar o Brasil para que valorize seus filhos e não bata ou para que ouça e não agrida, porque a questão da educação fica realmente marcada na alma de todos nós.

Eu gostaria inclusive de dizer aqui que a Deputada Liliam Sá procurou hoje a mim e a Erika com o objetivo de fundirmos nossas Frentes Parlamentares numa só (*palmas*), para que possamos ter a força dela, que é uma lutadora, e com isso ainda ficar mais fortes nessa luta.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Teresa. Realmente, nós ficamos muito felizes com a possibilidade de fusão da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente com a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente. Também fomos procuradas pelo Deputado Roberto de Lucena, que faz parte da Frente de Combate ao Bullying e também quer se unificar com as demais Frentes. (*Palmas.*) Nós vamos, então, fazer a fusão de mais duas Frentes e vamos fortalecer a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente.

Eu penso que é claro que há um descompasso muitas vezes entre uma lógica de valores, a mudança de valores, os marcos de valores e os marcos legais. Há um descompasso. Mas, sem nenhuma dúvida, quando avançamos no marco legal, nós também contribuímos para a mudança de valores. É um processo dialético.

Portanto, o Estatuto da Criança e do Adolescente foi importante para que houvesse uma reflexão da sociedade sobre a lógica de respeito e de visibilidade humana da criança e do adolescente. Eles eram invisíveis enquanto seres humanos, desprovidos da condição de seres humanos, uma condição, a meu ver, que dialoga e se reconhece na condição de sujeito, sujeito histórico, sujeito de desejos, que, muitas vezes, são negados e emudecidos, sujeitos de direito.

A partir do Estatuto da Criança e do Adolescente, nós estabelecemos e damos



visibilidade humana à criança e ao adolescente. Com o projeto que está em discussão - e está sendo lançada hoje a Comissão Especial para que nós possamos analisar e oferecer um relatório que, a partir daí, será transformado em lei no País -, nós vamos dar visibilidade ou reafirmar o escopo do Estatuto da Criança e do Adolescente. Portanto, nós vamos acrescentar algo ao ECA.

O projeto traz uma novidade muito interessante, porque a lei em si é um signo, é fruto de um amadurecimento da sociedade, de segmentos da sociedade, mas também ela é semente de amadurecimento. É um processo dialético, porque a vida é dialética, a vida tem seus contrapontos. Ela vai crescendo e avançando a cada dia que passa em espiral, uma espiral bem tecida.

Esse projeto foi tecido, a construção da Comissão foi tecida, e esse amadurecimento também é tecido. As grandes transformações, penso eu, são cada dia mais tecidas. É como pegarmos os fios, os fiapos de vida que muitas vezes estão sob os escombros da invisibilidade, os escombros do adultocentrismo, da discriminação e, a partir daí, construirmos progressos ou um novo amanhã.

Hoje é um dia em que estamos extremamente felizes, porque houve coincidência e construção nesta audiência pública para que pudéssemos instalar a Comissão e, a partir daí, termos um prazo. Nós estamos tendo um prazo para fazer com que os direitos humanos adentrem as casas e não paremos na soleira, como foi falado pelo nosso Embaixador. Que não fiquem na soleira os direitos humanos, mas que adentrem as casas, para que possamos romper com essa lógica adultocêntrica, que é a lógica do mais forte sempre dominando o mais fraco, a lógica do poder, o poder se impondo sobre o outro, a lógica da negação da condição humana para o outro, se ele não tiver a mesma força.

Isso significa construir uma sociedade onde todas e todos possam ter o mesmos direitos, independente do país em que estão, independente da condição que carregam, independente da cor que têm, da etnia, independente de qualquer coisa, que possam ter os mesmos direitos. Isso significa adentrar o núcleo familiar para colocá-lo envolto de uma lógica de defesa dos direitos.

Portanto, acho que nós estamos dando um salto importante. Estamos superando, indo para além do Código Penal - achei interessante o que o Prof. Wanderlino colocou -, para que nós possamos repensar as medidas cautelares já previstas inclusive no Estatuto e não tenhamos a lógica da criminalização, mas a lógica da reflexão. E que haja condição de o Estado oferecer as políticas públicas necessárias para que essa reflexão possa se dar.

Nós temos 120 dias para apresentar um relatório. Vamos trabalhar nesse sentido, todos os membros da Comissão, para que tenhamos esse relatório e possamos dizer que foi neste dia 30 de agosto de 2011 que instalamos uma Comissão; e essa Comissão, em 120 dias, ou menos que isso, ofereceu um relatório para abolir o castigo corporal de crianças e adolescentes, abolir como aboliu o de todas as pessoas, abolir como aboliu o das mulheres. Abolir significa: *"Dá licença, eu sou gente, sou ser humano e preciso ter os mesmos direitos naturais e os*



*mesmos direitos legais de um ser humano".* Eu acho que este é um marco importante e é um dia que vai parte da nossa história.

Por fim, quero dizer que dados do UNICEF mostram que 80% das agressões contra crianças e adolescentes são feitas por parentes próximos e que nós temos 18 mil crianças (dados da SIPANI) vítimas de violência doméstica, por dia, no Brasil. Nós não estamos falando de qualquer coisa. Não estamos falando de qualquer coisa! Nós estamos falando de crianças que associam educar com machucar, porque lhes é imposto o educar com machucar, e pensam que educar está associado a machucar. E, como foi dito na exposição da Rede, elas mudam por um tempo o comportamento, diante do agente agressor, mas, como tal comportamento não é fruto de um amadurecimento e de uma construção, tende a não se manter. Portanto, nós não temos a mudança do comportamento, mas temos a naturalização da lógica do mais forte dominante e a naturalização da violência.

Com essas palavras, nós vamos abrir o debate para os Parlamentares, para que eles possam se posicionar. Nós temos vários Parlamentares inscritos.

Passo a palavra, pelo tempo regimental de 3 minutos, para a nossa primeira inscrita, Deputada Sandra Rosado, membro desta Comissão.

**A SRA. DEPUTADA SANDRA ROSADO** - Obrigada, Sra. Presidenta.

Eu quero, inicialmente, parabenizar todos os Parlamentares, homens e mulheres, que participam desse trabalho, não somente nesta Comissão Especial, mas também em todas as Frentes que agora estão se fundindo para fortalecimento desse trabalho.

Com muito orgulho, eu quero dizer que fui Relatora desse projeto de Maria do Rosário na Comissão de Constituição e Justiça e acompanho esse trabalho desde essa época. Inclusive nós sentimos que, quando isso foi lançado, houve uma reação muito grande. Eu mesma, como Relatora, tinha preocupação porque muitas pessoas não entendiam o que era exatamente o projeto de Maria do Rosário, inclusive considerando-o uma interferência nas famílias.

Então, esse cuidado a gente deverá ter, principalmente através das pessoas que tão brilhantemente aqui fizeram as suas exposições) e que terão o poder de levar também aos vários Estados e Municípios brasileiros a noção exata do que ele é.

Dayane, você poderia ser essa condutora em todo o Brasil - não sei se o tempo que você tem para ir à escola vai permitir que você participe disso -, porque foi muito bonita e muito interessante a sua participação. E quero, através de você, Dayane, homenagear e agradecer a todos os outros expositores.

A minha preocupação - e vou falar muito rapidamente, até porque tenho uma audiência agora - é com a banalização do bater na criança, que acontece hoje nas famílias. A própria Deputada Erika colocou aqui um dado a respeito de qual é o percentual da violência praticada contra as crianças, dentro ou fora de casa, por



familiares ou pessoas próximas.

Essa é uma verdade também em relação às mulheres, exatamente porque há uma cultura de que a mulher é fraca, assim como a criança. Então, os que se acham possuidores do poder batem na gente - quando batem em uma mulher, atingem cada uma de nós e também as crianças.

O que eu acho que é interessante é o estímulo à cultura da paz. Alguns Estados brasileiros já estão implantando secretarias que vão trabalhar nesse sentido. Alagoas, por exemplo, que tem uma história terrível de drogas, está enfrentando e vencendo esse problema, por conta do trabalho realizado por uma secretaria que é exatamente a da cultura da paz, que envolve muita coisa.

Temos que ver sempre a estimulação dessas famílias para que elas participem do debate. O que acontece hoje, graças a Deus, não é o que aconteceu há 50, 45, 40, 30 ou 20 anos, mas ainda acontece, em relação à violência, ao ato de bater.

Eu me sinto muito privilegiada. Eu fui uma criança danada. Sei que não havia motivo para apanhar, mas eu apanhei. Minha mãe é uma mulher maravilhosa. Minha mãe é um exemplo de vida para mim, de fortaleza. Hoje, está com 84 anos. Eu a considero uma mulher extraordinária. Mas, somente quando eu adquiri mais idade passei a entender por que ela me queria perfeita, coisa que eu não podia ser. Ela havia perdido os dois filhos. Restava uma filha. Então, hoje eu compreendo, era o pavor de que eu errasse. Não estou procurando encontrar justificativa, mas hoje eu penso que poderia ter sido esse um fato de que ela não conseguiu tratar. Ela pode ter transformado a dor, a saudade numa atitude que, tenho certeza, não era de desamor, mas isso poderia ter sido mais bem trabalhado.

Acho que foi o Dr. Wanderlino ou a Dra. Lúcia que disse que havia sempre uma reprodução. Porém, quando as pessoas tinham o privilégio de participar de outra forma da sociedade, de se educar, não reproduziam aquela cultura. Eu não bati nos meus filhos, e, na primeira vez em que eu tive vontade de bater, aconteceu uma coisa, parecia que o Nosso Senhor tinha dado um puxavante na minha orelha: "*Minha filha, criança...*"

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. DEPUTADA SANDRA ROSADO** - Bateu em mim, bateu para o bem.

Ela chegou com o irmão ensanguentado, dizendo que ele estava num galho de uma árvore e ela foi para o mesmo galho, que não aguentou o peso, e os dois caíram, e o irmão se acidentou. Eu fiquei danada. O menino estava ensanguentado, ela me dizia aquilo, e eu saí correndo atrás dela para pegá-la. Talvez nesse dia eu fosse lhe dar uma palmada, mas eu tropecei na soleira da porta, caí e quebrei o pé. Esse foi um puxavante muito bom.

Nesse caso, eu vejo três etapas: a de quando eu apanhei, quando criança; a de





quando eu não bati; e a de hoje, graças a Deus, quando meus filhos reproduzem algo maravilhoso. Eles não batem, há um diálogo muito franco, muito aberto. Eu, às vezes, chego a sorrir como avó do que vejo nos meus filhos, que realmente não reproduzem esse comportamento, porque eu também não o reproduzi. Eu tive vontade, uma vez, de reproduzi-lo, mas recebi esse puxavante, que foi muito bom.

Eu quero aqui dizer da importância deste nosso encontro, que é muito gostoso.

Dayane disse que os meninos fogem de casa para ter liberdade na rua. Mas é uma liberdade que não é realmente liberdade, porque a criança que não teve amor em casa, que foi espancada, que não tem teto, não tem família, que não tem compreensão, não tem um ombro amigo, não recebe uma carícia, um beijo, um abraço, ela tem uma liberdade que, a rigor, não existe. Infelizmente, ela está cada vez mais num cativeiro, está cada vez mais aprisionada, sem liberdade. Liberdade é ter casa, família, educação e, acima de tudo, amor. Então, temos que pensar nessa modificação que existe hoje, graças a Deus.

Desde quando a Câmara dos Deputados, há 20 anos, criou o ECA, uma lei avançada, estamos evoluindo e fazendo com que isso se consolide cada vez mais, não somente na cabeça dos Deputados e das Deputadas, não somente nesta Casa, mas também nas famílias brasileiras, quanto àquele cuidado que todos devemos ter.

Eu quero agradecer mais uma vez, inclusive à Deputada Teresa, que ontem me lembrou da hora de hoje.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

Peço licença para me retirar, porque vou ter de participar de uma audiência.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - V.Exa. não podia faltar.

Nós recebemos aqui uma mensagem da viúva de um professor de Brasília que foi assassinado. Por amor à escola, o Prof. Carlos Mota tentou enfrentar um grupo de pessoas, de traficantes, e foi covardemente assassinado. Nós guardamos o seu exemplo todos os dias das nossas vidas. Ela disse: *"Vale lembrar que esse ato pedagógico 'violento' gera adultos inconscientes, que, à menor contrariedade, matam, como ocorreu com o Prof. Carlos Mota"*.

Nossa homenagem muito especial a Carlos Mota, que enfrentou toda sorte de violência, com a própria vida inclusive, e nos deixou exemplo de uma pedagogia da paz, de uma pedagogia libertária.

Eu vou passar a palavra agora à Deputada Professora Dorinha. *(Pausa.)*

Parece-me que ela saiu. Se retornar, terá o direito de fazer uso da palavra.

Com a palavra o Deputado Osmar Terra, do PMDB do Rio Grande do Sul,





Coordenador da Frente Parlamentar da Primeira Infância, que trabalha muito harmonizada com a nossa Frente.

**O SR. DEPUTADO OSMAR TERRA** - É quase fundida com a outra Frente, porque tem como Vice a Deputada Erika Kokay.

Quero cumprimentá-la pela iniciativa. Acho extremamente oportuna a discussão sobre castigos corporais na infância.

Eu quero dar uma contribuição, falar um pouquinho sobre alguns aspectos até da ciência em relação aos castigos corporais. Dependendo da época, dependendo do desenvolvimento do bebê ou da criança pequena, os castigos corporais podem ter repercussão para sempre. Eles mudam a arquitetura do cérebro. Isso é algo de que pouca gente fala.

A negligência também é algo muito forte, é uma agressão. Mesmo sem ser uma agressão física, é uma agressão muito grande. Existe um período da vida em que o estresse prolongado, a produção de cortisol destrói neurônios, destrói conexões neuronais. É um período crítico basicamente nos primeiros 2 anos de vida. Nessa fase, se a criança é maltratada, é negligenciada, ela produz uma quantidade muito grande de cortisol, fica extremamente estressada, e isso gera lesões para sempre, muda a estrutura do cérebro para sempre. Ela fica inclusive com áreas não funcionantes do cérebro, por danos causados pelo excesso de cortisol. É muito mais sensível do que em qualquer outro período da vida. Então, uma criança maltratada pode ter problemas para sempre.

Eu acho que, hoje, até diminuíram os maus-tratos. Até a metade do século passado, a escola era um lugar de castigos corporais, de maus-tratos terríveis em relação às crianças. Isso foi mudando, mas essa mudança ainda é muito lenta. A nossa missão é acelerá-la.

Nós não estamos falando de um assunto banal, de dar tapa, não dar tapa na criança. Nós estamos falando da forma de se lidar com um ser humano indefeso, numa fase rica de desenvolvimento e de crescimento, que pode mudar a vida dele para sempre. Pode formar uma pessoa agressiva, quando não seria. Pode formar uma pessoa sem controle de impulsos, quando poderia ter esse controle de impulsos.

Então, este é um momento muito importante para fazermos uma análise e esclarecermos a população sobre isso. A divulgação desse conhecimento pode mudar a cabeça de muitos pais que estão tratando do assunto e dizem: *"Ah, eu dou tapa, e não há problema"*. Eu acho que, se os pais entenderem a repercussão que isso pode ter a longo prazo na vida do filho, eles mudam.

No Rio Grande do Sul, nós criamos um programa, quando eu fui Secretário da Saúde, chamado Primeira Infância Melhor. Esse programa acompanha em casa as crianças de famílias de baixa renda. Hoje, ele acompanha, semanalmente, 90 mil crianças de zero a 6 anos. Uma das funções desse programa é educar a família para que não bata nas crianças.



Alcança uma escala importante. São 60% das crianças de famílias de baixa renda no Rio Grande Sul. A meta é chegar a 100%. Isso começou no Governo Rigotto, continuou no Governo Yeda, e o Governo Tarso Genro manteve o Programa e o está estimulando. É um programa que certamente vai produzir uma geração um pouco diferente. Acho que vai influenciar esse desenvolvimento.

Não estou considerando apenas esse programa. Medidas concretas poderíamos também discutir. A Secretaria de Direitos Humanos está muito atenta a isso, está muito mobilizada. São questões que poderíamos trabalhar bastante.

Para terminar, eu queria fazer uma observação. Há algo que me preocupa muito, e eu vejo que é pouco tratado. Em nome da questão cultural, às vezes, é ignorado. Eu me preocupo muito com o infanticídio nas comunidades indígenas. Matar uma criança porque nasceu com defeito é algo inacreditável. É inadmissível que ainda exista isso. Não é bem o tema desta Comissão, mas acho que é um assunto que não pode passar batido, quando se consideram maus-tratos em crianças. Não há maus-tratos piores do que esse. Não existe coisa mais dantesca e grotesca. Por mais que os índios tenham um estatuto diferente, não dá para permitir isso e ficar calado diante dessa situação. Tem que haver ações do Estado e medidas legislativas duras em relação a isso.

Era o que eu tinha a dizer, Sra. Presidente. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Deputado Osmar Terra.

Passo a palavra à Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, membro desta Comissão.

**A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE** - Bom dia a todos.

Peço desculpas por causa de minha ausência momentânea.

Quero parabenizar os responsáveis pela instalação do Grupo de Trabalho da Comissão.

Na verdade, eu queria reforçar a necessidade de tratarmos de maneira mais direta da educação, embora seja um tema recorrente. Quanto ao papel da escola, do ponto de vista formal, há a questão da formação do professor, do seu olhar, do seu contato com a família, do que ele reproduz da noção de violência.

O MEC tem um programa, mas eu considero que é um programa periférico. Poderia ser realizado de maneira mais contundente, junto com Estados e Municípios, no que se refere a processo de formação, empoderamento dos Conselhos. Existem as Associações de Apoio à Escola. É possível realizar um trabalho integrado de orientação, de formação.

É preciso também - isto foi dito aqui pela representante da Ministra Maria do



Rosário - haver um atendimento diferenciado e um olhar para os Conselhos Tutelares. Os Conselhos não têm estrutura, não têm organização, não têm formação, não têm independência, autonomia. Na verdade, eles têm grande dificuldade em lidar com esses temas.

Foi abordada pelo Deputado Osmar a questão indígena, que eu já havia anotado. Eu acho que é, sim, Deputado, um tema desta Comissão também. Há toda a questão cultural dos povos indígenas, que precisam ser respeitados, mas não há questão cultural que justifique violência; não há questão cultural que justifique a forma como essas crianças são tratadas, principalmente as crianças com deficiência, os gêmeos e tantos outros. Então, é um tema importante.

A questão cultural indígena esbarra com a questão da mulher e da criança, em relação às quais há "violência justificada". Enquanto ficarmos fazendo de conta que o problema é cultural, ele não será enxergado. Falando-se de questão cultural, justifica-se a violência dentro da família, essa relação de poder. É uma questão que precisa, sim, ser tratada.

Eu queria ressaltar o quanto é grave. A Deputada Erika, fazendo uma citação, falou sobre educar como permissão de "machucar com amor". Essa relação foi destacada por meio dos depoimentos lidos pela Dayane, em que todo o tempo se diz: *"Ah, eu bati, mas não foi com raiva"*. Quer dizer, se não teve raiva, é permitido, porque é um instrumento de educação. Enquanto trabalharmos com essa noção, estaremos perpetuando uma noção extremamente perigosa de educação: *"Tudo vale se o meu objetivo for o de formar e educar"*. Na verdade, justifica-se, sob o pretexto de amar e educar, violência de toda natureza, inclusive do homem para com a mulher - ele às vezes mata e diz que foi por amor.

Então, eu acho que nós, educadores, precisamos enfrentar o problema de maneira muito concreta. É comum professores fazerem de conta que não viram as crianças chegarem machucadas às salas de aula, como se o problema não fosse deles - não cumprem nem o que está legalmente definido. Nós já temos marcos definidos em relação a isso.

Gostaria apenas de reforçar o quanto é importante conseguirmos fazer um bom trabalho e dizer que, acima de tudo, o marco legal está representado pelas políticas públicas de constituição dos conselhos tutelares, dos conselhos de associações de escolas e de professores. O professor tem que entender que, mais do que colaborador, é responsável pela relação que estabelece e, inclusive, pela forma de educar também as famílias.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Professora Dorinha.

Com a palavra a Deputada Liliam Sá.

**A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ** - Muito boa tarde a todos. Quero parabenizar a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente pelo



trabalho realizado. Quero cumprimentar a Carmen de Oliveira, a querida Ministra Maria do Rosário, o Sr. Wanderlino, essa menina linda que está aí, a Dayane, e todas as crianças do Brasil. Cumprimento também o Embaixador Paulo Sérgio, com quem tive a oportunidade de conversar e saber que é uma pessoa muito ligada, que tem uma preocupação enorme com a criança e o adolescente. Cumprimento ainda a minha querida amiga Angelica, da Rede Não Bata Eduque, que tem feito uma campanha maravilhosa, andando de gabinete em gabinete, fazendo o seu papel - vai para o Rio, volta -, e a Dra. Lúcia Cavalcanti.

Este debate é muito importante, porque se presta a conscientizar o Brasil dos maus-tratos às nossas crianças e adolescentes. Há um equívoco quando se fala dessa lei. Eu estou respondendo às pessoas no Facebook. Muitos perguntam: *"Mas nós vamos ser presos?"*; *"Por que não começa na escola?"*. Muitos internautas estão participando, dando sua opinião. É importante esclarecermos a essas pessoas. Este debate esclarece o que é a lei, para que não haja equívocos. Como disse a Carmen de Oliveira, a lei não poderia ser chamada de Lei da Palmadinha, porque não se trata de combater a palmada. Se você dar um tapa na mão do seu filho vai ser penalizado? Uma internauta perguntou se seria presa caso a criança a denunciasse. Isso já ocorre. Se a criança vai ao conselho tutelar, o conselho tutelar vai pesquisar para saber se realmente a mãe bateu no filho. Depois é que vai para a delegacia. Isso aí é normal? Não. Essa lei vem corrigir as distorções, definir o que são os castigos degradantes, humilhantes, a tortura, o que seriam as lesões físicas. Quando a criança sofre esse tipo de lesão ao ser castigada, a lesão fica não só no corpo físico, mas na alma, na mente para o resto da vida. E essa criança pode ser uma pessoa tímida para o resto da vida ou se tornar um adulto agressivo. Isso não é regra, mas pode ocorrer.

Eu criei meu filho sem castigo físico. Mas apanhei muito. Eu acho que não merecia ter apanhado, mas a minha mãe achou que sim. Eu não gostava de apanhar. Eu achava que eu não merecia aquilo. Eu conheço, portanto, o sentimento da criança que apanha. Algumas crianças não entendem nem por que estão apanhando. Eu também ficava assim: *"Por que eu estou apanhando?"* Quando colocamos uma criança de castigo, ela sabe por que ela está de castigo. Nas palestras que dou para crianças e adolescentes, pergunto se eles preferem ficar de castigo ou apanhar. Todos preferem apanhar. Ninguém quer ficar de castigo. Eu faço essas palestras com crianças e adolescentes para saber qual o pensamento deles. Eles dizem que apanham, levam uma chinelada da mãe e logo passa. Mas o castigo é uma semana sem *videogame*, uma semana sem brincar com os coleguinhas.

Precisamos mudar a mentalidade, o comportamento de toda a sociedade, como se deu com a Lei Maria da Penha. Os maridos pensavam que todos iriam para a cadeia. Foi a mesma discussão. Nós temos que colocar isso na cabeça das pessoas para que mudem o comportamento.

Uma criança de 4 anos de idade, na Zona Oeste, chamada Sofia, apanhava todos os dias. Os vizinhos não denunciavam. Um dia a tia bateu tanto na criança que ela veio a óbito. Precisamos corrigir essas distorções.



Eu acredito nessa lei, aposto nela. É preciso mudar. Talvez devêssemos mudar o nome de Lei da Palmadinha para Lei Isabella Nardoni, porque se aquela criança não tivesse sido agredida dentro de casa, se houvesse uma lei punitiva para fazer o alerta, talvez ela hoje estivesse viva, e muitas outras crianças no Brasil.

Eu me coloco à disposição de todos. Eu creio que a fusão das duas frentes vai trazer muitos benefícios para as crianças, para os que trabalham em defesa da criança e do adolescente.

Aos pais, aconselho que, antes de tudo, pratiquem o diálogo. O diálogo com o filho é a coisa mais importante do mundo. É preciso conversar, saber o que a criança pensa antes de, numa atitude impensada, pelo estresse do dia a dia, pela pressão da sociedade sobre as famílias, agredir o filho, estapeá-lo, empurrá-lo, atirar-lhe algum objeto, que pode atingir a cabeça e levar a criança a óbito.

É preciso começar a fazer campanhas educativas dentro das escolas. Esse é o primeiro passo. Não fosse a tragédia da escola de Realengo, ninguém estaria discutindo o *bullying*. A prevenção é a melhor maneira de defendermos os direitos das nossas crianças e adolescentes. Criança é sujeito de direito. Nós temos que prevenir, trabalhar para que a sociedade entenda que essa lei veio para beneficiar, para ser o braço direito da família. Se a mãe não espanca o filho, mas o pai o espanca, a lei protege a mãe que não gosta ver seu filho apanhar. Vamos trabalhar com isso, fazer com que a sociedade entenda que a lei vem também para ajudar as famílias em que o provedor maltrata os filhos.

Estou à disposição e desejo boa sorte a todos. Que Deus nos abençoe para que possamos aprovar a lei.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Com a palavra o Deputado Gastão Vieira.

**O SR. DEPUTADO GASTÃO VIEIRA** - Boa tarde a todos. Cumprimento de forma muito especial as Deputadas Erika Kokay e Teresa Surita, cumprimentando, assim, todos os Deputados presentes e os membros da Mesa.

Eu estou neste momento com uma tarefa desafiadora, que tem muito a ver com o que nós vamos trabalhar nesta Comissão Especial, que, em razão do tempo de mandato e da idade, eu vou ter a honra de instalar hoje à tarde, a partir das 14h30min.

No último fim de semana o movimento Todos pela Educação divulgou dados sobre o que os alunos brasileiros estão aprendendo de Português e Matemática nas séries iniciais. Talvez por não revelarem nada que não saibam aqueles que vivem com a educação, foi extremamente baixa a reação dos movimentos sociais, dos especialistas, de pais, de entidades com relação àqueles números terríveis.





Se nós olharmos para o esforço que o País tem feito para ter uma educação de qualidade a médio prazo, a dedicação e o empenho, que eu conheço, do Ministro Fernando Haddad com relação a essa questão, fica uma pergunta no ar: o que realmente está acontecendo? Por que as nossas crianças estão perdendo o direito subjetivo de serem alfabetizadas quando chegam à escola e na idade correta? Por que nós continuamos achando que não aprendendo agora não vai sabrecar o ensino médio, vai estudar à noite, vai entrar numa faculdade particular? Nós estamos cometendo contra as crianças brasileiras uma terrível violência, que precisa estar na pauta das violências que vamos discutir nesta Comissão.

Quem fala em nome dos professores? Todos. Quem fala em nome de mais dinheiro para a educação? Todos. A discussão de 7% do PIB, de 10% do PIB, de tempo integral, de um terço fora da sala de aula, disso, daquilo... E quem fala em nome das crianças? Poucos, muito poucos. E elas têm o direito subjetivo. Elas não conseguem se expressar porque não recebem educação. Alguém tem que expressar esse direito. E eu, Teresa, com outros colegas, quero convidá-la para compor essa frente dos que vão falar por essas crianças e pelo seu direito constitucional de serem alfabetizadas no primeiro ano do ensino fundamental.

É abissal a separação existente entre uma escola particular e uma escola pública na mesma área geográfica. É terrível a separação entre o que aprende o aluno do Sul e o que aprende o aluno do Nordeste: 62% a 42%, 20% de diferença de acertos.

Eu fui Secretário de Educação e nunca vi, numa escola minimamente feliz, um gesto de violência que obrigasse o Secretário a fazer uma intervenção. Numa escola onde havia uma diretora animada, onde as crianças aprendiam, onde sabiam que iam aprender, onde os pais apareciam, eu não sentia violência. Mesmo quando estava localizada em área violenta, dominada por traficantes, eu não sentia violência numa escola feliz.

Esse projeto de lei, que muito me agrada, me chama a atenção por uma coisa. O art. 17-A diz: *"A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis ou por pessoa encarregada de cuidar, tratar, educar ou vigiar."* Eu sentia falta da expressão *"pelo professor"*. Não há essa expressão. E a maior tensão se dá quando o professor quer ensinar, o aluno quer aprender, e as coisas acabam não acontecendo. Nesse caso há uma tensão permanente em sala de aula. Ali a violência está subjacente. Se as coisas não acontecerem... Não sei se vocês viram domingo, no Fantástico, o aluno botar a mochila - ele havia sido punido três vezes -, passar pelo corredor, olhar a diretora, dar-lhe um tremendo chute por trás, olhar para trás e seguir tranquilamente o seu caminho em busca da prisão, porque certamente ele será um marginal.

Isso não comove ninguém. Não se tem uma palavra sobre esse tipo de violência gratuita de um aluno que já foi punido três vezes naquela escola. Não há uma ação - pelo menos ninguém viu. Eu fui atrás dos desdobramentos. Não houve nada.





Portanto, Teresa, Erika, a minha contribuição será nesse campo da violência, será focada no direito das crianças brasileiras, principalmente do Norte e Nordeste, Nazareno. O Norte está acima do Nordeste nos acertos. Os alunos do Nordeste não sabem nem passar troco. Gente, pelo amor de Deus, nós estamos aqui com pessoas importantes! Imaginem: um menino do terceiro ano não saber passar nem receber troco? Essa é uma verdade que não se quer discutir. Não sabe passar troco! Não sabe distinguir fração! Há uma pesquisa, que o pessoal não deixa ser divulgada, que, infelizmente, diz que a grande maioria dos nossos professores não sabe ensinar o aluno a fazer regra de três, porque não aprendeu regra de três na universidade.

Esse é o tipo de violência que eu gostaria de trazer ao debate.

Eu tenho quatro filhas. Tratávamos os casos de indisciplina de uma forma sempre hilariante. Como aqui muitos contaram casos, vou fazê-lo também. Eu tenho duas filhas, as mais velhas, que sempre iam para a boate. E no Maranhão quem vai buscar a filha na boate é o pai. Mas elas nunca estavam na porta na hora que acertávamos. Senti-me diante de um impasse: ou fazia valer minha autoridade de pai e meu sono perdido ou levaria para a galhofa. E um dia assim o fiz: vesti um pijama de seda, fui para a porta da boate, mandei anunciar que eu estava esperando, e todas as coleguinhas me viram de pijama na calçada da boate. A partir desse dia eu ouvia uma frase célebre lá em casa: "*Pai, você me fez pagar um mico!*" Isso resolve até hoje. Mas resolvi um problema de autoridade sem recorrer ao uso de violência.

Eu, quando criança, apanhei pouco. Meu pai tinha um hábito maravilhoso: ele só nos batia depois de lavar as mãos. Como nós morávamos num bairro em que faltava muita água, nós tínhamos a oportunidade de correr antes que ele usasse a violência. (*Palmas.*)

Então, não vejo que seja esse o caminho. Temos um trabalho enorme pela frente. Se nós desatarmos minimamente esse nó da educação e começarmos a dar uma educação de qualidade às nossas crianças, começarmos a valorizar o nosso professor, se essa relação for ficando mais rica, tenho certeza de que também vamos combater a violência que ocupou o tempo de todos nós.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Deputado Gastão Vieira.

Amanhã vai haver uma audiência pública. Teria sido, em princípio, da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - as frentes agora estão fundidas. Será uma audiência pública amanhã, dia 31, às 17h, no Plenário 14, com o tema *De Mãos Dadas Contra a Pedofilia*.

Vou pedir aos Srs. Deputados que concentrem suas falas no tempo de 3 minutos, a fim de que possamos dar seguimento à audiência.



Com a palavra o Deputado Nazareno Fonteles.

**O SR. DEPUTADO NAZARENO FONTELES** - Boa tarde a todas e a todos os presentes. Eu não pude ouvir todos que falaram, mas tive o privilégio de ouvir pelo menos duas falas, que com certeza retrataram razoavelmente o pensamento da maioria.

Acho louvável o projeto. Por isso fiz questão de vir a esta Comissão, até porque acho que o projeto melhorou muito em relação à visão inicial. Nós temos uma contradição muito grande nessa questão de direitos humanos: ora queremos penalizar, ora queremos despenalizar.

Eu vivenciei, praticamente durante 30 dias, na Comissão de Seguridade Social e Família, o debate da Lei Maria da Penha e, em seguida, o debate sobre a legalização do aborto. Meu raciocínio foi muito simples: sou contra qualquer violência doméstica - entre adultos, entre adultos e crianças e entre adultos e crianças que vão nascer.

Temos uma espécie de dogma e de preconceito quanto a enfrentar a violência existente na questão do aborto, que trata, na essência, de tudo o que ouvi aqui. As crianças querem ser tratadas como gente, inclusive as que ainda não nasceram. Então, vamos acabar com esse preconceito e enfrentar a questão de maneira integral e unificada. Eu não vejo como pregar direitos humanos para alguns, geralmente adultos - quando se fala em adultocêntrico, nós gostamos -, e para outros, não.

Recentemente li o livro de uma professora colombiana, sob o título *Pensar a família*, que achei excelente. Ela trata dessa temática, enfrenta esse debate - ela tem experiência nisso. Não sei se o livro já foi traduzido, porque foi lançado recentemente naquele país em março deste ano. Como eu estava em junho em um encontro na Colômbia, tive a oportunidade de comprar e ler o livro. É uma reflexão muito importante sobre a família. A autora trata exatamente da aplicação do paradigma dos direitos humanos à família, à relação entre homem e mulher, sobretudo dos pais e mães com os adolescentes e as crianças, porque este é o problema da educação: como exercer a autoridade sem violência. É uma reflexão belíssima, uma das melhores obras que eu já li sobre o assunto, que me ajudou a compreender melhor esse ponto de vista, inclusive abordando e criticando, evidentemente, a transição da família patriarcal, na qual a maioria, os que têm mais idade, foi educada.

Mas acho que nós precisamos vencer essa etapa, não só na questão dos indígenas, que às vezes queremos usar teorias outras para justificar. Ou aceitamos que direito humano é um paradigma para todas e todos, em quaisquer idades, desde quando estão em gestação até o último dia de vida, ou vamos continuar tendo conflitos e dividindo os movimentos - movimento de direitos humanos para uma área, para outra...

Eu acho que essa etapa que essa lei traz vai também ajudar homens e mulheres, adultos e adultas, a compreender essa visão de maior abrangência dos direitos



humanos. É com essa visão que luto aqui em prol tanto das crianças e dos adolescentes, da igualdade de direitos entre homens e mulheres, quanto do estatuto das crianças que vão nascer, porque acho que o aborto é uma violência que nós também não podemos aceitar.

Mas, quanto à maneira de resolver, eu concordo que hoje nós não estamos... Eu sou crítico do estatuto legal. Nós temos que ter alternativas para... Assim como esse projeto de lei está trazendo alternativas no que se refere à punição dos pais, eu acho que precisa haver alternativa para qualquer tipo de violência.

Destaco esse aspecto porque em nenhum momento foi mencionado aqui. Sei que, no fundo, esse assunto, para todos, é uma espécie de tabu, causa um certo temor. Como para mim não há tabu, estou abordando a questão, aproveitando esta seleta Mesa para que reflita sobre a possibilidade de estender o universo da criança para as que querem ter o direito de nascer.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Deputado Nazareno.

Com a palavra o Deputado Luiz Couto.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Sra. Presidenta, demais membros da Mesa, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de falar, inicialmente, dos arts. 87 e 88 da Lei nº 8.069, que estão sendo objeto de uma tentativa de alteração. Há, inclusive, projetos que na Legislatura passada foram inadmitidos por inconstitucionalidade. Estão querendo agora reduzir a idade do adolescente, de 16 para 14 anos, para ingresso no mercado de trabalho. Temos que impedir que isso se concretize.

Achei interessante a união das três frentes. É uma frente para valer. Mas é frente para todo canto. Eu vou criar agora a retaguarda parlamentar, porque são tantas frentes que a retaguarda fica desprovida. (*Risos.*) Por isso é que ocorrem tantas coisas. A retaguarda é também muito importante para vencermos a guerra. A retaguarda é importante.

Mas eu queria dizer que o que o castigo físico é equivalente ao que a Convenção da ONU descreve como tortura. Ela se refere a maus-tratos, espancamentos, tratamentos cruéis, desumanos, degradantes. Está lá, não apenas na Convenção dos Direitos da Criança e do Adolescente. Já é considerado ato de tortura, porque humilha, massacra a pessoa.

Mas a maior humilhação que há, o maior castigo que uma criança pode sofrer é quando o pai ou algum aderente a explora sexualmente e, para ficar no anonimato, para a criança não dizer nada, a ameaça inclusive de morte. É a ameaça maior que pode haver para uma criança.

Meu avô nunca bateu em filho. Quando ele não gostava de uma coisa, conversava: "*Não faça mais isso, não faça mais aquilo*". Quando minha avó queria ter uma briga com ele, ele dizia: "*Minha velha, quando um não quer, dois*



*não brigam. Vá lá que eu vou fazer o meu trabalho". O que falta é a cultura da paz. Nós construímos, fortalecemos, alimentamos a cultura da violência. Um pai que diz que vai perder a autoridade já a perdeu quando não conseguiu convencer o filho.*

Considero importante a junção das frentes e a instalação da Comissão que vai tratar do tema. Precisamos cada vez mais estabelecer a cultura da paz. Acho que o Executivo, o Legislativo, o Judiciário e o Ministério Público precisam se unir em torno desse debate.

Eu fiquei triste. Adolescentes do meu Estado foram exploradas sexualmente. Os culpados foram condenados em primeira instância e houve recurso para o tribunal. O desembargador mandou arquivar o processo porque as meninas não eram mais virgens e estavam lá porque queriam. O Judiciário precisa evoluir. A impunidade continua sendo a mãe da criminalidade.

Parabéns! Hoje à tarde vamos fazer a eleição para podermos dar início ao trabalho de análise do projeto, que eu espero seja aprovado na Comissão Especial, no plenário da Câmara e, depois, no Senado.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - A decisão da Comissão é terminativa, não há necessidade de a matéria ir para o plenário, a não ser que haja recurso ou coisa que o valha.

Com a palavra o Deputado Alessandro Molon, último inscrito.

**O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON** - Muito obrigado, Deputada Erika Kokay. Serei breve, para podermos concluir os trabalhos.

Quero cumprimentar V.Exa. e a Deputada Teresa Surita. As frentes parlamentares hoje anunciam que de alguma maneira caminham para a junção. Acho que essa é uma medida positiva. E peço licença a V.Exa. para cumprimentar especialmente a Angelica e o Embaixador Paulo Sérgio. Estivemos juntos algum tempo atrás, no Rio de Janeiro, quando ainda se pensava em uma maneira de se transformar essa realidade em lei.

Esta é uma data importante, pela instalação da Comissão Especial. Tenho certeza, Deputada Erika Kokay, de que os trabalhos da Comissão serão de tal forma democráticos e produtivos que será desnecessária a apreciação do projeto no plenário da Casa. Apesar de muitos acharem que essa é uma simples luta contra a palmada, a situação é muito mais grave. É importante lembrar que são muitas as crianças que sofrem danos seriíssimos à saúde, à integridade física, moral e psicológica pela ação de pais ou responsáveis que acabam recorrendo a um método que, sabemos, em vez de educar, deseduca, sedimentando no País a cultura da violência nas relações humanas, que nós não queremos reforçar.

Portanto, não se trata apenas de um cuidado com a palmada. Essa denominação



acaba dando lugar à chacota. É apenas uma caricatura do projeto que estamos analisando. Estamos falando de algo muito mais grave.

Há pouco tempo separei uma reportagem - não a tenho aqui comigo, mas vou procurá-la - a respeito de uma mãe que infligiu castigos corporais gravíssimos ao filho e que, ao ser descoberta, disse: "*Eu a castigava dessa forma porque é a única forma que eu conheço de educar.*" Embora esse argumento possa ter sido usado...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON** - Choques, não é isso?

**(Não identificado)** - Esfaqueou a criança.

**O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON** - Esfaqueou a criança. Eu não me lembro exatamente. É evidente que isso pode e deve ter sido usado como uma tentativa de se esquivar da sua responsabilidade penal, mas em alguma medida essa frase, talvez não na boca dessa mãe, mas na de tantos outros responsáveis, talvez seja verdadeira. Portanto, talvez falte esse debate que a Comissão Especial quer fazer com o País para mostrar que essa não é a única forma de educar; que, ao contrário, essa é a pior forma de educar, ou que há outras formas muito melhores de educar do que essa.

Há, portanto, essa contradição, sobretudo para uma criança que descobre que quem ama bate, agride. Que conceitos são esses? O que isso quer dizer? Quem ama e quer o bem é o mesmo que bate, que usa de violência. Esses sinais trocados, confusos, não são os melhores para as nossas crianças. Nós queremos outros. Queremos pais e responsáveis que saibam impor limites - não queremos uma educação sem limites.

O que se pode fazer de pior com as crianças, por outro lado, é não lhes impor limites. Nós sabemos das consequências disso para a formação moral das crianças, do seu caráter, da sua personalidade. Não é disso que se trata, queremos a forma mais eficaz de colocar limites, sem os sinais contraditórios ou trocados que os castigos corporais sempre trarão.

Apostamos numa outra forma de educação, que impõe limites, mas mostra que a violência é sempre a pior saída, seja qual for o conflito em questão.

São essas as minhas considerações, Deputada Erika Kokay.

Muito obrigado e parabéns a todos pelo trabalho. *(Palmas.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Deputado Alessandro Molon, que também faz parte da Comissão.

Com a palavra, rapidamente, a Simone, Conselheira Tutelar do Recanto das Emas, no Distrito Federal, que pediu para fazer uso da palavra.





**A SRA. SIMONE** - Boa tarde, Deputada Erika Kokay e amigos da Mesa.

Para nós, conselheiros, não é fácil conviver com tudo isso que vocês falaram. É difícil quando chega ao Conselho uma criança violentada, ameaçada. Temos que pensar mil vezes como vamos trabalhar com essas crianças. Principalmente quando a violência advém da família, dos pais. E quando é o padrasto que abusa da criança, da adolescente?

Temos que lutar muito contra a violência. E o que dizer da violência nas escolas, entre alunos? Esta semana tive o caso de uma criança de 11 anos ameaçada pelo padrasto, que jogava cerveja nela. Ela chorava, ontem, em meus braços, não queria mais voltar para casa. Dizia: "*Minha mãe ama ele, me troca pelo meu padrasto.*" É difícil para nós quando encontramos crianças em situações como essa. Precisamos muito do apoio dos Parlamentares em relação a esse assunto, principalmente no que diz respeito à violência na escola.

Eu debato muito com a escola, porque me chegam alunos que faltam às aulas, alunos que brigam nas salas de aula. Ontem mesmo atendi uma criança que saiu da escola, três garotas a seguiram até sua casa e a agrediram. A vizinha a socorreu, senão a teriam matado.

Por que tanta violência? Nós temos que entender por que esses jovens entram em conflito na escola.

Vamos pensar juntos, vamos trabalhar juntos para salvar essas crianças. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Simone.

Uma saudação especial a todos os conselheiros tutelares.

Vou passar a palavra ao Embaixador Paulo Sérgio Pinheiro para nos dar o endereço.

**O SR. PAULO SÉRGIO PINHEIRO** - Eu só queria dizer que o Relatório Sobre *Castigo Corporal e os Direitos Humanos das Crianças e Adolescentes* está no *site* da Secretaria Especial de Direitos Humanos e no *site* da Rede. Mas basta digitar no Google "relatório castigo corporal", que há referência a todas essas normas de que falamos - graças à Carmen, porque só se traduz documento na Comissão Interamericana quando o Brasil paga. (*Risos.*) Foi uma ajuda enorme que a Carmen nos deu.

Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Obrigada.

Ao chegar ao final desta audiência, lembro a todas e a todos os Parlamentares que vamos ter reunião ordinária para eleição do Presidente e dos Vice-Presidentes da Comissão Especial destinada a apreciar o Projeto de Lei nº 7.672,





de 2010, que será realizada hoje, dia 30 de agosto, às 14h30min, no Plenário 12 deste Anexo II.

Chamamos todos os Parlamentares membros da Comissão, titulares e suplentes, para participarem da eleição do Presidente e dos Vice-Presidentes e da nomeação do Relator ou Relatora.

**A SRA. ANGELICA MOURA GOULART** - Para fechar, representando o nosso movimento, a Rede Não Bata Eduque, eu queria dizer da tripla alegria: alegria pela realização desta audiência pública, culminando com a alegria da instalação da Comissão e a alegria com a integração das frentes. É fundamental vermos a criança de forma integral, nos fortalecermos e nos integrarmos para a defesa dos seus direitos ameaçados ou violados.

Quero dizer aos Parlamentares da Comissão Especial que a nossa rede está completamente à disposição para qualquer tipo de apoio, para qualquer tipo de subsídio.

Agradecemos aos especialistas que estão aqui, Wanderlino, Paulo Sérgio, Lúcia e Dayane, que está virando uma especialista precoce, pela oportunidade que tem tido de vivenciar todas essas experiências.

Contem conosco. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Nós contamos, sem nenhuma dúvida.

Em nome da Frente, queremos agradecer à Rede Não Bata Eduque, porque tem sido absolutamente fundamental para dar musculatura, articular e ajudar a Frente a trabalhar. Nós queremos contar com a Rede Não Bata Eduque. E também queremos contar com ela no trabalho da Comissão.

Nós vamos fazer a eleição hoje. E queremos fazer, ainda esta semana, uma reunião para que a apresentação, discussão e aprovação de um plano de trabalho para a Comissão Especial. Nós temos prazo para concluir os trabalhos da Comissão. Depois de votado, o relatório poderá, no prazo de cinco sessões ordinárias, ser objeto de recurso. Se não houver recurso, o projeto será encaminhado ao Senado. Havendo recurso, ele será submetido à apreciação do Plenário. Nós achamos que o tema tem bastante unidade, e que valerá o poder terminativo da Comissão. Vamos discutir ainda nesta semana o planejamento de trabalho. Queremos fazer uma ampla divulgação da lei. As pessoas precisam conhecer a lei. Há muito mito em torno da lei, muita discussão que não corresponde à verdade. Dizem que os pais vão ser presos se derem uma palmada no filho, coisas desse tipo. Queremos discutir o próprio nome da lei. Estamos tendentes a acatar a sugestão da Carmen de Oliveira. Obviamente, a sugestão tem que ser submetida à Comissão. Se acatada, a lei será chamada de Lei Isabella Nardoni, para que as pessoas tenham noção do que representa o castigo corporal. É um processo de tortura, despersonalizante. É tortura. É quando a casa, o lugar a que as pessoas querem chegar todos os dias, o lugar do



aconchego, do carinho - é isso que significa "casa", lugar onde as pessoas não são anônimas, ao contrário do que ocorre rua, onde as pessoas são anônimas -, passa a ser sinônimo de sofrimento.

O segundo aspecto é o duplo vínculo, a dupla mensagem: *"Eu bato porque amo, eu machuco porque amo"*. São mensagens antagônicas, que provocam cisões e provocam o duplo vínculo, que vai ter repercussão na formação da criança e do adolescente. Não há como associar a dor ao amor, sofrer para ser feliz, ser feliz sofrendo. Isso é extremamente nocivo para o desenvolvimento de uma sociedade que pretende ter a felicidade como norma, como dizem todas as nossas declarações em defesa dos direitos.

Portanto, mais uma vez, lembrando que nós vamos eleger, às 14h30min, no dia de hoje, no Plenário 12, o Presidente e os Vice-Presidentes da Comissão e nomear o Relator ou Relatora, convoco todos os membros a participarem, portanto, da reunião. Em seguida faremos o planejamento dos trabalhos da Comissão. Espero que possamos fazer uma excelente discussão para estabelecer esse marco legal, lembrando que nenhum marco legal é só um marco legal, porque tem significado, é um símbolo, é o signo de um processo de evolução, e contribui para que haja o processo de evolução. Portanto, os marcos legais não são apenas leis, são marcos para que nós possamos ressignificar o olhar que a sociedade tem, em grande monta, para com as nossas crianças e os nossos adolescentes.

Queremos agradecer muito pela presença à Lucia, à Angelica, ao Embaixador Paulo Sérgio, à Dayane, à Teresa, à Carla, ao Wanderlino e a todas e a todos os demais.

Com esses agradecimentos e a certeza de que hoje é um dia histórico para cada um e cada uma de nós, declaro encerrada a presença audiência pública.

---

Documento 3/12

---

1376/11  
PLENÁRIO PRINCIPAL - CD

Sessão  
REUNIÃO ORDINÁRIA

14/09/2011  
15:34

---

### ***Sumário***

**Comissão especial - Projeto de Lei nº 7.672, de 2010, do Poder Executivo, que "altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos corporais ou de tratamento cruel ou degradante". Elaboração do cronograma de trabalho da Comissão. Apreciação de requerimentos**



---

**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO**

**NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES**

**TEXTO COM REDAÇÃO FINAL**

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

COMISSÃO ESPECIAL - PL 7672/10 - EDUCAÇÃO SEM USO CASTIGOS  
CORPORAL  
EVENTO: Reunião Ordinária Nº: 1376/11 DATA: 14/09/2011 INÍCIO:  
15h34min TÉRMINO: 16h02min DURAÇÃO: 00h28min TEMPO DE GRAVAÇÃO:  
00h28min PÁGINAS: 9 QUARTOS: 6

**DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO**

**SUMÁRIO:** Elaboração do cronograma de trabalho da Comissão. Apreciação de requerimentos

**OBSERVAÇÕES**

Houve exibição de imagens. Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Havendo *quorum* regimental, declaro abertos os trabalhos da 2ª Reunião Ordinária da Comissão Especial



destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 7.672, de 2010, do Poder Executivo, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para estabelecer os direitos da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos corporais ou de tratamento cruel e degradante.

Convido a Deputada Teresa Surita, Relatora, e a Deputada Liliam Sá, Vice-Presidente da Comissão, a compor a Mesa.

Esta reunião foi marcada para aprovarmos o plano de trabalho da Comissão.

Tenho em mãos a ata da primeira reunião, realizada no dia 30 de agosto de 2011. Gostaria de saber se os Parlamentares presentes consideram necessária a leitura da ata, na medida em que ela é do conhecimento do conjunto dos Parlamentares. *(Pausa.)*

**A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ** - Sra. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Dispensada a leitura da ata, a pedido da Deputada Liliam Sá.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem a queira discuti-la, coloco-a em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

Informo ao conjunto dos Parlamentares desta Comissão que, a partir de hoje, toda as comunicações a respeito da realização das nossas reuniões serão feitas por intermédio do *e-mail* institucional, seguindo recomendação da própria organização da Casa.

Informo também que os consultores legislativos Gilsomar Silva Barbalho e Simone Maria Machado Bonfim foram designados para prestar assessoramento a esta Comissão.

Nós temos o objetivo de planejar o trabalho da Comissão e de aprovar esse plano de trabalho. Obviamente, ao aprovarmos o plano de trabalho, não estaremos aprovando que os requerimentos sejam desnecessários. Mesmo aprovado o plano de trabalho, é necessário que se apresentem os respectivos requerimentos para a realização das discussões que forem objeto de deliberação desta Comissão.

Eu gostaria, primeiramente, de passar a palavra à Relatora, a Deputada Teresa Surita, para que ela possa, de forma sucinta, apresentar uma programação para o desenvolvimento dos nossos trabalhos.



**A SRA. DEPUTADA TERESA SURITA** - Deputada Erika Kokay, Presidente da Comissão Especial; Deputada Liliam Sá, Vice-Presidente; a ideia, neste primeiro momento, seria trazer a proposta de trabalho para ser desenvolvida num prazo dentro do qual pudéssemos ter como meta a aprovação da lei até dezembro deste ano. Nós queremos realmente obedecer ao prazo legal, abrindo dentro desse prazo legal todas as discussões.

O que eu trouxe aqui não significa exatamente nada fechado; é apenas uma proposta, apenas um caminho para seguirmos uma orientação de trabalho.

Tenho uma rápida apresentação aqui que define bem nossa intenção. E fica aberta a possibilidade a todos os Deputados de apresentarem seus requerimentos, conforme a necessidade ou o interesse de cada um.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Num primeiro momento, com base numa pequena conversa entre os componentes da Mesa, solicitaremos audiência com alguns Ministros que entendemos fazerem parte desta discussão, que seriam: a Ministra-Chefe da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, o Ministro da Saúde, o Ministro do Desenvolvimento Social, o Ministro da Educação e o Ministro da Justiça.

A ideia é a seguinte: além dos mecanismos que existem hoje, que seriam os conselhos tutelares e todas as ferramentas existentes para acompanhar a questão da lei, nós criaríamos uma rede dentro do Governo Federal que possa garantir, de fato, a aplicação da lei como está, de acordo com o artigo que torna bem claro o acompanhamento, a divulgação, a educação, enfim, toda a didática que é preciso fazer.

No primeiro momento, então, teríamos essa audiência. E junto com os Ministros haveria a solicitação de pessoas dentro do Ministério que pudessem acompanhar a Comissão e nos trazer todas as informações necessárias para que possamos formar essa rede de articulação.

Dividimos o plano de trabalho da seguinte forma: hoje, a apresentação dessa exposição e também já a votação de alguns requerimentos.

No próximo dia 27, terça-feira, seria a primeira audiência pública, para a qual traríamos os conselhos. São vários conselhos. A proposta é, lembrando que está aberta para qualquer sugestão: o CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; o Conselho Nacional de Assistência Social; o Conselho Nacional de Saúde; e o Conselho Nacional de Justiça. Seria a primeira audiência pública, abrangendo esses conselhos, para que pudéssemos ouvir a realidade dentro da visão de cada área.

Na segunda audiência pública, abriríamos para a sociedade civil organizada. O convite seria direcionado aos presidentes das entidades. No caso dos conselhos, os convites seriam direcionados para que eles enviassem a pessoa que acham que deva falar sobre o assunto. No caso das organizações da sociedade civil, os





convites seriam direcionados aos presidentes das entidades. E dividiríamos a presenças das instituições da sociedade civil organizada em duas audiências, porque entendemos que o número de pessoas a serem ouvidas extrapola a capacidade de uma audiência só. Devemos ter cuidado para que não haja muitas pessoas falando numa audiência só, para não tornar a reunião cansativa e não termos o aproveitamento que gostaríamos que houvesse.

Então, na primeira audiência, como proposta, viriam: a Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude e a Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente. E mais: o ideal seriam três entidades, de forma que pudéssemos fechar num número que fica agradável de ouvir, com tempo para todos falarem.

Na terceira audiência pública viriam: o Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e a Sociedade Brasileira de Pediatria. E ficaria aberto para mais um convite ou para aquilo que os Deputados ou os nossos parceiros acharem que é importante.

Na quarta reunião de audiência pública, a ideia seria ouvir os especialistas na área que pudessem trazer para nossa Comissão esclarecimentos que serão necessários para a discussão. Nós temos aqui algumas sugestões. É importante dizer que os nomes que estão aqui foram pesquisados por nossa assessoria, mas ainda não existe nenhum convite formal, porque queremos realmente que haja participação de toda a Comissão, para que possamos atingir a nossa necessidade de receber as informações.

Então, como proposta: Nancy da Graças Cardia, do Núcleo de Estudos da Violência da USP; Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams, da Universidade Federal de Santa Catarina; João Batista Costa Saraiva, Juiz de Direito do Rio Grande do Sul; Renato Flores, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Silvia Koller, também da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Maria Lúcia Leal, do VIOLES, da UnB; e Vicente Faleiros, também da UnB. E como eu disse, são sugestões. Quero realmente deixar aberto para qualquer outro tipo de contribuição.

E, na quinta audiência pública, que seria no dia 10 de novembro, nós ouviríamos então essa possível rede que nós queremos formar, que incluiria as seguintes áreas do Governo: a Secretaria de Desenvolvimento Humano; o Ministério da Saúde; o Ministério da Educação; o Ministério do Desenvolvimento Social; e o Ministério da Justiça. Aliás, é a Secretaria de Direitos Humanos. Há um erro aí.

A ideia seria, de fato, já que o objetivo inicial é uma lei educativa, que nós tenhamos mecanismos para que essa lei possa atingir os objetivos. Que não seja mais uma lei que não conseguimos aplicar.

A última audiência pública nós chamamos de fatos e versões. As sugestões estão em aberto, porque nós estamos pensando em terminar com um seminário durante todo o dia. Esse seminário seria abrangente a vários Estados, naquilo que nós entendemos e que surgir durante os trabalhos que seja interessante



convidar.

E além disso também queremos buscar experiências ou depoimentos visando à participação de todos os parceiros. Enfim, vai depender daquilo que coletarmos durante todo esse trabalho.

No dia 29 de novembro, nós queremos fazer a apresentação do parecer preliminar, a discussão e o ato solene com assinatura do pacto contra os castigos corporais.

No dia 6, seria a apresentação final do parecer, porque nós teríamos então tempo suficiente para ouvir todos os segmentos e para que nós pudéssemos realmente terminar esse debate e esse trabalho até o final do ano.

A preocupação com o ano que vem se deve ao fato de que é um ano eleitoral, quer dizer, é um ano que, sem dúvida alguma, vai atrapalhar essa discussão. Então, se nós conseguirmos manter esse ritmo de trabalho, nós vamos, acredito, atender os objetivos.

Fora isso, também há as audiências que serão feitas fora de Brasília, e aí vai ser de acordo com os requerimentos apresentados. Eu sei que um deles será apresentado pela Deputada Liliam Sá, no que diz respeito ao Rio de Janeiro, mas nós abriremos também para outros lugares do Brasil em que se fizer necessária a nossa presença.

Então, essa é a nossa proposta de trabalho. Eu acredito que está bem enxuta, mas realmente está aberta à discussão, a fim de que ela possa ser enriquecida, e possamos, de fato, conseguir um bom relatório.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Agradeço à Deputada Teresa Surita a leitura das propostas construídas de comum acordo, a partir de uma reunião feita com a Mesa Diretora desta Comissão, na qual estiveram presentes a Deputado Liliam Sá, a Deputada Surita e eu, Deputada Erika Kokay.

Temos, portanto, uma proposta de trabalho que se concentra em todas essas audiências públicas a serem realizadas e na realização de um ato solene com assinatura do pacto contra castigos corporais, além da construção de uma rede dos Poderes Legislativos. Que possamos construir essa rede com os Poderes Legislativos estaduais, identificando os pontos focais nos Legislativos estaduais.

E que nós tenhamos, como foi dito aqui, audiências públicas também nas cinco regiões do País. Estamos acolhendo as sugestões dos Deputados e Deputadas membros desta Comissão, para que nós possamos realizar essas audiências públicas, para além do trabalho e das discussões que serão realizadas nesta Casa. Nós temos as segundas e as sextas-feiras que nós podemos utilizar para a realização dessas audiências públicas nas cinco regiões.

Como aqui já foi dito pela Deputada Teresa Surita, achamos que o projeto tem um caráter extremamente pedagógico, mas tem também um elemento



absolutamente fundamental, que é a elaboração e a construção de políticas públicas. Por isso, o trabalho desta Comissão também tem que dialogar com o Executivo, por isso a realização de reuniões com os cinco Ministérios que já foram aqui explicitados pela Deputada Teresa Surita.

Temos, portanto, esse plano, que nós gostaríamos de colocar em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, vamos colocar em votação o plano aqui apresentado pela Deputada Teresa Surita.

Portanto, os Deputados e Deputadas que estão de acordo com este plano de trabalho permaneçam como estão. *(Pausa.)*

O plano, portanto, foi aprovado.

Nós temos na pauta alguns requerimentos, que foram apresentados a esta Comissão. Aproveito para reafirmar o que já falei no início desta reunião: o fato de aprovarmos esse plano de trabalho não torna desnecessários os requerimentos específicos para a realização das audiências públicas. Por isso, temos aqui alguns requerimentos que vou submeter à discussão e à votação.

Requerimento nº 1/11, do Deputado Eduardo Barbosa, que "requer a realização de Audiência Pública com a finalidade de debater a violência praticada contra pessoas com deficiência nas escolas".

Eu vou proceder à leitura de todos os requerimentos que aqui temos para que possamos votá-los em bloco.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Vamos votar, então, um a um.

Requerimento nº 1/11, do Deputado Eduardo Barbosa, que "requer realização de Audiência Pública com a finalidade de debater a violência praticada contra pessoas com deficiência nas escolas".

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Deputados que são favoráveis permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Requerimento nº 2/11, da Deputada Teresa Surita, que requer realização de audiência pública com os seguintes conselhos: CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social; CNS - Conselho Nacional de Saúde; e CNJ - Conselho



Nacional de Justiça, com a finalidade de debater sobre a educação de crianças e adolescentes no nosso País, sem uso de castigos corporais.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Deputados que são favoráveis permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Requerimento nº 3/11, da Deputada Teresa Surita, que requer realização de audiência pública com segmentos da sociedade civil organizada, abrangendo o Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e a SBP - Sociedade Brasileira de Pediatria, com a finalidade de debater sobre a educação de crianças e adolescentes no nosso País, sem uso dos castigos corporais.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Deputados que são favoráveis permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Requerimento aprovado.

Requerimento nº 4/11, da Deputada Teresa Surita, que requer a realização, no dia 4 de outubro, de audiência pública com a sociedade civil organizada, nas pessoas dos Presidentes das entidades: ABMP - Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude e ANCED - Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente, com a finalidade de debater sobre a educação de crianças e adolescentes no nosso País sem o uso de castigos corporais.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Deputados que são favoráveis permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Requerimento nº 5/11, da Deputada Liliam Sá, que "requer a realização de Audiência Pública da Comissão Especial que analisa o PL 7.672/10, que estabelece o direito de crianças e adolescentes serem educados sem o uso de castigos corporais, no Estado do Rio de Janeiro".

Em discussão o requerimento da Deputada Liliam Sá. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.



Os Deputados que são favoráveis ao requerimento permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Todos os requerimentos aqui apresentados foram aprovados. Aprovamos também o plano de trabalho. Vamos dar prosseguimento a ele, solicitando reunião com os Ministérios e organizando as devidas audiências públicas. Como eu disse - estou repetindo pela segunda vez, portanto é a terceira vez que falo -, são necessários os requerimentos específicos para a realização das audiências que aprovamos neste momento.

Pergunto às Deputadas Teresa Surita e Liliam Sá se querem fazer uso da palavra, neste momento, uma vez que já demos prosseguimento a todos os requerimentos e ao objeto da realização desta reunião.

**A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ** - Quero cumprimentar todos, cumprimentar a Mesa. Não tenho nada a colocar, senão que gostei muito do plano e que temos de dar prosseguimento a ele.

**A SRA. DEPUTADA TERESA SURITA** - Eu acredito que o assunto deste projeto de lei cria polêmica. Então, é muito importante a participação dos nossos parceiros durante os nossos debates. É muito importante que seja levantada qualquer questão, para que possa ser esclarecida, e possamos ter um bom resultado no relatório.

Mais uma vez, reforço o que a Deputada Erika Kokay falou: esta é apenas uma sugestão, e estamos abertos a qualquer outra que se queira apresentar.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Estamos marcando nossa próxima reunião para o dia 27 de setembro, terça-feira, quando realizaremos a nossa primeira audiência pública, aprovada por meio de requerimento no dia de hoje. Faz parte do plano de trabalho e diz respeito à fala dos diversos conselhos afetos à temática dos direitos das crianças de viverem sem castigos corporais ou serem submetidas a qualquer tratamento degradante que possa abalar a sua condição humana.

Estamos também convocando reunião ordinária da Comissão para o próximo dia 27. Vamos começar com a audiência e, tão logo tenhamos *quorum* para deliberação, se porventura houver novos requerimentos ou sugestões, nós suspenderemos a audiência e abriremos o processo de deliberação.

Portanto, estamos convocando reunião ordinária e audiência pública para as 14h30min do dia 27 de setembro. Como audiência pública não demanda a existência de *quorum*, se houver dificuldade em atingirmos o *quorum* num primeiro momento, começaremos com a audiência pública e a suspenderemos tão logo haja o *quorum* necessário para deliberação.

Anuncio a presença da Deputada Carmen Zanotto, a quem pergunto se deseja





fazer uso da palavra. *(Pausa.)*

Nada mais havendo a tratar nesta reunião, que cumpriu os seus objetivos, agradecemos imensamente a presença a todas e todos. Compartilhamos com todas e todos o nosso entusiasmo por estarmos estabelecendo neste País um marco legal de proteção aos direitos das crianças e dos adolescentes e, mais do que isso, de construção de uma condição que muitas vezes a sociedade teima em não realizar, a condição de sujeito, que é inerente à existência humana das nossas crianças e adolescentes.

Penso eu que se uma criança for espancada por alguém, for agredida ou levar uma palmada que seja de alguém na rua, esse ato terá uma reação muito grande do conjunto da sociedade, particularmente dos pais. Mas parece que, quando isso acontece dentro de casa, os mesmos atos que provocam indignação na rua passam a ser considerados normais e naturais.

Portanto, esta Comissão tem o objetivo de criar um novo marco legal, e nós estamos absolutamente entusiasmadas e entusiasmados na sua construção, que será um grande avanço na nossa legislação.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço a todos os Deputados e a todas as Deputadas a presença e declaro encerrada a presente reunião, lembrando a todos que a nossa próxima reunião ordinária e audiência pública será no dia 27 de setembro, às 14h30min, em plenário a ser informado no momento exato e em tempo hábil. Um grande abraço.

Declaro encerrada a presente reunião.

---

Documento 4/12

---

1478/11  
PLENÁRIO PRINCIPAL - CD

Sessão  
AP C/ CONVIDADO

27/09/2011  
15:28

---

### ***Sumário***

**Discussão sobre a prática dos castigos corporais ou de tratamentos degradantes empregados na educação de crianças e adolescentes no nosso País. Apreciação de requerimento.**

---

**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO**

**NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES**



## **TEXTO COM REDAÇÃO FINAL**

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

**COMISSÃO ESPECIAL - PL 7672/10 - EDUCAÇÃO SEM USO CASTIGOS  
CORPORAL**  
**EVENTO: Audiência Pública Nº: 1478/11 DATA: 27/09/2011 INÍCIO:**  
**15h28min TÉRMINO: 17h23min DURAÇÃO: 01h56min TEMPO DE GRAVAÇÃO:**  
**01h56min PÁGINAS: 37 QUARTOS: 23**

### **DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO**

**CLÓVIS ADALBERTO BOUFLEUR - Coordenador da Comissão de Atenção Integral à Saúde da Criança e do Adolescente e Jovens, do Conselho Nacional de Saúde - CNS. DANIEL ISSLER - Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça - CNJ. CARLOS EDUARDO FERRARI - Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS. MARIA DE LOURDES MAGALHÃES - Representante do Ministério da Saúde e membro do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA.**

**SUMÁRIO: Discussão sobre a prática dos castigos corporais ou de tratamentos degradantes empregados na educação de crianças e adolescentes no nosso País. Apreciação de requerimento.**

### **OBSERVAÇÕES**

Houve exibição de imagens. Há palavra inaudível.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Havendo número regimental,



damos início à terceira reunião ordinária da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 7.672, de 2010, do Poder Executivo, que *"altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos corporais ou de tratamento cruel ou degradante"*.

Uma vez que estão sobre a bancada as cópias da ata da segunda reunião, pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade de sua leitura ou se posso declará-la como lida.

**A SRA. DEPUTADA TERESA SURITA** - Solicito que seja declarada como lida a ata da última reunião, Sra. Presidenta.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Atendendo à solicitação da Deputada Teresa Surita, coloco a ata em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o teor da ata permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Estão presentes a esta reunião a Deputada Teresa Surita, Relatora; a Deputada Liliam Sá, Vice-Presidenta desta Comissão, e o Deputado Romário.

Esta audiência pública foi convocada com a intenção de discutirmos a prática dos castigos corporais ou de tratamentos degradantes empregados na educação de crianças e adolescentes no nosso País.

Antes de anunciar e convidar para compor a Mesa os expositores, quero relembrar o plano de trabalho que acordamos na última reunião, no dia 14 de setembro: aprovamos a audiência pública de hoje e decidimos que, no dia 4 de outubro, terça-feira, vamos discutir a realização de nossa segunda audiência pública com a sociedade civil, bem como abrir o prazo para apresentação de emendas. Teremos, então, um prazo de cinco sessões para colhê-las.

Ainda de acordo com nosso plano de trabalho, no dia 20 de outubro, teremos a terceira audiência pública com a sociedade civil; no dia 26 de outubro, a quarta audiência, na qual estarão presentes especialistas; no dia 10 de novembro, a quinta audiência, com representantes do Governo; a sexta audiência terá como tema *Fatos e Versões* e basicamente contará com a participação de meninos e meninas, crianças e adolescentes; no dia 29 de novembro, a apresentação do parecer preliminar e a discussão do mesmo - queremos assinar um pacto contra os castigos corporais com a presença de representantes da sociedade civil -, e, no dia 6 de dezembro, votar o parecer final.

Se não houver recurso - o que tem de ser apostado por 10% dos integrantes desta



Casa -, estaremos deliberando nesta Comissão com poder terminativo. Portanto, após aprovado o parecer, se não houver recurso, o projeto não irá a plenário porque esta Comissão tem poder terminativo.

Dito isso, vou chamar os nossos convidados, para, após as exposições, estabelecermos as discussões necessárias e, a partir daí, colhermos os subsídios para elaborarmos o relatório - a muitas mãos e com muitos olhares.

Convido para compor a Mesa a Sra. Maria de Lourdes Magalhães, Representante do Ministério da Saúde e membro do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA; o Sr. Carlos Eduardo Ferrari, Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS; o Sr. Clovis Adalberto Bouffleur, Coordenador da Comissão de Atenção Integral à Saúde da Criança e do Adolescente e Jovens, do Conselho Nacional de Saúde - CNS, e o Dr. Daniel Issler, Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça - CNJ. Como se pode perceber, nesta primeira audiência pública, queremos dar voz aos conselhos, para termos o seu olhar na construção do nosso relatório

Portanto, temos aqui representantes do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA; do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS; do Conselho Nacional de Saúde - CNS, e do Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

Vamos conceder a cada um dos expositores o prazo de 15 minutos. Os Srs. Deputados que quiserem fazer uso da palavra poderão se inscrever durante as exposições. Em seguida, passaremos a palavra à Relatora, para que S.Exa. faça as perguntas e considerações que considerar pertinentes e necessárias. E, depois, os Deputados inscritos terão o prazo de 10 minutos cada um para fazer as suas considerações.

Para dar início às exposições, passo a palavra ao Sr. Clovis Adalberto Bouffleur, do Conselho Nacional de Saúde, que está com premência de tempo, pois tem um vó marcado para daqui a pouco.

Com a palavra então, para suas considerações e contribuições para a construção coletiva e democrática do nosso relatório, o Dr. Clovis Adalberto Bouffleur, Coordenador da Comissão de Atenção Integral à Saúde da Criança e do Adolescente e Jovens, do Conselho Nacional de Saúde.

**O SR. CLOVIS ADALBERTO BOUFFLEUR** - Boa tarde a todos.

Saúdo a Mesa e os demais presentes por intermédio da Deputada Erika Kokay.

Normalmente, falo de forma mais espontânea, mas, em consideração a esse tema, resolvi preparar um texto um pouco mais elaborado e vou expor para os presentes alguns conhecimentos acumulados na área e vivenciados pela própria experiência. Quem tem criança em casa pode falar da sua própria experiência de vida em relação a esse tema e sobre o esforço que precisamos fazer para avançarmos na compreensão dos direitos da crianças e do adolescente.



A sociedade, na nossa visão, pode superar um paradigma que estabelece a violência como parte da condição humana. Existem sistemas e fatores legais, filosóficos, sociais, culturais e até religiosos que contribuem para a violência que podem ser modificados.

Felizmente convivemos com milhões de exemplos de vida famílias que nos ensinam que é possível dar um basta à violência. Nossa missão é insistir no propósito de que é possível construir um ambiente adequado e seguro para as crianças crescerem com oportunidades, saúde, paz e dignidade.

O Brasil é reconhecido como um dos países com legislação mais avançada na área de infância e adolescência. E todos os que estão aqui provavelmente têm esse conceito bastante claro.

Mas a distância entre o que é descrito na lei e a realidade de milhões de crianças e adolescentes é o que nos traz hoje para este debate e nos desafia a sermos mais incisivos na educação e no cuidado, sem o uso de castigos corporais ou tratamento cruel ou degradante.

A prática da lei vem acompanhada de convencimento, insistência e paciência. O nascimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, o nosso ECA, e dos Conselhos Tutelares e Conselhos Municipais de Direito das Crianças e dos Adolescentes, bem sabemos, contribuiu para que os direitos delas e deles fossem reconhecidos e praticados. Mas o caminho é longo. A fiscalização das ações governamentais, Deputada, e todos os recursos previstos nos orçamentos ainda são um desafio. Temos muito caminho pela frente.

A iniciativa privada pode e deve investir mais. Quando falamos de Fundo da Criança e do Adolescente, falamos de bilhões de reais que deixam de ser aplicados por uma série de razões. E, junto com as forças sociais, devemos compartilhar conhecimentos e iniciativas, para que todas as crianças tenham meio de desenvolver seus potenciais.

Como nos garante a Constituição, a saúde, a educação e a defesa dos direitos devem orientar as políticas de Estado e não dos governos. Por isso, é imprescindível que os gestores e legisladores das diferentes esferas se unam e deixam de lado a vaidade pessoal para cuidar das políticas com uma visão de presente e futuro, com a perspectiva de continuidade e iniciativas competentes e honestas.

Estamos cientes das atuais dificuldades para que isso aconteça. Todos nós sentimos na pele as manchetes diárias dos jornais. Cresce a violência dentro de casa e nas ruas, o consumo de drogas, a prostituição infantil e o trabalho forçado de crianças e adolescentes. Milhares de brasileiros estão sem emprego, sem casa, sem terra, sem escola, sem alimentação adequada e, o que é ainda mais grave, quase sem forças para impedir a violência.

As mudanças de hábito são sempre ameaçadoras. Velhos hábitos oferecem garantias. Por isso, a proposta de encontrar um novo fundamento para a





educação e os cuidados com a criança é desafiador, nós sabemos. E, para muitos, será confortável continuar com a prática do castigo corporal.

O entendimento de que as crianças e adolescentes devem ser respeitados na sua condição peculiar de desenvolvimento, de que são sujeitos de direitos, e prioridade absoluta exige um reordenamento de conteúdo, método e gestão no trato com as crianças.

No mundo inteiro, a violência contra as crianças e adolescentes é cada vez mais conhecida e divulgada. Os maus-tratos praticados pelos próprios pais ou responsáveis ganham espaços crescentes nos diversos meios de comunicação. Os fatos incluem todas as classes sociais, graus de formação e profissões.

As principais causas desses maus-tratos são: abuso do poder do mais forte contra o mais fraco, a reprodução da violência, ou seja, pais que, quando crianças, também foram maltratados, e a situação de pobreza e miséria da família. Todas essas situações podem levar as pessoas a praticarem vários tipos de violência, principalmente dentro dos próprios lares.

A violência doméstica ou intrafamiliar acontece quando algumas pessoas querem dominar as outras pela força da humilhação e dos maus-tratos. As mulheres, os jovens e, principalmente, as crianças são as vítimas mais frequentes desse tipo de violência, como sabemos.

A ajuda da comunidade para proteger as pessoas contra a violência é imprescindível. Às vezes, é preciso que a criança passe um tempo com outra família para ser protegida da violência de sua própria família, até que seus pais aprendam a lidar com ela de outro modo.

Os pais devem entender que a violência, em todas as suas formas, é inaceitável. Os casos mais graves de violência contra as crianças podem ser encaminhados para pessoas de referência, reconhecidas pela comunidade e que costumam orientar as famílias.

Caso essa estratégia não consiga resolver a situação, o fato deve ser encaminhado para órgãos competentes, como o Conselho Tutelar, os Juizados Especiais e outros, a fim de proteger a criança vítima de qualquer tipo de violência.

Quero chamar atenção para a responsabilidade da família e da comunidade, até antes do Estado. O Estado, com seus equipamentos, deve ter cuidado em relação a esse especial ambiente de crescimento da criança, mas é imprescindível o apoio da família, e eu aqui incluo a comunidade.

O presente e o futuro da família e do País - e também dos pais - depende de como são cuidadas as nossas crianças. Estudos demonstram que crianças maltratadas na infância tendem a ser adultos mais violentos. O diálogo e a existência de um ambiente social favorável ao desenvolvimento infantil contribuem para a formação de novas gerações de cidadãos.



As instituições devem atuar e orientar as famílias sobre suas responsabilidades para a construção da paz. Os cuidados começam na gestação, intensificam-se durante o período do aleitamento materno e dos primeiros anos, como oportunidades para a criança. Os resultados se refletem na autoestima e na consolidação de valores culturais, que levam à fraternidade e à solidariedade.

Como defendemos muitos de nós que militamos nessa área, brincar é uma atividade infantil fundamental, que precisa ser melhor explorada quando se fala em maus-tratos. Ela responde a uma necessidade de desenvolvimento da criança. Assim como precisa de amor, de alimentar-se, de repouso, de cuidados com sua saúde e higiene, a criança também precisa brincar. Parece algo tão óbvio falar disso, mas o mesmo tempo tão distante das oportunidades, das casas, das praças e das ruas. Sendo assim, podemos dizer que constitui uma forma de violência restringir, proibir ou não facilitar as oportunidades para a brincadeira infantil.

A brincadeira infantil é uma atividade que tem por característica a livre escolha da criança, ou seja, é regida por ela, com espaço, liberdade e oportunidade para formação da sua autonomia e vontade.

Perguntem a uma criança o que ela sente quando recebe castigos corporais. Ela sente dor. A agressão arde. Ela sente culpa e vergonha. Fica triste no seu canto. E pode carregar marcas por toda a vida, no corpo e na alma. Os profissionais de saúde têm o dever de enxergar as marcas da violência contra as crianças, muitas delas, evidentes na cabeça e na face. A grande maioria dessas marcas está nessas partes do corpo.

O ponto de partida é o diálogo franco com a criança, com sua família e com as pessoas que têm a responsabilidade de cuidar dela. Nos casos mais graves, será necessário envolver os diversos serviços organizados, para, em certos casos, tratar das vítimas e dos agressores da criança. Os Centros de Referência Psicossocial - CAPS e os Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, devem estar preparados e contar com profissionais treinados para atuar nessa área.

Infelizmente, estamos ainda muito aquém disso. Estamos mais preparados para tratar de situações mais ligadas ao álcool, a drogas, etc. Quanto à violência contra a criança, ainda precisamos melhorar nossos equipamentos e a formação de profissionais.

A formação dos profissionais de saúde para atuar com crianças que sofrem maus-tratos está aquém do necessário, especialmente na área de Pediatria. O pediatra cuida da criança até os 18 anos, em algumas situações, até os 21. Além de conteúdos na graduação, é preciso considerar mais tempo para qualificação nos períodos de residência. Quem sabe se, de dois anos, a residência possa passar a três, quatro anos, especialmente, para enfrentar o novo momento, a fase que estamos vivenciando hoje.

É nas unidades de atendimento do Sistema Único de Saúde que muitas crianças



chegam para receber consolo e remédio para suas feridas. As causas externas, que incluem os maus-tratos, são notificações que integram milhares de internamentos, mas dados disponíveis mostram apenas uma parte da realidade dessa que é uma epidemia silenciosa. Há necessidade de aperfeiçoamento do processo de comunicação e, conseqüentemente, controle dos casos de violência, e ações de enfrentamento das fragmentações da atenção à saúde.

O Conselho Nacional de Saúde, por meio da aprovação de políticas nacionais de redução da violência, contribui para promover a convicção defendida pela Organização Mundial de Saúde, que vê a saúde não apenas como ausência de doenças, mas como conjunção de várias formas de bem-estar: físico, emocional, intelectual e espiritual.

Portanto, o combate à violência que culmina com castigos corporais em crianças requer uma abordagem mais ampla do problema, com elaboração de propostas que contemplem a integração dos vários órgãos governamentais.

Como defendia a Dra. Zilda Arns, que foi Conselheira Nacional de Saúde por muitos anos, a história revela que, para a prevenção da violência e a construção da paz, que começa em casa, há necessidade de se investir fortemente em duas áreas: nas políticas públicas, para que levem igualdade e oportunidade a todos, e na humanização e fortalecimento do tecido social, isto é, nas pessoas. E ela nos deixou, com os seus mandamentos para a paz na família, alguns ensinamentos.

Vou destacar apenas três, para concluir, nobre Deputada: eduque seu filho por meio da conversa, do carinho e do apoio e tome cuidado, porque quem bate para ensinar está ensinando a bater; procure resolver os problemas com calma e aprenda com as situações difíceis, buscando em tudo o seu lado positivo; respeite as pessoas que pensam diferente, pois as diferenças são uma verdadeira riqueza para cada um e para o grupo.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Ouvimos, portanto, a fala do representante do Conselho Nacional de Saúde, Sr. Clovis Adalberto Bouffleur.

Já há no Brasil a obrigatoriedade da notificação de violência nas unidades de saúde, mas estamos falando de um outro conceito de saúde: o conceito da qualidade de vida, que significa felicidade. Saúde é felicidade.

Consideramos muito importante a participação e a contribuição do Conselho Nacional de Saúde, para que possamos construir uma outra lógica.

Passo a palavra, neste momento, ao Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça, Dr. Daniel Issler.

**O SR. DANIEL ISSLER** - Boa tarde a todos.

Deputada Erika Kokay, Deputada Teresa Surita, Deputada Liliam Sá, Deputado



Romário, demais Parlamentares, senhoras e senhores, eu gostaria inicialmente de agradecer aos membros desta Comissão o convite que foi feito em nome do Ministro Cezar Peluso para participar desta audiência pública. Sinto-me honrado em poder estar nesta Casa legislativa, participando desta discussão. E temos aqui um tema de mais alta relevância.

Já foi dito pelo Sr. Clovis que o Brasil - parece-me que esse é um ponto pacífico - tem uma das legislações mais avançadas do mundo na área do Direito da Infância e da Juventude. Essa legislação está perfeitamente sintonizada com as tendências mais modernas do Direito Internacional e reconhece o princípio da prioridade absoluta à infância na Constituição Federal, mais precisamente no art. 227, que estabelece que é dever não só da sociedade e do Estado, mas especificamente da família assegurar os direitos da criança. E expressamente aqui eu me permito citar uma parte do texto que acho pertinente: *"...além de colocá-los a salvo de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão"*. Este me parece ser um princípio básico do direito pátrio, que também agasalha o princípio da proteção integral, expresso como fundamento básico do próprio Estatuto da Criança e do Adolescente, no seu art. 1º, a doutrina da proteção integral.

Então, preciso salientar a nobreza da iniciativa e a importância desta audiência pública para discutir esse tema, que tanto nos toca, porque as crianças e os adolescentes são o nosso futuro e deles depende este futuro. E a qualidade de vida, como referido pela Deputada Erika Kokay, é algo que todos nós buscamos e essencial para que possamos atingir, no futuro, uma sociedade que traga no seu bojo uma convivência harmônica, saudável, produtiva e positiva para todas as pessoas na sociedade.

Então, precisamos buscar os melhores caminhos para que as crianças e os adolescentes sejam reconhecidos e tenham assegurado o direito de serem educados sem a utilização de castigos corporais e tratamento cruel ou degradante.

No Brasil, já temos alguma legislação vigente no que diz respeito fundamentalmente a esse tema. E, sem pretender me alongar, acredito interessante citar alguns desses dispositivos legais, que, creio, devem pautar também o processo legislativo.

Em primeiro lugar, o art. 7º do Estatuto da Criança e do Adolescente, que menciona o desenvolvimento sadio e harmonioso da criança e do adolescente. Nós temos também o art. 13, que menciona a comunicação obrigatória ao Conselho Tutelar de suspeitas de maus-tratos. Há no próprio Código Penal, em seu art. 136, a previsão do que é o crime de maus-tratos. Parece-me que a disposição do projeto de lei em discussão é diversa, não equivale exatamente à definição de maus-tratos que está no Código Penal. Por quê? Porque o Código Penal descreve a conduta de maus-tratos como aquela que expõe a perigo a vida ou a saúde, e não qualquer conduta. Para caracterizar maus-tratos, a criança ou adolescente sob a guarda ou vigilância da pessoa que pratica os maus-tratos deve ter tido exposta a perigo a vida ou a saúde. É interessante notar que o



próprio art. 136 já refere também como parte da definição do crime que essa exposição a perigo a vida ou a saúde se daria, para configurar maus-tratos, para fins de educação, ensino, tratamento ou custódia. Temos também a redação atual do art. 17 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que determina a inviolabilidade física, e o art. 18, que impõe o zelo pela dignidade da criança e do adolescente e veda qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor. E um dos incisos do art. 53 do ECA menciona também o direito de serem a criança e o adolescente respeitados pelos educadores. São estas as expressões da lei.

Outros dispositivos legais poderiam ser citados aqui pois relacionados a essa matéria, mas tenho esses como suficientes para concluir que o projeto em discussão traz em seu âmago o intuito de consubstanciar tais ideias na prática. Quer dizer, como fazer para que esses princípios, que já existem, possam ser aplicados na prática e, no dia a dia, as famílias tenham, no ato de educar crianças e adolescentes, esses princípios introjetados na sua forma de agir? Parece-me que é isso que a legislação pretende fazer.

Muito bem. Que questões específicas vejo serem merecedoras de discussão nesta Casa? Acredito, logicamente, que ninguém de bom senso vá defender que a violência é aceitável como uma forma de educação. A violência não é pedagógica, eu acredito. Mas a educação está muito longe de ser uma tarefa simples ou fácil, quer no âmbito das escolas, quer no âmbito das famílias. Quem é pai ou mãe sabe a dificuldade de realizar a tarefa de educar um filho. Pais e mães normalmente têm dificuldade e, muitas vezes, não sabem muito bem como impor limites, que, por vezes, são necessários.

Na medida em que a idade da criança e do adolescente avança, a possibilidade do diálogo fica cada vez mais robustecida, porque a capacidade de entendimento de um adolescente ou de uma criança mais velha é gradativamente maior do que a de uma criança mais nova.

Então, a discussão passa por entender quais seriam os limites que os pais teriam para impor aos filhos. Quais são as possibilidades, por exemplo, de contenção física? Imaginem uma situação em que um pai vê um filho pequeno batendo no irmão. Qual o limite de ação desse pai? Quais as formas de castigo, se é que um castigo é aceitável? Quais formas seriam possíveis de se serem usadas sem que fosse considerado uma humilhação?

Levanto essas questões absolutamente sem nenhuma crítica à louvável iniciativa do projeto, mas apenas porque, na condição de profissional do Direito, vejo essas indagações como pertinentes à discussão. E a busca pelas respostas nos levará, acredito, ao melhor caminho para discutir a normatização. Certamente, é importante que uma lei que venha a ser promulgada e entre em vigência possa ser eficaz e efetivamente cumprida, e que haja meios para o seu cumprimento.

Além disso, parece-me necessário, independentemente de qualquer ação legislativa, que haja ações educativas e fundantes para que a cultura da sociedade de um modo geral, na atividade de criação dos filhos, seja de





educação sem violência. Ou seja, bater não é uma forma de educar.

Dito isso, preciso salientar que tenho a honra de comparecer a esta Casa na data de hoje na condição de representante do Conselho Nacional de Justiça, que, como os senhores sabem, é um órgão colegiado e, além disso, não teve oportunidade ainda de se manifestar especificamente sobre o tema tratado hoje. Por isso, não tenho como trazer uma posição do Conselho Nacional de Justiça a respeito do projeto da forma como se encontra hoje.

Mas estou aqui para contribuir da forma como puder. Tenho muito interesse em acompanhar tudo que se relaciona com a infância e a juventude, e esse tema especificamente.

Assim, coloco-me à disposição para o debate hoje e em outros momentos e também para participar dessas discussões e contribuir da melhor forma.

Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Eu gostaria de agradecer ao representante do Conselho Nacional de Justiça, Dr. Daniel Issler, a exposição.

Anuncio a presença da Deputada Fátima Pelaes, membro desta Comissão, e da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, que faz parte da Mesa Diretora da Comissão.

Passo a palavra neste momento ao representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social, Carlos Eduardo Ferrari.

**O SR. CARLOS EDUARDO FERRARI** - Boa tarde a todos.

Cumprimento a Sra. Deputada Erika Kokay, a Sra. Deputada Teresa Surita, a Sra. Deputada Fátima Pelaes, a Sra. Deputada Professora Dorinha, o Sr. Deputado Romário, os colegas componentes da Mesa e os demais presentes.

Gostaria de fazer uma correção, Deputada: estou Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social, onde represento a sociedade civil e neste momento represento aqui apenas o Conselho, não o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Mas, com certeza, ele também está aqui representado, uma vez que é membro ativo daquele Conselho e sempre muito presente. Eu gostaria de deixar isso bem registrado.

Antes de mais nada, quero cumprimentá-los pela iniciativa. E começo a minha fala justamente com esse ponto, ou seja, expondo como fizemos a discussão desse projeto de lei. Na minha visão, como militante do controle social e Presidente de um conselho de política pública, entendo como ponto fundamental, crucial, pensarmos na construção desse parecer e dessa alteração legal a partir desse momento de discussão e diálogo, tendo em vista - e aproveito a fala do Dr. Daniel - a importância de construirmos de fato uma legislação eficaz, com a qual



a população brasileira se identifique e que deseje ver cumprida. Está aí o grande desafio para todos nós.

Está clara para todos os presentes a importância de trabalharmos com a perspectiva de combater qualquer ideia, qualquer concepção de castigo corporal. O grande desafio é como traduzir isso em lei, de tal ordem que a população brasileira assuma isso conosco, que ela compre essa ideia. E eu gostaria de destacar alguns caminhos. Talvez o primeiro deles seja sinalizar para a sociedade brasileira a forma pela qual estamos construindo isso, ou seja, com a perspectiva do diálogo, do envolvimento de diferentes políticas públicas e dos diferentes espaços de participação popular.

E, falando como militante da assistência social, é clara a importância da nossa atuação, da nossa política pública de assistência social nesse contexto. A política pública de assistência social é jovem, é uma política que durante as últimas décadas conquistou vários avanços, tanto legais como de reconhecimento da população brasileira, na instituição da Lei de Assistência Social, em 1993; na aprovação da Política Nacional de Assistência Social, em 2004; na instituição do Sistema Único de Assistência Social, em 2005, e, recentemente, na aprovação desse Sistema Único de Assistência Social como lei, pela nossa Presidenta Dilma, em 2011.

Esse resgate histórico faz-se fundamental no caso da política pública de assistência social, porque é uma política que se estrutura e se constitui tendo na sua centralidade, na matricialidade da política, na perspectiva central da política, a família, na perspectiva de nós assegurarmos a convivência e o fortalecimento de vínculos. Se eu tenho, dentro da centralidade da família, atuando a partir do território, como disse aqui o Clovis, os Centros de Referência de Assistência Social, equipamentos estatais hoje que estão em mais de 99% dos Municípios brasileiros, eu posso dizer o seguinte: eu tenho capilaridade hoje suficiente, e nós vamos construir mais isso, estamos trabalhando nessa perspectiva, para que possamos fazer uma intervenção adequada de Estado e sociedade civil articulados, junto a essas famílias, para que possamos criar uma nova perspectiva de educação, de relação familiar, de construção de vínculos familiares.

Eu acho que a lei é o grande pontapé inicial. A Deputada falou muito bem aqui, é uma lei que vem na perspectiva não só da saúde, como da qualidade de vida, da mudança de relação entre as pessoas. Isso se faz não apenas através da alteração legal, como principalmente através de estratégias de articulação de Estado e sociedade civil, de equipamentos estatais e não estatais, de política pública que intervenha nessas famílias para que elas tenham uma nova perspectiva de educação, políticas preventivas que evitem muitas vezes a necessidade do castigo. Por que o pai está castigando o menino? Por que o menino, muitas vezes, não tem o que fazer, está em casa, não tem acesso ao esporte, à educação? Todas essas questões devem ser relativizadas, colocadas na mesa, de fato, para que a gente possa construir uma legislação articulada com uma política pública que de fato seja transformadora.



O *status* atual da assistência social, como eu disse, é bastante interessante porque existe essa lei aprovada recentemente que institui o sistema único de assistência enquanto legislação e enquanto sistema garantidor de direitos. Os Centros de Referência de Assistência Social no Brasil são portas de acesso ao direito e têm a perspectiva não só de esperar a família, de como ir até a família. Então, neste momento, a assistência social se alinha, sim, com essa proposta.

Como o companheiro Dr. Daniel disse, no nosso Conselho nós não nos debruçamos especificamente ainda sobre o projeto de lei. Vamos fazer isso e convidá-los a estar conosco no debate para o mês de outubro. Existe inclusive uma reunião conjunta, pautada entre Conselho Nacional de Assistência Social e Conselho Nacional da Criança e do Adolescente, das duas Comissões de Políticas Públicas. Então, existe uma pauta conjunta que não nasceu ontem. Esses dois Conselhos têm construído bastantes coisas juntos. Em outubro, as duas Comissões de Política vão voltar a se reunir, e eu tenho a perspectiva de pautar esse debate, de repente, no Pleno do Conselho, de forma mais efetiva, em novembro, para que a gente possa fazer essa discussão e tirar um posicionamento.

Nós vamos ter, Deputada Kokay, de 7 a 10 de dezembro, a Conferência Nacional de Assistência Social. Vamos receber aqui delegados de todos os Municípios e Estados brasileiros, 2.300 pessoas discutirão a política pública de assistência social. A senhora disse que, de acordo com o cronograma aqui, a gente deve chegar ao final dos trabalhos no dia 6 de dezembro. É isso? Então oxalá a gente possa chegar à Conferência com boas notícias, de forma pactuada, envolvendo todos dos setores, todas as políticas públicas, os Conselhos de direito, para que de fato essa seja uma legislação da qual o Brasil possa se orgulhar por ter sido construída a várias mãos, construída de fato pelo povo brasileiro.

Eu não vou usar meus 15 minutos. Quero já encaminhar para agradecer e dizer da satisfação do Conselho Nacional de estar aqui hoje, dizer que o Conselho está de portas abertas para que a gente possa fazer esse debate intensamente, não só no âmbito do Conselho Nacional, mas de todas as instâncias de deliberação da política pública, da política de assistência social. Aí eu falo, com maior tranquilidade, na possibilidade de nós mobilizarmos os Conselhos Estaduais, provocá-los para que eles possam levar isso para suas pautas, os Conselhos Municipais, para que a gente possa, como eu disse, ter uma grande mobilização popular em torno desse debate.

Obrigado, Deputada.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Carlos Eduardo, que aqui representa o Conselho Nacional de Assistência Social e representa, no Conselho, a sociedade civil, ocupando neste momento a Presidência.

Nós aceitamos o convite para estarmos no Pleno do Conselho e gostaríamos de fazer essa discussão em todos os quatro Conselhos aqui representados. Nessa discussão, devemos mostrar a importância da aprovação desse projeto no Conselho Nacional de Justiça, no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do



Adolescente - CONANDA e também no Conselho Nacional de Saúde. Nós vamos formalizar à Comissão solicitação de pauta para que possamos expor matérias relativas a trabalhos da própria Comissão, inclusive sobre projetos e experiências.

Eu estive há uns 15 dias no Paraguai, numa discussão latino-americana acerca de um marco legal para aprovação de leis que estabeleçam outra lógica de defesa de direitos das crianças e dos adolescentes que não ficassem parados nas portas das casas, ou seja, que o Estatuto da Criança e do Adolescente possa entrar nas casas, até porque ele já está legitimado em vários aspectos: nos espaços abertos de educação, particularmente, nos espaços públicos estatais abertos, nos quais as famílias e as próprias crianças se empoderam da lógica do Estatuto, da doutrina de proteção integral e da condição de sujeito de direito, para defenderem uma educação sem castigos corporais. Mas é preciso que ele seja legitimado dentro das próprias famílias também e nas unidades de internação, onde ainda existe uma cumplicidade muitas vezes silenciosa e matreira da sociedade com níveis de castigos corporais que existem em unidades de internação de adolescentes.

No Paraguai nós conhecemos experiências ocorridas na Venezuela e no Uruguai, países da América Latina que já têm legislação nesse sentido. O Uruguai foi o primeiro deles; em seguida vieram a Venezuela, depois a Costa Rica. Já são 30 países no mundo. O primeiro deles foi a Suécia, que, em 1979, aprovou uma legislação que impedia os castigos corporais e o tratamento cruel e degradante. O limite entre os dois é muito tênue, pois estamos falando de relações em que há muito envolvimento afetivo, são relações muito atávicas. Essas relações com os educadores e principalmente com os familiares são fundantes e muito atávicas.

Portanto, a lógica do que é o tratamento degradante, o castigo degradante e o castigo desmedido é uma fronteira muito difícil de se estabelecer, até porque, como já foi falado pelo representante do Conselho Nacional de Saúde, a criança tem uma percepção de quem detém muito amor e de quem busca maior nível de acolhimento e proteção nas relações familiares.

O que nós vimos na Suécia é que, no primeiro momento, por volta de 90% das famílias diziam que havia castigos corporais; e, 40 anos depois, hoje, apenas 10% das famílias dizem que há castigos corporais. Então, criou-se uma lógica de paz, não a de que o mais forte domina o mais frágil, que é uma lógica que vai se reproduzir nas relações sociais, porque as famílias têm o poder de estruturar percepções, estruturar sentimentos e estruturar consciência de si mesmo.

Portanto, as relações familiares tendem a reproduzir-se nas relações sociais. Por isso nós estamos construindo uma sociedade de maior paz, de maior compartilhamento e uma sociedade em que o mais forte não se sinta com capacidade ou possibilidade de destruir, de anular ou de machucar o mais frágil.

Sem dúvida alguma, nós avançamos na Lei Maria da Penha, com diferenciações, porque a lei dos castigos corporais não fala de responsabilização, de criminalização diferente da que já está prevista até do ponto de vista



programático, do ponto de vista real e concreto no Estatuto da Criança e do Adolescente. A Lei Maria da Penha avançou para assegurar o direito de as mulheres viverem sem violência dentro de suas próprias casas. E é preciso avançar também nos direitos das nossas crianças.

Portanto, nós estamos fazendo essa discussão e paralelamente fazemos também uma articulação com a América Latina e com vários segmentos. Há solicitações de vários locais para que nós possamos realizar audiências públicas.

Portanto, temos muito interesse em fazer essa discussão nos conselhos, em abrir pautas nas reuniões dos conselhos, no pleno dos conselhos, para que possamos introduzir e apresentar os trabalhos da Comissão, solicitar ajuda e contribuição, enfim, compartilhar a elaboração do parecer.

Por fim, vamos passar a palavra à Sra. Maria de Lourdes Magalhães, representante do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

É um prazer imenso tê-la aqui. Esta nossa primeira audiência pública é o olhar dos conselhos, que são instrumentos de elaboração de políticas e de fiscalização de políticas, numa paridade entre Estado e sociedade civil.

Com a palavra a Sra. Maria de Lourdes Magalhães, que aqui está representando o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o CONANDA.

**A SRA. MARIA DE LOURDES MAGALHÃES** - Boa tarde a todos os senhores.

Cumprimento a Deputada Erika Kokay e a Deputada Teresa Surita e, em nome delas, cumprimento as demais Parlamentares e os companheiros conselheiros na Mesa. Cumprimento também os adolescentes presentes - alguns deles, inclusive, fazem parte da Comissão Organizadora da IX Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente. Acho que este é um momento ímpar também da participação dos adolescentes em agendas que dizem respeito a eles.

Preparei uma breve apresentação, pensando na possibilidade de trazer subsídios também para o debate.

Este foi o convite que recebemos, no sentido de instrumentalizar o debate e de trazer algumas reflexões relativas a este tema para que os senhores possam fazer as proposições e para que esta Casa faça o debate que vem sendo acompanhado de perto pelos conselhos, pelo CONANDA, e também pelas políticas públicas.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Inicialmente, acho que é sempre importante reforçar que esta é uma agenda em que o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente tem se debruçado sobre esse tema. Devo dizer que o CONANDA é um órgão permanente, criado por lei, é um dos órgãos, dos conselhos diferenciados, porque ele é paritário Governo e sociedade. Ele tem sua Secretaria Executiva na





Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e na Secretaria dos Direitos Humanos.

Mencionei isso também para dizer que em 2009, com a realização da VIII Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente, na reunião de abertura o Sr. Paulo Sérgio Pinheiro, certamente conhecido pelos senhores, fez uma fala especificamente relacionada ao tema dos castigos corporais, de que o Brasil precisava se posicionar em relação a essa questão. Nós, sendo País com a legislação mais avançada, conforme foi dito por todos conselheiros, ainda temos que tolerar esse tipo de violência.

Destaquei aqui que o projeto traz a questão de os adolescentes serem educados e cuidados sem o uso de castigos corporais. A única diferença deste projeto de lei em relação ao que está no ECA são as palavras, porque o art. 7º, como foi dito aqui pelo Daniel, diz que a criança tem que ter seu desenvolvimento sadio e harmonioso. O art. 5º diz que nenhuma criança deve sofrer nenhum tipo de violência. Isso está posto no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Quando esse projeto de lei foi proposto pelo Executivo e lançado pelo Presidente Lula, depois dessa discussão inclusive da VIII Conferência dos Direitos da Criança, houve muita polêmica em torno dele. Agora, temos de ver que essa discussão foi bastante pertinente, pedagógica e importante, porque pesquisadores, especialistas, educadores, conselhos de direitos se debruçaram sobre uma questão que me parece estava esquecida e, como disse o Sr. Paulo Sérgio Pinheiro, estava silenciada. A questão veio ao debate.

Estou trazendo essas declarações e essas normativas internacionais para dizer que o Brasil é signatário das normativas internacionais junto à Organização das Nações Unidas. Então, o Brasil responde sim por situações que sejam questionadas em relação à violência contra crianças e adolescentes. Então, somos signatários de legislações e declarações relativas ao direito da criança e do adolescente. Isso não é algo que somente o ECA, que é lei, defende. Tudo vem de uma questão mais ampliada. Mundialmente, essa questão vem sendo discutida, conforme a Deputada Erika Kokay disse. Outros países estão se posicionando em relação à questão dos castigos corporais. Se não enfrentarmos isso agora, vamos demorar mais tempo para dar resposta à sociedade.

Aqui vemos somente uma trajetória dos direitos da criança e do adolescente em relação ao que este País vem apresentando. Refiro-me ao art. 227, depois ao Estatuto da Criança e do Adolescente.

A Convenção Sobre os Direitos da Criança e do Adolescente só foi promulgada 3 meses depois do Estatuto da Criança e do Adolescente. Então, este País realmente estava... O movimento social, o movimento em prol dos meninos e meninas de rua estavam de fato articulados com a questão da redemocratização deste País, juntamente com a própria Constituição Federal de 1988. Então, avançamos a passos largos do ponto de vista das normas e do direito da criança e do adolescente.



Trago aqui os números, que são importantes para que façamos uma reflexão, porque o Brasil está reduzindo a mortalidade infantil com muitas doenças prevalentes, mas está deixando as crianças morrerem por causas evitáveis, por acidentes e violência. Mostro que a primeira causa de mortalidade de crianças a partir de 1 ano são as causas externas. Isso é algo para nossa reflexão.

Das causas externas, quais estão levando as crianças a óbito?

Os acidentes de transportes com crianças de 5 a 9 anos e de 10 a 14 anos são a primeira causa de mortalidade. Isso é algo sobre o que temos de refletir, pensar.

Temos ainda situações de suicídio de crianças. A partir de 10 anos, ocorrem 96 suicídios na faixa etária de 10 a 14 anos. Há bem pouco tempo, existia uma discussão acadêmica, dizia-se que criança não comete suicídio. Estamos percebendo que não é bem assim. Tudo isso tem uma construção. Por que as crianças podem estar cometendo suicídio?

Esta imagem mostra que o número de óbitos por causas externas vem realmente decrescendo - é importante ressaltar isso -, mas, do ponto de vista das regiões, podemos observar que o número se mantém, ou seja, ainda há um número bem significativo de crianças que estão indo a óbito por causas evitáveis, seja por negligência, seja pela própria questão da violência.

Aqui eu trago aquilo que falamos sobre as situações da violência silenciada, que até bem pouco tempo atrás nós não tínhamos sistema para notificar. Hoje há o Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes, que definimos como VIVA, que desde 2006 começou a ser implantado em 27 Municípios brasileiros. O que se constatou foi aquilo que as pesquisas vinham mostrando, que a violência física... Estamos falando de castigos corporais, violência física. Porém, temos que observar que só chegam ao serviço de saúde os casos mais graves. Os casos de violência, esse possivelmente ou muitos deles, podem até chegar lá e nem ser notificados. Então, é importante o profissional de saúde nessa estratégia da notificação. O profissional da educação, idem. O art. 56 do ECA já define que ele tem responsabilidade, e o 245, também do ECA, diz que ele é penalizado caso não cumpra, não notifique.

Então, só podemos ter essas informações se de fato houver a cumplicidade dos profissionais de saúde, da educação e também da assistência. É uma política nova, mas a assistência hoje, no território, assume um papel importante nos CREAS, juntamente com as demais políticas, para dar visibilidade às questões relativas à violação do direito de crianças e adolescentes.

Quando observamos onde essas crianças estão sofrendo violência, Deputada Teresa Surita, constatamos que é na residência. Portanto, é para realmente nos fazermos um questionamento. As políticas estão tendo um papel importante, mas a família também precisa estar implicada. Agora, de que modo nós podemos trabalhar com as famílias? Essas famílias frequentam diariamente as unidades de saúde, então profissionais da atenção básica devem estar preparados para fazer uma abordagem do ponto de vista de promover saúde, no momento do pré-natal



dessas mulheres; no momento em que a criança nasce, na questão do contato do aleitamento materno para estabelecer esse vínculo com essa criança e com essa mãe. Os cuidados e acompanhamentos diários na atenção básica podem mudar com trabalhos de orientação para as famílias.

Hoje temos um instrumento importante, que é a caderneta de saúde da criança, que traz todas as orientações com relação aos cuidados com o bebê, inclusive de segurança, alimentação saudável e várias outras orientações. Acho que muitas vezes perdemos a oportunidade de trabalhar com esses instrumentos pedagógicos que já temos disponíveis.

Fiz essa exposição para mostrar um pouco os números, para que possamos fazer o debate, e já apontar o trabalho da 8ª Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente, como o CONANDA vem trabalhando com relação à violação do direito, que é uma das agendas que mais ocupam o CONANDA. Mas também estamos fazendo pelo menos 3 inovações, poderia dizer, nesse sistema de garantia de direitos ampliados, que é trabalhar o componente de promoção.

Um dos componentes é a promoção desses direitos. Na diretriz desse eixo é que se vai trabalhar com as famílias. O plano decenal já foi aprovado pelo CONANDA.

Aproveito a oportunidade, com a presença dos representantes dos demais conselhos, para que possamos fazer um debate sobre esse plano, porque é um plano ampliado, reúne todas as políticas públicas.

Mesmo sendo da Saúde, ainda não tive a oportunidade de levar esse debate para dentro do Conselho Nacional, estou devendo isso ao CONANDA, porque precisamos fazer esse debate mais próximo. Estamos falando de um plano que é uma matriz que engloba todas as políticas públicas e se articula com elas. Portanto, é fundamental que façamos esse debate junto aos conselhos, para nos fortalecermos.

Esta iniciativa foi extremamente oportuna, pertinente, até para fazer essa aproximação.

O CONANDA já tem vários trabalhos junto com o CNAS - aliás, na próxima assembleia já temos uma reunião da Comissão de Políticas Públicas. Temos alguns assuntos agendados, mas temos que trabalhar isso também com os outros conselhos.

O eixo da promoção dos direitos traz esse componente, e podemos fortalecê-lo. É uma estratégia da Secretaria de Direitos Humanos, e a Ministra Maria do Rosário, como Presidente do CONANDA, tem trazido essa discussão à frente, tem estado conosco sempre, e é uma agenda que tem pautado o CONANDA e as políticas setoriais, no sentido de se fortalecer e de sairmos um pouco do foco da violação do direito. É preciso trabalhar com a prevenção, dentro de uma perspectiva de direitos, para evitar que aconteça a violação.



Só vou me deter nos eixos da questão dos direitos.

Temos outro de que falei, sobre inovação, que é a questão da participação de crianças e adolescentes. É outra agenda que o Conselho está envolvendo agora, na organização da 8ª Conferência, trazendo adolescentes para fazerem parte inclusive das comissões. É uma agenda importante, e o plano já traz essas inovações.

Outra questão que também está muito na agenda do CONANDA são os conselhos tutelares, que estão dentro do eixo da proteção e defesa dos direitos, de fortalecimento dos conselhos tutelares, porque eles são atores e agentes que podem nos ajudar no território, trabalhando junto com as políticas. Eles têm que ser aliados, não podem ser somente fiscais das políticas; temos que trazê-los para perto, inclusive para que eles se sintam também fortalecidos, para não se sentirem sozinhos. Portanto, nossa lógica agora é trabalhar em rede, reunir esforços para isso.

Outro eixo que é importante destacar, que eu também disse que é inovação, é a gestão da política, porque a Secretaria de Direitos Humanos, assim como o Ministério de Desenvolvimento Social, são políticas muito recentes no País.

Quero situar a questão do eixo que aponta a violação que estamos trabalhando aqui.

O plano foi aprovado em eixos, diretrizes e objetivos estratégicos. Não quis trazer objetivos estratégicos, porque acho que não era a finalidade aqui, mas vou dar um panorama geral para os senhores desse trabalho que de fato nos fortaleceu mais nas políticas. Participamos inteiramente do processo de discussão, das políticas de educação, da assistência, da saúde, do planejamento; estivemos muito juntos, refletindo sobre a construção dessa política maior, que não é por si só uma política de saúde, de assistência, de educação, é uma política dos direitos da criança. Este País, depois do Estatuto da Criança e do Adolescente, não tinha ainda - estávamos devendo para a sociedade - uma política. Essa política está nascendo junto com o plano, já um plano para operacionalização das políticas.

Espero ter trazido alguns elementos para contribuir com o debate. Os demais colegas do Conselho já fizeram ressalvas do próprio Estatuto da Criança e do Adolescente, que só vieram complementar e reforçar a importância disso.

Enfim, era o que queria trazer para os senhores. Vamos aos debates, para que tenhamos mais tempo.

Obrigada.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Sra. Maria de Lourdes.

Já há *quorum* regimental, e temos sobre a mesa um requerimento que vamos submeter à leitura e à aprovação. É um requerimento da Deputada Flávia Moraes,



que requer realização de audiência pública, no Estado de Goiás, da Comissão Especial que analisa o PL 7.672, de 2010, que estabelece o direito de crianças e adolescentes de serem educados sem o uso de castigos corporais.

Coloco-o em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, peço aos Srs. Parlamentares que estão de acordo com o requerimento que permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Vamos montar depois uma grade. Também houve a realização de audiências públicas em todas as regiões do Brasil. Há, inclusive, decisão da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Goiás, do seu Presidente Mauro Rubem, de também realizar uma audiência pública sobre o tema. Nós deveremos propor a unificação, a realização da audiência a partir do requerimento da Deputada Flávia Morais, aliado à iniciativa do Deputado Mauro Rubem, que preside a Comissão de Direitos Humanos daquela Assembleia Legislativa.

Então, eu gostaria de agradecer a exposição dos nossos palestrantes e dizer que se inscreveu para fazer uso da palavra a Deputada Professora Dorinha.

Neste momento eu passo a palavra à Relatora, para que ela possa formular as perguntas, as considerações, os aspectos que achar relevantes para serem discutidos nesta audiência pública, que possam contribuir na elaboração do parecer.

Apenas realço que nós queremos fazer o lançamento dessa campanha do projeto. Nós também queremos fazer esse lançamento. Nós devemos fazê-lo ainda no mês de outubro ou novembro e vamos agendar posteriormente. Queremos fazer um lançamento para fazer, pedagogicamente, a sociedade participar da discussão que está acontecendo nesta Casa, ou seja, envolver a sociedade brasileira nessa discussão, que nos parece absolutamente relevante.

Temos a absoluta certeza de que essa discussão precisa da retaguarda de políticas públicas para que possa ser efetivada, políticas públicas de cultura, de educação, de assistência social, enfim. E, ao mesmo tempo, é preciso adentrar os lares, os locais de trabalho com essa discussão, para que a população possa se apropriar dela.

Eu digo que nós não podemos permitir que essa discussão se dê em contraposição ao poder dos pais. Não é essa a discussão. Não é isto o queremos, que a lei possa ser entendida como algo que invade a competência dos pais de estabelecer os seus próprios limites, porque os limites têm que ser dados, fazem parte de um processo educativo, mas não precisam deixar marcas tão indeléveis na alma e no corpo. Então, nós queremos que os pais entendam que é um instrumento de discussão e um instrumento de busca do estabelecimento de relações que são mais sustentáveis, mais permanentes, porque são mais amorosas e dialogais.





Então eu passo a palavra para a Deputada Teresa Surita, para que ela possa fazer as perguntas, as colocações, as considerações que achar convenientes.

Com a palavra a Deputada Teresa Surita, Relatora.

**A SRA. DEPUTADA TERESA SURITA** - Eu quero, Deputada Erika, agradecer a presença dos representantes dos Conselhos, porque entendo que abrimos realmente a discussão e o debate de uma forma bastante madura e consciente.

Existem muitas perguntas que eu anotei aqui que considero importante fazer e também algumas colocações que também eu considero importantes, até para que possamos discutir. A discussão dessa lei, na verdade, é uma discussão da sociedade. Ela vai além da questão política, do que já está definido, até porque cada um dos senhores que falaram disse que esse debate ainda não foi levado de forma clara dentro dos Conselhos. Ou seja, ainda não existe uma definição clara do que pensar da discussão que nós estamos trazendo neste momento.

Por várias pesquisas que tenho feito, buscando realmente compreender a mudança que nós queremos na garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, não existe, no meu entendimento, violência com boa intenção. Eu entendo que isso é um pouco difícil de entender. Também não é possível levar-se uma discussão como essa como algo que vá interferir na família ou na educação da criança dentro de casa; não é isso. Nós estamos dizendo mais do que isso. Nós estamos falando de castigos corporais, de tratamento físico degradante; nós estamos falando de castigos humilhantes.

Agora, como vários países hoje já têm essa legislação, já mudaram sua legislação para mudar esse tipo de comportamento, e como o Brasil também assinou, junto à ONU, esse compromisso, eu acho que parte também dessa posição a discussão do quanto nós podemos avançar com relação aos castigos degradantes que as nossas crianças sofrem.

E aí eu gostaria de colocar que não só o pai e o filho passam por isso, mas o adulto e a criança, porque, além do pai e do filho, há também os professores, as babás, além de uma sociedade que hoje tem um outro comportamento de educação. Hoje a mãe mudou a forma de tratar o seu filho com relação a um tempo atrás. A mãe sai de casa muito mais cedo. A criança é entregue para uma creche com 8 meses, com 1 ano de idade. Quer dizer, qual é o ambiente seguro em que essa criança está sendo colocada? Ela tem, sim, a garantia do tratamento dentro da minha casa. Agora, os coleguinhas com quem ela está convivendo, os professores, ou quem quer que seja com quem ela está convivendo diariamente, será que também estão repassando para ela aquilo que eu posso passar na hora em que ela pode me ver?

Hoje uma criança de 6 anos - e isso é comprovado - viu mais a tela de uma televisão do que o rosto da sua mãe. Então, nós realmente precisamos nos preocupar com os avanços que precisam ser feitos no que diz respeito a garantir o direito da criança de ser educada sem receber castigos corporais ou castigos humilhantes e degradantes, que vão além de uma palmada, como às vezes tanto



é colocado, minimizando o valor dessa lei.

Eu gostaria, rapidamente, de dizer aqui que, quando se falou na escravidão, quando se lutou contra a escravidão, buscou-se uma lei. Foi feita uma lei. Hoje nós achamos um absurdo uma coisa dessas. Mas foi necessária uma lei. Contra a violência às mulheres, a Lei Maria da Penha hoje é vista pela maioria dos brasileiros como uma lei necessária. E tudo começa normalmente com um tapa dentro de casa. Desde 1934, nós temos um decreto no Brasil, publicado na época por Getúlio Vargas, contra maus-tratos aos animais. E as nossas crianças no sentido de... O Dr. Daniel disse que determinados artigos que ele citou garantem que realmente haja uma consequência quando se chega a expor ao perigo de vida ou à saúde. E até lá?

Segundo dados de 2007, 40% dos registros de denúncias de violência nas delegacias do Rio de Janeiro estão relacionados com a violência contra a criança. Quando os pediatras ou os próprios conselheiros recebem uma criança agredida, normalmente essa criança é curada e devolvida ao próprio agressor, que a agride tanto sexualmente como fisicamente. Busca-se o tratamento, mas, assim que a criança é curada nas feridas, ela normalmente volta para o círculo de convivência.

Eu entendo que uma das discussões que nós precisávamos levantar com relação a esse avanço não é a mudança do Código Penal, porque ali já se garante. Eu entendo que essa é uma lei mais educativa do que punitiva. E essa educação passa pelos equipamentos públicos de que nós já dispomos.

Então, Delegacias de Atendimento à Criança e ao Adolescente. Eu entendo ser necessário que haja realmente um olhar mais voltado para essa questão da agressão antes de a criança ser jogada pela janela. O que acontece? Chega a esse ponto. Estamos falando de castigos corporais e de marcas que realmente ficam para sempre.

Aqui foi dito por todos os senhores que não se pode educar sem o diálogo. Agora, 93% dos pais agressores dizem que perdem a paciência, perdem a cabeça, e agredem e foram agredidos.

Então eu entendo que esse avanço realmente não é querer criar um aparato que não funcione, mas é buscar o que nós já temos, para que possamos adequar de fato e mostrar que o Brasil, assim como outros 30 países - e já é o quarto da América Latina -, também pode duplicar o número de crianças atendidas com relação a essa proteção.

Pelo que o Dr. Clóvis disse e pelo que eu entendo das pesquisas e dos acompanhamentos que tenho feito, hoje a violência doméstica é um assunto de saúde pública.

Nós temos hoje uma capilaridade incrível com relação ao Programa Saúde da Família, para mim um dos melhores programas que se oferecem no Ministério da Saúde. Dentro do próprio Ministério da Saúde, já existem muitos estudos com



relação à violência contra a criança, enfim, dados que realmente são muito bem embasados.

Por que não chegar, através do Programa Saúde da Família, com treinamento, capacitação para esses profissionais especializados, à casa das pessoas? Já está, inclusive, comprovado que é onde existe essa violência pelo menos mais mostrada. Eu não diria que com relação à classe social isso muda, porque a violência dentro de casa é uma violência velada.

Então, eu gostaria de perguntar: por que não usar as equipes de saúde em família, que já existem e precisam de uma capacitação, para identificar dentro da casa, onde eles já estão, a criança que está sendo agredida? Por que não usar as escolas e a capacitação dos professores e dos diretores - a Professora Dorinha pode falar melhor do que ninguém - para identificar também a criança que naturalmente tem um comportamento diferenciado quando é agredida?

Os conselhos, sem dúvida nenhuma, precisam estar preparados para atender a essas crianças quando são recebidas.

Há muito pouco tempo - e isso é diário, basta procurar nos jornais -, há denúncias de crianças que não sabem o que fazer por apanhar em casa. Mais de 80% das crianças que fogem de casa é porque são agredidas.

Então, diante de tudo isso, como fazer para que os equipamentos públicos que já existem possam ser utilizados para identificação da violência? E mais do que isso, os Estados, os Municípios - está muito claro na mudança da lei - usarem de campanhas educativas para atender a esses pais que passam dos limites, que ninguém sabe qual é, mas que todo o mundo sabe também?

Eu diria que é um avanço, como foi na questão do tabagismo. Há 20 anos, havia mais brasileiros fumantes do que não fumantes. Houve uma campanha diária, permanente, esclarecendo o quanto o fumo faz mal.

Acredito que essa discussão é realmente de mudança de valores e acredito que essas mudanças de valores passam por uma campanha educativa.

Entendo que esse primeiro encontro realmente abre muitas dúvidas, muitas discussões, que precisam ser respondidas, mas, de fato, podemos avançar, porque realmente as crianças no Brasil têm o direito.

Eu assisti à apresentação de Maria de Lourdes, do CONANDA, na qual ela mostrou que a causa do maior índice de mortes de pessoas de 15 a 19 anos de idade é a violência. Por quê? Está nos dados que ela trouxe. Ou seja, quem tem 15 anos de idade é adolescente. E eles morrem mais por causa da violência. A violência que nós estamos discutindo, que passa por uma educação.

Eu entendo que o que buscamos com essa lei, por se tratar de uma lei educativa, é inclusive o direito de um segurança de *shopping center*, por exemplo, ao ver um adulto agredindo uma criança, de abordá-lo e dizer: *"Olha, você não pode fazer*



isso." Eu acho que essa consciência precisa ser colocada na nossa sociedade.

Eu gostaria de deixar essas perguntas. Anotei muito mais coisas, mas com certeza vamos conversar com os senhores em outros momentos, quando poderemos aprofundar essas questões.

Para encerrar, gostaria apenas de dizer que é importante destacar, Dr. Daniel, que contenção é diferente de castigo físico e que os limites são realmente fundamentais, mas que não são sinônimos de castigos cruéis ou degradantes; que é possível estabelecer limites sem a força física e a violência. Eu sei que o senhor concorda com tudo o que estou dizendo, porque estou falando com base nos argumentos que o senhor colocou.

Sobre as condutas equivocadas, as próprias crianças colocam as possibilidades de serem sancionadas. Por exemplo: se elas quebram alguma coisa, têm de consertar; se sujam uma parede, têm de limpar; e precisam de um tempo para refletir sobre o erro. Quando nós adultos cometemos algum equívoco, demoramos algum tempo para entender o erro que cometemos. Imaginem uma criança! Ninguém nasce com bula que oriente sobre como deve ser educado.

Deixar de sair, de ir ao cinema. Quer dizer, são maneiras de colocar limites. E mais: não deixar que assista à televisão, não deixar que use o *videogame*, enfim, aquilo que a criança gosta de fazer, para que se entenda que é preciso dar limites, mas que não seja através da dor.

Por favor, eu entendi a preocupação, mas é um esclarecimento que acho importante colocar aqui, até para discussão.

Obrigada.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Bom, eu vou conceder a palavra agora ao representante do Conselho Nacional de Saúde, porque ele vai ter de viajar. E o procedimento seguinte será este: vamos conceder a palavra à Deputada Professora Dorinha, para seus questionamentos, e aos membros da Mesa.

Eu quero apenas realçar a questão do PSF, porque acho importante a capacitação para a realização da abordagem. O nosso convidado me disse que o agente comunitário de saúde muitas vezes é impedido de entrar nas casas, se faz esse tipo de denúncia. Por isso há necessidade de uma capacitação, que é prevista inclusive no projeto. A lei prevê que haja capacitação dos profissionais, inclusive dos profissionais da saúde, para que a abordagem não represente animosidade com a própria família.

Acho que seria importante fazermos essa discussão também no pré-natal. O pré-natal é um período muito privilegiado para preparar a chegada das meninas e dos meninos, não apenas com os cuidados físicos, mas também com os cuidados inerentes a uma saúde integral. Quando se fala de perigo à saúde, também se deve considerar a saúde mental, o nível de trauma que se estabelece contra uma



criança.

Aqui o senhor dizia que a criança agredida se sente humilhada, culpada, tem muita raiva e se sente muito impotente. Isso deixa marcas. Se perguntarem a qualquer um de nós se já sofremos castigos físicos na infância, todo mundo vai lembrar se sofreu, se não sofreu e como sofreu. Isso é muito intrínseco, muito colado na forma como nos colocamos frente à vida. Por isso também é um perigo à saúde o castigo corporal.

Quero dizer por fim que a percepção do castigo não pode ser a percepção do adulto. O adulto diz *"eu não castiguei"* ou *"eu não cometi um castigo degradante"*. Mais uma vez é tirar da criança a condição de sujeito, inclusive dos seus próprios sentimentos e da sua própria percepção. O adulto não pode determinar qual é o castigo degradante e quais são os limites de um castigo corporal, porque o impacto, a intensidade do castigo e a marca que ele deixa na alma e na pele são percepções da própria criança. Então, tira-se da criança a condição de sujeito, que é estabelecida no ECA.

Quando discutimos a lei, estamos discutindo o marco legal, que sabemos que automaticamente não assegura o direito, mas criamos patamares para que se assegure o direito. As leis são fruto de um amadurecimento, mas elas também são sementes de amadurecimento nessa dialética da própria vida.

Eu passo a palavra, então, ao representante do Conselho Nacional de Saúde, Sr. Clóvis Adalberto Boufleur, que terá de se retirar em seguida.

Acho que todos vão ter de se retirar em seguida.

**O SR. CLÓVIS ADALBERTO BOUFLEUR** - (*Inaudível*) mas também outros profissionais da saúde e, de fato, hoje uma cobertura de 100 milhões de brasileiros. Mas precisamos avaliar uma estratégia de abordagem, justamente porque as famílias podem interpretar isso como uma ameaça, o que pode impossibilitar o trabalho dos agentes comunitários, que entram na casa etc.

Agora, entre entrar na casa e entrar no núcleo da família existe diferença. Para entrar no núcleo da família é preciso confiança. E o agente público tem extrema dificuldade de romper essa barreira. Por isso é que a sociedade tem essa função, que eu destaquei na minha fala. O Estado tem de chegar depois que se esgotaram todos os esforços da família, da comunidade; aí, então, o Estado tem de entrar, para poder contribuir. Isso é uma dialética. E é difícil descobrir os limites, aonde se pode chegar em cada um dos campos.

O agente comunitário pode, sim, ser mais bem treinado, capacitado, para lidar com essas situações. Acho que isso é tarefa também da legislação.

Quero só dizer que, na minha percepção, essa lei não pode ser a "lei contra a palmada", como foi veiculada, como foi vendida a ideia. Acho que isso tem de ser superado. Nós temos condições de fazer o que ela mesma propõe: um processo a mais, um instrumento a mais de educação e de contribuição para as famílias





romperem aquilo que eu citei no início, ou seja, um paradigma - nós podemos viver sem cometer violência. Mas isso não é tão automático. Quem está na área sabe que é preciso uma luta de gerações.

Agradeço a oportunidade. Estou à disposição para outras situações como esta, de discussão. Desculpem-me por ter de sair na iminência da finalização.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Eu quero agradecer ao Dr. Clóvis Adalberto e, em seguida, passar a palavra à Vice-Presidenta desta Comissão, Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende.

**A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE** - Boa tarde.

Vou ser breve. Queria parabenizar a Deputada Erika Kokay pela condução dos trabalhos, e a Deputada Teresa Surita, que acho que fez ponderações extremamente importantes. Com algumas, inclusive, eu já me sinto contemplada.

A minha área é a educação, e eu acredito que o primeiro desafio nosso está na relação entre costume, cultura e compreensão da sociedade. A sociedade ainda não compreendeu que é um problema e que, na verdade, é um assunto que precisa ser tratado de maneira muito séria.

Às vezes escutamos pessoas com diferentes formações, doutores, pessoas de universidade, pessoas que têm posição em termos de compreensão, até do ponto de vista de cidadania, ainda defenderem, como se fosse uma situação doméstica normal e de educação. Enquanto houver essa situação de compreensão na relação de costume e valor, enquanto houver essa perspectiva, nós não vamos conseguir construir muita coisa. Por isso eu acho importantes não só as campanhas educativas, mas também o processo de formação.

Como eu disse, sou da área da educação. Fui Secretária de Educação do Governo de Tocantins por mais de 9 anos e consegui fazer um trabalho muito próximo, na questão da criança e do adolescente. E me preocupo muito quando escuto - e é muito comum - a visão do professor. Primeiro, a maioria dos professores ainda desconhece o ECA e fica com o pé atrás. Na verdade, tem a impressão de que há direitos demais e deveres de menos. Então, eu acho que a formação e o envolvimento com a educação é importante.

Queria também ouvir os representantes de Conselhos aqui presentes sobre a necessária articulação entre o Ministério da Educação, o Conselho Nacional de Secretários de Educação - CONSED e o Conselho Nacional de Secretários Municipais, para que essa questão seja colocada como ponto central no debate, na área da educação. E também a questão formal da discussão junto à formação de professores.

Queria tratar da questão dos Conselhos Tutelares. Eu fico muito preocupada com a forma como o Conselho se coloca na maioria dos Municípios. A escolha, hoje, tem caráter político-partidário, com envolvimento de Vereadores e grupos que tentam eleger os seus candidatos, os seus representantes. Preocupam-me a falta



de estrutura dos Conselhos e a falta de formação e de perfil técnico.

Eu acho que, se nós não conseguirmos empoderar os Conselhos... E o Conselho Tutelar tem um papel extremamente importante, mas é preciso que seja ocupado por pessoas com qualificação e com formação, que tenham autonomia e condições de trabalho. O Conselho Tutelar virou, na verdade, um instrumento político-partidário. Politiqueiro - vou até corrigir. Não é nem político-partidário.

Existe alguma discussão em relação a avanços nessa forma de escolha, de perfil dos Conselhos, até para que possamos garantir certa autonomia?

Eu queria fazer uma pergunta direcionada ao Dr. Daniel. Em vários trabalhos que nós realizamos no Estado, não foi incomum ouvir a preocupação... Nós tentamos fazer um programa, junto com a universidade federal, para formação de professores. Na verdade, foi criada uma cadeia que envolvia Ministério Público, Justiça, professores e tudo o mais, no Tocantins. E a preocupação de muitos professores era a seguinte: *"Nós não nos sentimos seguros para fazer as denúncias, porque estamos expostos, não temos apoio da Justiça. Os processos são morosos, a impunidade impera, e nós professores ficamos expostos, às vezes, a situações de violência"*.

Então, pergunto se não é possível tentar a priorização, junto ao Ministério Público, aos Procuradores, do julgamento de processos, para que não caduquem. Temos de garantir que essas entidades, que essas instituições do elo de segurança possam dar condições ao professor de fazer o seu trabalho. Porque, se estiver atento, o professor consegue perceber as diferenças de comportamento, as crianças que são violentadas.

Hoje pela manhã, assistindo a um jornal aqui de Brasília, eu ouvi a notícia de que uma criança tinha sido espancada pelo padrasto e estava muito machucada. E isso aconteceu repetidas vezes. Essa criança foi à escola, essa criança foi acompanhada. Muitas vezes, todo mundo faz de conta que o problema não existe.

O professor é o primeiro elo, é aquela pessoa que vê a criança todos os dias, pelo menos a criança na idade escolar - hoje, a criança de zero a 3 anos está na creche.

Só que ele precisa se sentir também empoderado e com condições de fazer o seu trabalho.

Muito obrigada.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Estou de acordo, Deputada Professora Dorinha.

A criança, quando chega a uma unidade de saúde para ser atendida, com exceção do Programa Saúde da Família, que trabalha com a lógica da prevenção, da qualidade de vida, porque foi vítima de violência doméstica,



encontra-se num estado já muito agravado. E, na escola, o professor dialoga com o conjunto de crianças e com a pessoa por inteiro. Ele não dialoga com o machucado, ele dialoga com a pessoa.

E a escola é um lugar absolutamente fundamental para se detectar violação de direitos. Qualquer violação de direitos. O professor tem a capacidade de dialogar porque tem uma relação afetiva, uma relação permanente. É a política mais capilar que nós temos. E a escola tem uma inserção muito permanente e sustentável com a comunidade e com a própria família. Ela tem diálogo com a família e tem diálogo com a comunidade.

Portanto, acho que a capacitação dos educadores é absolutamente fundamental, inclusive numa lógica de impedir que haja o agravamento do castigo corporal ou da lesão corporal. Penso que é preciso dar estrutura aos educadores.

Aqui em Brasília, o diretor de uma escola foi assassinado porque decidiu enfrentar grupos que faziam tráfico de drogas dentro da própria escola. E não tinha retaguarda.

Bom, vou adotar o seguinte procedimento: eu vou passar a palavra por 5 minutos a cada um dos nossos expositores, apenas para que possam responder às perguntas de forma muito pontual e fazer as suas considerações finais.

Eu vou passar a palavra a quem mostrou mais interesse, a quem demonstrou mais determinação em fazer uso da palavra, em primeiro lugar, que é o Dr. Daniel Issler, Juiz Auxiliar da Presidência do CNJ. Depois, vou passar a palavra ao Sr. Carlos Eduardo e, em seguida, à Sra. Maria de Lourdes. Eu peço que façam as suas explanações em 5 minutos.

**O SR. DANIEL ISSLER** - Obrigado, Deputada. Em 2 minutos eu acho que consigo responder.

Quanto à primeira colocação, em relação à fala da Deputada Teresa Surita, de que eu concordo inteiramente com o que ela expôs, as colocações foram no sentido de enriquecer a discussão e de encaminhar algumas questões que me parecem serão levantadas, cedo ou tarde, dentro da sociedade. E, para que a nossa legislação seja construída da melhor forma, penso que de alguma maneira a discussão precisa passar por esses caminhos. Mas longe de mim discordar do que foi colocado. Acho que não há uma vírgula do que ela falou com a qual eu não concorde.

Em relação à fala da Deputada Professora Dorinha, é lógico, a escola é uma fonte importantíssima. As Varas de Infância e Juventude recebem informação de maus-tratos contra crianças e adolescentes muitas vezes das escolas. Outras vezes vem de vizinhos ou familiares. Mas as escolas são realmente - não tenho números aqui para citar - uma grande fonte de informação e denúncia a esse respeito e precisam ser acentuadamente consideradas em todo esse contexto.

Em relação ao andamento dos processos, não sei se é só do Judiciário ou de



outros atores do sistema de Justiça. Sobre Tocantins eu não saberia responder especificamente. Nós preconizamos, não só no Conselho Nacional de Justiça, como também, eu posso dizer, na Coordenadoria da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, da qual eu sou juiz, que o trabalho do Juiz da Infância e da Juventude deve acontecer sempre em rede, articulado com os outros atores do sistema de proteção e garantia à infância e à juventude. Nós preconizamos que o juiz dê prioridade, logicamente, ao caso da infância e da juventude, porque a Constituição determina que a infância e a juventude tenham prioridade absoluta - e há outras questões de prioridade absoluta que passam também pelos orçamentos; e costumamos dizer que prioridade absoluta sem prioridade orçamentária é difícil -, mas que também dê prioridade ao andamento dos processos. Além disso, que a atuação do Juiz da Infância e da Juventude vá além do próprio processo. É a ação na comunidade em que ele está inserido, na cidade, na Comarca em que está inserido, reunindo-se periodicamente com os outros atores do sistema de Justiça na área da infância e da juventude e do sistema de proteção e garantias: Conselhos Tutelares, Secretarias Municipais de Educação e Saúde etc.; outros órgãos que lidam e que têm por dever o atendimento à infância e à juventude; instituições de acolhimento; ONGs e outros órgãos de Estado.

Tanto é que nós, no Conselho Nacional de Justiça, temos um programa que se chama Justiça nas Escolas, cujo objetivo principal é articular as instituições de Justiça e de educação para que trabalhem juntas nos assuntos de interesse da infância e da juventude.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Juiz Daniel Issler.

Vou passar a palavra ao Sr. Carlos Eduardo Ferrari, que aqui representa o Conselho Nacional de Assistência Social, para que responda às perguntas que achar pertinentes e fazer as suas considerações finais.

**O SR. CARLOS EDUARDO FERRARI** - O.k., Deputada.

Quero apenas agradecer e reiterar o compromisso e a parceria do Conselho Nacional, para que possamos avançar nesta pauta. A nossa equipe vai entrar em contato com a Comissão.

Cumprimento os membros da Mesa.

Quero sugerir à Comissão que também envolva nesse debate, que convide o Fórum Nacional de Secretários de Estado de Assistência Social - FONSEAS e o Colegiado Nacional dos Gestores Municipais de Assistência Social - CONGEMAS, que eu acho que podem nos ajudar muito neste processo de multiplicação de debates, para a construção desta lei, e num futuro processo de campanha também.

Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Sr. Carlos Eduardo



Ferrari.

Passo a palavra à Sra. Maria de Lourdes Magalhães.

**A SRA. MARIA DE LOURDES MAGALHÃES** - Bom, a Deputada Teresa Surita fez alguns questionamentos em relação à capacitação dos profissionais do Programa Saúde da Família.

Como sou do Ministério da Saúde e o meu colega já partiu, penso que é importante dizer, do lugar em que trabalho, exatamente na execução das políticas, que esse trabalho relacionado à capacitação de profissionais do Saúde da Família em relação a esse tema da prevenção da violência e da promoção da cultura de paz já vem sendo feito, evidentemente, guardadas as devidas proporções, em pequena escala, porque depende muito de recursos, e é preciso um processo de sedução de gestores estaduais e municipais. A temática da violência também não é algo que se perceba e se considere importante.

Então, tudo isso é um processo em que o Sistema Único de Saúde vem trabalhando, evidentemente, a partir de 1996, quando a Organização Mundial da Saúde definiu que a violência era um problema de saúde pública. É bem recente. E a saúde pública vem descobrindo modos de trabalhar com essa questão.

Então, nós estamos fazendo um trabalho específico de capacitação de multiplicadores na Região Nordeste e na Amazônia Legal, porque consideramos que temos de trabalhar nessas regiões em que muitas outras políticas também estão sendo fortalecidas. É questão de reconhecer mesmo as desigualdades regionais.

Mas nós já estamos fazendo esse trabalho de capacitação. É claro que o resultado disso ainda vai demorar um pouco para ter visibilidade, num trabalho mais consistente. Particularmente, a partir do Ministério da Saúde, da área de saúde da criança, nos últimos 5 anos venho trabalhando neste tema. E não só trabalhei, como também me dediquei a uma dissertação de mestrado. Então, eu tenho-me ocupado e me preocupado com essa questão.

Mas, falando a partir do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - e a minha fala aqui foi muito mais voltada mesmo para a representação do CONANDA, em que pese também seja representado pelos Ministérios; e eu faço parte do Ministério da Saúde -, quero dizer, Deputada Professora Dorinha, que também sou professora, com muito orgulho, e embora a minha história profissional tenha-se dado muito na saúde pública, até porque a saúde pública é muito inclusiva e me acolheu, de lá tenho buscado fazer esse trabalho mais pedagógico. E concordo com você que é na educação que precisamos fazer o maior investimento. Nós temos instrumentos em relação a isso, políticas universais, Deputada, como o Programa Saúde na Escola. E este é o momento de adesão dos gestores municipais a esse programa, com indicadores, para receberem incentivos e, em contrapartida, fazerem esse trabalho. Então, está no momento certo de nos unirmos para fazer essas alianças e de fato avançar.





Acho que este debate serviu exatamente para isso, para podermos iniciar esta conversa.

Agradeço a todos vocês e concluo porque eu também vou ter que sair.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Eu queria agradecer muito à Sra. Maria de Lourdes, ao Sr. Carlos Eduardo, ao Sr. Clóvis Adalberto e ao Sr. Daniel Issler e dizer que a nossa próxima audiência está prevista para o dia 4, terça-feira, quando discutiremos o assunto com a sociedade civil.

Nós ainda realizaremos audiências nos dias 20 de outubro, 26 de outubro, 10 de novembro e 22 de novembro. E, no dia 29 de novembro, nós queremos fazer a assinatura de um pacto. Mas ainda no mês de outubro, provavelmente, nós vamos fazer o lançamento público da campanha. E queremos concluir os nossos trabalhos no dia 6 de dezembro.

Nesta reunião nós vamos oficializar a todos os Conselhos, solicitando que se abra um espaço para que nós possamos fazer a discussão, estabelecer uma relação dialogal, tanto com o Conselho Nacional de Justiça quanto com o Conselho Nacional de Saúde, o CONANDA e o Conselho Nacional de Assistência Social. Nós queremos fazer este diálogo porque achamos que esta é uma construção coletiva.

Quero agradecer muito pela presença aos que nos ajudaram nesta discussão, bem como a todas e a todos que aqui estiveram, convidando-os, de pronto, para a nossa segunda audiência pública, que será realizada no próximo dia 4 de outubro.

Um grande abraço e boa tarde.

---

Documento 5/12

---

1587/11  
PLENÁRIO PRINCIPAL - CD

Sessão  
AP C/ CONVIDADO

05/10/2011  
15:11

---

### *Sumário*

Discussão sobre o Projeto de Lei nº 7.672, de 2010, do Poder Executivo, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança de Adolescente, para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos corporais ou de tratamento cruel ou degradante. Apreciação de requerimentos.

---



## NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

### TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

COMISSÃO ESPECIAL - PL 7672/10 - EDUCAÇÃO SEM USO CASTIGOS  
CORPORAL  
EVENTO: Audiência Pública Nº: 1587/11 DATA: 05/10/2011 INÍCIO:  
15h11min TÉRMINO: 17h15min DURAÇÃO: 02h03min TEMPO DE GRAVAÇÃO:  
02h03min PÁGINAS: 36 QUARTOS: 25

#### DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ELIANE ARAQUE DOS SANTOS - Procuradora do Trabalho e representante da Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude e também do Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. PERLA RIBEIRO - Coordenadora da Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente - ANCED. MARILÚCIA ROCHA ALMEIDA PICANÇO - Professora-Adjunta de Pediatria da Universidade de Brasília - UnB e representante da Sociedade Brasileira de Pediatria.

SUMÁRIO: Discussão sobre o Projeto de Lei nº 7.672, de 2010, do Poder Executivo, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos corporais ou de tratamento cruel ou degradante. Apreciação de requerimentos.

#### OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens. Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Damos início à nossa audiência pública.



Aguardaremos que seja alcançado o número regimental para que possamos aprovar os três requerimentos que estão sobre a mesa.

Eu gostaria de anunciar que ontem nós abrimos o prazo de emendas. Nós estamos dando publicidade hoje ao prazo de emendas, que começa a ser contado a partir de amanhã. Nós temos o prazo de cinco sessões ordinárias de plenário para extinguir o prazo de emendas ao projeto. Então, o prazo para emendas começa a ser contado a partir de amanhã e, como eu disse, ficará aberto durante cinco sessões ordinárias de plenário.

No exato momento em que hoje for alcançado o *quorum* regimental, vamos proceder à apreciação, à leitura, à discussão e à deliberação dos requerimentos que estão na pauta.

Nesta audiência pública, em que será discutida a prática dos castigos corporais, será considerado o Projeto de Lei nº 7.672, de 2010, do Poder Executivo, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos corporais ou de tratamento cruel ou degradante.

Eu gostaria de chamar os que vão compor a Mesa. Lembro que, nesta reunião, queremos escutar a sociedade civil e com ela dialogar. Nós já fizemos audiência pública com os conselhos. Hoje, faremos com a sociedade civil. Em seguida, queremos fazer essa discussão com os próprios segmentos do Governo. Assim poderemos considerar os vários olhares necessários à elaboração do parecer.

Já está presente a Deputada Teresa Surita, Relatora. Vamos acumulando informações ao longo da discussão, para elaborar de forma absolutamente democrática, com os vários olhares, o parecer.

Estamos com um *banner* de uma campanha feita na Polônia também contra os castigos corporais.

Muitas vezes as pessoas associam castigos corporais apenas a palmada. Mas os castigos corporais estão deixando muitas marcas em nossas crianças. Algumas marcas ficam na pele, são visíveis; outras ficam na alma, são invisíveis para a sociedade, mas não para as crianças.

Convido para compor a Mesa a Dra. Eliane Araque dos Santos, Procuradora do Trabalho, representante da Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Criança e da Juventude e também do Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Agradeço muito à Dra. Eliane a presença. É um prazer tê-la aqui.

Convido também a Coordenadora da Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente - ANCED, Sra. Perla Ribeiro.



Por fim, convido a Dra. Marilúcia de Almeida Picanço, Professora-Adjunta de Pediatria da UnB e representante da Sociedade Brasileira de Pediatria.

Nós vamos proceder da seguinte forma. Será oferecido o prazo de 10 minutos para cada expositora. Depois, passaremos a palavra à Relatora e aos demais Parlamentares. Em seguida, aos representantes das entidades presentes. Por fim, a palavra será devolvida aos integrantes da Mesa, para que sejam respondidas as perguntas que porventura sejam apresentadas.

Reafirmo que, tão logo haja *quorum* regimental, vamos estabelecer a discussão e a votação dos requerimentos que estão em pauta, após o que será encerrada a reunião.

Antes de eu conceder a palavra à Dra. Eliane, vamos apreciar e aprovar a ata de nossa terceira reunião, que foi realizada no dia 27 de setembro.

Pergunto se algum Parlamentar deseja pedir a dispensa da leitura da ata. (*Pausa.*)

O Deputado Osmar Terra pede a dispensa da leitura da ata, e nós a concedemos. Vamos dar como lida a ata e submetê-la à aprovação.

Os Deputados que concordam com a aprovação da ata permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Consideramos aprovada a ata da terceira reunião, que aconteceu em 27 de setembro.

Informo que, hoje pela manhã, a Mesa Diretora desta Comissão esteve com o Ministro da Educação. No nosso plano de trabalho vimos a necessidade de marcar reuniões com os Ministérios que têm relação direta com a temática que estamos discutindo, Ministérios da Educação, Justiça, Desenvolvimento Social e Saúde e a Secretaria de Direitos Humanos. Estivemos hoje com o Ministro da Educação, que recebeu de forma absolutamente cordial a Mesa Diretora desta Comissão.

Provavelmente vamos escutá-los, porque realizaremos audiência pública para ouvir os representantes do Governo, com o objetivo de que os programas dos Ministérios possam também considerar o teor de nossa lei. Esperamos que os nossos Ministérios, o Governo Federal estabeleça propostas no sentido de que seja efetivamente implementado um dos artigos da lei tão logo ela seja aprovada. Trata-se de políticas públicas de atendimento não só às vítimas, mas também aos agressores e particularmente às famílias, sendo igualmente consideradas as políticas de divulgação da própria lei.

Na Suécia, em 1979, foi aprovada lei que abolia os castigos corporais naquele país. Um ano depois, praticamente o conjunto da população conhecia o seu teor. Isso fez com que houvesse uma mudança cultural. Hoje, segundo pesquisas, a prática de castigos corporais não atinge nem 10% dos lares daquele país. Os



castigos corporais foram abolidos. E a abolição dos castigos corporais não fica no universo doméstico, estende-se para as relações sociais.

Vou passar a palavra à Dra. Eliane Araque dos Santos, Procuradora do Trabalho e representante da Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude e também do Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Dra. Eliane Araque, a senhora está com palavra, por 10 minutos.

**A SRA. ELIANE ARAQUE DOS SANTOS** - Boa tarde a todos! Gostaria de cumprimentar a Deputada Erika Kokay e, na sua pessoa, os demais Deputados, Deputadas e componentes da Mesa. Agradeço, em nome da ABMP e do Fórum DCA, o convite para estar aqui presente, representando as duas instituições, para discutir com vocês o conteúdo do projeto de lei que trata da abolição dos castigos físicos e maus-tratos, no âmbito familiar, para com as crianças e adolescentes.

Recebi este convite hoje e me situei com relação ao texto do projeto de lei, que me pareceu bem consentâneo com os propósitos e princípios inscritos no Estatuto da Criança e do Adolescente e com o que está escrito na nossa Constituição e na Convenção dos Direitos da Criança, da ONU, ratificada pelo Brasil.

Esse é um tema pungente, um tema que mobiliza a todos e que causa grande discussão na própria sociedade, por vários motivos, seja enfocando o fato de que muitas vezes se reduz o castigo da criança à palmada, e aí se questiona por que os pais não poderiam dar uma palmada no filho, seja quando extrapola essa agressão física, porque é uma agressão, para agressões mais contundentes, que efetivamente marcam mais a criança e o adolescente.

Nós sabemos que a família é o primeiro grupo humano com que a criança tem contato, e as relações familiares são primordiais para que a criança se desenvolva e se torne um adulto que possa participar, somar e integrar a sociedade, sendo efetivamente um cidadão. Logicamente que irá receber não só da sua família, mas do conjunto da sociedade e do Estado, todo um apoio no sentido de que esse caminhar se faça para o seu desenvolvimento e para se tornar uma pessoa adulta, inserida na sociedade, contribuindo e participando dessa sociedade de forma efetiva.

Mas, infelizmente, quando falamos de abusos, maus-tratos e agressões, nós sabemos que, antes de mais nada, isso acontece no âmbito familiar, seja tendo como agressores diretos os pais ou responsáveis, seja tendo como agressores aqueles vinculados à família, agregados, etc., o que, infelizmente, é mais comum do que nos parece.

Gostaríamos muito que não fosse preciso se pensar e discutir uma lei com esse teor, porque o que já está escrito na nossa Constituição, no nosso Estatuto, o que já nos é trazido de alguma forma é público pela contenção dos direitos da criança e já deveria ser o bastante para mudarmos o nosso olhar e as nossas atitudes e





ações em relação às nossas crianças. Mas não é suficiente, porque todo um procedimento, toda uma ação voltada às crianças pressupõe uma mentalidade forjada ao longo dos anos, ao longo de gerações, pressupõe toda uma cultura leniente para com essas ações de violação de direito, pelo olhar que nós, adultos, temos com relação às nossas crianças e adolescentes.

Ainda que, como educadores, nós estejamos necessariamente numa posição de condutores dessa criança ou de auxiliares de seu desenvolvimento, portanto, para as crianças principalmente, numa posição de autoridade ou superioridade, é preciso que nos conscientizemos de que o educar e o proporcionar o desenvolvimento não pressupõem nem têm a ver com uma atitude autoritária, com uma atitude de realmente se colocar frente à criança como quem diz: *"Eu que sei, e a obediência me é devida sem questionamentos"*.

Logicamente é preciso que tenhamos uma maior sensibilidade, um maior cuidado com relação ao olhar desse tipo, assim como também precisamos pensar mais profundamente sobre o que significa a nossa posição de educadores. E eu falo da nossa posição de educadores porque estou falando, antes de mais nada, do papel exercido pela família, dos pais, o que envolve praticamente todos nós. Ainda que não estejamos todos na condição de responsáveis, de pai e mãe, com certeza temos uma proximidade maior com crianças, seja na condição de irmão, etc. Então, é preciso que tenhamos muito cuidado com relação a essa posição, para não adquirirmos uma atitude autoritária e aí, sem querer, abrimos espaço para resvalarmos para atitudes agressivas, seja com palavras, seja com atitudes físicas.

Então, retornando ao que eu estava colocando, infelizmente estamos aqui discutindo um projeto de lei que trata do tema, quando não deveria haver essa necessidade, porque poderíamos pressupor que nós, como adultos, tivéssemos a conscientização de que estamos lidando com crianças e adolescentes, seres humanos que necessitam do nosso apoio, da nossa presença e segurança. Então, não haveria essa necessidade.

Tanto o Estatuto, quanto a Convenção da ONU e a própria Constituição já determinaram e estabeleceram os marcos jurídicos para que ações de proteção integral dessas crianças e adolescentes se façam. Nós temos o Estatuto da Criança e do Adolescente, que estabelece todo um sistema de proteção, colocando explicitamente toda uma necessidade de atuações articuladas para que essa proteção se faça presente. No entanto, vemos que ainda hoje - essas palavras serão repetidas, a todo momento falamos isso -, infelizmente, em 2011, mais de 20 anos depois da promulgação da nossa Carta, da expedição do ECA, nós ainda estamos em passos lentos e principiantes no sentido do estabelecimento desse sistema de garantias, no sentido do estabelecimento de uma parceria e de uma articulação efetiva de todos os órgãos públicos e entidades não governamentais que lidam com a questão, no sentido de que tenham uma ação eficaz e efetivamente protetiva.

Nós ainda falhamos nessa articulação. Nós ainda falhamos nesse sistema de garantias de direitos. Nós ainda falhamos no estabelecimento das políticas



públicas necessárias para garantir essa proteção e garantir, antes de mais nada, um apoio e um encaminhamento às famílias. Muitas vezes toda uma atitude de desproteção, de abuso e de negligência se faz pautada por uma total falta também de apoio, de proteção e de esclarecimento das famílias.

Então, ao mesmo tempo em que estejamos pensando e discutindo um projeto de lei nesses termos, para pautar na lei essa proteção e mostrar que é ilícito, que é crime uma atitude agressiva desse porte para com a criança, quem sabe, por estar estampada na lei, a conscientização da sociedade se faça mais presente, as ações no sentido de buscar essa conscientização, se pautadas na lei, demonstrem a necessidade e mostrem que efetivamente são atitudes repudiadas pela sociedade, pelo direito e que encontram nele mecanismos, vamos dizer, de punição.

Eu gostaria de dizer melhor: são atitudes de caráter socioeducativo, não só para as crianças - não seria o caso -, mas para os pais, no sentido de proporcionar que não haja um rompimento nessa relação familiar que venha a afastar os pais e responsáveis das crianças, o que seria desastroso, em que pese uma situação desse caráter. Então, que se possa pensar efetivamente nas ações de apoio à família.

Então, ainda que estejamos discutindo um projeto desse teor, porque infelizmente ele se faz necessário, que não esqueçamos, que não deixemos de lado a necessidade de discutir ações efetivas para que o sistema de proteção dos direitos da criança e do adolescente, e agora do jovem, porque o art. 227 foi alterado, efetivamente exista, efetivamente funcione, efetivamente tenha as ações necessárias para o apoio e a proteção devidos.

Também é preciso cobrar da família, mas proporcionar-lhe apoio no sentido de que ela adquira a condição necessária de cuidar das suas crianças e adolescentes. É preciso cobrar da sociedade, sejam as instituições da sociedade civil, seja cada um de nós como cidadãos integrantes dessa sociedade, a devida ação, a devida conscientização e a devida chamada do outro, das instituições e mesmo do Estado, para que esse sistema de garantia se estabeleça e para que as ações e políticas públicas também se efetivem. E é preciso cobrar do Estado, para que faça valer o seu compromisso feito conosco, cidadãos, os integrantes deste País, e o compromisso que fez para com a sociedade internacional ao ratificar a Convenção dos Direitos da Criança, ao promulgar uma Constituição, uma carta política que tem como fundamento maior a dignidade da pessoa humana e, antes de mais nada, a dignidade da pessoa humana de que no momento estamos tratando, que são as crianças e adolescentes, com a garantia dos seus direitos e da sua proteção efetiva, para que agora, neste momento, essas ações sejam efetivamente colocadas em prática.

É lógico, sempre ao articular programas e propostas, quando pensamos em ações agora e para o futuro, nós nunca podemos esquecer que as crianças e os adolescentes, hoje, necessitam de atitudes e ações agora, porque o momento deles é agora, não é futuro. No futuro eles já serão adultos e já estarão sofrendo as consequências da omissão, da negligência, da violência e da exploração.



Então, é preciso que as crianças e os adolescentes de hoje efetivamente tenham a garantia das ações necessárias e que nós aqui, ao nos juntarmos para discutirmos e pensarmos questões tão cruciais, busquemos essas ações, porque é nossa responsabilidade essa garantia, de cada um de nós e de nós todos como instituições, como Estado e como família, de pensar que o momento é o agora. Não há como ser mais adiado, não há como se estabelecer um compromisso e ele ficar sem ações efetivas ao longo de 10 ou 20 anos. O momento da criança é agora. Se não, nós estaremos mutilando o seu desenvolvimento e, ao invés de abrir espaços e oportunidades de inserção e de atuação dessa criança quando adulto na sociedade, estaremos, realmente, fechando portas. E aí nós vamos nos ver, mais uma vez e cada vez mais, diante dos questionamentos sobre o que fazer com as violências, etc. Então, os culpados de situações que se estabeleçam no futuro, de violências, de negação de direitos, seremos nós, porque hoje nós não estamos fazendo nada. É preciso pensar esse decreto no contexto das políticas públicas e das ações que serão necessárias para que o que se está procurando coibir, afastar, erradicar, se torne realmente efetivo.

Obrigada.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Gostaria de agradecer à Dra. Eliane Araque dos Santos.

Registro a presença do Deputado Luiz Couto; da Deputada Fátima Pelaes; da Deputada Liliam Sá, 1ª Vice-Presidente desta Comissão; do Deputado Eduardo Barbosa, 2º Vice-Presidente; do Deputado Osmar Terra, além, obviamente, da Deputada Teresa Surita, que é a Relatora e está à mesa.

Vou passar a palavra à Dra. Perla, mas, antes, gostaria de dar dois informes.

O primeiro é que vamos realizar reunião de audiência pública na cidade do Rio de Janeiro, no próximo dia 14, sexta-feira, às 14 horas. E a nossa próxima audiência pública, em que deveremos escutar especialistas, deverá se dar no dia 18, portanto, terça-feira após a semana que entra, às 14h30min, em plenário a ser informado.

Reunião de audiência pública no Rio Janeiro, portanto, no próximo dia 14, às 14 horas, na Câmara de Vereadores daquela cidade. Gostaríamos de solicitar aos Deputados e às Deputadas que tiverem interesse em participar da audiência que entrem em contato com a secretaria desta Comissão, para que possamos estabelecer os encaminhamentos necessários para a presença dos Deputados interessados e das Deputadas interessadas.

Com a palavra a Dra. Perla Ribeiro, Coordenadora da Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente - ANCED.

Passo a Presidência desta reunião de audiência pública à Deputada Liliam Sá, nossa 1ª Vice-Presidente.

**A SRA. PERLA RIBEIRO** - Boa tarde.



Gostaria de cumprimentar a Mesa, na pessoa da Deputada Liliam Sá, da Deputada Erika Kokay e da Deputada Teresa Surita, por esta audiência e pelo trabalho que vem desempenhando em nome da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

A Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente é uma organização da sociedade civil de âmbito nacional e atua na defesa de direitos humanos de crianças e adolescentes. Nós estamos presentes hoje em 17 Estados, através de 36 centros de defesa. Acho importante registrar essa dimensão territorial.

Nós acreditamos que a importância dessa mudança e desse projeto de lei vem no sentido de que, apesar de termos instrumentos normativos para a proibição da violência contra crianças e adolescentes, é importante qualificarmos e caracterizarmos o que significa castigo corporal.

Infelizmente, na nossa legislação, o nosso Código Civil ainda permite o castigo moderado. É importante que a nossa legislação encerre de uma vez por todas qualquer tipo de castigo físico. Ele não é permitido à criança e ao adolescente. Ao estabelecer essa modificação, nós estaremos consonantes com o Estatuto da Criança e do Adolescente, com a Constituição Federal e com a Convenção dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Esse é o mapa que mostra onde a ANCED está localizada no Brasil.

Eu acho que muitos já o conhecem, mas eu sempre considero importante trazer o teor da lei, porque escutamos muitas explicações equivocadas a respeito desse projeto de lei, dessa proposição.

Em nenhum momento essa mudança na legislação vem trazer um caráter mais punitivo, ou repressor, ou de controle da família. Muito pelo contrário, ela vem categorizar o que significa castigo corporal, estabelecendo de forma clara isso no Estatuto da Criança e do Adolescente, e vem trazer mecanismos que possam possibilitar uma sensibilização da nossa sociedade, diante do que significam os castigos corporais contra crianças e adolescentes. Ela traz uma exigência muito maior para as políticas públicas e para o Estado do que punição. Não é essa a vertente dessa legislação.

No nosso País, infelizmente, a partir de um processo de desenvolvimento cultural da nossa sociedade, sempre se atribuiu caráter pedagógico ao castigo físico.

É importante que nós, sociedade brasileira, comecemos a repensar e dizer que País nós queremos. Nós queremos um país que trate nossas crianças e adolescentes de forma violenta, como tem acontecido, ou queremos um país que cumpra os direitos humanos de crianças e adolescentes, como tem que cumprir de todos os outros segmentos da população?



Não existe nenhum segmento da população em que se permita um castigo moderado. Então, por que temos de permitir castigo moderado para crianças e adolescentes? Para mulheres, pessoas com deficiência, comunidade LGBT, não se permite violência. Então, não podemos permitir castigos físicos para crianças e adolescentes. Essa é uma premissa básica.

O amparo legal que essa legislação trará está em consonância, como eu já disse, com a Constituição (art. 227); com a Convenção dos Direitos da Criança, de 1990; com o Estatuto da Criança e do Adolescente; e com a necessidade de avançar no aperfeiçoamento legislativo que expressamente proteja a criança e o adolescente de todas as formas de violência, incluindo o castigo corporal.

E é importante tratar da dificuldade de se obterem dados a respeito de até onde esse castigo corporal incita uma violência a partir da qual essa criança vai ser atendida pelos aparatos de saúde do Estado, ou vai ser acionado o sistema de Justiça, o Conselho Tutelar. Onde está essa moderação?

Eu trouxe alguns dados que para mim são significativos e importantes. Fala-se muito a respeito da violência no ambiente familiar, mas essa cultura dos castigos físicos como método de educação perpassa as instituições do Estado. A família não está isolada. Ela pertence a um contexto social. E nesse contexto social nós também encontramos castigos corporais sendo impostos como forma educativa às crianças e aos adolescentes.

De acordo com o último relatório do Disque-Denúncia Nacional, o Disque 100 - e aí eu quero saudar a Leila -, no período de maio de 2003 a março de 2011 - esse levantamento pode permitir a vocês visualizarem a situação -, no registro de macrocategorias de violências, um terço é de negligência contra crianças e adolescentes; um terço é de violência física e psicológica; e um terço é de violência sexual.

Trinta e quatro por cento das denúncias de violência contra crianças e adolescentes recebidas pelo Disque 100 estavam relacionadas à violência física e psicológica.

Onde está a dimensão dos castigos corporais nessa violência? Eu acho que essa é uma pergunta, e é importante fazermos essa reflexão.

Com relação à violência sexual, as meninas são as maiores vítimas. Quanto ao castigo físico e à negligência, as meninas sofrem maior violência, mas é um pouco paritário, 45% a 50%. Ou seja, a violência doméstica atinge tanto meninos quanto meninas de forma muito próxima.

Como eu já falei, o ECA proíbe todas as formas de violência: negligência, discriminação, exploração, crueldade e opressão. No entanto, o Código Civil permite a imposição de castigos moderados, e o Código Penal sanciona as formas de castigo que põem em risco diretamente a vida ou a saúde de crianças e adolescentes, o que também é bastante abrangente.





Quanto aos castigos físicos nas escolas, o Estatuto não afirma a sua proibição categórica. O art. 53 trata do direito ao respeito no ambiente escolar, mas isso também é bastante amplo.

Com relação ao sistema socioeducativo, percebemos a utilização desses castigos corporais como instrumentos punitivos e ditos disciplinares para crianças e adolescentes que estão em instituições.

O Estatuto da Criança e do Adolescente diz que os adolescentes em privação de liberdade devem ser tratados com respeito, de acordo com o art. 124. Porém, ele também não expressa categoricamente a questão do castigo corporal.

Na análise do relatório do Brasil enviado ao Comitê dos Direitos da Criança, em Genebra, o Comitê fez uma série de recomendações. É claro que essa recomendação versa sobre a violência do Estado contra a criança e o adolescente e a questão da tortura.

Mas existem duas recomendações claras do Comitê ao Brasil, para que ele altere a sua legislação para estar em consonância com a Convenção dos Direitos da Criança e do Adolescente, proibindo expressamente a utilização de castigos físicos. Então, é importante ressaltar que o Brasil faz parte desse Comitê, assina a convenção e, portanto, tem um compromisso internacional em ajustar a sua própria legislação.

Essas são as duas recomendações, as Recomendações nºs 42 e 43.

Agora eu vou apresentar os dados, porque eu acho que eles são significativos e importantes para que façamos um acompanhamento. Na pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA e pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA sobre o direito à convivência familiar e comunitária, foram identificados 19.373 crianças e adolescentes nos abrigos. É importante verificarmos que, nessa pesquisa, a violência doméstica aparece como terceiro motivo para abrigamento.

Pode passar.

Esta é apenas uma breve apresentação do cenário das medidas socioeducativas no Brasil, mas pode passar.

Estes também pode passar.

Quero frisar para os senhores que nós realizamos no ano passado uma pesquisa sobre assassinatos de adolescentes em unidades de medidas socioeducativas, entre 2007 e 2010. Nós identificamos 73 adolescentes que foram vítimas de homicídio quando estavam internados, em cumprimento de medidas socioeducativas, em 8 Estados brasileiros. Isso não significa que esse é o número total. Essa foi uma pesquisa exploratória e que evidenciou que existe uma questão importante a ser aprofundada.



O que é interessante para nós é que, desses adolescentes que foram assassinados, mais da metade estava ou na primeira medida ou nunca tinham sido internados, nunca tinham recebido essa medida. E foram assassinados.

E aqui é importante refletirmos. Uma das questões da pesquisa tratava sobre as medidas disciplinares. Identificamos essas medidas como medidas de disciplina desses adolescentes. Então, foi identificada a utilização de tapa na cara; *spray* de pimenta; isolar em dormitório individual; isolar no pavilhão disciplinar por até 15 dias; Conselho de Disciplina; não acessar a tevê; isolar no cofre, ou seja, ficar sem poder sair; banho frio; avaliação pelo Procedimento Operacional Padrão; uso de medicamento calmante, ou seja, utilização de medicamentos para sanção disciplinar; algemar em árvore e espancamento coletivo (corredor polonês).

Então, podemos ver como essa cultura da violência, do castigo como medida disciplinar se reflete também nas instituições, que deveriam trabalhar em uma perspectiva socioeducativa desses adolescentes.

Pode passar essa parte da tortura.

No que se refere à situação da tortura, é importante verificar, no relatório do SOS Tortura, que uma das causas da utilização da tortura é exatamente o disciplinamento de presos ou adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.

De acordo com pesquisa sobre adolescentes em situação de rua, da Secretaria de Direitos Humanos, lançada no início do ano, cerca de 70% das crianças e adolescentes que dormem na rua foram violentados dentro de casa; 32,2% das crianças e adolescentes tiveram brigas verbais com os pais e irmãos; 30,6% foram vítimas de violência física; e 8,8% sofreram violência ou abuso sexual.

Nesse quadro, como vocês podem observar, a violência intrafamiliar é um dos maiores motivos que levam a criança e o adolescente para as ruas do nosso País.

Aí estão os meus contatos.

Com relação a esse projeto de lei, achamos importante abolir de uma vez por todas qualquer tipo de medida que se diga educativa, mas que tenha por detrás violência e agressões contra crianças e adolescentes. Esse reflexo da violência, que está não só na família, mas na sociedade, vem nos alertar para qual sociedade queremos. Nós temos uma sociedade cada vez mais preocupada com a segurança, a qualidade de vida, a violência urbana. Mas nós precisamos fazer uma reflexão também sobre como nós trabalhamos dentro das nossas casas, nas nossas instituições e sobre que sociedade queremos.

Obrigada.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Foi uma explanação muito boa. Eu quero agradecer, porque nos alertou para muitas coisas. Até então, não



estávamos antenados nessa questão de os adolescentes estarem sofrendo tortura. Isso foi muito bom.

Passo a palavra agora à Dra. Marilúcia Rocha Almeida Picanço, Professora Adjunta de Pediatria da Universidade de Brasília - UnB e representante da Sociedade Brasileira de Pediatria.

**A SRA. MARILÚCIA ROCHA DE ALMEIDA PICANÇO** - Boa tarde a todos. Boa tarde à Presidente da Mesa. Cumprimento a doutora, todo o restante da Mesa e a Deputada Teresa Surita.

Confesso aos senhores que, realmente - eu estava conversando com a Dra. Eliane -, fui convidada ontem. Como sou devota da criança e do adolescente no Brasil, eu aceitei e nem sabia o que vinha fazer. Achei que vinha para um debate, mas aqui estou à frente dos senhores para tentar dizer algumas questões sobre este projeto de lei, sobre esta discussão, este debate.

Na verdade, até o século XII, a criança e o adolescente não existiam. Quando estudamos *a História da Vida Privada* - Philippe Ariès escreve bem isso, muito embora tenha críticas a ele, porque nunca estudou a Idade Média; mas, enfim, vamos acreditar no que ele escreve -, praticava-se infanticídio na alcova dos pais sem que ninguém fizesse nada contra isso.

O Brasil herda a palmada, na colonização brasileira, trazida pelos jesuítas, como forma de educar, como forma de formar bons cidadãos. Estamos no século XXI - e a doutora aqui tão bem falou - ainda tentando discutir um projeto de lei, tentando argumentar sobre a violência contra a criança e o adolescente, mas eu entendo que este é um momento histórico, um momento importante, porque a criança e o adolescente são o maior patrimônio que uma nação pode ter, e ela deverá cuidar desse patrimônio. Obviamente, por isso estamos aqui discutindo.

Eu vou falar como pediatra, por isso não trouxe os eslaides tão lindos da nossa colega da associação, que apresentou pesquisas importantes para reflexão. Vou falar aqui com o coração do pediatra que atende todos os dias crianças e adolescentes na porta de entrada. Na verdade, eles entram pela emergência. Eu não faço necessariamente emergência, mas na triagem eles são triados para nós.

E nos deparamos no dia a dia com casos violentos, agressivos, gritantes e de um sofrimento na alma humana. Essas crianças são vistas sempre como no século XII, como animaizinhos, vamos dizer. Antes eram animais de estimação, hoje já existem, óbvio, as crianças já existem, mas não são ainda sujeitos de direito.

Atendemos criança internada há duas semanas, com 10 anos de idade, que já tinha uma prática sexual desde os 8 anos, com sangramento intenso, sem se saber do que se tratava, e essa criança sem família. Ou seja, a mãe é usuária de drogas, o pai vive com outra pessoa, completamente desorganizada. Atendemos a criança, que foi internada. Vamos fazer o trabalho multidisciplinar, com a equipe de psicoterapia, com o serviço social, vamos denunciar ao Conselho Tutelar, à Vara da Infância e da Juventude. Entretanto, essa criança vai ficar perdida no



meio dessas políticas, e acabaremos não tendo o retorno e não sabendo qual a história final de fato dessa criança, porque nós a imaginamos.

Estamos com uma criança internada com 8 anos, o mesmo histórico: usuária de *crack*, da rodoviária, não se sabe quem é o pai, mãe doente mental.

Este é o quadro das nossas crianças no dia a dia. Atendemos menores cujos pais muitas vezes provocam as patologias nessas crianças, é a chamada de Síndrome de Munchausen por procuração. A mãe provoca a doença na criança com medicamento, seja com o que for, e vai várias vezes aos hospitais para ser atendida. É uma questão de saúde mental da mãe, e o sofrimento maior é para a criança.

Eu vou falar rapidamente, não vou usar os 10 minutos - acredito.

Considero que esse projeto de lei não traz um controle da família, como muito bem disse a Dra. Perla, na sua fala. Eu acredito que a criança precisa do balizamento mental, precisa do diálogo familiar que lhe dê limites, mas não de agressões físicas, de medidas coercivas, de violência.

Entendo que, para que possamos proteger as nossas crianças e os nossos adolescentes, levaríamos, talvez, para mudarmos esse paradigma, que nós temos hoje... E nós vemos isso nos próprios estudantes de Medicina, quando eu dou essa aula. E eu levo a aula bonitinha - infelizmente, eu peço desculpas -, com os dados que são estudos pontuais. O Brasil ainda não tem estudo nacional. Eu vi agora que há estudo do IPEA e esse estudo baseado no SOS Criança. Os outros estudos são formas pontuais, mostrando a violência nas suas características. E muitas vezes o médico, o profissional de saúde que está atendendo não tem condições de identificar, porque a violência psicológica, a negligência, a violência emocional tem sinais sutis, que vão muito além do olhar. É preciso estar com a escuta atenta, para além das palavras, do que o corpo está mostrando. Quer dizer, muito além do que ele está falando.

Às vezes, os nossos estudantes de Medicina dizem assim: *Professora, uma palmadinha vai sempre bem. É preciso uma palmadinha*". Então, está incutido na nossa história que é necessário bater. Não é necessário bater. Eu fui criada sem uma pancada, e estou aqui trabalhando, bem estruturada.

Então, é preciso não usarmos a covardia, porque o adulto, quando bate numa criança ou num adolescente, está usando da sua força, do seu poder de coerção contra aquela criança ou aquele adolescente, não lhe dando o direito de dialogar. É preciso dialogar com a criança desde a vida intrauterina, desde quando se é bebê. É preciso trabalhar com a criança e com o adolescente desde a idade mais tenra, desde quando estamos ainda projetando esse filho.

Portanto, acho que temos ainda muita coisa a discutir. O projeto de lei vem contribuir, como disse a Sra. Perla, com a necessidade de o Brasil, como signatário da carta maior da ONU sobre os direitos da criança e do adolescente, para fechar essa lacuna. Esse projeto de lei vem subsidiar, contribuir.



Obrigada.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Obrigada, Dra. Marilúcia.

Antes de passar a palavra a quem queira se manifestar, fazer algum tipo de pergunta às nossas expositoras, vou ler os requerimentos para que possamos aprová-los.

Vamos passar para a deliberação dos requerimentos da pauta.

Requerimento nº 7, de 2011, da Deputada Teresa Surita que "requer a realização da Audiência Pública com Especialistas nas áreas de Educação, Saúde, Direitos Humanos, Justiça, Desenvolvimento Social com a finalidade de debater sobre a proposição do Projeto de Lei 7.672/2010".

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 8, de 2011, da Deputada Teresa Surita, que "requer a realização da Audiência Pública com o segmentos do Governo Federal nas áreas de Educação, Saúde, Direitos Humanos, Justiça, Desenvolvimento Social, com a finalidade de debater sobre a proposição do Projeto de Lei 7.672/2010".

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 9, de 2011, da Deputada Teresa Surita, que "requer a realização da Audiência Pública com apresentação de 'Fatos e Versões' com cunho verídico relacionados ao tema".

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Damos seguimento à nossa audiência pública.

Alguém gostaria de fazer alguma pergunta, encaminhar alguma pergunta à Mesa, antes de eu passar a palavra à Relatora?

A Deputada Fátima Pelaes está escrita para o debate. Com a palavra S.Exa.





**A SRA. DEPUTADA FÁTIMA PELAES** - Obrigada, Sra. Presidenta. Na verdade, eu queria só reforçar um pouco. Quando cheguei aqui já estávamos na manifestação da Sra. Perla. Ela apresentou o argumento de que isso é muito forte, de que precisamos levar isso para a sociedade. Como disse ainda há pouco a Dra. Marilúcia, está na cultura que uma palmadinha não dói. Existe até uma música que diz que um tapinha não dói. Dói, e dói na alma. Muitas vezes, pela vida toda.

Ela disse uma frase sobre a qual fiquei pensando, que a sociedade não aceita que ninguém se machuque. Como a sociedade pode aceitar que isso ocorra com uma criança totalmente indefesa? Nós estamos tendo um grande avanço com a Lei Maria da Penha e estamos trabalhando intensamente isso. É preciso que o Congresso dê essa resposta, porque é a criança no início da formação da personalidade. E há muitos estudos comprovando que, na verdade, isso se reproduz. A criança que é violentada passa a violentar também, passa a ser um adulto violento. É muito difícil. Nós já temos leis em relação ao adulto, mas não temos leis para prevenir, para trabalhar a criança. A meu ver, é importante que o Congresso mude essa lei.

Eu quero fazer uma pergunta. A Dra. Perla disse que a terceira causa no caso de abrigo é a violência doméstica. Quais são as duas primeiras também? Seria interessante. Eu queria só saber isso. Em sua apresentação, a senhora disse que é a terceira causa de nós termos ainda crianças no abrigo - no caso, retira-se o pátrio poder. Quais seriam os dois outros itens, para que nós pudéssemos fazer uma avaliação? É mais nesse sentido.

Quero registrar o nosso compromisso. Parabenizo a Deputada Liliam, a Deputada Teresa e todos os membros que fazem parte desta Comissão e que têm uma grande responsabilidade com o nosso País. Registro a presença do Pastor Wilton Acosta, Presidente do FENASP - Fórum Nacional em Defesa da Vida e da Família.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Antes de passar a palavra para a Dra. Perla para responder aos questionamentos, concedo a palavra à Relatora, Deputada Teresa Surita.

**A SRA. DEPUTADA TERESA SURITA** - Antes de fazer minhas observações, eu gostaria de agradecer a participação aos meus parceiros nessa luta e a pessoas importantes que acompanham os debates, como, por exemplo, Dra. Leila Paiva, da União Marista; Márcio Oliveira, da rede Não Bate, Eduque; Patrícia Campanati, da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão; Marinete Merss, da Secretaria de Direitos Humanos; Fernando Luz, Secretário-Executivo do Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente - ANCED; Maria de Fátima, Secretária da Educação Básica do MEC; Daniela Queiroz, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do MEC; Teresa Raquel, do Instituto Berço da Criança; Associação dos Escoteiros do Distrito Federal; e Dr. Vilanti, Presidente do CRM, médico pediatra de Roraima.



Eu gostaria de parabenizar as nossas convidadas por alguns esclarecimentos, porque, como Relatora, eu tenho respondido muitas perguntas com relação a essa lei e fico impressionada de ver a falta de informação, a falta de esclarecimento da sociedade. E isso se deve muito ao fato de como essa lei foi apresentada em outros momentos e passada para a população de forma distorcida.

Então, preocupada com isso e com a responsabilidade do relatório, nós fizemos uma pesquisa em 30 países hoje que já têm a lei em andamento ou em implantação ou até em funcionamento, em alguns países até com pesquisas de verdade. Quando eu digo de verdade, quero dizer com números autênticos que foi o resultado dessa lei implantada.

Esse *banner* que a Comissão mandou fazer especifica bem que não é a lei da palmada, porque eu acho que dessa forma fica bastante claro que nós estamos falando além da palmada. E minimiza muito você falar sobre um assunto tão sério que traz consequências tão drásticas como uma simples palmada que não dói. Eu gostaria de parabenizar realmente a Dra. Perla pela forma como ela começou a se colocar, a explicar a lei. Eu também estendo isso a todos os presentes, que representam associações, organizações. É o primeiro passo. Nós estamos falando de uma lei que vai, e eu até anotei aqui, qualificar o que está dito de forma muito abrangente no Estatuto da Criança e do Adolescente e que não tem a especificação necessária para que se tomem as medidas necessárias. Por exemplo, caso uma criança chegue a um grau de agressão, de violência, de espancamento ou surra, esse assunto termina talvez pela falta do protocolo de atendimento da saúde, talvez pela falta de dados, talvez porque existe a cultura realmente do castigo físico no nosso País. Aí a coisa se perde, e não acontece obrigatoriamente o que deveria acontecer.

Eu acho muito interessante as pessoas dizerem que vai haver invasão dentro das famílias. Isso é outro assunto que precisa também ser muito bem explicado. Não existe na lei, por isso é importante se ler a lei, nem é intenção nenhuma do Estado de que haja invasão em qualquer família para a educação de seus filhos. Esse é um ponto que realmente precisa ser bem esclarecido. Quando esclarecemos a questão da invasão, a outra pergunta é: qual vai ser punição? Eu também acho isso interessante. Se nós estamos falando em não punir, como vamos apresentar alguma lei para não punir, punindo! Não tem sentido esse pensamento.

Então, nós não estamos falando de punição, nem de repressão. Nós estamos falando do caminho da proteção social, da educação e da saúde. Porque eu entendo que já existem, no Ministério da Saúde, no Ministério da Educação, na Secretaria de Direitos Humanos, nessa rede que compõe a proteção das crianças e dos adolescentes, os mecanismos, as ferramentas necessárias para que essa lei possa funcionar. O que precisa é justamente desse ajuste, essa qualificação, como disse a Dra. Perla, para que de fato aconteça esse caminho.

Então, nós estamos tratando daquilo que foi discutido muito na questão da implantação da Lei Maria da Penha, quando as pessoas diziam que já estava no



Código Penal a determinação de que não podia bater em mulher. Mas fomos além disso: foi identificado que não se pode bater em mulher. E houve realmente avanços com isso. Hoje já há dados diagnosticados. E poucas pessoas são contra a Lei Maria da Penha, que foi instituída há 5 anos.

É importante lembrar que essa reação da sociedade é natural também, até porque nosso País é um País que prega os castigos físicos. Nós temos essa história de que, como eu diria, as mudanças de valores não aconteceram da forma como precisavam acontecer. Mas eu acredito que essa mudança de valores vai acontecer durante os anos em que colocarmos de fato em prática aquilo que é necessário e dermos os esclarecimentos para que as famílias possam rever as formas de educação.

Quando digo isso, eu acredito que todas as leis que fizeram mudanças drásticas culturalmente sofreram esse tipo de reação. E vou citar algumas que hoje a nossa geração e as gerações um pouco mais antigas que a nossa também acha absurdo: a Lei Áurea, para terminar com a escravidão, a Lei do Ventre Livre, a Lei Maria da Penha. Hoje nós vivemos um outro momento. Hoje, quando assistimos a uma agressão a uma comunidade como a LGBT, por exemplo, como nós vimos ontem pela televisão homossexuais que apanharam, quebraram a perna, em grandes centros como Rio e São Paulo, todos nós nos revoltamos. Mas ainda existe preconceito, sim. Então, nós precisamos realmente tratar essa lei com mais seriedade.

Agradeço muito a presença a todos vocês. Nós, Deputados, vamos aperfeiçoar o texto, vamos aprovar a lei, mas vocês da sociedade organizada, que fazem chegar às pessoas os esclarecimentos, é que farão o papel mais difícil.

Eu entendo que começar a falar em dados - até então, eu não tinha conseguido dados sobre o número de crianças agredidas no País - já é um bom passo para que possamos começar a mostrar a importância e a necessidade da aprovação dessa lei o mais rapidamente possível.

Eu acredito que possamos trabalhar com o Governo Federal - e é o caminho que estou traçando como Relatora -, para que, de fato, a lei possa acontecer, depois da sua aprovação, e não cair no vazio.

No Ministério da Educação, já estamos trabalhando com os técnicos responsáveis para capacitação e identificação de criança agredida dentro da escola. Na saúde, por meio da sua extensa rede do Saúde em Família, que bate na casa das pessoas que mais necessitam - "bater na casa" não significa interferir na família - e faz aquilo que a lei determina (cap. V ou VII do Estatuto da Criança): o acompanhamento, a assistência ao agressor e à criança. A família que agride é uma família doente e precisa de assistência. E também presta o atendimento necessário.

A Dra. Marilúcia disse que ficou sabendo ontem da sua vinda para cá, porque, infelizmente, a Sociedade Brasileira de Pediatria, por algum problema, não respondeu ao convite, enviando-nos um técnico. Ela se dispôs, como pediatra,



como membro da sociedade, como professora da Universidade de Brasília, a estar presente e contar a dificuldade que é hoje.

Eu já ouvi esse tipo de relato do Dr. Viland: as crianças que chegam ao pronto-socorro do hospital fora de hora com a clavícula quebrada, com lesões nos olhos, com hematomas são crianças agredidas dentro de casa. Mas não existe hoje, obrigatoriamente, um protocolo de atendimento. Se, por acaso, houver a desconfiança do médico que as atende, que nem sempre é um médico pediatra, por se tratar de emergência -, não existe a informação ao Conselho, para que ele se faça presente e depois informe ao juizado, para que possa tomar alguma providência. Ou seja: não está funcionando, até porque sabemos que temos de separar com muita clareza a importância do Conselho e a necessidade de aperfeiçoar os conselheiros, para que possamos ter um atendimento mais rápido nessas questões.

Eu acredito que falar nessa lei passa por todos esses processos que consegui citar neste momento. E vou um pouco mais além, com muito respeito, por uma questão de esclarecimento: até dentro do próprio gabinete em que trabalho já foi apresentada a possibilidade de se conversar com os nossos assessores para que compreendam a lei que estamos defendendo, tamanha a falta de compreensão quanto a se falar em palmada.

Então, eu gostaria de deixar aqui o meu agradecimento. A contribuição que vocês deram realmente foi muito importante. Eu quero ter oportunidade de continuar essa conversa um pouco mais profundamente em outro momento, para que possam nos ajudar no relatório.

Eu gostaria também de fazer uma pergunta para a Dra. Marilúcia, que seria a seguinte: que tipo de protocolo deveria ser criado para possibilitar às instâncias responsáveis pela oferta da assistência médica e psicológica... De que forma se poderia atuar pontualmente com o histórico dessa criança? Por exemplo, alguns casos que eu não conhecia. Agora que eu começo a me aprofundar mais nesse assunto. Uma criança que chega, com 5 anos, com corrimento vaginal várias vezes, consequentemente, significa que ela está sendo abusada.

**A SRA. MARILÚCIA ROCHA DE ALMEIDA PICANÇO** - Pode estar.

**A SRA. DEPUTADA TERESA SURITA** - Uma criança que chega com lesão nos olhos, ela foi sacudida.

**A SRA. MARILÚCIA ROCHA DE ALMEIDA PICANÇO** - Pode, sim.

**A SRA. DEPUTADA TERESA SURITA** - Quer dizer, são castigos realmente, são agressões que não conhecidas. Como fazer esse protocolo?

**A SRA. MARILÚCIA ROCHA DE ALMEIDA PICANÇO** - Temos a ficha de notificação contra a questão da violência contra a criança e o adolescente, que não é uma ficha de muito fácil preenchimento e, no dia a dia, vamos dizer, não "colou", no dia a dia da prática médico-pediátrica. As pessoas ainda têm muito



medo. Mas é preciso criar, realmente, um algoritmo, um protocolo, alguma coisa que, na medicina, baseada em evidências, possa mostrar, por exemplo, que a criança tem hematomas, que a história da família é incompatível com a gravidade da lesão. E vai se fazendo um *screen* dessas questões. A criança tem fraturas, múltiplas fraturas, fraturas em estágios diferentes de consolidação, a criança é arredia. Aí passa para um protocolo físico das questões físicas, uma das questões psicológicas, emocionais, e outra, comportamental, que está muito implicada, mas que poderíamos pensar em algo assim.

Já tentamos fazer isso. Não é um protocolo muito fácil, mas dá para fazer. Existem vários protocolos nesse nível, nessa questão, em outras instâncias, vamos dizer. O ISCO, por exemplo. O Glasgow se trabalha com o ISCO para ver o nível de consciência do indivíduo. Então, seria, vamos dizer, uma comparação assim como o Glasgow, para fazermos o nível de consciência. Então, faríamos o nível de violência, de agressão que aquela criança sofreu. E aí teria um ponto de corte em que o profissional de saúde, se fosse usado na escola, vamos dizer, o professor pudesse encaminhar aquela criança. Eu não sei. Aí seriam diversos níveis, porque uma questão é da violência física em que chega se na emergência; a outra questão é aquela violência que está na escola, no dia a dia, e precisaríamos também de um protocolo para esse tipo de coisa. Acho que é isso.

Agora, só chamando a atenção para o que a Deputada disse. Quanto à infecção do trato urinário, precisa ser investigado o sistema geniturinário da criança, se tem uma má formação. Mas é preciso que o médico esteja atento e lembrar sempre que aquela criança pode estar sofrendo um abuso sexual. Isso, sim. Mas não se pode deixar de pensar na causa orgânica também.

E outra coisa que a Deputada disse foi lesões de retina do bebê, a Síndrome do Bebê Sacudido. Os pais sacodem tanto o bebê com raiva que chacoalha a caixa craniana, o cérebro do bebê, que está crescendo numa grande velocidade. Oitenta por cento do tamanho desse cérebro se forma até os 2 anos de idade. Então, ele chacoalha e faz lesões, microlesões na retina do bebê. E só se vê isso com um exame oftalmológico, para ver o fundo do olho. E essa criança pode apresentar vários sintomas, desde letargia, sonolência, crise convulsiva, etc.. E às vezes é preciso pensar que aquela criança está com a Síndrome do Bebê Sacudido.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Eu quero passar a palavra para a Profa. Perla, mas, antes, eu gostaria de registrar a presença da Dra. Helena, da UNICEF. Muito obrigada pela presença, Dra. Helena.

A Deputada Fátima Pelaes fez uma pergunta para a Profa. Perla. A Senhora poderia responder agora?

**A SRA. PERLA RIBEIRO** - A Deputada falou sobre as causas. Essa pesquisa foi realizada pelo IPEA e pelo CONANDA em 2005. Foi feito um levantamento nacional dos abrigos de crianças e adolescentes, mas à época esses abrigos recebiam recursos do Ministério. Ainda se tem registro de que esses números ainda são muito maiores, inclusive os que foram computados por essa pesquisa.





É importante colocar esse dado.

Quanto às duas primeiras causas, a primeira é a pobreza, o que também indica um problema sério no Brasil com a política, com relação à convivência familiar e comunitária. Ainda hoje se abrigam crianças por conta da pobreza. E a segunda é pelo abandono de pais ou responsáveis.

Então, são essas as três maiores causas: a pobreza; o abandono por pais e responsáveis; e a violência doméstica em terceiro lugar.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Eu gostaria de também fazer uma pergunta. V.Exa. também quer fazer uma pergunta, Deputada? Pois não

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Enquanto isso eu gostaria de fazer uma pergunta. Ela falou da síndrome da criança que é sacudida. Queria também que a senhora falasse um pouco sobre a Síndrome da Criança Espancada, a criança vítima de espancamento, como essa criança fica, quais são os sintomas, enfim, que a senhora pudesse falar um pouquinho sobre isso.

**A SRA. PERLA RIBEIRO** - Quanto à Síndrome da Criança Espancada, existe uma dependência, digamos assim, psicológica da criança com a família, uma codependência psicológica, porque a criança apanha tanto, vai e volta naquela síndrome do espancamento, que ela acaba fazendo uma codependência daquela história.

Então, a criança vai apresentar múltiplas fraturas. Ela tem um braço quebrado, uma clavícula quebrada. Quando fazemos uma radiografia daquela clavícula, ela apresenta outras lesões em vários estágios de consolidação: uma mais antiga, outra mais nova e a atual. É uma criança que apresenta hematomas variados nos olhos, nas costas, nas nádegas, nas pernas, etc. É uma criança cuja história da família é incompatível com a gravidade do caso da criança. É como se a família não valorizasse a gravidade. Então, quando interrogados os familiares isoladamente, uns contam uma história e outros contam outras. As histórias são desconexas. Mas a gravidade pode ser desde uma simples fratura, vamos dizer - simples, não, porque é algo gravíssimo -, até a morte.

Sobre a Síndrome da Criança Espancada, por exemplo, nós atendemos no hospital uma criança de 2 anos cuja mãe pegou uma panela de pressão cheia e bateu na cabeça da criança, que teve um traumatismo craniano encefálico e chegou a óbito. É desde o hematoma causado por uma surra até o óbito dessas crianças. Então é uma coisa grave que deixamos passar despercebido. Nessa ida e vinda essa criança pode chegar a óbito, por conta da síndrome do espancamento.

Então, o profissional de saúde, o médico - eu falo aqui pela minha categoria -, deve estar atento, e eu acho que nós estamos. A categoria pediátrica é uma categoria preocupada, atenta. Eu acho que é mais do que as outras categorias,



digamos assim, porque os outros não estão atendendo a criança. Mas a doutora bem disse: depois dos 12 anos esses adolescentes vão para clínica geral, em que os profissionais muitas vezes não estão com essa visão no contexto de estar preocupados. Tratam a fratura, tratam o hematoma, tratam o olho roxo, e não veem o que está por trás, que é uma criança vítima da Síndrome da Criança Espancada.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Sem falar da regressão que essas crianças sofrem no seu psicológico, no seu intelecto.

Antes de passar a direção dos trabalhos à Presidente da Comissão, Deputada Erika Kokay, gostaria de comentar sobre o que foi falado pela Relatora, a Deputada Teresa Surita. Realmente, quando um pai ou uma mãe agride o filho, ele espera chegar a madrugada para dar entrada em um hospital, porque o policial já não está de plantão, não há como fazer o registro.

Fizemos uma audiência apenas para enfermeiros, no Hospital Naval Marcílio Dias, para falar sobre isso, para que eles possam detectar quando uma criança é vítima de maus tratos e de espancamentos. E o apelo deles foi para que todos os hospitais fizessem uma triagem. Às vezes, o médico atende a um caso digno de ocorrência policial, mas que não vai para as delegacias especializadas na proteção à criança e ao adolescente.

Veja bem, Dra. Eliane: nós tivemos que intervir no caso de uma criança, vítima de abuso sexual, que, como foi feito apenas o registro policial, teria de retornar para casa. Se não tivéssemos intervindo com a rede de proteção, ela voltaria para casa, onde continuaria sofrendo abusos.

Portanto, foi muito importante o encontro que tivemos hoje com o Ministro da Educação, porque precisamos dessas palestras e precisamos divulgar mais a lei.

Temos também um encontro relacionado à saúde - vocês falarão melhor sobre isso depois, não é, Teresa? Enfim, é importante termos esses postos de triagem.

Obrigada pela oportunidade.

Passo a presidência à Deputada Erika Kokay.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Deputada Fátima, V.Exa. quer fazer mais uma colocação?

**A SRA. DEPUTADO FÁTIMA PELAES** - Obrigada.

Na verdade, acho que a pergunta era para a Deputada Teresa Surita, mas a Perla pode responder.

A Deputada Teresa Surita é uma Parlamentar altamente comprometida com a



defesa da criança e do adolescente, fez um trabalho belíssimo quando Prefeita em Boa Vista, mas parece-me que ficou uma dúvida na sua fala. Não é uma dúvida, mas algo que, de certa forma, pode gerar dúvida.

A questão não é apenas a palmada, mas também o castigo humilhante, vai além disso. Na verdade, a palmada é o início. Falo isso com o intuito de esclarecer, porque ficou um pouco de dúvida em relação ao assunto. É interessante mostrar isso, porque o castigo moderado - a palmada leve - também está incluído. A palmada é o início, e aí vai embora.

**A SRA. PERLA RIBEIRO** - Deputada, o projeto é bem categórico no sentido de dar corpo ao que significa castigo corporal. Como dissemos anteriormente, nossa legislação - o Estatuto e a própria Constituição - já traz a dimensão da violência contra a criança. No entanto, não fica muito claro a discussão a respeito do castigo corporal, e nós temos, no Código Civil, um artigo que permite o castigo corporal moderado.

Então, existe a Constituição e o Estatuto, mas também há, no Código Civil, a possibilidade do castigo moderado. E, aí, quando chegam os casos, quando, por exemplo, a criança chega a um hospital ou quando, na escola, um professor pode identificar uma ocorrência, até que ponto vai o conceito de moderação?

Esse projeto é importante para essa definição e, assim, adequar a normativa interna com as recomendações da Convenção dos Direitos da Criança e as recomendações feitas ao Brasil pelo comitê.

Além disso, esse projeto é muito importante porque traz outra visão, inclusive de como tratar questões sociais deste País. Ele traz uma concepção de conscientização da população e não de punição. Muitas vezes, projetos de lei tratam do enfrentamento da violência com aumento da pena. Não fazemos uma reflexão a respeito do nosso sistema penal, a respeito do que tudo isso significa para o Brasil.

O projeto traz um outro enfoque. Ele traz um processo de educação. Nos seus artigos, ele diz que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão de forma articulada na elaboração de políticas públicas e execuções de ações destinadas a coibir o uso de castigos corporais e o tratamento cruel, tendo como principais ações: a promoção e a realização de campanhas educativas e a divulgação desta lei e dos instrumentos de proteção dos direitos humanos; a inclusão nos currículos escolares, em todos os níveis de ensino, de conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente; a integração com os órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios dos Conselhos de Direitos e entidades não governamentais; a formação continuada dos profissionais que atuam na promoção dos direitos da criança e do adolescente e o apoio e incentivo às práticas de resolução pacífica de conflitos que envolvam violência contra a criança e o adolescente.



Então, é uma lei que implica valorização da vida.

É importante dizermos qual sociedade queremos. Queremos uma sociedade que compreenda e assegure direitos da criança e de adolescentes e que se empenhe no sentido de que as crianças e adolescentes se desenvolvam em um ambiente sem violência. É possível educar sem a utilização de instrumentos de violências para essas crianças e para esses adolescentes.

Esse é o teor do projeto.

Lamento muito que, infelizmente, os meios de comunicação tenham prestado um desserviço ao País relativamente a essa legislação. Ela é fundamental. Ela coloca o Brasil no mesmo patamar de outros países, coloco o Brasil, no tocante aos direitos humanos de crianças e adolescentes, num outro contexto social de mudança. A legislação não assegura a mudança, mas ela é um instrumento importantíssimo. Se não fosse o Estatuto da Criança e do Adolescente, talvez hoje não soubéssemos de muitos casos que estão sendo denunciados pelos Conselhos Tutelares, enfrentados e tornados públicos. Logo, a normativa é fundamental. Sozinha ela não resolve, mas é fundamental.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Vamos passar a palavra aos expositores para caminharmos para o encerramento, desta reunião, porque já começou a Ordem do Dia no plenário. Mas eu gostaria também de pontuar alguns elementos.

Acho que temos de ter o cuidado para não cairmos em outra armadilha. armadilha. Houve a armadilha, colocada pela imprensa, que falava sobre interferência do Estado na educação, no caráter absolutamente inocente de uma palmada. Não podemos cair noutra armadilha, que é a armadilha de dizer: *"Não tem problema a palmada"*.

Estamos preocupados é com a violação grave, por alguns motivos. O primeiro é que a fronteira é tênue. O princípio é o mesmo: é o princípio de, pela dor, ainda que seja a dor de uma palmada, domar e não educar. Domar não é educar, até porque o que é mais permanente, do ponto de vista de educação, é o convencimento, não é a imposição. A imposição tende a se repetir como comportamento. Então, ao não se assegurar o direito de crianças e adolescentes dentro do lar, ao se tornar natural o castigo corporal, estamos tornando natural o domínio do mais forte sobre o mais fraco, a violência como forma de resolução de conflitos e, portanto, tornando naturais essas formas de relação.

Portanto, a palmada é, em verdade, o início. Ela tem o mesmo princípio de pela dor. E as pessoas falam: *"Mas isso é educação"*. A maior parte das vezes o castigo corporal não vem como método de educação. Ele vem como uma expressão de raiva, de impotência, de falta de condições de resolução de um conflito no meio familiar. Portanto, ele não pode ser considerado como educação. Ele tem um princípio que é absolutamente nefasto, que é o de associar a dor ao amor ou à afetividade. Nós questionamos muito aquela música que diz: *"Tapinha de amor não dói"* no que se refere às mulheres. A sociedade tem dificuldade de



questionar o tapinha de amor na criança, como se ele não doesse.

O outro aspecto. Não pode ser deferido ao pai ou a mãe, aos familiares, ou ao educador, estabelecer o que é o castigo moderado ou imoderado, porque é mais uma vez anular a criança como sujeito de direitos. A percepção da criança sobre o caráter moderado do castigo corporal não é a mesma do adulto. O adulto tem uma outra percepção, porque, às vezes, tem uma percepção centrada numa condição "adultocêntrica". A percepção da criança, em relação ao castigo corporal, é absolutamente diferenciada. Não se pode, portanto, caracterizar o que é o castigo moderado e imoderado a partir da leitura do adulto, porque é negar a condição de sujeito da própria criança.

Portanto, não queremos fugir da discussão do castigo corporal, inclusive da palmada. É óbvio que não podemos ficar apenas na discussão da palmada, porque significa se render à depreciação que setores da imprensa fazem. É preciso não fugir dessa discussão, mas também não cair numa segunda armadilha. Precisamos fazer essa construção e falar dos exemplos. A Venezuela tem uma lei que fala de amor, uma lei que fala de carinho, uma lei que fala de afeto. Pensem no que é uma lei que fala de amor - de amor. Pensem no caráter atávico do castigo corporal. Quando alguém fala sobre castigo corporal, as pessoas são remetidas a lembranças que não querem esquecer, porque ninguém se esquece de castigo corporal que sofreu. Se perguntarmos a qualquer pessoas se sofreu castigo corporal, ele pode dizer como foi, em que ocasião, quantas vezes foi, porque o castigo tem um caráter que absolutamente não pode ser esquecido. Ele deixa marcas indeléveis na construção das pessoas enquanto sujeitos de direito.

Por fim, quero dizer que já conseguimos a legitimação, na sociedade, do repúdio ao castigo corporal nas escolas, por exemplo. Não quer dizer que ele não aconteça, mas, quando acontece, existe uma reação. E, muitas vezes, os educadores, os professores acham que o Estatuto está sendo utilizado contra eles. Também a perspectiva de que a reação das famílias seja de que a lei está sendo utilizada contra elas. Ora, nem o Estatuto é contra o educador, nem a lei é contra a família.

Não queremos ensinar, porque educar é um exercício permanente - é permanente e está em construção. Portanto, vai se fazendo de acordo com as relações que se estabelecem. Não queremos ensinar ninguém a educar, mas queremos dizer que educação não passa por dor, que educação não tem castigo corporal. Já consolidamos isso nas escolas, nos espaços públicos abertos, porque, de certa forma, há uma cumplicidade, pelo silêncio, nos espaços de internação de adolescentes em conflito com a lei. Mas nos espaços abertos, como escola, entidades, abrigos, a sociedade já não permite mais isso, já há reação.

Então, essa é uma construção que veio a partir do ECA, e essa lei vai possibilitar um outro marco. Por isso, é importante termos articulação das ações do próprio Estado, como diz a própria lei.





Estivemos no Ministério da Educação hoje. Primeiro, é preciso haver protocolos mais definidos, e não dados que sejam associados ou derivados de outros dados ou de outros programas, como, por exemplo, o Saúde da Família. Ao investigar a evasão escolar, por exemplo, pode-se chegar a dados sobre espancamento ou castigo corporal dentro de certa família. É preciso termos um protocolo como há em relação à saúde - só que a saúde vai acolher a criança e o adolescente num estado de severo agravo, quando eles entram na unidade hospitalar.

Por isso, é preciso estabelecer um protocolo associado aos programas de transferência de renda, à educação, à saúde. Já há a intenção do Governo de fazer a articulação, mas é preciso que os setores de saúde, educação, assistência social, enfim, todos se articulem para estabelecer protocolos, colher dados, promover ações, colocar o recorte da questão do castigo corporal em todos os programas que lidam com família, que lidam com criança, que lidam com adolescente.

Por isso, sugiro que façamos uma visita à titular da Casa Civil, para que possamos, além das visitas que já estamos fazendo e vamos continuar fazendo aos Ministérios da Saúde e do Desenvolvimento Social, conversar com ela sobre a necessidade de uma articulação mais orgânica desses programas no que diz respeito à elaboração de políticas públicas que não substituam a família, mas lhe dão suporte e possibilitam que sejam tratadas.

A violência doméstica que atinge a criança é sintoma de uma família que tem um nível de adoecimento tal que precisa ser tratado. Essa família precisa inclusive ter espaço de fala, para que possa recompor as suas relações, ressignificar os seus atos, ressignificar a sua lógica pedagógica-educativa e a sua concepção amorosa. Portanto, eu sugiro que visitemos à Casa civil para que possamos fazer essa sugestão.

Estamos solicitando à Secretaria da Comissão que agilize a elaboração das notas taquigráficas, para que possamos encaminhá-las a todos os Ministérios também. Assim, em todas as visitas, já teremos disponíveis a proposta de lei e as notas taquigráficas como elementos para discussão com os órgãos públicos.

Temos aqui a participação de dois representantes do Ministério da Educação, o que me parece ser absolutamente importante. Queremos que haja o compartilhamento com as outras políticas mais relacionadas com essa temática.

Como já começou a Ordem do Dia, vou passar a palavra à Relatora e, em seguida, às palestrantes, para que possamos encerrar esta audiência pública.

Lembro mais uma vez: no dia 14, às 14 horas, no Rio de Janeiro. As Deputadas e os Deputados que estiverem interessados, por favor, informem à Secretaria. No dia 18, às 14h30min, em plenário a ser definido, será realizada a nossa terceira audiência pública, para ouvir a palavra dos especialistas.

Concedo a palavra à Relatora, Deputada Teresa Surita.



**A SRA. DEPUTADA TERESA SURITA** - Eu já fiz as minhas observações. Mas gostaria de deixar claro o que considero importante, embora queira sair deste momento.

Não quero, de forma nenhuma, deixar que a armadilha da palmada atrapalhe a discussão. Na condição de Relatora, não sou a favor da palmada. Entendo que essa lei passa pela abolição da palmada também.

É tão delicado falarmos sobre isso. A permissão desses *banners* da Polônia é para mostrar à imprensa, aos nossos parceiros, aos nossos colegas Deputados que estamos discutindo a questão além disso. Agora, claro, a discussão passa por isso. Mas a mudança de cultura vai acontecer por meio de muitas gerações. Talvez, os meus netos tenham outro comportamento. Não podemos querer mudar culturas com a assinatura uma lei. Mas podemos abrir uma discussão. E, aí, volto a me referir ao tabagismo. Quando se proibiu fumar em avião, foi um caos, ninguém queria aceitar; quando se proibiu fumar em restaurante, ninguém concordava; quando se estabeleceu a obrigatoriedade da utilização do cinto de segurança, ninguém queria usar. Então, quando discutimos os castigos corporais, não há limite. O limite é a dor. Eu sou contra qualquer tipo de violência, mesmo com boa intenção.

Acho que não é esse o caminho. O caminho da educação é o diálogo, é a paciência que as famílias precisam ter para passar aos seus filhos. Não estamos discutindo essa questão.

Eu quis fazer este esclarecimento para não ficar a impressão de que existe aceitação no que se refere a qualquer tipo de agressão.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Concedo a palavra à Deputada Fátima Pelaes. Peço que seja rápida, para podermos encerrar os trabalhos, porque já começou a Ordem do Dia .

**A SRA. DEPUTADA FÁTIMA PELAES** - Vou ser bem rápida, Sra. Presidente.

Realmente, foi muito bom a Deputada Teresa Surita ter voltado, porque a pergunta até tinha sido feito para S.Exa, mas a Dra. Perla esclareceu.

Em nenhum momento eu tive dúvida quanto ao seu pensamento, conhecendo já o seu trabalho como Deputada Federal - em 1991, nós tivemos oportunidade de estar juntas - e, depois, como Prefeita, ou seja, legislando e agindo na prática. Mas foi importante V.Exa. retornar e fazer esse esclarecimento. Essa é a linha tênue que nós temos hoje e que tem de avançar.

Parabéns pelo trabalho da Comissão!

Obrigada.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Deputada Fátima.



Acho que caminhamos para um entendimento, até porque precisamos dialogar com quem não quebra os ossos do filho, por exemplo, para que essas pessoas sintam que essa é uma legislação que as atinge também, para que não se sintam blindadas. Ou seja, que possam dizer: *"Eu não quebro meu filho, eu não faço isso. Então, isso não me atinge. Isso não me provoca uma reflexão, porque eu não me sinto associada ou pertencente a essa lógica"*.

Essa, de fato, é uma questão muito tênue. Não é fácil. É como educar: não é fácil. Nós vamos construindo no processo.

Eu conversava com uma das palestrantes e pensava o seguinte: Sócrates dizia que a força física é a arma dos fracos, porque não se sentem seguros, com capacidade de convencimento, de resolução do conflito.

Então, há que se entender que o domar é uma expressão de força que esconde uma fragilidade muito grande, uma incapacidade, uma impotência de como resolver os problemas da educação dos meninos e meninas.

Vou passar para as duas palestrantes, para que possamos caminhar para o encerramento.

**A SRA. MARILÚCIA ROCHA DE ALMEIDA PICANÇO** - Eu queria terminar complementando a síndrome da criança espancada, a respeito da qual não esclareci bem para a Deputada Liliam, que sentiu falta desse detalhe.

Na verdade, essas crianças têm um componente grave, sério, psicoemocional, psicológico e regridem em sua história, em seu desenvolvimento intelectual e emocional. São crianças, por exemplo, que voltam a fazer xixi na cama, uma enurese secundária. São crianças que já passaram dessa fase, têm controle esfinteriano e voltam a fazer xixi na cama.

São crianças emocionalmente arredias, tímidas. Muitas vezes, a capacidade emocional da maioria fica embotada. Então, elas não aprendem. São rotuladas de crianças com deficiência cognitiva. Elas não têm essa deficiência cognitiva; elas sofrem de espancamento. É síndrome da criança espancada.

Então, eu queria dizer isso e fazer minhas as palavras da Deputada que disse que a pequena pancada no ser é, muitas vezes, mais violenta do que possamos imaginar: é indelével. Então, não podemos nos esquivar da questão da palmada.

Era o que eu queria dizer, para terminar.

Muito obrigada.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Agradeço à Marilúcia.

Passo a palavra para a Eliane.

**A SRA. ELIANE ARAQUE DOS SANTOS** - Na verdade, eu gostaria de tocar em



uma questão trazida pela Dra. Perla, para mostrar que ainda está escrito na nossa legislação, no Código Civil e no Código Penal, a possibilidade de um comportamento agressivo, de UMA agressão física- não vou nem mencionar o que está lá no Código Civil - moderada etc. Mas não podemos esquecer que essas são normas inscritas em nossa legislação num momento anterior à Carta de 1988, que traçou outros princípios e colocou como fundamento do Estado brasileiro a dignidade da pessoa humana.

Portanto, isso está escrito, mas não é lido e não deve ser lido porque foi derogado. Não deveria sequer estar mais escrito, porque já deveria haver uma legislação para retirar essas normas legais que não se compatibilizam mais com a nova ordem jurídica vigente.

Então, que todos leiamos dessa forma. A norma está ali, mas foi derogada, não se coaduna mais com os princípios que informam o sistema jurídico do Estado brasileiro.

Operadores de Direito, pelo amor de Deus, na hora em que se depararem com algum argumento desse tipo, simplesmente valham-se da Constituição brasileira. Isso é de outro momento, isso está afastado; estamos agora diante de outros paradigmas legais, de outros marcos legais. São eles que informam a legislação, são eles que devem ser cumpridos.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Eliane Araque.

Passo a palavra para a Perla.

**A SRA. PERLA RIBEIRO** - Gostaria de agradecer o convite e colocar ANCED à disposição desta Comissão para o que precisar, inclusive os centros de defesa, nessa perspectiva, porque, como disse anteriormente, é importante consolidarmos essa legislação. É difícil, Sra. Deputada. Sabemos que é difícil, mas muitas legislações também foram difíceis. A luta permanente tem que ser feita para construirmos e consolidarmos o Estado Democrático de Direito que sabemos que vai além da normativa.

Também trouxe alguns exemplares da pesquisa da ANCED de que falei. Se alguém quiser, está à disposição.

Deixo uma reflexão. No ano em que o Estatuto completava 18 anos, a ANCED fez uma campanha e para cada dia do ano encontrou, por meio de notícias, uma criança ou um adolescente assassinados em nosso País. Então, 366 crianças que, nesse ano em que o Estatuto completava 18 anos, foram assassinadas!

Essa é a reflexão que temos de fazer: qual sociedade nós queremos?

Nós questionamos a violência; nós queremos viver em um ambiente mais seguro, mas não queremos fazer uma reflexão sobre essas formas de violência e como elas surgem. Muitas vezes, o que fazemos é individualizar o problema, colocar o problema em determinado indivíduo e não fazer uma reflexão sobre essas



relações violentas que, muitas vezes, são estabelecidas.

Se nenhum segmento da sociedade admite ser tocado, não podemos permitir que a criança e o adolescente sejam tocados e com a perversidade de dizer que se trata de um processo educativo, que é para o bem deles.

Então, essa é a reflexão que devemos fazer com a sociedade.

Obrigada.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Ao passar a palavra para a Liliam, quero anunciar a presença da Rosinha da Adefal, uma companheira, guerreira, que também faz parte desta Comissão e a engrandece.

**A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ** - Sra. Presidente, vou ser bem rápida, porque nosso tempo já está esgotado.

Quero parabenizar a Comissão pelo nível do debate e as palestrantes pelo brilhantismo.

Fiz questão que a Dra. Marilúcia falasse sobre a síndrome da criança espancada para que os pais pudessem perceber o que acontece. Pais deixam os filhos com babás e, às vezes, elas batem na criança, como temos vistos nos noticiários. Que as pessoas possam identificar a criança quando ela está sofrendo esse tipo de agressão, porque, pequeninhas, elas ainda não sabem falar.

Eu gostaria até que as câmeras pudessem mostrar o cartaz está ali. Ele é muito importante; ele diz muito sobre essa lei que estamos defendendo.

Vocês veem ali uma criança. Choca olharmos esse cartaz, porque toca no nosso coração. Ali ele diz muita coisa: crianças com seus sonhos destruídos; crianças que confiam nos seus pais, que querem proteção e acabam sendo espancadas, violadas no seu direito.

Eu quero dizer para os pais, para as pessoas que estão nos acompanhando pela Internet que uma palmada dói, e dói muito. Dê um tapa no seu bumbum para ver se não dói, dói. Um beliscão dói. Puxar cabelo de criança, dói. Puxar orelha da criança, também dói.

Então, se ninguém, quando adulto, quer sofrer esse tipo de agressão, por que fazer com uma criança que ainda está em desenvolvimento?

Temos de mudar essa visão que os pais têm de que essa lei vai interferir no lar. Não é isso que queremos. Queremos que os pais não percam a paciência e aprendam a educar os seus filhos sem maltratá-los.

Muito obrigada.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - O cartaz diz: "*Você pode perder*





*mais do que a sua paciência".*

**A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ** - É. Não se pode perder a paciência.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Vou passar a palavra para a Rosinha, rapidamente, para depois encerrar.

**A SRA. DEPUTADA ROSINHA DA ADEFAL** - Um minuto apenas.

Primeiro, eu quero me desculpar pelo atraso. Fiz uma pequena cirurgia na boca dente hoje pela manhã, em Maceió, e não tive como estar antes em Brasília. Vim direto do aeroporto para a Câmara.

Mas queria usar a palavra para falar duas coisas. Acabei de vir da reunião de uma audiência pública da Comissão de Direitos Humanos sobre o direito do idoso. Eu nem estava com a pauta, por conta dessa cirurgia, da reunião de hoje desta Comissão de Especial.

Vejam como vivemos um paradoxo: estamos discutindo a questão do idoso, uma população que não é pequena e que também não está recebendo o cuidado necessários de nossa parte, os adultos que não estão ainda naquela faixa etária. E a mesma coisa fazemos com as nossas crianças.

Que País é este que estamos construindo, que não olha para a criança e não olha para o idoso, que acha que a juventude vai ser eterna, imortal?

Então, minha palavra era só para deixar essa reflexão, porque, com certeza, nós precisamos - já temos tantas leis, o ECA já tem tantos aniversários de criação - tirar tudo do papel e tornar realidade.

Obrigada.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - E hoje a Constituição, que fala de dignidade humana, faz aniversário. É como se a criança ainda não fosse sujeito e o idoso já não fosse mais.

Eu queria, mais uma vez, agradecer as palestrantes - Marilúcia, Eliane Araque e Perla - a presença nesta Comissão, assim como à Relatora. Tivemos mais um dia com excelentes discussões e reflexões.

Relembro que dia 14, às 14 horas, na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, vamos realizar uma audiência pública, por proposta de autoria da Deputada Liliam Sá. Os Parlamentares e as Parlamentares que quiserem participar devem procurar a Secretaria desta Comissão Especial.

Lembro ainda que, no próximo dia 18, às 14h30min, em plenário a ser definido, vamos continuar as nossas audiências públicas, agora com a palavra dos especialistas e, em seguida, do Governo. Depois, vamos fazer os fatos e versões, que é a palavra dos meninos e meninas, com seus depoimentos, suas dores e



suas alegrias.

Com estas palavras, declaro encerrada a presente reunião de audiência pública.

---

Documento 6/12

---

1695/11  
PLENÁRIO PRINCIPAL - CD

Sessão  
SEMINÁRIO

14/10/2011  
10:00

---

### *Sumário*

Discussão sobre o Projeto de Lei nº 7.672, de 2010, do Poder Executivo Federal, que altera a Lei nº 8.069, de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados sem o uso de castigos corporais ou de tratamento cruel ou degradante.

---

## DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

### NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

#### TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

#### *Versão para registro histórico*

#### *Não passível de alteração*

COMISSÃO ESPECIAL - PL 7672/10 - EDUCAÇÃO SEM USO CASTIGOS  
CORPORAL  
EVENTO: Debate Público Nº: 1695/11 DATA: 14/10/2011 INÍCIO:  
10h00min TÉRMINO: 13h32min DURAÇÃO: 03h31min TEMPO DE GRAVAÇÃO:  
03h31min PÁGINAS: 64 QUARTOS: 43

#### DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

EVELYN EISENSTEIN - Médica pediatra e clínica de adolescentes, professora-adjunta da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. ANGÉLICA MOURA GOULART - Secretária-Executiva da Rede Não Bata Eduque e da Fundação Xuxa Meneghel. CARLOS NICODEMOS - Diretor-Executivo do Projeto Legal e representante do CONANDA. EUFRÁSIA MARIA DAS VIRGENS - Coordenadora de Defesa dos Direitos da



Criança e do Adolescente, Defensora pública. RENATA CRISTINA CASSIANO DOS ANJOS - Representante da *Rede Não Bata, Eduque* e da *Fundação Xuxa Meneghel*. DORACY ANACLETA - Assistente social das instituições São Domingos Sávio e REMER. LILIAN BASTOS - Vice-Presidente do Projeto Rondon. MARCELO VALLE - Pastor e educador. BIELLE ELIZABETH GOMES REZENDE - Professora do Colégio Estadual Professora Sônia Regina, em Brás de Pina. ROSEMARY CAETANO - Gerente do Programa de Combate aos Maus-Tratos da Fundação para a Infância e o Adolescente. JUAREZ MARÇAL DA SILVA FILHO - Conselheiro Tutelar do Centro. MARIA ANGÉLICA NOGUEIRA - Representante da Secretaria Municipal de Saúde. RODRIGO COELHO DA SILVA - Conselheiro Tutelar de Bangu.

**SUMÁRIO:** Discussão sobre o Projeto de Lei nº 7.672, de 2010, do Poder Executivo Federal, que altera a Lei nº 8.069, de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados sem o uso de castigos corporais ou de tratamento cruel ou degradante.

#### **OBSERVAÇÕES**

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis. Reunião externa realizada na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Houve exibição musical.

**O SR. COORDENADOR** (Tio Carlos) - Senhoras e senhores, boa tarde.

Nos termos do Precedente Regimental nº 43 de 2007, persistindo a falta de *quorum* para abrir os trabalhos, declaro que não haverá a audiência pública da Comissão Permanente dos Direitos da Criança e do Adolescente na Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

A Comissão é composta pelos Exmos. Srs. Vereadores Tio Carlos, que sou eu, Presidente; Carlinhos Mecânico, Vice-Presidente, e Dr. Eduardo Moura, Vogal. O Vereador Carlinhos Mecânico, aliás, encaminhou ofício em que informa que, infelizmente, não poderia estar presente, porque já havia assumido alguns compromissos anteriormente. De qualquer forma, posso dizer aos presentes que são dois companheiros comprometidos com a causa da defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Então, vamos transformar o que seria uma audiência pública em um debate sob a minha presidência, Vereador Tio Carlos.

Declaro aberto o debate público solicitado pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados destinada a analisar e discutir o Projeto de Lei nº 7.672, de 2010,



do Poder Executivo Federal, que altera a Lei nº 8.069, de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados sem o uso de castigos corporais ou de tratamento cruel ou degradante.

Solicito ao cerimonial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro que conduza à Mesa Diretora as autoridades que irão constituí-la:

Exma. Sra. Deputada Federal Érika Kokay, Presidente da Comissão Especial de Educação sem Uso de Castigos Corporais, da Câmara dos Deputados. (*palmas.*); Exma. Sra. Deputada Federal Liliam Sá, Vice-Presidente da Comissão (*palmas.*); Exma. Sra. Deputada Federal Teresa Surita, Relatora da Comissão (*palmas.*); Exma. Sra. Coordenadora de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, defensora pública Eufrásia Maria das Virgens (*palmas*); Sr. Diretor-Executivo do Projeto Legal, Carlos Nicodemos, representante do CONANDA (*palmas*); Profa. Dra. Evelyn Eisenstein, médica pediatra e clínica de adolescentes, professora-adjunta da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e representante do Brasil na International Society for Prevention of Child Abuse and Neglect (*palmas.*); Sra. Secretária-Executiva da Rede Não Bata, Eduque, da Fundação Xuxa Meneghel, Angélica Goulart (*palmas.*); Exmo. Sr. Deputado Federal Antônio Roberto (*palmas.*); e Exmo. Sr. Deputado Federal José Stédile. (*Palmas.*)

Quero dizer que esta Casa se sente honrada com a presença de todos.

Nós aqui iremos debater, e, de uma forma especial, eu hoje me proponho a escutar. Recebi a solicitação da nobre companheira, hoje Deputada Federal, mas que esteve nesta Câmara Municipal. Aliás, ela desenvolveu um trabalho brilhante, inclusive à frente da Comissão que hoje presido, a então Vereadora Liliam Sá, hoje Deputada Federal, uma companheira. Tenho certeza absoluta de que em Brasília as nossas crianças têm uma representação muito especial.

Deputada Liliam Sá, é com muita alegria que esta Casa, em especial esta Comissão, recebe a senhora de volta aqui hoje, assim como os demais companheiros Deputados Federais.

Enquanto estão preparando a lista de presença, quero dizer que tenho 48 anos de idade, vim para esta Casa depois de atuar 30 anos com jovens e crianças, com a obrigação de lutar muito pelas nossas crianças. A minha causa está muito ligada à educação.

Então, quero dizer a todos os senhores e a todas as senhoras que vamos ouvir com muito carinho as ponderações feitas pelas Deputadas e pelos Deputados Federais.

Muito nos interessa que não haja mais crianças sendo agredidas. As pessoas têm de entender que não é por ser o pai ou por ser a mãe que podemos tolerar as agressões. Então, nós vamos, de forma muito especial e propositiva, ouvir com muito carinho tudo o que vai ser dito aqui.



Antes de registrar a presença dos convidados, enquanto estamos elaborando a lista, quero anunciar a apresentação do Coral. Estou vendo todos ali arrumadinhos. Quero ver esses talentos cantando para nós. Está na hora da apresentação do nosso Coral. *(Pausa.)*

Agora chamo o Coral do Colégio Adventista do Rio de Janeiro para cantar a música *Minha Pequena Luz*, sob a regência da maestrina Cinthia Coutinho Rosa.

*(Apresentação do Coral do Colégio Adventista do Rio de Janeiro.)*

**O SR. COORDENADOR** (Tio Carlos) - Que *show!* Vamos bater palmas, galera! Parabéns ao Coral do Colégio Adventista! Muito obrigado. Foi lindo! Vamos lá. Parabéns à maestrina Cinthia Coutinho. Muito obrigado.

Agora eu vou passar a Presidência a Exma. Sra. Deputada Federal Érika Kokay, para que possa presidir esta audiência. Na verdade, este debate público.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Érika Kokay) - Eu quero desejar uma boa tarde a cada uma e cada um de vocês. Boa tarde!

**CRIANÇAS** - Boa tarde!

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Érika Kokay) - Quero dizer que é muito bom começarmos esta audiência pública escutando o Coral da Escola Adventista, porque nos lembra exatamente da necessidade de preservarmos a condição de toda criança de ser simplesmente criança.

Muito obrigada ao Coral, por abrir esta audiência pública.

Nós estamos aqui por conta de um requerimento de iniciativa da Deputada Liliam Sá, que é do Rio de Janeiro e é a 1ª Vice-Presidente da Comissão Especial que discute o projeto por meio do qual queremos assegurar um marco legal a partir do qual todas as crianças e adolescentes tenham o direito de viver sem castigos corporais e tratamentos cruéis e degradantes.

Gostaria de agradecer imensamente ao Presidente desta Casa, Vereador Jorge Felipe, a generosidade de nos ceder o espaço para que possamos realizar esta audiência pública, iniciativa, como já foi dito, da Deputada Liliam Sá, que quis trazer esta discussão para a cidade do Rio de Janeiro, particularmente para a Câmara Municipal.

Portanto, nossos agradecimentos ao Presidente Jorge Felipe. Nossos agradecimentos muito especiais ao Vereador Tio Carlos, que abriu esta reunião de audiência pública e preside a Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente nesta Casa legislativa. Mais uma vez, nossos agradecimentos muito especiais à Deputada Liliam Sá, que nos trouxe aqui para que pudéssemos fazer esta discussão nesta cidade, sem nenhuma dúvida, maravilhosa.

Esta discussão faz parte de uma série de audiências públicas da Comissão





Especial. Nós já fizemos audiências públicas para escutar os conselhos de direitos e a sociedade civil, estamos fazendo esta na cidade do Rio de Janeiro e ainda faremos uma audiência pública para escutar os especialistas e o Governo sobre a necessidade de termos políticas públicas que assegurem a toda criança e a todo adolescente o direito de viver sem castigos corporais.

Ditas essas palavras e antes de passar a palavra aos componentes da Mesa, gostaria de explicitar os procedimentos que adotaremos nesta audiência pública, previstos no Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Concederemos aos componentes da Mesa o prazo de 10 a 15 minutos para fazerem as suas exposições. Em seguida, vamos abrir a palavra às pessoas que queiram se posicionar, manifestar-se, perguntar, enfim, que queiram fazer ponderações.

Nós temos nesta Comissão Especial, para avaliação deste projeto, uma Relatora, a Deputada Teresa Surita, que, a qualquer momento e pelo tempo que desejar, fará as perguntas necessárias e as ponderações que achar por bem, a fim de colher subsídios para a elaboração do parecer que esta Comissão analisará.

Esta Comissão tem caráter terminativo. Ela vai analisar e oferecer parecer ao projeto. Nós pretendemos fazê-lo até o dia 6 de dezembro. Em seguida, caso seja aprovado, esse projeto será encaminhado diretamente ao Senado. A Comissão Especial vai englobar os seus olhares às diversas Comissões que teriam de posicionar-se acerca deste projeto de lei.

Desejando uma boa discussão a todas e todos, uma boa reunião de audiência pública, passarei a palavra à Dra. Evelyn Eisenstein, médica pediatra e clínica de adolescentes, professora adjunta da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. É um prazer imenso tê-la aqui neste momento.

Concedo a palavra à Dra. Evelyn, para que possamos iniciar as discussões.

**A SRA. EVELYN EISENSTEIN** - Boa tarde a todo mundo.

**CRIANÇAS** - Boa tarde!

**A SRA. EVELYN EISENSTEIN** - Eu ouvi vocês cantarem sobre a luz que precisa brilhar e, como médica pediatra que cuida de crianças e adolescentes, concordo com vocês: a luz precisa brilhar e, por isso, nós temos que acender a luz, manter a energia dessa luz, nunca deixar essa luz apagar. É por isso que estou aqui falando com vocês como pediatra.

Uma pediatra é uma médica que cuida de crianças e adolescentes e que quer ver a luz brilhar. Quando falamos "luz brilhar", é o que nós chamamos de potencial humano, o potencial de qualquer criança e adolescente.

O que uma criança e um adolescente fazem? Mesmo sem fazerem nada, já estão



fazendo uma coisa da maior importância, que chamamos de crescimento. Estão crescendo, estão desenvolvendo, estão virando cidadãos de uma pátria, porque pessoas já são. Nós precisamos deles para o crescimento de todo o País. E eu não quero que a luz se apague.

Então, como pediatra, quando cuidamos de crianças e adolescentes, temos que garantir ou assegurar os direitos de qualquer criança e adolescente. Há mais de 50 anos esses direitos já existem. Já há quatro ou cinco gerações de crianças e adolescentes esses direitos já existem. Foram compromissos afirmados internacionalmente e ratificados pelo Brasil, pela Convenção de Direitos da Criança e pelo nosso Estatuto da Criança e Adolescente, que também já faz mais de 20 anos.

Tudo isso já está inscrito. E não é sobre isso que eu quero falar, porque já está assegurado em lei. O que eu quero falar é o que não se fala, ou aquele silêncio que não vem à tona, ou que, às vezes, só vem à tona quando fazemos uma consulta. E aí vemos uma criança com a marca de uma agressão. Uma marca que chamo de castigo ou castigo corporal, e o que nós chamamos, na parte de diagnóstico, de abuso físico.

Toda criança sabe o que é uma dor, uma dor de um machucado. Não só de um machucado no corpo, mas um machucado naquilo que sentimos na cabeça, a parte emocional, ou aquilo que sentimos no que se chama alma, ou na nossa parte espiritual.

Como pode um pai, ou uma mãe, ou um professor, ou um inspetor, ou mesmo um médico, ou mesmo um juiz, ou mesmo um Deputado, ou mesmo qualquer adulto bater numa criança? Bater numa criança é uma covardia, porque é uma troca de forças que eu chamo assimétricas. Qualquer adulto é maior do que uma criança. Uma criança, quando está numa fase de crescimento e desenvolvimento - isso leva pelo menos 20 anos -, é fisicamente menor do que um adulto.

Então, em termos de uma questão de balanceamento de forças, qualquer criança deveria só ser protegida. E por que um adulto bate numa criança? Qualquer adulto, quando bate numa criança, antes de mais nada, está errado. Porque ele não soube conversar com essa criança, não soube dialogar, não soube compreender; ele quer tentar controlar essa criança.

Uma palavra muito distorcida na mídia é a chamada "disciplina". O que é disciplina? É você fazer o que eu quero que faça? Ou você fazer aquilo que quer, pode e é permitido? Essas regras têm que ficar extremamente claras. Imagino que qualquer criança que vai atravessar a rua sabe que vai ter de olhar se o sinal está verde ou vermelho. Se essa criança não sabe atravessar a rua, não sabe o significado dos sinais, cabe a mim, adulto, ensiná-la.

Então, o que queremos cada vez mais dizer neste País é que todas as crianças têm direito à vida, à saúde - e quando falamos em saúde, não se trata de doença. Uma ferida num corpo ou uma ferida emocional vai causar o que nós médicos chamamos de trauma, e isso vai repercutir o resto da vida dessa criança, até se



tornar um adulto e aí sim começar a ter mais problemas. Sabemos o tempo todo de cidadãos que fogem às regras, que abusam de drogas e de álcool, porque têm uma dor emocional. E há aqueles que terminam em prisões, trazendo mais problemas para o País.

Sou médica pediatra e aqui estou representando não só a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, onde trabalho, mas uma instituição internacional que trabalha para a prevenção do abuso de crianças e adolescentes no mundo inteiro, em mais de 140 países. Nesses países, fazem-se campanhas contra o castigo corporal. Esse é um detalhe de uma lei maior.

O Estatuto da Criança e do Adolescente faltou tratar, em seus artigos, do castigo corporal. Há 20 anos, nós não falávamos sobre isso. Todo esse tema era encoberto pelo silêncio, e hoje em dia esse silêncio acabou. Existe o número do Disque-Denúncia e todo mundo o conhece. Todas as crianças também deveriam conhecer o número 100, do Disque-Denúncia. Qualquer um pode pegar o telefone e denunciar um abuso que esteja acontecendo.

Coloco-me à disposição para dúvidas de qualquer pessoa ou criança a respeito da questão do abuso físico, corporal, emocional, psicológico ou sexual. Quem quiser, depois, poderemos debater mais essa questão do Estatuto da Criança e do Adolescente e das modificações dos arts. 17 e 70, para incluir justamente o castigo corporal e o tratamento cruel e degradante, que nenhuma criança merece.

Nós não queremos apagar a luz. Queremos que as luzes brilhem e que iluminem o nosso País.

Obrigada. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Érika Kokay) - Agradeço à Dra. Evelyn as considerações.

Nós estamos aqui para discutir, em audiência pública, a Lei nº 7.672, de 2010, que dará a toda a criança e adolescente o direito de viver sem castigos corporais e sem tratamento cruel ou degradante. Ou seja, resgata aquilo que já está no Estatuto da Criança e do Adolescente, que diz que toda criança e todo adolescente são sujeitos de direito. Resgata a condição humana de crianças e adolescentes.

Para dar continuidade à nossa discussão, gostaria de chamar, para fazer uso da palavra, a Sra. Secretária-Executiva da Rede Não Bata Eduque e da Fundação Xuxa Meneghel, Angelica Moura Goulart.

**A SRA. ANGELICA MOURA GOULART** - Boa tarde a todos.

**CRIANÇAS** - Boa tarde!

**A SRA. ANGELICA MOURA GOULART** - É muito bom ter vocês aqui, porque,



na verdade, todos nós...

Primeiro, eu queria agradecer ao Presidente da Casa, aos Vereadores presentes, às Deputadas Érika, Liliam e Teresa Surita, pelo empenho que vêm tendo. Elas vêm trabalhando muito. Vocês não têm ideia do quanto elas estão trabalhando para colocar em votação, em aprovação, essa lei que defende todas as crianças brasileiras de qualquer tipo de violência que viole a integridade física delas, ou seja, um soco, um pontapé, um beliscão, um tapa, uma chacoalhada, e dizer que não pode mais fazer isso com as crianças.

Nós estamos aqui para conversar com vocês sobre esse projeto de lei. Muitas pessoas no Brasil estão trabalhando por esse projeto de lei. Muitas pessoas estão acreditando que é possível educar as crianças sem uso do castigo corporal, sem uso do castigo físico, mas pelo diálogo, pela palavra, pelo conhecimento, pelo entendimento, pelo respeito.

Nicodemos, obrigada pela sua participação aqui.

Então, eu acredito, que vou começar tocando em uns pontos que são os mais difíceis. Nós não estamos propondo uma lei outra. Todo mundo diz assim: *"Mais uma lei? Pra que mais uma lei?"* Não é uma lei outra. É uma lei dentro do Estatuto da Criança e do Adolescente, que já existe. Quem conhece o Estatuto das Criança e do Adolescente levante as mãos. *(Pausa.)* Só vocês?! Precisamos ir lá, pessoal! Renata, olha aí quanto trabalho!

O Estatuto já existe, já protege as crianças, já tem uma série de garantias dos direitos, mas, nessa questão do castigo corporal, ele não toca.

Como a Dra. Evelyn disse, ele faz um silêncio! Sabe aquela coisa que dissemos: *"Passa um fecho e cler na boquinha; boca de siri."* O Estatuto não fala na questão de que não pode bater nas crianças. E, quando apresentamos essa lei, em que as Deputadas estão trabalhando muito por ela, não estamos falando da relação de pai com o filho, de professor com aluno, não estamos falando do agente de segurança com a criança, estamos falando do adulto e da criança, estamos dizendo que os adultos não podem bater nas crianças, os adultos não podem humilhar as crianças, os adultos não podem colocar a criança numa situação de humilhação. É disso que nós estamos falando.

Agora, por acaso, o papai e a mamãe das crianças são adultos; por acaso, o professor é um adulto; por acaso, aquelas pessoas que cuidam das crianças, tomando conta da educação das crianças, vigiando as crianças nas instituições são adultas. Então, nós estamos dizendo que os adultos não podem bater nas crianças.

Por quê? Por que será? Porque ninguém pode bater em ninguém na sociedade. Imaginem que eu agora vou brigar com a Deputada Teresa Surita e vou dar um tapa na Deputada Teresa Surita! Está certo isso?

**CRIANÇAS** - Não!



**A SRA. ANGELICA MOURA GOULART** - Ela vai ficar zangada? Será que ela vai ficar zangada se eu puxar a orelha dela e disser: *"Ô, Teresa, para de falar essas bobagens?"* Será que ela vai ficar aborrecida?

**CRIANÇAS** - Vai!

**A SRA. ANGELICA MOURA GOULART** - Mais que isso, ela pode ficar muito aborrecida comigo. Ela pode sair daqui diretamente para uma delegacia e dizer que eu a agredi, que eu não podia ter feito isso. Ela vai me responsabilizar por aquele ato. Portanto, a lei está dizendo que agora é tempo de as crianças também terem proteção. Está dizendo que as crianças também não podem apanhar.

As crianças não vão para a delegacia, mas, se isso acontecer, todas as pessoas que trabalham para cuidar das crianças e proteger seus direitos vão se mobilizar para atender tanto a criança que apanhou quanto a família que ainda não aprendeu - vou usar esses verbos - a educar, a disciplinar, a corrigir, a cuidar sem o uso da violência. Então, nós estamos aqui para dizer que é possível.

Há quem diga: *"Ah, eu apanhei do meu pai e da minha mãe e olhe que pessoa boa eu me tornei! Olhe que pessoa boa eu sou!"* Como vamos saber se ela não poderia ser uma pessoa melhor? Eu não sei. Eu acredito que ela seja uma pessoa boa, mas poderia até ser uma pessoa melhor se não tivesse apanhado. E quantas pessoas dizem: *"Se eu não bater, amanhã a polícia vai bater"*. Será? Será? Quantas pessoas não apanharam e realmente não tiveram problemas de falta de limite?

O que está se falando aqui não é que a criança não tenha de ter os seus deveres, que não tenha de obedecer, não tenha de cumprir suas obrigações, mas está se falando que a criança precisa ser educada e protegida de forma diferente, por meio do diálogo, da conversa, da compreensão. E isso é possível.

Estou começando por pontos polêmicos. Outra coisa muito comum é quando dizem: *"O filho é meu, e eu faço com ele o que quiser"*. Há aí a ideia de que a criança é uma propriedade, uma coisa. *"O professor não pode bater no meu filho. Mesmo que a criança faça a malcriação mais absurda, ele vai ter que educar o meu filho de um outro jeito. Mas eu posso bater"*. Então, esse é o sentimento de que temos a propriedade dos nossos filhos? Não, nós temos a responsabilidade, mas não a propriedade. E nós, em nome dessa propriedade, desse direito...

Olha que engraçado: há adultos que querem, reivindicam e brigam pelo direito de bater nas suas crianças. Eu acho isso muito engraçado. Deputada, é muito triste mesmo que os adultos reivindiquem, briguem e fiquem zangados, porque há uma lei que vai proteger as crianças.

Daqui a alguns anos, pensaremos assim: *"Não, aquilo não aconteceu. Aquilo é coisa do passado. Como tantas outras situações na nossa sociedade"*.

Outro ponto que enfatizam: *"O Estado não pode se meter na educação que eu*





*dou para o meu filho. Dentro de casa, quem manda sou eu, e o Estado está invadindo a vida privada da minha família".* Nós fazemos a mesma afirmação em relação à Lei Maria da Penha? *(Pausa.)* O Estado não tem de proteger as mulheres para que não apanhem dos homens? Ele entra na casa das famílias e diz para o marido ou para o companheiro: *"Você não pode bater na sua mulher. Senão, vai pagar por isso".* Não é assim? Então, por que com a criança é invasão de privacidade? Portanto, eu também, na qualidade de mulher, mãe, professora, educadora, assistente social, convoco nós mulheres que aprendemos muito a respeito disso durante a nossa trajetória histórica, para agora voltarmos os nossos olhares para as nossas crianças e as protegemos de qualquer violação. Isso é uma coisa nossa, de quem cuida. Existem muitos homens, pais, adultos também responsáveis, mas, a meu ver, nós mulheres estamos prontas, preparadas, com experiência histórica para liderar esse movimento com as crianças que também têm o direito de dizer do seu sentimento em relação a tudo isso.

Como há muitos para falar, vou deixar as outras perguntas para o debate. Nós estamos aqui defendendo esse projeto de lei que defende o direito de as crianças viverem, crescerem e serem educadas sem o uso de violência. E muito mais do que isso: estamos aqui com a certeza de que estamos contribuindo para uma mudança importante na nossa sociedade para transformar todas as relações deste País, dentro de casa, nas escolas, no trabalho, para termos pessoas que respeitem o outro não porque ele é menor ou fisicamente ou simbolicamente, mas porque vê o outro como um igual.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Érika Kokay) - Obrigada, Angelica.

Eu gostaria de anunciar e agradecer pela presença à Sra. Jurema Batista, que foi Deputada Estadual, Vereadora e hoje é Gerente de Segurança Alimentar e Nutricional da Prefeitura do Estado do Rio de Janeiro; à Sra. Rosemary Caetano, Gerente do Programa de Combate aos Maus-Tratos da Fundação para a Infância e o Adolescente; aos alunos do Colégio Adventista da Praça da Bandeira, que tem como Coordenadora Pedagógica a Profa. Francilene Froés Prado Gonçalves; à Vice-Presidenta do Projeto Rondon do Estado do Rio de Janeiro, Lilian Lourenço Bastos; à Sra. Otilia Pimenta Azevedo, representando a Secretaria de Estado de Saúde, que é enfermeira e sanitarista; à Sra. Cristiane Santana, que representa a Subsecretária de Proteção Especial da Secretaria Municipal de Assistência Social, Mônica Blum; à Sra. Eliane Gomes da Cunha, Presidente da Associação dos Conselheiros Tutelares do Rio de Janeiro; e aos alunos da Escola Municipal Francisco Frias da Mesquita, que tem como Diretora Sandra Maia Coutinho dos Santos. Um abraço muito grande para vocês alunos da Escola Municipal.

Passo a palavra, neste momento, ao Sr. Carlos Nicodemos, Diretor-Executivo do Projeto Legal e representante do CONANDA.

**O SR. CARLOS NICODEMOS** - Boa tarde a todas e todos.



**CRIANÇAS** - Boa tarde!

**O SR. CARLOS NICODEMOS** - Vou falar de pé para ver se conseguem me enxergar um pouquinho.

Quero cumprimentar inicialmente o Vereador Presidente da Comissão Permanente dos Direitos da Criança e do Adolescente desta Casa, Tio Carlos. Tenho testemunhado o seu empenho no desenvolvimento da agenda para os direitos da criança e do adolescente na cidade do Rio de Janeiro. Saúdo com muito afeto desta cidade os Deputados Federais, a Presidente da Comissão Especial da Câmara Federal para discutir o Projeto nº 7.672, Deputada companheira Érika Kokay. Cumprimento a Deputada Federal Liliam Sá, companheira que tem dedicado o seu mandato à causa da criança e do adolescente; a Deputada Teresa Surita pela presença; os Deputados Antônio Roberto e Jose Stédile; a companheira Eufrásia, Defensora Pública, figura presente e marcante nas trincheiras de luta dos direitos da criança e do adolescente; e a companheira Angelica, que lidera esse tema na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, quiçá no Brasil.

Sra. Presidenta, senhoras e senhores, quero dizer da importância deste ato para todos nós que estamos no desenvolvimento da agenda dos direitos da criança e do adolescente. Sem sombra de dúvida, tenho dito que o tempo do Estatuto da Criança e do Adolescente é o do processo de redemocratização do Estado brasileiro. Nós saímos, em 1985, de um Estado de exceção; em 1988 editamos a Constituição, em 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente, alçando-a à condição de sujeito de direitos, de cidadania, que merece ser respeitada na sua integridade física e psíquica.

Nesse sentido, não é demais relatar que o capítulo que trata da questão do educar e não castigar é contemporâneo da agenda dos direitos da criança e do adolescente, que tem nos exigido acima de tudo a criação de fundamentos que levem para o seu devido espaço este debate.

Angelica pontuou aqui muito bem. Há um entendimento ainda muito privatista da questão de que pode ser uma ameaça à condição daquilo que a Constituição consagrou e as leis, como o Código Civil e o próprio Estatuto, que é o pátrio poder, ou seja, o exercício do poder familiar, melhor falando. Esse poder familiar, na verdade, não tem um direito de proteger, mas um dever de proteger a criança e o adolescente e alçar esse debate ao espaço da família, a reflexão sobre o exercício do poder familiar num conceito de família extensiva, colocando a criança e o adolescente no epicentro dessa ação de proteção, o que, sem sombra de dúvida, é o maior desafio.

Eu participava hoje de manhã do Comitê Estadual para a Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro. Sou membro desse Comitê. Fiquei desde às 9 até agora, 13 horas, discutindo ações do Estado do Rio de Janeiro em relação à tortura, aos maus-tratos às pessoas privadas de liberdade e "linko" imediatamente neste ato, neste evento que diz respeito à questão do tratamento à criança e ao adolescente, do castigo corporal, do tratamento cruel no exercício do poder



familiar.

Quero destacar, sem sombra de dúvida, que o maior desafio desse projeto de lei é dar o passo seguinte, para além da edição da lei que vai estabelecer os parâmetros de ação ou de compreensão da sociedade a respeito do educar e não castigar. Estão colocadas questões que, do meu ponto de vista, são grandes desafios nesse segundo momento do chamado processo de redemocratização do Estado brasileiro, que é a questão cultural, a questão das políticas públicas que possam efetivamente romper o silêncio e levar para os seus espaços estratégicos essa compreensão do chamado dever de proteção não só de pai e mãe, mas de todo aquele que tem uma criança e um adolescente na sua frente e sob o dever de vigilância e guarda.

Nesse sentido, o grande desafio neste momento é reunir as compreensões e as forças políticas da sociedade junto com os nossos representantes do Congresso Nacional, da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, para alinhar as ações relativas à edição de um projeto de lei, de ações culturais, de campanhas e, acima de tudo, de políticas públicas que possam levar esse dever de proteção para todos os espaços da sociedade.

Muito obrigado. Bom trabalho a todos e a todas. Que possamos sair daqui com encaminhamentos objetivos que levem à proteção da criança e do adolescente. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Érika Kokay) - Muito obrigada, Sr. Carlos Nicodemos.

Gostaria de registrar a presença das Sras. Cristiane Silva Fontes, Maria Cristina Salomão Almeida, Lucimar, Elma Maria da Silva de Aleluia, Milena Oliveira, Otilia Pimenta Azevedo, do Sr. Juarez Marçal Filho, das Sras. Maria Euclides; Doraci Anacleto; Maria Gomes Pitombeira; Roseana Moreto; Cláudia Melo Gabriel; José Trambolini; Vilma Figueiredo; Eclécia Alves da Silva; Maria Angélica, que aqui está conosco à Mesa; Cristina Santana; e Danielle Scotellaro.

Gostaria, neste momento, de dizer que nós vamos ter o prazer de mais uma vez escutar o Coral do Colégio Adventista, que agora nos brindará com a música *Terra Azul*. Com vocês, portanto, o Coral do Colégio Adventista.

(*Exibição musical.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Érika Kokay) - Queremos, mais uma vez, agradecer ao Coral do Colégio Adventista, que nos brindou com uma música muito bela. Aperte a mão do seu amigo. Apertemos todos as nossas mãos em defesa das nossas crianças e dos nossos adolescentes! (*Palmas.*)

Passo a palavra, neste momento, à Exma. Sra. Eufrásia Maria das Virgens, Coordenadora de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, defensora pública.



**A SRA. EUFRÁSIA MARIA DAS VIRGENS** - Boa tarde a todos.

Quero, inicialmente, fazer uma correção: eu não sou coordenadora de defesa dos direitos da criança da Defensoria; eu sou Subcoordenadora do Sistema Protetivo. A coordenadora é uma colega, defensora pública, Dra. Karen Santiago, que não pôde estar aqui porque está em outro compromisso, na Defensoria, que ela já havia assumido antes.

Quero cumprimentar todas as crianças aqui presentes; todas as pessoas aqui, em defesa dos direitos de crianças e adolescentes; em especial o Presidente da Comissão da Criança da Câmara Municipal, tio Carlos; as Deputadas Érika Kokay, Liliam Sá e Teresa Surita; os Deputados Antonio Roberto e José Stédile; Carlos Nicodemos, que também tem sido um defensor incansável dos direitos da criança e adolescente, representando aqui o CONANDA; a Profa. Evelyn, que também nos deu importante contribuição para esse debate; e a Angélica Goulart.

É importante a gente, neste debate, dizer que a questão é suprapartidária; que os Deputados que estão aqui presentes são de partidos políticos diferentes, mas que somam esforços nesta causa, na defesa desse projeto de lei. Acho que é importante a gente destacar isso.

A Defensoria Pública tem-se colocado ao lado de todos os órgãos, de todas as causas de defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Por isso, em 2001, foi criada essa Coordenadoria de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, da qual faço parte. E sou Subcoordenadora do Sistema Protetivo, no qual temos um atendimento já mais tradicional no sistema socioeducativo, no atendimento aos adolescentes privados de liberdade. Entendemos necessária também a defesa dos direitos de crianças e adolescentes que sofrem qualquer tipo de violência, seja física, seja sexual ou psicológica.

Temos participado do Comitê Estadual de Enfrentamento e Vigilância da questão da exploração sexual contra crianças, do Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. Com os Conselhos Tutelares, temos colocado a importância desse órgão fundamental (um órgão criado pelo Estatuto), o qual é incumbido pela sociedade de zelar pelos direitos da criança e do adolescente. Esses órgãos nem sempre são respeitados nos seus direitos, inclusive com relação à questão salarial, que está sendo uma questão colocada no Município do Rio de Janeiro, a qual foi objeto de uma reunião semana passada com a Defensoria Pública.

Gostaria de ressaltar, como já foi colocado pela Angélica e por Carlos Nicodemos, que o Brasil, do ponto de vista legislativo, está bastante avançado. Temos a Constituição de 1988 como marco da mudança de paradigma, passando a considerar criança e adolescente como sujeitos de direitos, e não mais como objeto, seja da tutela, seja da proteção, da caridade ou da repressão do Estado e da sociedade.

A Constituição de 1988 é pioneira ao consagrar que é dever da família, da sociedade e do Estado zelar pelos direitos da criança e do adolescente. E de



todos os direitos: direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, à liberdade, ao respeito, à condição de sujeito de direitos; e que, portanto, tem que ter a sua vontade ouvida e levada em consideração.

Esse é um avanço legislativo recente. Já estava prevista na Convenção o direito de toda a criança ser ouvida e ter sua opinião considerada nos assuntos que dizem respeito a ela. Mais recentemente, com a alteração legislativa de 2009, através da Lei nº 12.010, consta expressamente esse direito no Estatuto da Criança e do Adolescente. Entendo que esse projeto de lei representa um grande avanço ao considerar que a criança e o adolescente têm o direito a serem criados sem o uso de castigos físicos.

Tivemos, no Rio de Janeiro, em dezembro do ano passado, o Primeiro Simpósio Nacional de Direitos Humanos da Criança e Adolescente exatamente com o enfoque de entender que os direitos da criança e do adolescente são direitos humanos, que eles são pessoas, são sujeitos de direitos. Por serem crianças e adolescentes, eles não têm direitos diferenciados. Eles têm privilégio; eles têm direito a ser atendidos com prioridade absoluta. Mas o direito que eles têm são direitos de pessoa humana. E, nesse sentido, o direito de ser criado sem o uso da violência. Acho que esse é um importante avanço legislativo que implicará também a mudança cultural, porque a gente ainda vê muito essa questão.

O próprio Código Civil, acho que é importante, como a gente tem Deputados aqui de diferentes partidos, a gente discutir, porque o Código Civil ainda prevê como causa para a perda do poder familiar castigar *"imoderadamente"* (entre aspas) o filho. Então, acho que seria importante a gente também discutir um projeto de lei que modifique essa nomenclatura para *"cometa violência grave contra criança e adolescente para a perda do poder familiar"*. Porque a ideia de castigar imoderadamente pode trazer a noção de que é permitido castigar de forma moderada.

Então, acho, essa seria uma importante discussão para a gente colocar em outros projetos futuros, nessa Frente.

Foi apresentado nesse Simpósio Nacional pelo grande brasileiro, Paulo Sérgio Pinheiro, um relatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, estando ele, como consultor da Organização das Nações Unidas, escolhido para esse tema. E, nesse relatório, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos passou a adotar a definição proposta pelo Comitê dos Direitos da Criança, que, na *Observação Geral nº 8*, adotada em 2006, definiu castigo corporal ou físico como todo castigo em que se utilize a força física e que tenha por objetivo causar certo grau de dor ou mal-estar, ainda que seja leve.

Na maioria dos casos, trata-se de bater nas crianças com tapas, bofetadas, surras, com a mão ou com algum objeto, como chicote, vara, cinto, sapato, colher de pau, mas que também pode consistir, por exemplo, em se dar pontapés, sacudir, empurrar, arranhar, beliscar, morder, puxar os cabelos ou orelhas, obrigá-la e ficar em posição incômoda, produzir queimadura, obrigá-la a ingerir alimentos quentes e outros produtos. E o Comitê opina que o castigo corporal é





sempre degradante.

O Brasil, com esse projeto de lei, dá mais um passo para estar de acordo com o sistema interamericano, com a Corte Interamericana, que já aprovou a *Observação nº 8*, desde 2006, que foi adotada pela Comissão de Direitos Humanos, nessa definição de castigo físico e corporal.

Eu acho importante também nós nos desfazermos de alguns mitos que são divulgados, como se essa medida fosse implicar uma punição criminal, uma responsabilização criminal. Porque, na verdade, o projeto de lei traz previsão de medidas de proteção, de medidas educativas para os pais e para as pessoas que cuidam das crianças. Nesse sentido, destacamos a importância do projeto para proporcionar essa mudança cultural, eis que considerarmos que crianças são sujeitos de direitos e devem ser criadas e educadas sem o uso de castigo físico ou tratamento humilhante e degradante.

Nós deparamos com algumas agressões diárias. Vemos, quando andamos nas ruas, por exemplo, pessoas que puxam orelha de criança - e, nesse momento, não tem jeito, porque eu chego e falo. Um avô estava puxando a orelha de um menino, e eu lhe disse: *"O senhor não pode fazer isso. O senhor é o que dessa criança?"* Ele estava puxando a orelha do menino porque ele não queria trocar os chinelos e calçar um par de botas. Eu disse: *"Meu senhor, não precisa fazer isso; conversa com ele."* Estava um calor, e ele queria que o menino colocasse uma bota. *"O senhor não pode fazer isso, não."* Aí a pessoa já se assusta. Eu acho que temos de ter esta noção

Certa vez, na minha cidade, lá no interior da Bahia, eu estava andando na rua e uma criança mostrou a língua para a mãe. A mãe deu um tapa na boca da criança, que até sangrou. Naquele momento, eu disse a ela. *"A senhora sabia que não pode fazer isso? Por que a senhora não conversa com a criança?"* E ela: *"Ah, é mesmo! É verdade!"*

Se a gente traz para as pessoas a noção de que uma criança é uma pessoa que tem direitos, e que não pode ser agredidas... Pelo menos, nesse caso, essa mãe me falou assim: *"A partir de agora, eu vou conversar com ela."* São coisas que as pessoas vão fazendo no dia a dia, e não tem ninguém para falar que não pode, que a criança, na condição de pessoa humana em desenvolvimento, tem de ter tratamento especial de pessoa em desenvolvimento. Se queremos ensinar às crianças a não utilizar a violência, acho que devemos começar por educá-la sem castigo físico, sem humilhação ou outro tipo de crueldade. Com o exemplo nós educamos mais. Educamos mais com palavras do que utilizando a força física. Esse é o papel de todos nós.

Nós, defensores públicos, este ano, lançamos a Campanha Nacional *Crianças e Adolescentes - Primeiro!* pelos direitos das crianças e dos adolescentes, com uma cartilha feita pelo cartunista Ziraldo. Temos buscado participar de seminários, de simpósios. Ingressamos recentemente na Associação de Magistrados, Promotores e Defensores Públicos da Infância, no sentido de nos somarmos à luta diária pela defesa dos direitos da criança e do adolescente.



Eu queria mais uma vez agradecer à Comissão o convite à Defensoria Pública para participar deste importante debate. Gostaria de dizer ainda que a Defensoria Pública está à disposição de todos, como sempre esteve. Mais tarde, deixarei os nossos contatos aqui.

Muito obrigado a todos e um bom trabalho, para conseguirmos aprovar esse projeto de lei. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Érika Kokay) - Muito obrigada, Dra. Eufrásia, pela explanação.

Passo a palavra neste momento ao Exmo. Deputado Federal Antônio Roberto, do Partido Verde de Minas Gerais.

**O SR. DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO** - Inicialmente, gostaria de cumprimentar o Tio Carlos, Presidente da Comissão Permanente dos Direitos da Criança e do Adolescente da Câmara. Na pessoa dele e na pessoa da Presidente da Comissão Especial, Deputada Érika Kokay, cumprimento todas as personalidades aqui presentes, as crianças e demais pessoas que aqui compareceram.

Eu acredito que nós temos uma grande luta pela frente no que se refere a esse projeto, porque as pessoas não têm muita consciência da gravidade que é bater em qualquer pessoa, sobretudo em pessoa desprotegida como a criança. Então, há que se aumentar a consciência disso. Eu queria então fazer algumas reflexões para termos força e consciência disso e podermos passar essa verdade para outras pessoas. É impensável que até hoje ainda se discute se devemos ou não maltratar alguém, principalmente uma criança!

Eu fui relator do Estatuto da Igualdade Racial, que é da mesma natureza. Pois pela cor uma pessoa pode ser maltratada e humilhada. A questão é da mesma natureza que a do homem que maltrata a mulher, porque o homem, tido como forte - o que não é verdade -, achava que podia bater na mulher. Então veio a Lei Maria da Penha. Da mesma natureza era também a escravidão, porque então alguém achava que era dono de outro alguém. O poeta Gibran Khalil Gibran fez uma poesia muito bonita:

*"Vossos filhos não são vossos filhos.*

*São os filhos e as filhas da ânsia da vida por si mesma.*

*Vêm através de vós, mas não de vós.*

*E embora vivam convosco, não vos pertencem.*

*Podeis outorgar-lhes vosso amor, mas não vossos pensamentos,*

*Porque eles têm seus próprios pensamentos."*



Nós vivemos numa sociedade muito ciumenta, muito possessiva, muito metida a dona. O marido acha que é dono da mulher; o pai e a mãe acham que são donos dos filhos; o patrão acha que é dono dos empregados; governos se acham donos do povo. E, na verdade, ninguém é de ninguém.

Então, qual é o problema de tratar bem uma criança ou qualquer pessoa? Vocês sabiam que bater em um cachorro na rua é crime? E por que ainda permitir que se bata numa pessoa humana que é uma semente desabrochando, que é o caso da criança e do adolescente? É impensável essa ideia! Mas por que isso ocorre? Porque temos isso por uma tradição. O mundo sempre foi muito autoritário. A relação do trabalho era a do patrão com o chicote na mão, era a do feitor batendo nos empregados. Nós todos fomos criados com palmadas, com castigos, com humilhações, e continuam achando que deve ser assim. Na verdade, isso é uma distorção muito grande. E eu pergunto: por que é importante amar a outra pessoa, amar o corpo dela, ter respeito à dignidade das pessoas? Por uma coisa muito simples: o único objetivo da nossa vida é o de ser feliz. Para qualquer um de nós, o único objetivo é ser feliz, e a felicidade humana começa com a autoestima. Se você não se ama, se você não ama o seu corpo, torna-se uma pessoa violenta com o próximo. Quando alguém agride uma criança, está dizendo a ela o seguinte: você tem o direito de bater em alguém, de matar alguém, de machucar alguém se essa pessoa não fizer o que você quer. Então, essa é uma relação de força. Isso é uma distorção muito profunda do ponto de vista cultural, e é também uma distorção religiosa. Porque durante anos e anos nós aprendemos que a alma é que é boa; o corpo é que é motivo de pecado, o corpo é coisa ruim; e que você tem de suportar a dor. Há uma chamada disforia em relação ao esquema corporal. E, no entanto, quando pediram a Jesus Cristo para deixar uma lembrança para nós, ele pegou o pão e disse: este é o meu corpo, este é o meu sangue.

Então, há uma distorção religiosa profunda porque o corpo é o que há de mais sagrado. A nossa sociedade não dá valor ao corpo. É um instrumento de trabalho, como é um instrumento de opressão. No entanto, se você não ama a você mesmo, se não ama profundamente o seu corpo, não será uma pessoa feliz. Então, quando você trata uma criança com degradação, humilhação, castigo corporal, é o mesmo que dizer que ela não presta. E pior é quando se diz: estou fazendo isso pelo seu bem...

Já é hora de a criança perguntar: *"Pai, será que não tem um jeito de você pensar um pouco no meu mal, porque assim tá muito ruim"*. Na verdade, o pai pensa amar tanto seu filho, que bate nele para educá-lo.

Ora, o objetivo da educação é fazer o filho feliz, é ensiná-lo a escolher o melhor para ele, é dar-lhe autonomia, liberdade, é oferecer-lhe um caminho de libertação, não de opressão. Este é ponto sobre o qual devemos refletir bastante. Na verdade, é impensável alguém achar que é correto bater em outro.

Como se disse aqui, falta diálogo, conversa. A relação de força não é uma relação bonita; é da mesma natureza das guerras, da violência policial - violência é violência sempre, mesmo quando se invade o espaço alheio por querer



controlar o outro. Como disse a professora universitária: *"Eu sou dona do meu filho e ele vai fazer o que eu quero porque eu quero"*. Quem pensa assim estabelece uma relação absolutamente autoritária e violenta.

Eu acho que bater deve ser, sim, considerado crime de lesão corporal. Bateu, tem de pagar pelo crime. Com todas as outras pessoas é assim, já é previsto. Se hoje a conversa, o diálogo, o entender-se é tão difícil na nossa sociedade é porque todos nós apanhamos quando crianças - se eu perguntar aqui quem já apanhou quando criança, veremos que 90% dos presentes já foram vítimas desse tipo de agressão.

De qualquer forma, tenho muita esperança, e acho que esta Comissão está fazendo um trabalho muito bom. Mas não podemos tergiversar nem hesitar um milímetro. A dignidade humana começa exatamente quando ainda se é bebê, seguindo depois quando adolescente e, enfim, quando adulto.

É isso. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Érika Kokay) - Muito obrigada, Deputado Antônio Roberto.

Passo a palavra ao Deputado Federal pelo PSB do Rio Grande do Sul, José Stédile, membro desta Comissão.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ STÉDILE** - Muito obrigado, querida Deputada Érika Kokay, que é do Distrito Federal e que preside esta Comissão.

Saúdo a todos os amigos presentes.

Não tenho vergonha de dizer que em minha família também havia violência, porque em todas as famílias há casos de violência, assim como de alcoolismo - difícil encontrar uma que não tenha nenhum caso. Como o alcoolismo, a violência faz parte de nossas vidas.

Meu pai faleceu quando minha mãe estava grávida. Minha mãe se casou de novo, e meu padrasto me espancava, assim como a todos os filhos, aí incluídos os legitimamente seus. Ele pensava que bater trazia respeito. Eu tinha medo dele; respeito, nunca. Nunca o consultei antes de tomar nenhuma decisão na vida, porque eu não o respeitava. Como disse, eu só tinha medo dele. E é exatamente assim: a violência só traz medo. E a violência é também transferida para a escola.

Por isso lutamos para que essa lei seja aprovada.

Não tenho a ilusão de que, em aprovando essa lei, estaremos resolvendo o problema da violência, porque não é com um frase a mais que nós vamos mudar a forma de agir da sociedade. Mas certamente estaremos dando um passo importante nesse sentido, assim como seria também um passo importante envolvermos toda a educação no País.



Fui prefeito de uma cidade por 8 anos, e eu sabia que muitas professoras agrediam seus filhos em casa. O que esperar de uma professora - que precisa mostrar a educação pela paz, que precisa mostrar que não é com violência que se constrói uma vida digna - que em casa agride os próprios filhos?

Então, nós temos um caminho muito árduo pela frente.

Com todo o respeito a todas as declarações aqui feitas, achei particularmente emocionante a de meu colega Deputado, que fez uma avaliação um pouco mais filosófica do que a nossa. Eu só tenho um pequeno reparo: os animais também são importantes. Normalmente, a pessoa que bate nos filhos, também bate nos animais. Tenho dois cachorros que amo como meus filhos. Tenho um vizinho que deixa o cachorro preso - quero fazer esta comparação - com uma corda de, no máximo, um metro e meio. Ele judia do cachorro. O cachorro grita de noite porque vê os gatos, e não tem liberdade nenhuma. E ele bate no cachorro para que ele não grite. Isso é um pouco do que fazemos com nossos filhos, cada vez que eles têm uma ideia diferente. É isso que queremos mudar na nossa vida.

Parabéns, meu querido Deputado e amigo! Estamos juntos não só para mudar a lei, mas também para mudar a forma como as pessoas veem a vida, como se relacionam com os filhos, com os animais e com toda a sociedade.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Érika Kokay) - Obrigada, Deputada José Stédile.

Gostaria de registrar e agradecer imensamente a presença da educadora Hilda Gomes, que está aqui com as crianças da Cidade Alta. Um abraço grande para vocês, para as crianças e para Hilda Gomes! (*Palmas.*)

Agradeço também a presença da Nina Silva, assessora do DEGASE - Departamento Geral de Ações Socioeducativas.

Eu gostaria, neste momento, de chamar a Renata Cristina Cassiano dos Anjos, que vai ocupar a tribuna para fazer o seu depoimento. A Renata é da *Rede Não Bata, Eduque* e também faz parte da *Fundação Xuxa Meneghel*.

Com vocês, Renata Cristina Cassiano dos Anjos.

**A SRA. RENATA CRISTINA CASSIANO DOS ANJOS** - Boa tarde. Meu nome é Renata e tenho 13 anos. Faço parte da *Fundação Xuxa* e também do Fórum Estadual Juventude Carioca em Ação.

Eu gostaria de começar falando sobre o castigo corporal contra crianças e adolescentes. As crianças que estão aqui presentes acham que se sentem como eu me sentiria. Quando um adulto responsável bate em nós, nós nos sentimos muito magoados e com certa raiva dessa pessoa. Essa pessoa diz que ama você, que quer proteger você, e ela bate em você. O que isso vai gerar na nossa





mente? Isso deixa muito confuso o nosso entendimento das coisas. Como disseram - não lembro quem -, nós ainda estamos nos formando, estamos ainda formando as nossas cabeças, essas coisas. Então, a gente não vai ter um entendimento completo daquilo, o que vai gerar muita confusão.

Os adultos que estão aqui, vocês lembram se vocês apanharam, ou não? Se não, imaginem; se sim, lembrem-se de como vocês se sentiam quando apanhavam. Vocês não se sentiam magoados, irritados, com raiva? Então pensem: seu filho vai sentir a mesma coisa. Isso vai gerar ódio nele por você, o que não é bom nem para você nem para ele, nem para a convivência dos dois.

Eu queria dizer também que não é só batendo que vocês geram ressentimento em uma criança, porque vocês - "vocês" no geral; não estou apontando ninguém - , os pais, costumam sempre encontrar um defeito no filho. Vocês, crianças, já pararam para pensar que sempre acham um defeito em vocês? Sempre encontram. Isso acontecia e acontece muito comigo, com a minha família. Quando eu era mais nova, se eu estivesse num lugar como este aqui falando, com certeza, eu já teria desmaiado, porque eu era tímida, muito tímida. E ainda sou um pouco. E não era nem um pouco vaidosa comigo. Eu me vestia como... Eu me vestia normal. Para mim, a roupa perfeita era uma bermudinha e uma blusa polo. Saía com aquilo. Hoje eu já estou melhorando isso. Da timidez, melhorei bastante, senão não estaria aqui. Tenho certeza disso. E sobre a vaidade também, um pouco.

Mas, agora, já encontram um outro defeito. Que tipo? Agora eu tenho que fazer dieta, agora eu tenho que emagrecer, porque eu não estou com uma alimentação saudável. Mas, sinceramente, a minha alimentação é a mais saudável lá de casa. Então, eu não entendo muito... Mas não vou encher vocês com os meus problemas.

O restante eu vou ler... Enfim, era isso o que eu queria falar.

Só aproveitando a fala do Deputado Antônio Roberto, se os filhos fossem propriedade, pagariam IPTU por eles.

E só queria finalizar com três palavras: não bata, eduque. *(Palmas.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Érika Kokay) - Obrigada, Renata. Foi um prazer escutá-la.

Eu passo a palavra neste momento para a autora do requerimento que trouxe esta audiência pública para a cidade do Rio de Janeiro, a Deputada Liliam Sá, Primeira-Vice-Presidente desta Comissão. *(Muito bem!)*

**A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ** - Muito boa tarde, e obrigada pelo corinho.

Crianças, é um prazer poder retornar a esta Casa e debater um assunto tão importante como este.



Eu quero cumprimentar a Mesa, cumprimentando a Deputada Federal Érika Kokay, minha amiga de luta pela criança e o adolescente; a Deputada Federal Teresa Surita, nossa Relatora; o Deputado Federal Antônio Roberto; o Deputado Federal José Stédile; a Coordenadora e Defensora dos Direitos da Criança e do Adolescente, minha querida amiga Eufrásia Maria das Virgens; o Diretor Executivo do Projeto Legal, representando o CONANDA, Carlos Nicodemos - obrigada por ter abrilhantado este evento; a professora Dra. Evelyn Eisenstein, médica pediatra - para falar de criança, só ela mesma, que entende, que está ali dia a dia com as nossas crianças; e a Secretária-Executiva da Rede Não Bata Eduque, da Fundação Xuxa Meneghel, Angélica Goulart.

Quero fazer um agradecimento especial ao meu amigo e parceiro, Tio Carlos. Gostaria que as crianças batessem palmas para o Tio Carlos, defensor dos direitos da criança e do adolescente nesta Casa, Presidente de Comissão tão importante que defende os direitos de crianças e adolescentes.

Fazer parte desta Comissão é um privilégio!

Estamos na Semana da Criança, na semana do Dia do Professor, dos educadores. O Projeto de Lei nº 7.672/10, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, tem a finalidade de proibir qualquer forma de castigo corporal ou tratamento cruel e degradante, é um avanço na legislação com relação à proteção à criança e ao adolescente. Estatísticas mostram que milhares de crianças e adolescentes sofrem vários tipos de violência, todos os dias.

Trouxe alguns dados que esta Comissão apurou. Na maioria dos casos, como vocês sabem, a criança sofre mais dentro de casa - é a violência doméstica. De acordo com a Sociedade Internacional de Prevenção e Abuso e Negligência da Infância, 12% das mais de 55 milhões de crianças brasileiras, menores de 14 anos, são vítimas, todo ano, de alguma forma de violência doméstica; 6 milhões e meio de crianças são agredidas por ano, numa média de 18 mil crianças/vítimas por dia; 750 crianças são agredidas por hora, e 12 por minuto. Isso é muito sério.

Tivemos esta oportunidade de trazer essa discussão para a cidade do Rio de Janeiro porque queremos que a sociedade entenda melhor como essa lei vai atuar. Cerca de 70% das crianças e adolescentes dormem na rua e foram violentadas dentro de casa; 30% são usuários de droga e álcool. Por quê? Por causa da violência contra as crianças. Cerca de 32% das crianças e adolescentes saem de casa. A Rosemary, Presidente da FIA, sabe que as crianças saem de casa, desaparecem, por causa da violência doméstica. E nunca mais voltam.

Temos de desmistificar essa coisa de que um tapinha não doi, porque a lei da palmadinha... Não é isso que queremos. Queremos fazer uma cultura de paz. Educar a criança, saber o limite dessa criança. Os pais também devem mudar sua maneira de proceder, a sua visão de que, por meio de castigos corporais - bater e espancar -, vão ter autoridade sobre a criança. Quando o pai e a mãe espancam uma criança é porque já perderam a autoridade sobre aquela criança. Quando minha mãe e meu pai só olhavam para mim assim, eu já entendia o que eles queriam. Quando a pessoa perde o equilíbrio, perde a noção e parte para a



agressão.

As crianças especiais também são as que mais sofrem com isso. Uma pesquisa realizada pelo Instituto Fernando Figueira, da FIOCRUZ, mostrou que as crianças especiais são vítimas de violência e recebem pouco ou nenhum amparo. De um total de 8 mil notificações de 8 Conselhos Tutelares do Rio de Janeiro, Tio Carlos, 3% são relacionadas a crianças com deficiência.

O Disque 100 é um aliado nosso em todo o Brasil; você pode ligar e fazer a denúncia.

Sabemos que a violência na infância deixa marcas profundas, que o comportamento da criança muda, que a criança passa a ter comportamento autodestrutivo, depressivo, com desordem mental, distúrbio de sono. Muitas vítimas chegam à fase adulta e acabam cometendo crimes contra crianças, repetindo o processo. Se ela apanhou quando ela era pequena, vai se tornar um adulto violento e vai bater nos seus filhos também.

Estudo norte-americano feito com 26 homicidas revelou que todos foram maltratados na infância. Quem sofre maus-tratos costuma ter o QI baixo e pode se tornar um delinquente amanhã. Isso é resultado de estudos feitos.

Nós sabemos que há punições contra maus-tratos - está no art. 136 do Código Penal -, e nós queremos encaminhar essa discussão porque há duas vertentes: uma defende que a criança não deve apanhar de maneira nenhuma; a outra acha que se deve dar uma palmadinha pedagógica, que a criança tem que apanhar, e que nós não devemos, como falou a Angélica, interferir no assunto familiar, ou que o Estado não pode intervir.

Mas nós queremos que aconteça no Brasil o que aconteceu na Suécia: 30 anos sem castigos corporais. Assim como em tantos outros países.

Então, compete a esta Comissão fazer a mediação. Nós queremos que haja um entendimento, uma posição conciliatória, para que as pessoas possam entender melhor essa lei.

Nós sabemos que existem outras formas de educar uma criança sem humilhação, sem crueldade e sem castigos corporais, degradantes.

Eu vou terminar. Não quero me estender muito, mesmo porque eu aqui vim mais para ouvir. Vocês conhecem o meu trabalho no Rio de Janeiro. Muitos já o conhecem e sabem da nossa luta - estou sempre presente. Eu quero só que vocês reflitam: nós temos que ter a esperança de que em muito pouco tempo os nossos brasileirinhos poderão desfrutar de uma infância plena e feliz.

Há uma frase de Albert Einstein que diz assim: *"A palavra progresso não terá qualquer sentido enquanto houver crianças infelizes."*

E nós queremos isto: abolir os castigos corporais e fazer com que as nossas



crianças sejam educadas com amor, com carinho, com compreensão.

Muito obrigada! (*Muito bem! Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Érika Kokay) - Muito obrigada, Deputada Liliam Sá, que é responsável por estarmos aqui no dia de hoje fazendo esta discussão na Comissão Especial que analisa a Lei nº 7.672, de 2010.

Neste momento, eu gostaria de passar a palavra para a Relatora do projeto, a Deputada Federal, pelo PMDB de Roraima, Teresa Surita, que tem assumido com muita vontade, com muito afeto, com muito amor essa relatoria, e com muita competência, sem nenhuma dúvida.

Passo a palavra com muita alegria para a Relatora do projeto, a Deputada Federal pelo PMDB de Roraima Teresa Surita.

**A SRA. DEPUTADA TERESA SURITA** - Boa tarde a todos.

Quero, em primeiro lugar, parabenizar a Deputada Liliam Sá pela oportunidade que está dando para todos nós da Comissão de estarmos aqui hoje discutindo um assunto tão importante como é a lei contra os castigos corporais.

Em segundo lugar, quero colocar a maneira tão eficiente, brilhante, dedicada e de muito envolvimento da Deputada Érika Kokay, como Presidente desta Comissão Especial.

Agradeço a presença de todos. É uma pena que muitas das crianças já tenham ido embora. Eu gostaria de deixar um recado para todas, mas vou deixar isso para o final, para as que estão aqui.

Agradeço realmente ao Vereador Tio Carlos por estar nos recebendo aqui hoje; ao Presidente da Casa; aos Deputados Federais que estão presentes; à Dra. Evelyn; ao Carlos Nicodemos; à Angélica, da Rede Não Bata, Eduque; à Dra. Eufrásia, enfim, às pessoas que aqui vieram para debater e trazer a sua participação, e, muitas vezes, esclarecer dúvidas sobre esse projeto de lei.

Eu gostaria de complementar apenas algumas questões que foram colocadas aqui. O que é mais importante, neste momento - e gostaria de deixar como mensagem a todas as pessoas que estão presentes e que representam o segmento -, é que esclareçam o que é necessário.

Não estamos discutindo uma lei nova. Nós estamos discutindo uma alteração num artigo do Estatuto da Criança e do Adolescente que vai dar condição para que nós possamos cuidar melhor das nossas crianças e dos nossos adolescentes. Essa alteração dá a garantia de que nós possamos trabalhar não só na prevenção, mas também na educação, que muitas vezes é necessária em famílias que estão em crise, para pais que precisam de assistência, em campanhas educativas para se mudar o comportamento ao longo dos anos.



Quando eu falo nessa lei, às vezes eu fico surpresa - eu nunca falei isso. Como Relatora, é a primeira vez que eu vou falar isso. Eu fico surpresa com a necessidade que alguns adultos têm de querer ter o direito e de querer ter a aprovação de bater em crianças. É assustador, porque eu não compreendo essa autoridade que adultos querem ter em cima da criança, que é considerada um ser que precisa de proteção e incapaz.

É muito importante esclarecer - e aí talvez se justifique essa necessidade do adulto de ter autorização - que não existe nada nesse ajuste da lei que vai trazer uma consequência punitiva para eles, porque perguntam: *"Para que uma lei que já existe?" "Vai fazer mais uma para não funcionar"*. A outra pergunta é: *"Por que vão se intrometer na minha vida e no jeito que eu educo meus filhos?"* Depois: *"Mas o que vai acontecer comigo se eu bater no meu filho, ou se o adulto bater na criança?"* E, por último: *"Ah, isso não vai funcionar"*.

Diante dessas perguntas e afirmações, que são justamente a polêmica deste projeto, é que eu acho que nós todos, que estamos aqui, precisamos esclarecer as dúvidas e mostrar a importância do que é ter aprovada essa alteração no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Como foi dito aqui por muitos, os animais, desde 1934, através de um decreto, têm o direito de não sofrer maus-tratos. Ontem, na página do UOL, quando se abria a Internet, havia uma cachorrinha que recebeu o nome de Júlia, se eu não me engano. Essa cachorrinha entrava num condomínio, e um jovem de 19 anos não aceitava que uma cachorrinha vira-lata entrasse no condomínio. Ele amarrou as patinhas da cachorrinha, amarrou a cachorrinha numa moto e saiu arrastando-a pelo asfalto para colocá-la fora do condomínio. Um vizinho viu e denunciou essa barbaridade. E ele hoje corre o risco de sofrer uma pena de 2 meses a 1 ano de prisão.

Eu sou contra qualquer tipo de violência, mesmo aquela com boa intenção. Não que se justifiquem, de forma nenhuma, quaisquer maus-tratos aos animais. Mas já existe a punição para esse tipo de conduta. Por que tanta falta de compreensão quando se fala na questão dessa alteração no Estatuto da Criança e do Adolescente?

Tudo começa com uma palmada. Mas o quanto essa palmada machuca? Existem palmadas que nunca mais se recuperam na vida, até porque um ser humano é completamente diferente do outro. A sensibilidade de um é diferente da sensibilidade do outro. E não é através da palmada que se educa. Educa-se através do diálogo. Só que é muito mais difícil se educar através do diálogo. Dá mais trabalho. Normalmente, as famílias chegam cansadas em casa, têm muitos problemas que não conseguem resolver durante o dia, e aí a falta de paciência faz com que, muitas vezes, seja mais fácil bater do que conversar.

Diante de tudo isso, existe essa polêmica em cima dessa lei que foi batizada de Lei da Palmada, o que minimiza muito onde queremos chegar, porque nós estamos falando também de crianças agredidas e que dão entrada em pront-socorros, em hospitais, diariamente, com hematomas, com fratura nas costelas,





com lesões na cabeça, machucadas com queimaduras, com hemorragias internas, com órgãos, por dentro, arrebatados. E muitas vezes os médicos não são treinados, capacitados para receber essa criança e de fato dar o encaminhamento da forma correta, para que ela não volte ao ciclo da violência. Muitas vezes, é o próprio agressor que leva a criança para ser tratada.

Nós estamos falando de mudança de comportamento, de mudança de valores. Eu entendo que o Brasil precisa escolher o que ele quer: se é uma sociedade em que pode haver a cultura de adultos mais equilibrados, com a autoestima muito mais fortalecida, ou pessoas amedrontadas por aqueles que cuidam delas.

Eu acho que está na hora de a sociedade parar e não distorcer a lei, como se fosse uma coisa sem importância, mas, sim, buscar caminhos para que ela, de fato, possa funcionar no nosso País. Quando falamos em crianças e adolescentes no Brasil, nós estamos falando de 58 milhões de pessoas. Isso significa que se o nosso País finalmente mudar a legislação, que foi o que já nos comprometemos a fazer muitos anos atrás com a ONU, vamos dobrar o número de crianças às quais nós assistimos no mundo. Eu acredito que é um exemplo de mudança de comportamento e de demonstração do que queremos para o futuro do nosso País.

Aí entra a última afirmação: *"Não vai pegar. Essa lei não pega. Não vai funcionar."* Eu tenho estudado muito toda essa questão. Inclusive, quero aqui, publicamente, agradecer a Dra. Evelyn por todas as informações que me passou. É triste dizer o que eu vou dizer, mas muitas e muitas pessoas foram contra a Lei Áurea quando se tentou terminar com a escravidão no Brasil. E hoje 100% das pessoas têm vergonha daquela época. Muitas e muitas pessoas foram contra a Lei Maria da Penha, que coíbe a agressão das mulheres. Hoje ainda não temos 100% a favor, mas já avançamos muito. E agora nós estamos falando das crianças e dos adolescentes, e precisamos realmente esclarecer o País como vai funcionar, que é possível funcionar e a importância dessa lei.

Já existem equipamentos públicos prontos para colocar em prática e para que possam, de fato, assistir as nossas crianças. Quando falamos em assistir as nossas crianças, significa também assistir as famílias, porque as famílias estão em crise, as famílias estão doentes. Quem agride está precisando de ajuda. Esse ajuste na lei faz exatamente isto, responsabiliza o Governo Federal, os Estados e os Municípios a prestar assistência através de políticas públicas que já existem e que possam não interferir, mas ajudar a família que precisa desse apoio; não só a criança, mas também o adulto que está praticando esse abuso.

Nós temos todos os hospitais, todos os prontos-socorros onde os médicos podem ser capacitados para receber a criança nessa condição. Temos hoje equipes do Saúde da Família no País inteiro, com uma capilaridade enorme, que entram nos lugares mais distantes do Brasil e que podem identificar onde existe violência dentro de casa; onde existe o álcool, onde existe o abuso, e que podem, não interferir - não quero usar essa palavra -, mas ajudar a dar assistência às famílias que precisarem.



Temos as escolas. Quantos milhões de crianças hoje passam, horas e horas, todos os dias na escola? Se os nossos professores, diretores e assistentes forem capacitados para identificar criança com lesão ou com algum comportamento diferente, nós teremos como ajudar a criança que sofre abuso.

Eu entendo que hoje as delegacias precisam ter um olhar mais voltado para a criança e o adolescente. Em muitas delegacias, 40% das denúncias ocorrem em função do abuso contra a criança e o adolescente. E precisamos equipar, aparelhar e capacitar os nossos conselheiros tutelares, para que eles possam, de fato, prestar assistência e estar presentes quando houver a necessidade da sua interferência.

Nós temos como resolver o problema, mas precisamos exatamente mostrar a importância dessa mudança de comportamento na vida de todas as famílias.

Quando se proibiu fumar em avião, para viajar daqui a São Paulo as pessoas diziam que não iriam aguentar ficar uma hora sem fumar, e então foram contra. Quando se falou em usar cinto de segurança, as pessoas diziam que não ia pegar: *"Como é que vou andar de táxi, no banco de trás, e usar cinto de segurança? Não, isso não vai pegar."* Hoje todo mundo sabe que muitas vidas se perdem quando não se usa cinto de segurança.

Entendo que defender as nossas crianças e adolescentes com os números, com os dados e com a realidade que temos hoje não é um caminho fácil, mas é um caminho a se trilhar. Daqui a alguns anos, se Deus quiser, vamos viver uma outra realidade, principalmente de compreensão da nossa sociedade.

Pretendemos votar esse relatório em dezembro. Estamos realizando audiências públicas. Hoje é aqui no Rio de Janeiro. Haverá também em outros lugares do Brasil. E todas as semanas há audiências em Brasília, quando ouvimos especialistas e pessoas da área, buscando o Governo Federal para fazer os ajustes necessários para que, de fato, a lei funcione, e que possamos dizer que avançamos no tratamento das nossas crianças e dos nossos adolescentes.

Eu gostaria de encerrar falando para as crianças. Não ficaram muitas, mas como vocês gostam de falar, podem passar isto adiante: conversem com os seus pais, expliquem para eles que é muito mais fácil ouvi-los quando eles falam do que quando eles batem, porque a dor impede que se ouça o que eles querem e até que se compreenda o que eles estão tentando passar. Essa conversa é muito importante, porque muitas vezes o diálogo, partindo da criança - vamos dizer assim, porque muitas vezes o adulto não consegue compreender -, vai fazer toda a diferença.

É muito difícil compreender a criança que apanha e entende que isso é normal, porque não é. Então, conversem dentro de casa, digam que vocês estiveram aqui, digam o que vocês ouviram desses adultos que estão aqui e passem adiante a importância de se esclarecer esta lei, que, sem dúvida, vai mudar as futuras gerações do nosso País.



Muito obrigada. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Érika Kokay) - Muito obrigada, Deputada Teresa Surita, que tem sido fundamental para os trabalhos desta Comissão.

Eu gostaria apenas de pontuar alguns aspectos. Em seguida, vamos abrir espaço para que as pessoas que estão conosco nesta audiência possam fazer uso da palavra.

Portanto, as pessoas que quiserem fazer uso da palavra levantem o braço, que vamos colher as inscrições. Serão concedidos três minutos para cada um que quiser expor seus pensamentos, fazer seus questionamentos, enfim.

Queria dizer que estamos fazendo a discussão desse projeto de lei na Câmara e que por volta de uma centena de países estão fazendo a discussão desse problema de alguma forma. Há 30 países que já dispõem dessa lei. E o primeiro deles foi a Suécia.

É interessante que tenhamos alguns dados sobre o processo na Suécia, e dados que indicam que, em algumas décadas atrás, em cerca de 90% dos lares havia a utilização de castigos corporais. Hoje, não são 10%. E, depois de um ano de efetivada a lei, praticamente o conjunto da população sueca já tinha conhecimento da lei.

E nós fomos fazendo uma resignificação e um repensar do processo de educação. Queremos dizer não apenas que existem outras formas de educar que não o castigo corporal, mas também que o castigo corporal não educa. É muito sintomática e muito feliz a frase: "*Não bata, eduque*". Uma coisa está em contraposição à outra.

As crianças que sofrem castigos corporais têm um misto de sentimentos: um sentimento de raiva, um sentimento de impotência e muitas vezes um sentimento de incompreensão. Muitas vezes, as crianças não sabem por que estão sendo vítimas de castigos corporais; não entendem por quê. É como se nós estivéssemos na rua e, de repente, alguém começasse a nos bater, sem que nós soubéssemos por que estamos apanhando. E nós vamos reagir a tudo isso.

Mas, fundamentalmente, queremos reafirmar um princípio fundamental do Estatuto da Criança e do Adolescente, o de que criança é gente, criança é sujeito. Quando falo que criança é gente, é porque não podemos conceber o exercício da condição humana excluído da condição de sermos sujeitos. Ser humano transforma. É como se fôssemos um vidro cheio de cânfora, que tem os seus limites, mas, quando se abre o vidro, se fica sem limites, porque se dialoga com o infinito.

Nós conseguimos dialogar com o divino, com Deus. Nós conseguimos sonhar. Nós conseguimos ter consciência da nossa vida, ter a nossa vida pelas mãos e transformá-la.



O exercício da condição humana envolve o exercício da condição de sujeito, de sermos sujeitos. Sujeitos dos nossos desejos, sujeitos da nossa vida. E essa condição é explícita no Estatuto da Criança e do Adolescente.

O Estatuto da Criança e Adolescente diz: a criança é sujeito, e sujeito de direitos. Ela tem direitos, porque ser humano tem direitos. O fato de nascermos como seres humanos já nos garante uma série de direitos, que têm que ser exercidos para que essa condição humana seja reafirmada.

Portanto, nós estamos falando que criança não é coisa, como aqui foi dito. A criança não é propriedade de quem quer que seja, porque nenhum ser humano é coisa. Ser humano tem que exercer a condição humana, para que nós nos reconheçamos como seres humanos.

Por isso, quando estamos discutindo que toda criança tem direito de não ser vítima de castigos corporais e de tratamento cruel e degradante, estamos reafirmando a condição de sujeito das nossas crianças.

Alguns acham que o castigo físico modifica comportamentos e atitudes, mas todos os estudos dizem que não. O que modifica comportamentos e atitudes é a reflexão, é o pensar, é o significado, que não vêm através do castigo físico. O castigo físico pode modificar comportamentos e atitudes na frente do agressor, porque ele impõe o medo.

Não se educa com o medo. O medo paralisa a condição humana. Quando nós estamos com medo, nós não conseguimos refletir, pensar e ter qualquer outro tipo de sentimento ou de sensação. Somos dominados pelo próprio medo. Passamos a ser reféns do próprio medo. Não é isso que entendemos como processo de educação.

É preciso desconstruir a relação de limites que foi feita com os castigos corporais. Existem muitas formas de estabelecer limites no processo de educação, que está sempre em construção, é sempre único entre as pessoas e é sempre de mão dupla: quem educa também é educado. O processo de educação é um processo de mão dupla.

Quando temos o castigo corporal, primeiro, nós passamos uma relação de que o mais forte pode dominar o mais frágil, relação que se vai reproduzir na vida. Quem é educado hoje, ou quem é sujeito de um processo, vai tender a repetir esse tipo de relacionamento, vai naturalizar a violência como algo absolutamente normal. Tanto é verdade que as pesquisas indicam que 71% dos autores de *bullying* nas escolas, crianças e adolescentes, são vítimas de lares onde a violência é naturalizada.

Nós queremos construir uma outra relação, que não associe a dor ao amor e que não tenha a dupla mensagem e o duplo vínculo. O duplo vínculo é construído com base em duas mensagens, que são antagônicas, dirigidas à mesma pessoa: *"Eu estou te batendo, te machucando, porque eu te amo"*. São duas mensagens antagônicas que vão para a mesma pessoa e provocam uma



confusão e uma dificuldade de as pessoas resgatarem e estabelecerem a sua identidade.

Por tudo isso, temos a absoluta convicção de que é preciso aprovar essa lei, que vai ser um novo marco. Lembrem que este País já utilizou a palmatória em suas escolas. O castigo físico era permitido em mulheres e em crianças, e era permitido nas escolas. Hoje, ninguém admite mais que seu filho seja vítima de castigo físico em uma escola. As mães e os pais se apoderam do Estatuto da Criança e do Adolescente e exigem que seus filhos recebam tratamento digno. Muitas vezes, reclamam ou protestam contra o castigo na escola e, ao chegarem a casa, exercem e efetivam o mesmo castigo, que não tem o caráter de moderado ou imoderado. A lei estabelece que não é permitido o castigo que não seja moderado. E nós perguntamos: quem é que diz o que é moderado? Mais uma vez, é o adulto.

A criança é vítima do castigo corporal e é, mais uma vez, uma vítima, ela é revitimizada quando não tem espaço para falar se a sua percepção com relação ao castigo é de ele ser moderado ou não, porque o olhar é do adulto, o adulto é que define se é moderado ou imoderado. Muitas vezes, o que o adulto acha que é moderado, por vir de um ciclo de violência, é profundamente destruidor e profundamente nocivo às nossas crianças.

Por isso, estamos fazendo essas discussões nas regiões, discussões com recortes de especialistas, de representantes de governo e de conselhos, mas também estamos indo ao Governo Federal. Na semana passada, nós estivemos com o Ministro da Educação, com quem discutimos protocolos para criarmos as condições para o dever do Estado. A lei prevê o direito da criança e do adolescente e o dever do Estado e da sociedade, inclusive o dever de estabelecer políticas públicas e capacitação para as pessoas que cuidam de crianças.

Na próxima terça-feira, vamos nos reunir com o Ministro da Saúde, porque queremos que haja um arcabouço de políticas que assegurem a efetividade da lei.

Por fim, gostaria de destacar que a Deputada Teresa foi feliz ao dizer que as pessoas, neste País, às vezes dizem que há leis que pegam e leis que não pegam. As leis, por si sós, não modificam comportamentos. Elas são instrumentos para que se modifiquem os comportamentos. Elas passam a ser um novo marco cultural e legal.

Por isso, hoje não está mais legitimada a violência contra as mulheres, quando se achava que dentro de casa tudo era possível. Continua acontecendo a violência contra as mulheres dentro de casa, mas esse tipo de violência não conta mais com a legitimação da sociedade, como nós não temos mais a legitimação da sociedade para a violência contra a criança e o adolescente em ambientes de educação abertos. Por isso, é preciso que os direitos humanos da criança e do adolescente entrem dentro das casas.





Eu encerro lembrando que nossa casa é o lugar onde somos nós mesmos. Na rua, nós somos anônimos. Em casa, nos despimos das nossas máscaras e temos oportunidade de estabelecer e construir as mais profundas e estruturantes relações que um ser humano tem. Isso ocorre dentro de casa. A casa não pode ser um espaço para onde não se queira voltar. A casa não pode ser um espaço que faça com que as crianças fujam dela. Como disse a Deputada Liliam, parte das crianças que estão nas ruas ou são consideradas desaparecidas sai de casa fugindo da violência doméstica.

Ou construímos uma sociedade de paz, onde criança seja criança, porque isso é absolutamente fundamental, criança como ser humano e criança no exercício da condição de criança, ou nós vamos construir uma sociedade que banaliza a violência e que a encara como uma forma de solucionar conflitos. A violência é a arma dos fracos, já dizia Sócrates. Quando há o castigo físico, o castigo corporal, é porque os pais muitas vezes se sentem impotentes para convencer e para dialogar.

Nós queremos que haja um marco legal para que pais e mães possam ter, inclusive, espaços no Estado. Uma discussão que nós vamos ter com o Ministro da Saúde é que tem que haver no Programa Saúde da Família, na atenção primária, espaços de fala, para que as mães possam falar, para que os pais possam falar, para que as crianças possam falar, a fim de que nós tenhamos um espaço onde o sofrimento seja falado, para que ele possa ser simbolizado e superado.

Por isso, nós queremos um arcabouço de políticas públicas nesse sentido. Estamos solicitando audiência com a Ministra de Desenvolvimento Social, com o Ministro da Justiça e com a Ministra da Casa Civil, para que nós possamos construir um novo marco no Brasil, em que nenhuma criança olhe para o seu pai e para a sua mãe e tenha medo, tenha raiva, se sinta impotente e se sinta sem autoestima. E essa relação vai ficando marcada para o conjunto da vida.

Eu lembro que se perguntarmos para todos nós que estamos aqui: *"Você já apanhou na sua vida?"* Todos vão lembrar. Ninguém vai dizer: *"Não me lembro"*. Vai lembrar. Vai lembrar como apanhou, de que forma apanhou, em que circunstância apanhou, porque isso marca a alma, para além de deixar as suas marcas na própria pele.

Por isso estamos aqui, estamos ousando e construindo esse novo marco legal, e daqui a alguns anos as pessoas se lembrarão: houve uma época no Brasil em que criança apanhava dentro de casa. E nós superamos porque teimamos em dizer que criança e adolescente são sujeitos e têm direitos humanos que precisam ser respeitados em todos os lugares da sua vida.

Por isso nós estamos aqui conversando com todos. (*Palmas.*)

Agora nós vamos abrir espaço para as pessoas que queiram fazer uso da palavra. Já existe uma pessoa inscrita, a quem pedimos que se dirija à tribuna.



Tem a palavra a Sra. Doracy Anacleto, que é assistente social das instituições São Domingos Sávio e REMER. A senhora dispõe de 3 minutos.

Solicitamos às pessoas que queiram fazer uso da palavra que levantem o braço.

**A SRA. DORACY ANACLETO** - Eu tenho 3 minutos. Vou ser breve.

Quero parabenizar a Mesa, as crianças que estão aqui, porque as crianças são a mola de todo o nosso movimento popular.

A Deputada Liliam Sá sempre foi mentora de vários projetos. Eu fico muito triste, Deputada Liliam, porque o Conselho Tutelar, que é o órgão defensor, relevante, em defesa de direitos de crianças quando elas são violadas ou ameaçadas, não está representado nessa Mesa. E esse é o espaço legítimo para se discutir o Projeto de Lei nº 7.672, que modifica o art. 17 do Estatuto da Criança e do Adolescente ao acrescentar o art. 17-A, o art. 17-B e também o art. 70-A, que se referem a medidas pertinentes a pais e responsáveis.

Eu sou militante da área, fui conselheira tutelar, já fui conselheira de direitos e fico muito triste quando se discute o Projeto de Lei nº 7.672, que quer modificar o ECA, e não vejo presentes nessa Mesa esses personagens, porque eles sempre estiveram na ponta, como eu sempre estive. Maus-tratos é com o conselho tutelar, não é com o juiz, não é com o Ministério Público. As outras instâncias vão acontecer quando for pertinente o exercício de suas atribuições.

Eu fico muito triste também porque, com 21 anos de Estatuto, sem ter sido implementada essa lei, uma porção de pessoas já procura modificá-la, acrescentando A, B, C, D e F. E não se implementa a lei.

O Estatuto até hoje não foi implementado. Existe uma lei neste Município - não me lembro agora o número - que estabelece que as escolas têm que ensinar... Se perguntarem quais dos adultos, dos Deputados Federais que conhecem o Estatuto, que têm o Estatuto dentro da sua bolsa... Fico, assim, muito triste, porque após 21 anos ele ainda não foi implementado.

Os arts. 17-A e 17-B falam muito em punição dos pais, olhem bem! E a educação dos pais? Agora eu pergunto: em que família está essa criança? Que criança é essa? E qual é esse Município e esse Estado? Qual é o trabalho que fazem com essa família? Nesse Município já se falou em ter escolas de pais? (*Palmas.*)

Eu trabalho com meninos de rua. Eu quero que o Deputado Federal vá comigo para ver onde moram esses meninos. Eles moram onde nem rato fica. Onde estão os CREAS e os CRAS? Onde estão as políticas públicas deste Município para atender a contento os conselhos tutelares e essas famílias? Punição é muito fácil. Se não uso o cinto de segurança, eu sou punido; se eu fumar no avião, eu sou punido. Aqui se fala muito em punição, mas não se fala em educação - educação.

Suécia, ótimo. É um país de outro mundo, mas eu estou falando de Brasil, de



quase 200 milhões de brasileiros.

Eu estou aqui para aplaudir essa lei, mas eu quero ver os Deputados Federais e Estaduais, os Vereadores a contento das políticas públicas que atendam essa família.

Na família do menino de que o senhores estão falando, de drogadição, o pai está desempregado (*palmas*), o pai dele é alcoólatra. Os maus-tratos existem porque não existem controle social nem acompanhamento de profissionais a essas famílias.

É isso o que eu queria falar aos senhores. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Érika Kokay) - Muito obrigada, Doracy. A lei realmente prevê que tenhamos políticas públicas que estabeleçam condições para assegurar os direitos às crianças e adolescentes.

Eu passo a palavra, neste momento, ao próximo inscrito. Eu gostaria que se identificasse, para que possamos registrar. A senhora dispõe de 3 minutos.

**A SRA. LILIAN BASTOS** - Meu nome é Lilian Bastos, sou Vice-Presidente do Projeto Rondon. Até 1989, era um órgão do Governo Federal, mas agora é uma organização não governamental que trabalha com universitários. Minha fala é mais uma sugestão.

Eu fiquei muito feliz de ouvir que os Ministérios estão sendo procurados. A minha sugestão é justamente a de ter um trabalho alinhado principalmente com o Ministério da Educação, para que essa discussão passe pela universidade. Nós estamos formando profissionais, e nós temos de formar profissionais com essa visão, com esse entendimento.

Quando falamos na cidade do Rio de Janeiro, vemos enormes dificuldades, mas temos encontrado dificuldade ainda maior em Municípios do Estado, porque no Município do Rio de Janeiro ainda existem alguns órgãos através dos quais podemos procurar informar e ajudar essa população. Nos Municípios do interior do Estado do Rio de Janeiro, essa situação fica mais complicada, até para eles procurarem ajuda.

Então, minha sugestão é conseguirmos um bom relacionamento entre os Ministérios da Educação, do Esporte e da Saúde.

Quanto a esse espaço nos Municípios, através do PSF, é de fundamental importância ter esse órgão acolhedor, seja de denúncia, seja de auxílio.

Outra sugestão é difundir essa questão na mídia. As pessoas que estão indo à mídia defendem o direito do pai de bater. E nós não vemos defenderem o direito da criança de não apanhar. A mídia só mostra os aspecto da invasão dentro de casa. Isso ocorre em rádios, em programas populares, que entram nas casas. Muitas famílias, na hora do jornal das 8 horas, saem da sala para preparar o



jantar. Temos que procurar um meio de comunicação de massa que atinja as casas da população, independentemente de questão financeira ou social.

Obrigada. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Érika Kokay) - Muito obrigada.

Gostaria de anunciar a presença do Presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, Vereador Paulo Messina. É um prazer imenso tê-lo aqui. (*Palmas.*)

Ainda há a inscrição do Pastor Marcelo Valle, da Igreja Batista, a quem peço que se dirija à tribuna.

Gostaria de saber se mais alguém quer fazer uso da palavra. (*Pausa.*)

Gostaria que alguém do Cerimonial anotasse os nomes. Vamos encerrar as inscrições. Mais alguém? (*Pausa.*)

Estão encerradas as inscrições.

Passo a palavra ao pastor da Igreja Batista, o educador Marcelo Valle. É um prazer imenso tê-lo aqui. V.Sa. tem 3 minutos.

**O SR. MARCELO VALLE** - É um prazer estar aqui. Também saúdo a Mesa pela iniciativa desse projeto de lei.

A pergunta que tenho a fazer é: como será a implementação dessa lei em relação ao direito da família de educar? Como vai ser a relação entre o Estado e a família?

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Érika Kokay) - Nós vamos colher as outras questões e depois passar para a Mesa, para que se possam fazer os esclarecimentos necessários.

Há as inscrições de Bielle Elizabeth Gomes Rezende e de Rosemary Caetano.

Bielle Elizabeth Gomes Rezende é professora do Colégio Estadual Professora Sônia Regina, em Brás de Pina. É um prazer tê-la aqui. A senhora tem 3 minutos.

**A SRA. BIELLE ELIZABETH GOMES REZENDE** - Boa tarde a todos.

Eu só queria deixar bem claro que ninguém planta arroz e colhe feijão. O indivíduo adulto bate numa criança, logo, essa criança tem mágoa, raiva, ódio desse indivíduo. E ela nunca vai esquecer.

A partir do momento em que se bate numa criança, ela se tranca no quarto dela ou onde for, ela se tranca nela mesma e fala consigo mesma, num momento de raiva: "*Quando eu crescer, eu vou sumir e eu não quero mais ver essa*



peessoa". Quando essa agressão acontece de novo, ela repete isso.

Se não quer que faça com você, não faça com o outro, porque vai ser a mesma dor, ainda mais com uma criança. Ela tem um coração tão puro que, independentemente de tudo, de aquele indivíduo bater nela, ela ainda tem a capacidade de amá-lo: *"É o meu pai. É a minha mãe. Então, deixa para lá."*

Por isso, às vezes acham que a lei não vai pegar. Mas, de um certo modo, na sua consciência, no seu coração, ela pega. E uma hora você vai criar coragem e vai denunciar. Ou uma hora você vai criar coragem e simplesmente vai sumir: *"Eu vou sair de casa, eu vou morar na rua. Talvez lá alguém me dê amor e carinho e me acolha do jeito que eu preciso. Talvez lá alguém me dê carinho e amor e me respeite, me veja do jeito que eu sou."*

Eu tenho, para mim, que todas as pessoas são iguais de formas diferentes. Se você sente... Você ficaria magoado, ficaria triste. Existem muitos pais aí... Minha mãe, a Dona Ilda Gomes, sempre fala isto: *"Ah, eu lembro de uma vez que a minha mãe bateu em mim. Mas ela me bateu tanto, que eu cheguei a fingir que estava desmaiada."* Ela lembra.

O meu pai fala para mim: *"Eu não vou fazer com você o mesmo que meu pai fazia comigo. Não vou fazer. Eu apanhava na escola. E se eu chegasse em casa e falasse 'Pai, apanhei na escola', eu apanhava também em casa: 'Por que você não bateu? Se você não bateu, vai apanhar também'."* Ele simplesmente diz para mim... Meu pai nunca levantou a mão para mim, porque ele não queria que eu sentisse a dor que ele sentia quando apanhava do pai dele. Eu acho uma história muito triste a do meu pai, porque quando meu avô morreu, ele ficou com medo de chegar perto dele. O meu avô chamou ele, e ele não foi.

Acho que nenhuma criança e nenhum pai merece ser rejeitado, porque quando você bate no seu filho... É não só pai, mas professor, todos, quando se bate no filho há uma rejeição, tanto do pai para o filho quanto do filho para o pai, porque você não quer nada mais do que sumir naquele momento. Não existe outro sentimento. Você quer sumir para não ter que passar por aquilo. Entendeu?

Obrigada. *(Palmas.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Érika Kokay) - Muito obrigada, Bielle.

Está inscrita a Rosemary Caetano, Gerente do Fundo da Infância e Adolescência - FIA. A Rosemary tem três minutos.

**A SRA. ROSEMARY CAETANO** - Boa tarde. *(Pausa.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Érika Kokay) - Rosemary, obrigada pela generosidade de aguardar, é porque queremos anunciar a presença do Jornalista José Linhares, do *Jornal do Brasil*, que está aqui fazendo a cobertura e terá que se retirar neste momento. Agradecemos a presença ao Sr. José Linhares.





Passo a palavra a Rosemary Caetano, gerente da FIA.

**A SRA. ROSEMARY CAETANO** - Bom dia a todos e a todas, principalmente crianças que estão aqui, de uma forma tão bonita, alegrando este ambiente. Bom dia, crianças. *(Pausa.)*

Não, parece que vocês não lancharam. Bom dia, crianças!

*(Manifestação dos convidados. Boa tarde!)*

**A SRA. ROSEMARY CAETANO** - Elas estão certas. Sabem por que não responderam da primeira vez? Porque não é mais "bom dia", mas "boa tarde".

Boa tarde, crianças!

*(Manifestação dos convidados. Boa tarde!)*

**A SRA. ROSEMARY CAETANO** - Muito bem. Meu nome é Rosemary Caetano, estou aqui representando a Presidente da Fundação para a Infância e Adolescência, Teresa Cosentino.

É mais uma alegria neste dia poder participar de um evento tão relevante quanto este.

Eu gostaria de agradecer o convite e dizer que vocês são bárbaros. Toda forma de manifestação e comunicação aqui nesta tribuna é válida. Nós somos livres para expressar aquilo que pensamos, e quando nos encontramos nesta comunhão e nesta liberdade, podemos tornar decisões importantes para a vida das crianças e adolescentes. Lembro que, apesar de tantas mazelas e adversidades, a vida é bonita, e a gente pode ter outras formas de fazer com que pais, mães, adultos respeitem crianças e adolescentes.

Só para finalizar, eu deixo uma frase da canção de Gonzaguinha que diz: *"Eu fico com a pureza da resposta das crianças, porque a vida é bonita e é bonita"*.

Que nós sejamos responsáveis para transformar a vida dessas crianças e adolescentes, porque outro poeta também diz: *"A vida é bela, só nos resta viver"*.

Obrigada. *(Palmas.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Érika Kokay) - Muito bem, Rosemary. A vida é bonita, é bonita e é bonita.

Passo a palavra para o nosso Conselheiro Tutelar do Centro, o Sr. Juarez Marçal da Silva Filho, que disporá do tempo regimental de 3 minutos. Em seguida, passarei a palavra a Sra. Maria Angélica Nogueira, que representa a Secretaria Municipal de Saúde.

**O SR. JUAREZ MARÇAL DA SILVA FILHO** - Boa tarde a todos. Saúdo os



membros da Mesa, em especial à nossa criançada que, no último dia 12, comemorou o seu dia, o Dia da Criança.

Creio que a lei deve ser implementada. Na qualidade de Conselheiro, é oportuno nos voltarmos agora para as crianças - que muitas vezes são ameaçadas quando lhes dizem: *"O Conselho Tutelar vai retirar você da sua família; o Conselho Tutelar vai vir aqui na escola e você vai ser punido."* É preciso olhar para elas e dizer: *"Crianças, quando disserem para vocês: 'o Conselho Tutelar vai pegar vocês', respondam: 'Não; eu é que vou chamar o Conselho Tutelar para você.'"* O Conselho Tutelar não é contra as crianças; é, sim, a favor das crianças.

Agora, é muito interessante também termos um conselho equipado. Nós, Conselheiros, não queremos luxo; queremos dignidade no atendimento desse usuário. Muitas vezes, também - vejo ali a Defensora, Dra. Eufrásia -, há certa inversão no que diz respeito à punição. No Estado do Rio há uma delegacia, com sede própria, utilizada em casos que precisam ser punidos. Trata-se da DPCA. Na outra delegacia, que é para proteger a criança vítima, infelizmente, há total falta de higiene. Está aqui o Vereador Tio Carlos, a Deputada Liliam, que sabe do que estou falando, porque já esteve lá, e a Defensoria Pública.

São essas inversões que não podemos permitir. Devemos explicar para os pais e responsáveis que essa lei, conforme expôs a Relatora, não veio para punir, mas para nos fazer entender que essas crianças não são objetos. Ninguém pode bater nelas, ou queimá-las.

Quero parabenizar a Comissão por esta iniciativa. Acho que esse é o caminho, e nós, Conselheiros, nos colocamos mais uma vez à disposição dos senhores. Estaremos sempre presentes toda a vez, obviamente, que for em prol da criança e do adolescente desta cidade, deste Estado e deste País.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Muito obrigada, Juarez, pelas suas palavras muito lúcidas.

Passo a palavra a Sra. Maria Angélica Nogueira, que aqui representa a Secretaria Municipal de Saúde, e em seguida ao último inscrito, Sr. Rodrigo Coelho, que é o Conselheiro Tutelar de Bangu.

Com a palavra a Sra. Maria Angélica Nogueira, representante da Secretaria Municipal de Saúde. V.Sa. tem 3 minutos.

**A SRA. MARIA ANGÉLICA NOGUEIRA** - Boa tarde a todos. Gostaria de parabenizar a todos pela elaboração desse projeto de lei.

Eu gostaria de colaborar da seguinte forma. Represento a Secretaria Municipal de Saúde. Nós trabalhamos para combater a violência contra a criança e o adolescente há muito tempo e temos que melhorar 1000%.



Uma primeira questão, bem rápida: o art.70-A vai estar dentro do art. 70 do Estatuto. O art. 70 do Estatuto está dentro do Título III Da Prevenção. Na hora em que vocês elaboraram o art. 70-A, em vez de manterem a palavra "prevenção" colocaram "destinados a coibir". Por que a opção de trocar a expressão "prevenção" por "coibir", (*palmas*) sabendo-se, em relação à violência contra a criança e o adolescente, como já foi dito aqui, da importância da prevenção e das ações educativas?

Dentro do art. 70, eu gostaria de deixar claro o seguinte: já existem políticas públicas para o enfrentamento da violência contra a criança e o adolescente. Temos que melhorar 1000%. Porém, a gente trata a questão da violência contra a criança e o adolescente nos principais tipos, que seriam a violência física, a violência psicológica, a negligência e a violência sexual. O castigo corporal é uma violência física. O tratamento degradante seria uma violência psicológica. Então tem uma questão aí...

Por que eu estou falando isso? Já existem instrumentos de notificação. Por exemplo, os profissionais de saúde têm que notificar, de acordo com o Estatuto, os casos de violência para o Conselho Tutelar. Então, o Ministério da Saúde já elaborou uma ficha de notificação em que há esses conceitos, como violência física.

Obviamente que eles podem ser aprimorados. Por isso que eu acho que essa lei está um pouco isolada. Essa lei tem que estar junto com as políticas já existentes, que não tratam especificamente do castigo físico. Temos que tratar do tratamento degradante, mas dentro do que já existe. A gente tem que conhecer a extensão desse castigo físico e do tratamento humilhante para introduzir ações de prevenção. Essa ficha, por exemplo, é uma informação e nós trabalhamos a partir dela. Não sei se eu estou deixando claro. Eu acho que tem que integrar...

Quando se fala que tem uma audiência com o Ministério da Saúde, eu imagino que isso tudo vai ser levantado. Não pode ficar isolado dessa forma. A gente trata disso mais em termos de violência física. Nós fazemos trabalho de prevenção. Nós temos cartilha sobre a violência física tentando explicar para os pais.

Para terminar, por exemplo, o inciso I do art. 70-A trata da promoção e realização de campanhas educativas. Eu acho que são muito importantes as campanhas educativas, só que tem muito mais. Eu acho que está um pouco limitado também aqui.

Vou dar só um exemplo. Eu tive o prazer de participar do Simpósio Nacional Contra o Fim dos Castigos Físicos e Humilhantes, em 2009 - na época, era tratado assim. Imediatamente, voltando para a Secretaria de Saúde, elaborei um projeto, que seria o pré-natal afetivo - que entreguei para a Angélica, minha xará, e não foi para frente. A ideia era haver uma parceria entre a Secretaria Municipal de Saúde com a Rede Não Bata, Eduque na tentativa da prevenção dos castigos físicos e humilhantes ainda no pré-natal, antes que a violência aconteça.

Nós temos uma rede de saúde. Acontece o pré-natal em toda a rede. Futuros



pais passam pelas unidades de saúde sem que se toque no assunto da violência contra a criança e o adolescente. Juntando o poder público e a Rede Não Bata, Eduque, poderíamos trabalhar em conjunto.

Portanto, acho que se pode especificar melhor, ir além das campanhas educativas. *(Palmas.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Muito obrigada pelas contribuições, Maria Angélica. Elas foram devidamente registradas e serão, sem dúvida, consideradas pela sabedoria que carregam.

Eu passo a palavra ao último inscrito, o Sr. Rodrigo Coelho, Conselheiro Tutelar de Bangu.

**O SR. RODRIGO COELHO DA SILVA** - Boa tarde a todos; boa tarde à Mesa.

Queria parabenizar, mais uma vez, a Dra. Eufrásia, pelo apoio que tem dado aos conselheiros tutelares do Município do Rio de Janeiro. Quero parabenizar também a Deputada Federal Liliam Sá e o Vereador Tio Carlos, do Município do Rio de Janeiro.

Eu venho aqui nesta tarde com um pouco de tristeza. Nós sabemos que Conselho Tutelar é um órgão de garantia de direitos. Infelizmente, hoje, no Município do Rio de Janeiro, nós não temos visto o Conselho Tutelar funcionar na prática. Nós temos visitado algumas instituições e em muitas delas nem comida há, como é o caso do Abrigo Nora Ney, entre Santa Cruz e Campo Grande, Deputado.

Sabemos que essa lei que está para ser implementada vai ser muito boa para garantirmos os direitos, mas quando nós chegamos aqui, nós não vemos os direitos da criança e do adolescente garantidos. Vemos aqui no art. 70, que fala das utilidades públicas e da união, e muitas das vezes não vemos essa união.

Deixa-me muito triste saber que só agora, recentemente, dentre os 10 conselhos que foram aprovados aqui nesta Casa, Vereador Tio Carlos, dois vão ser inaugurados agora: um vai ser inaugurado num CIEP e o outro vai ser inaugurado dentro de um contêiner. Isso nos deixa muito tristes, porque garantia de direito não sai de dentro de lata de sardinha. *(Palmas.)*

Precisamos, sim, ser respeitados, e não estamos sendo respeitados no Município do Rio de Janeiro. Há conselheiros no Rio de Janeiro que estão há quatro meses sem receber o seu pagamento. Eu não sei se muitos dos senhores têm ciência disso. Há conselheiro que não recebeu o seu pagamento e sequer está conseguindo chegar até o seu local de trabalho.

Na verdade, é preciso que o Secretário tenha sensibilidade neste momento. Estivemos lá na companhia da Dra. Eufrásia, que elaborou um documento junto à Prefeitura, para que tivéssemos resposta. E a resposta que tivemos, Dona Doracy foi que é assim mesmo, é isso mesmo. Entendeu? Como vamos garantir direitos



se nós, conselheiros, não temos os nossos direitos garantidos? Fica difícil.

Estou aqui trazendo mais um desabafo a esta Casa. Eu conto com o apoio do Vereador, da Deputada. Nós, conselheiros tutelares do Município do Rio de Janeiro, nós colocamos à disposição para resolver isso.

Eu sou um conselheiro que está no primeiro mandato, sou novo. Estou aqui com todo gás, mas encontro muitas barreiras, muitas dificuldades. Somos impedidos, no Município, de fazer muitas coisas. Precisamos de melhorias. Muitas vezes o Poder Público é omissa, não se faz presente, e nós temos que entrar nas comunidades e garantir os direitos sem nenhuma condição. Na verdade, nós temos que garantir direitos.

Nós não podemos mais, daqui para frente, ficar enxugando gelo. Precisamos, como o companheiro falou, de suporte técnico. Não queremos luxo; queremos dignidade. Está aí: no conselho do centro há uma escada imensa, onde o deficiente físico não pode subir, e a lei diz que o espaço público tem que ter condições adequadas de acessibilidade para o deficiente físico. No conselho de Bangu há esgoto saindo nas ruas, por onde o usuário passa; não tem ar-condicionado; não tem nada, sequer tem papel. Aí eu ouço da Secretaria, que dá suporte ao Conselho Tutelar, que, se não tem papel, temos que fazer parceria com a Associação Comercial, sabendo que quem tem que nos dar suporte é a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro!

Na verdade, mais uma vez, eu queria agradecer à Dra. Eufrásia pela contribuição que está nos dando, pelas orientações. Agradeço muito a Deus por ela ter nos ajudado.

Eu queria agradecer à Doracy, uma das militantes do Conselho Tutelar. A gente sabe o quanto essa senhora lutou e se, hoje, o Conselho do Município do Rio de Janeiro está onde está, foi graças à Doracy. Eu gostaria de pedir uma salva de palmas para a Dona Doracy. (*Palmas.*)

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Obrigada, Rodrigo.

Vou passar a palavra aos membros da Mesa, para que possam fazer as suas considerações, as respostas que acharem pertinentes. Eu vou começar passando a palavra à nossa professora...

Nós vamos fazer o seguinte encaminhamento: vamos conceder o prazo de 5 minutos para as pessoas que estão à Mesa, e começo com a Dra. Evelyn Eisenstein.

**A SRA. EVELYN EISENSTEIN** - Agradeço pela palavra. Eu queria responder ao pastor, à senhora, a quem já conheço há muitos anos; aos conselheiros tutelares e à minha colega da Secretaria Municipal de Saúde.





Como médica e pediatra, quando uma criança nasce, naquele momento, dois adultos, um homem e uma mulher, se tornaram pai e mãe, mas eles não aprenderam a ser pai e mãe. Não é instintivo ser pai e mãe. Maternar e paternar, cuidar e proteger uma criança, uma vida, é um relacionamento humano; é o que nós chamamos de "uma convivência". São três seres humanos crescendo ao mesmo tempo, e todas as partes, tanto esse pai quanto essa mãe e essa criança, estão crescendo nessa função e nesse relacionamento.

Médicos e pediatras, vemos muitas crianças e adolescentes com problemas, chamamos a atenção de pais e mães e os encaminhamos para a terapia e para tratamento. Queremos, realmente, o apoio legal, o apoio de Secretarias Municipais, condições.

O tempo todo estamos treinando os conselheiros tutelares. Estamos treinando juízes, advogados. Estamos ensinando a todos como se faz para ter uma convivência saudável, e concordo com todos vocês: não é um artigo de uma lei, mas é a prática diária, de todos os dias.

Nós, como sociedades e como profissionais - Conselhos de Medicina, Conselhos de Enfermagem, Conselhos de Serviço Social etc. - temos que estar educando a cada pai e a cada mãe, a cada Estado e a cada Município e a cada Prefeitura. E por quê? Porque é de baixo para cima que se forma uma sociedade. Não é só uma lei lá no Congresso que vai modificar a nossa sociedade.

Estive presente quando da elaboração do art. 8º do Estatuto da Criança e do Adolescente, coisa da qual muito me orgulho até hoje. Não tem o meu nome na frase do artigo 8º, mas eu sei que ele trabalha o binômio mãe/filho o tempo todo. Há 35 anos, profissionalmente, eu trabalho o binômio pais/filhos; crianças, adolescentes, pais e sociedade. Eu acho que no momento em que essa lei for aprovada... Nós tivemos, sim, que batalhar 21 anos para o Estatuto da Criança e do Adolescente ser implementado em cada esquina, em cada política pública.

Posso até falar aqui que, no momento, um Prefeito do Brasil está nas redes sociais, na Internet, sendo chamado de inimigo público número um das crianças e dos adolescentes brasileiros, porque hoje em dia nós também temos o apoio das redes sociais.

As redes sociais são aquilo que antigamente era o silêncio. Hoje, como cidadãos, nós temos a força das redes sociais; temos a Rede Criança e Adolescente, temos a Rede Criança e Paz; temos várias redes sociais sobre infância e adolescência, e posso lhe citar dez de que faço parte, como a Rede Nacional da Primeira Infância.

Então, do que nós precisamos, realmente, Angélica, é unir Poder Público, poder privado e sociedade; unir as várias partes da nossa sociedade em uma causa única, como já falamos, suprapartidária, que é a criança e o adolescente brasileiro.

Obrigada. (*Palmas.*)



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Érika Kokay) - Obrigada à Profa. Evelyn.

Passo a palavra, neste momento, à nossa Defensora Pública, que aqui representa a Subcoordenadoria do Sistema de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, a Dra. Eufrásia Maria das Virgens.

**A SRA. EUFRÁSIA MARIA SOUZA DAS VIRGENS** - Quero reforçar aqui o compromisso da Defensoria Pública no apoio a esse projeto de lei.

Sobre o que foi colocado aqui, reitero a importância do projeto, como já foi dito pelas pessoas que me antecederam, pela Profa. Evelyn inclusive. A importância do projeto de lei é trazer uma especificidade; é colocar por escrito que a criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados pela família, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis ou por pessoa encarregada de cuidar, tratar, educar ou vigiar sem o uso de castigo corporal ou de tratamento cruel e degradante como forma de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto.

Então, acho que a importância é trazer essa especificidade na garantia desse direito de criança e adolescente, que sabemos, podemos inferir do que já está previsto na Constituição e no Estatuto, mas reitero que é importante isso estar colocado da forma como está, assim como a previsão das medidas de prevenção e das políticas públicas também.

Em relação ao que foi dito pelos conselheiros tutelares, também reafirmo que a Defensoria Pública, como instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbida de prestar assistência jurídica integral e gratuita, também está, como sempre esteve, à disposição dos conselheiros tutelares. Fizemos realmente, na sexta-feira passada, um encaminhamento para os defensores do Núcleo de Fazenda Pública a respeito da falta de pagamento dos salários dos conselheiros. Foi feito, pelo Dr. Fabrício, colega do Núcleo de Fazenda Pública, um ofício à Secretaria Municipal de Assistência Social para que o Município tenha a oportunidade de se manifestar antes de qualquer ação judicial.

Esse tem sido um procedimento nosso, não só em relação a esses casos como em relação à falta de creches para crianças, à falta de acesso à educação infantil e a outras questões. Temos feito sempre, por cautela, o pedido administrativo de informação, até mesmo para instruir a ação judicial.

Em relação a sobre ser possível educar sem violência, acho que esse é um caminho. Todos os conselhos de direitos - e a Defensoria Pública integra o Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente -, todas as conferências de direitos da criança, tanto a nacional como a estadual e a municipal, têm sempre reafirmado o direito de crianças e adolescentes a crescerem sem violência. Os pais podem e devem educar, mas temos que entender que é incompatível a educação com a violência, com a utilização de força física ou com a humilhação.

Temos que partir desse projeto de lei, a partir do momento em que ele estiver



aprovado, como bem disse a Doracy. Se o Estatuto, que tem 21 anos, ainda não foi implementado, esse é mais um motivo para lutarmos pela implementação, não para considerarmos que ele seja desnecessário ou menos importante.

Ouvimos, muitas vezes, alguns operadores do Direito dizerem que o Estatuto é muito avançado para o Brasil, e eu sempre digo que nós é que ainda estamos - em especial a Administração Pública - muito atrasados na efetivação dos direitos de crianças e adolescentes, previstos com prioridade absoluta. (*Palmas.*) A própria Constituição de 1988 foi um marco importante.

Só para terminar, faço referência à Constituição e à Convenção sobre os Direitos da Criança, ratificada pelo Brasil em 1990, como importantes instrumentos de trabalho.

A Constituição de 1988, embora careça de implementação e efetivação, é um marco histórico importante para o retorno da democracia ao Brasil, superando - e vou me permitir citar Chico Buarque - uma *"página infeliz da nossa História, passagem desbotada na memória das nossas novas gerações"*.

Sempre lutamos pela efetivação dos direitos e pela superação da negação deles.

Obrigada a todos e boa tarde.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Érika Kokay) - Muito obrigada à Dra. Eufrásia.

Concedo a palavra à Secretaria Executiva da Rede Não Bata, Eduque e da Fundação Xuxa Meneghel, Angélica Goulart.

**A SRA. ANGÉLICA GOULART** - Esclarecemos que nós, da Rede Não Bata, Eduque, falamos pouco da rede porque havia muitas crianças presentes. Quisemos fazer um discurso para elas, a fim de que entendessem um pouco por que essa lei existe, o que se está pretendendo, qual a proposta. Foi até um cuidado, porque elas vão voltar para casa e se encontrar com seus pais. É um assunto muito delicado, com o qual precisamos lidar com muita atenção.

Esta semana fui falar em um espaço no Rio de Janeiro, e havia uma criança, de cerca de oito anos, presente. Tive muito cuidado, por causa da presença da criança, de realçar que ninguém estava culpando pai e mãe; que, realmente, seria algo para a construção no futuro. Essa criança fez um cartaz para mim. Quando a mãe percebeu que ela estava fazendo aquele cartaz, se retirou. A criança não queria ir embora antes de entregar o cartaz, que dizia assim: *"Eu concordo plenamente com você. Parabéns!"*.

Foi algo muito delicado. A presença da criança é perfeita, tem tudo a ver, mas sabemos que deve haver muita delicadeza na abordagem do tema.

A Rede Não Bata, Eduque é um movimento social. Ela não tem, necessariamente, condição de encaminhar - até conversamos, na ocasião, sobre isso, Angélica - uma política pública. Temos possibilidade de firmar parcerias, não



financiamento. Temos condições de estar junto, por exemplo, não só o pré-natal afetivo, como todo um programa de visitação familiar.

Reporto-me ao Deputado do Rio Grande do Sul, porque esse Estado é referência em termos de política pública para a primeira infância, com o projeto PIM - Primeira Infância Melhor -, que, através da visitação familiar, realiza um trabalho preventivo da violência.

Há vários projetos muito legais. Acho que podemos compor, sim. Ainda está em tempo. Agora, a questão da primeira infância está em pauta, está sendo muito discutida; estão se formando, realmente, políticas para atender a primeira infância.

Quanto ao projeto de lei, ele foi formulado a muitas mãos, com especialistas do Direito, e todos os Ministérios participaram - o Ministério da Justiça, o da Educação, o do Desenvolvimento Social e o da Saúde, a Secretaria de Direitos Humanos, além da Presidência da República.

Pouco se falou que esse projeto foi apresentado pelo Executivo. Quando é um projeto do Executivo, deve-se ter o maior cuidado para que ele não tenha nenhuma falha. Ele pode estar, em alguns aspectos, em aberto, porque a natureza do projeto é essa mesma, para que ele se complemente nesse debate público com a sociedade a respeito dele.

Eu acredito que, quando chega a um hospital uma criança, e o médico ou os profissionais da saúde fazem uma notificação, é porque se trata de uma violência que realmente deixa marcas. A maioria dessa violência não chega aos hospitais. Isso é óbvio.

A Dra. Evelyn está aqui, ela trabalha nessa causa há muito tempo. Sabemos que tomamos conhecimento de um pedacinho da realidade.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. ANGÉLICA GOULART** - Não, inclusive nos hospitais.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. ANGÉLICA GOULART** - Sim, mas essa é a proposta da lei. Inclusive, a proposta de lei das Deputadas na Comissão Mista é exatamente envolver a saúde da família, envolver de outro jeito, com presença efetiva. Muitas vezes, o médico ou o professor não percebe ou não tem um olhar treinado. Isso não quer dizer que estejamos falando dos profissionais, não. Estamos falando de uma realidade que muitas vezes impede que aquele olhar perceba aquela situação dentro da sala de aula.

Então, é preciso que esses profissionais passem por uma formação. Na saúde, eu acho que até a notificação compulsória é muito mais antiga. Houve tempo de ela amadurecer mais.



*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. ANGÉLICA GOULART** - Sim. Mas, o que estamos falando aqui? Que é importante que todos nós que temos atenção, que somos militantes dessa área, acompanhamos todos esses processos. Vamos aperfeiçoar todos esses processos. Agora, uma coisa não pode acontecer: deixar passar e continuar esperando, com os avanços civilizatórios do debate, e que as crianças continuem tendo sua integridade física violada.

Essa lei é um marco moral, como disse a Deputada Érika, para a sociedade entender que não pode bater em criança. Não pode! Então, não vamos olhar para trás, em quem bateu. Não vamos visitar as nossas histórias, porque é doloroso fazer isso. Vamos olhar para frente. Daqui para a frente, não vamos mais aceitar que as crianças tenham sua integridade física violada. Vamos olhar para as nossas políticas públicas e realmente fortalecê-las e nos juntar para que possamos traduzir isso em bem estar e qualidade de vida para todos, inclusive para as crianças.

Quanto ao Conselho Tutelar, é perfeito. Quem é trabalhador da infância, trabalhador dessa área, especialmente nós, deve olhar com muita atenção, estar ao lado dos conselheiros tutelares para que haja realmente uma política de formação e constituição, que as Prefeituras sejam cobradas, que realmente se criem condições de trabalho para os conselheiros, porque eles não têm condições de trabalho. São coisas assim, mas uma coisa não invalida a outra. Eu estava querendo chegar aí. Não é porque ainda não conseguimos atingir totalmente os pressupostos e princípios do nosso estatuto que não vamos olhar para onde poderíamos avançar com ele.

Quanto à questão do castigo corporal, a Deputada Teresa Surita, semana passada, deu uma entrevista na *Globo News*. Alguém falou da mídia aqui. Eu achei muito interessante, porque as imagens mostradas na televisão, quando se falava em palmada, eram a de um pai segurando o filho por um braço e batendo com muita força, várias vezes. Se neste País não precisássemos de uma lei para proibir isso, aquelas imagens não passariam com impunidade. Não passariam!

Então, acho que é óbvio que temos muito o que aperfeiçoar. Nós não somos perfeitos, não somos infalíveis, não somos donos da verdade, não sabemos tudo. Para isso, estamos fazendo essa peregrinação por todas as instâncias, que abrem um espaço para debate, discussão, para que complementemos e aperfeiçoemos o nosso ideal de proteção integral às crianças.

Obrigada. *(Palmas.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Deputada Érika Kokay) - Obrigada, Angélica.

Passo a palavra à nossa Relatora, Deputada Teresa Surita.

**A SRA. DEPUTADA TERESA SURITA** - Acredito que o que foi colocado aqui mostra, antes de mais nada, a importância dessa alteração que será feita no





ECA.

Anotei, e espero não deixar nenhuma pergunta sem resposta, as perguntas a que acho tenho a obrigação de responder. Antes, eu gostaria de dizer que, como Relatora, estou aberta para qualquer tipo de sugestão, debate. Coloco-me inclusive à disposição, porque considero esse trabalho muito importante.

Fui Prefeita da Capital do Estado de Roraima por 3 vezes, onde fiz um grande trabalho com crianças e adolescentes. O nosso desafio era implantar o ECA 100% nos Municípios. Confesso que não foi fácil e que não conseguimos 100%. Mas as políticas públicas que implantamos e a rede de proteção à criança e ao adolescente, começando na família, colaboraram para a diminuição da violência entre os jovens de 67%. Esses dados não são de pesquisa da minha cidade, mas do Ministério da Justiça. Com as políticas que implantamos, confesso que também fui acusada de proteger bandido, quando se tratava de menino infrator. Muitas políticas não foram compreendidas até se ver o resultado. Entendo que essa lei significa um pouco isso.

Quero então esclarecer algumas coisas. Primeiro, nós no Legislativo podemos estabelecer as normas, que é o que estamos fazendo; escolher a melhor palavrinha para determinados lugares - se é coibir ou se é prevenir.

Por exemplo, no § 4º do art. 70, considero muito abrangente a formação continuada dos profissionais que atuam na promoção dos direitos de crianças e adolescentes. Que profissionais? A quem estamos reportando isso? São esses ajustes que entendo que precisam ser feitos com clareza.

Podemos estabelecer as normas, mas quem faz acontecer é o Executivo. A nossa preocupação é tanta que estamos realmente procurando o Executivo. Como a Deputada Érika disse, já falamos com o Ministro da Educação. Estamos com técnicos da Secretaria da Educação junto com consultores que inclusive estão nos acompanhando nesta audiência, para ajustar essas brechas, que depois fazem com que não funcione do jeito que esperamos. Quem faz acontecer é o Executivo, mas quem cobra é a sociedade. A partir do instante em que a sociedade cobra, teremos resultado.

Entendo que hoje essas passeatas que estão sendo feitas contra a corrupção têm mais força do que qualquer passeata feita por organizações oficiais, porque é a população que está cobrando a mudança de comportamento daquilo que eles não aceitam dos políticos. Isso também com relação a tudo, principalmente à questão das crianças e dos adolescentes, um assunto tão polêmico como esse.

O pastor faz uma pergunta direta: "*O que vai acontecer?*" Eu vou tentar dar uma resposta direta. O que garante essa alteração na lei? Ela garante que as crianças tenham o direito de serem educadas sem o uso de castigo corporal cruel ou degradante.

Castigo corporal cruel ou degradante não está especificado hoje no Estatuto da Criança e do Adolescente. E isso faz toda a diferença. Como é que ela vai atuar?



Ela vai atuar integrando a União, os Estados e os Municípios; articular de forma integrada na elaboração de políticas públicas e execuções de ações destinadas a prevenir ou coibir o uso de castigo corporal, tratamento cruel ou degradante, tendo como principais ações - e aí vem o que deve ser feito: as campanhas educativas. Quando a imprensa compreender o que significa esse projeto e explicar para a sociedade, eu tenho certeza que todos os pais vão querer se informar e ser pais melhores, porque é o que todos eles querem. Quando os pais passam dos limites, eles sabem e também se arrependem.

Eu falei agora há pouco para a Angélica que nós não estamos aqui com o direito de julgar ninguém e muito menos de falar em punição, porque já existe no Código Penal a punição quando a criança ou o adolescente corre risco de vida. Agora, com as campanhas educativas, os pais terão oportunidade de serem assistidos, porque não é fácil educar. A criança não nasce com uma bula dizendo "*eduquem-me assim*". Vai-se aprender realmente com a convivência. Nós somos pais imperfeitos, porque somos seres humanos. Agora, nós temos a capacidade de melhorar a cada dia, e cabe ao Estado garantir isso.

Então, as campanhas públicas vão ajudar muito no esclarecimento de como educar. Aí se fala na integração do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Conselho Tutelar, enfim, todos os órgãos voltados para a criança e o adolescente. Então, vamos para a realidade.

Onde se vá neste País, as pessoas reclamam dos Conselhos Tutelares, que não funcionam da forma como esperam. Vamos separar Conselho de conselheiros. Nós temos a lei mais avançada do mundo com relação a Conselho. Só o Brasil tem Conselhos. Agora, nós não temos hoje também Conselhos equipados e conselheiros capacitados para atuar da forma como é preciso em muitos momentos.

A criança chega no hospital ou no pronto socorro. Lá tem a ficha, mas não é obrigatório. E quando se preenche a ficha, uma via vai para a Secretaria de Saúde e a outra fica no hospital. Não é isso? (*Pausa.*) Vai para o Conselho Tutelar. Nesse Conselho Tutelar, que nem sempre está capacitado para dar o atendimento, a coisa se perde. Então, quando se fala em melhorar 1000%, é o que está aqui no ajuste da lei.

Quando colocarmos - e aí eu quero ser muito clara - as políticas públicas já existentes para que de fato funcionem integradas, a coisa não se perderá.

Capacitar o Saúde da Família é um caminho que eu considero dos mais importantes, porque os agentes da saúde estão dentro das casas para identificar onde há violência. Quando se fala em capacitar profissionais, não é porque são incompetentes, mas porque não têm, muitas vezes, a capacitação para o atendimento. Quando se fala em capacitar os profissionais para que deem o desdobramento necessário, num protocolo integrado entre educação, saúde e Conselho Tutelar, garante-se que a coisa possa funcionar.

Na questão da punição, não vai haver interferência na família o que está escrito



nessa lei. Vai haver assistência. E onde se encontrar e se identificar a violência, essa assistência entrará, dará condições para que essa família saia da crise. É muito delicado falar do limite de um castigo. Muitas famílias perguntam: "*Qual é o limite?*" É a dor. Não se pode interferir numa família dizendo o que ela vai fazer dentro de casa. Isso cabe a cada um. E quando houver qualquer situação em que se passou do limite e que se aponta no Código Penal, a lei já pune. Não será essa mudança na lei que vai fazer a punição.

Nós falamos sempre na questão de assuntos subjetivos quando se refere a sentimentos e educação. Aqui foi dito por várias pessoas que a criança quer fugir de casa quando é maltratada. Eu realmente sei que isso é verdade, inclusive através de pesquisas. Por quê? As crianças têm pensamentos mágicos. Elas ainda não estão formadas. Cabe aos pais proteger. Cabe ao Estado dar condição para que os pais protejam seus filhos. E cabe uma lei para que a coisa aconteça de fato.

Temos os caminhos para fazer com que a coisa aconteça de fato, que são o Saúde da Família, os hospitais capacitados, as campanhas educativas e as escolas. Pode-se trabalhar nas escolas de forma muito intensa para que os pais sejam educados ou orientados sobre como tratar os seus filhos: na hora da matrícula; reuniões de pais e mestres. Ou seja, são vários os mecanismos que podem ser utilizados.

Eu não sei se vejo com muita clareza aquilo que precisa ser seguido, mas entendo que cabe mais à sociedade tomar consciência do que é possível fazer do que as dificuldades que se podem colocar para dizer que isso não vai funcionar.

Sem dúvida nenhuma, é uma mudança de comportamento. No dia em que fui dar entrevista na *Globo News*, como a Angélica colocou, tinha uma tarja na tela dizendo: "*Lei da palmada vai punir os pais*". É contraditório, porque atrás tinha a imagem de uma mãe batendo muito no filho, batia seguidamente, várias palmadas. Então, é confuso. Essa mudança de comportamento vai acontecer realmente com o mudar das gerações. Não digo nem os nossos netos, mas talvez os filhos dos nossos netos estarão comemorando um outro momento. Cabe a nós dar o início, organizar para que isso aconteça.

Aos Conselhos, eu digo o seguinte - eu já tenho conversado muito sobre isso com a Deputada Érika: essa discussão precisa ser aberta. Os Conselhos são importantíssimos, mas realmente precisam de estrutura, de capacitação e de condições para que funcionem. Se a responsabilidade deles é ser o elo para que as coisas de fato aconteçam, não podem ficar tão soltos, tão dispersos como estão hoje.

Eu espero que eu me tenha feito entender, porque se trata de um assunto realmente delicado, um assunto que mobiliza. Mas eu tenho certeza de que, através de passos como este que estamos dando, vamos fazer a mudança necessária, vamos mudar essa realidade da agressão física, principalmente da agressão emocional velada, dentro de casa.



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Érika Kokay) - Obrigada, Deputada Teresa Surita. (*Palmas.*)

Passo a palavra agora à Deputada Liliam Sá, para que possa fazer suas considerações finais.

Nós temos um limite de tempo, pois devemos entregar o plenário às 18 horas.

**A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ** - Sobre as minhas considerações finais, em primeiro lugar, quero cumprimentar a Mesa pelo excelente nível do debate. Foi muito bom trazerem à Casa esses esclarecimentos - esta Comissão, a Presidenta, Deputada Érika Kokay, Teresa Surita, a Angélica, que está nessa rede.

Se todos tivessem a consciência de colocar, no seu carro ou na sua casa, "*Não bata, eduque!*", e, principalmente, se todos lutassem por mais educação para nossas crianças, acho que este Brasil seria melhor.

Nós sabemos que a lei precisa ser aperfeiçoada. Maria Angélica disse muito bem: nós precisamos integrar todos os Poderes principalmente à saúde. A minha querida Eufrásia já me socorreu muitas vezes, nessa questão de atendimento pelos hospitais. Certa vez, ela atendeu a uma menina que teve a vagina queimada por uma colher quente. Por que ela entrou no processo para nos ajudar? Porque não havia sido feita essa fichinha. E quem são os meus olheiros dentro dos hospitais? As enfermeiras. Foram elas que ligaram para a Comissão dos Direitos da Criança e do Adolescente, cujo Presidente está aqui e que tem o mesmo telefone, o 0800-2829-996. A Comissão foi até lá e nós intervimos nesse caso, senão a criança iria retornar para a casa daquela mãe, que iria agredi-la novamente. E essa menina poderia ir até a óbito, como ocorre com tantas crianças por aí.

Os Deputados vieram aqui, o Deputado do Rio Grande do Sul, com sua experiência, veio até aqui, contribuir para que a sociedade possa entender melhor o teor dessa lei, entender o que nós queremos com essa lei. Nós não queremos interferir na educação familiar, mas queremos que as nossas crianças sejam educadas com responsabilidade, com carinho, amor e atenção.

Deixo para os pais nesta tarde o seguinte: você, pai, você, mãe, antes de perder a paciência, conte até dez. E lanço um desafio a você, que vai ter de aceitar. Se você quiser ser um pai ou uma mãe melhor, tem que se desafiar e fazer com que a sua criança passe a te respeitar por aquilo que você é. Você não pode deixar de sentir que é o provedor daquela casa, é quem está educando e levando aquela criança para o caminho certo. A palavra de Deus diz: "*Ensina à criança o caminho que ela deve seguir e jamais ela vai se desviar dele*". Então, se você criar seu filho com educação, sem castigos corporais e sem violência, ele vai crescer num mundo melhor e vai reproduzir o que você ensinou. Então, eu lanço este desafio para você, pai e mãe: que aprenda a cuidar do seu filho, aprenda a educar o seu filho sem precisar usar a violência física.



Violência gera violência. É por isso que nós vemos tantas pessoas, às vezes, ficarem nervosas no trânsito, sacar a arma e dar tiro no outro. Tantas pessoas perdem a cabeça por nada. E você não pode perder a cabeça na hora de educar o seu filho, você não pode perder a cabeça na hora em que seu filho ou sua filha fizer uma má-criação, atirar alguma coisa nessa criança, bater nessa criança, espancar essa criança, puxar o cabelo dela, tacar a cabeça dela na parede, bater nela com correia, bater nela com fio.

Existem, neste momento em que nós estamos discutindo essa lei, crianças chorando, crianças sendo espancadas, crianças sendo violentadas, e nós estamos aqui fazendo o nosso trabalho.

Nós somos, agora, Teresa, Érika, Angélica, Eufrásia e a doutora que está ali, um grito surdo no meio da multidão, porque todo mundo está contra nós. Mas nós vamos ser ouvidas, e as pessoas vão entender melhor o que queremos para as nossas crianças, para os nossos adolescentes.

Só quero agradecer ao Carlos mais uma vez. Espero que você continue defendendo os direitos da criança e do adolescente aqui no Município. E quero dizer aos Conselheiros Tutelares: nós sempre lutamos muito por vocês aqui nesta Casa. Temos que fazer com que o Prefeito desta cidade entenda a importância do Conselheiro Tutelar, pois quando uma criança é agredida e vai para um hospital, a primeira pessoa com quem ela tem contato é o Conselheiro Tutelar. Por isso, precisamos ter um local adequado para receber essas crianças.

Estamos aqui dando a nossa força. Há um projeto de autoria do Deputado Molon que trata dos Conselhos Tutelares e ao qual poderemos apresentar emendas também. Vamos lutar para que essa rede de proteção à criança e ao adolescente venha a ser cada vez mais fortificada para proteger a integridade física e moral das nossas crianças.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Érika Kokay) - Muito obrigada, Deputada Liliam Sá.

Estamos chegando ao final da nossa audiência e queremos deixar claro, primeiro, que o projeto não estabelece formas de responsabilização que já não estejam previstas hoje tanto no Estatuto da Criança e do Adolescente, das medidas cautelares, quanto no nosso Código Penal.

Dessa forma, quem faz a discussão contra o projeto, dizendo que os pais vão ser presos, que os pais vão ser encarcerados, está fazendo uma discussão fora da própria verdade, está fugindo à verdade, nessa intenção dolosa ou culposa, está fugindo da própria verdade. O projeto não estabelece punições que não sejam as já previstas hoje.

Portanto, queremos fazer uma discussão concreta e honesta. A discussão honesta é sobre o que diz o próprio projeto. Estamos abertos a fazer essa





discussão com o conjunto da sociedade. Mas fazer ilações que não correspondem à verdade significa não fazer o bom debate, não fazer a discussão honesta e tentar ganhar a opinião pública de forma violenta, porque fere a própria essência do projeto.

Como eu disse, o projeto não estabelece punições e nem se arvora o Estado no direito de educar. Educar é uma função do conjunto da sociedade, mas, particularmente, da família. Essa função não é substituída pelo Estado. O Estado não se dispõe, nem a lei se dispõe a dizer como os pais têm que fazer a educação. Apenas estabelece condições, dentro da dignidade humana, para que a convivência possa se estabelecer.

E dizer que estamos invadindo a competência dos pais, porque um projeto diz que toda criança tem o direito de viver sem castigos corporais, é fazer um reducionismo extremamente perigoso e nefasto para nossas crianças e adolescentes, é reduzir o ato de educar a bater, ao castigo físico. E castigo físico não é educação. Todos os estudos apontam nesse sentido. Muitas vezes, a reação dos pais em relação às crianças, através do castigo corporal, do castigo físico, não é algo pensado do ponto de vista pedagógico. É muito mais um arroubo, uma impotência, uma falta de condições de buscar mecanismos para transformar ou para modificar uma atitude do que algo pensado como método pedagógico, educativo.

Portanto, não há nenhuma comprovação de que bater é educar.

De Zilda Arns há uma frase que me parece absolutamente esclarecedora: *"Quem bate para ensinar apenas ensina a bater e não ensina de fato as nossas crianças e os nossos adolescentes"*.

Achamos extremamente oportunas as observações, tanto do ponto de vista de aparelhar quanto do de dar condições de funcionamento ao Conselho Tutelar. Temos, inclusive, um projeto na Câmara dos Deputados que visa responsabilizar os Municípios. Os gestores têm que ser responsabilizados quando não dão condições de funcionamento e manutenção aos Conselhos Tutelares, que são órgãos de proteção (*palmas*). Eles não executam as medidas de proteção, eles aplicam essas medidas; quem as executa é o próprio Estado, que tem de ter rede para que isso se faça, e muitas vezes o Conselho Tutelar funciona sem a retaguarda do Estado ou do Governo para poder implementar as políticas de proteção.

Fazemos parte - as Deputadas Liliam Sá, Teresa Surita e eu - da Coordenação da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e estamos atentas a essa discussão dos Conselhos Tutelares. Estamos propondo a integração das políticas com esse olhar. É preciso relacionar e integrar as políticas públicas, porque, se elas não forem interrelacionadas, não serão eficazes. Os direitos humanos são indivisíveis e interrelacionados; não se consegue manter um direito se houver violação de outro direito. Por isso, também não podem ser hierarquizados. As políticas públicas que asseguram os direitos, da mesma forma, têm de ser interrelacionadas, e queremos fazê-las com esse



olhar.

Na saúde, queremos introduzir a temática na política de atenção à saúde mental em todas as suas esferas, inclusive na atenção primária, que ainda é extremamente precária, porque se lida muito com a doença, não com o conceito de saúde, que é o conceito de qualidade de vida, que significa felicidade. Saúde, portanto, é felicidade, não é só o contraponto à própria doença. E queremos trabalhar com a saúde mental, com o PSF, do ponto de vista preventivo, e também com o pré-natal.

O pré-natal é uma oportunidade de se pensar o que significa a "maternagem" e a "paternagem". Queremos que os equipamentos públicos se unifiquem e se articulem nesse sentido. Por isso estamos fazendo essa discussão com os membros do Executivo, como aqui já foi dito pela Deputada Teresa Surita.

Por fim, gostaria de dizer que, muitas vezes, quando as crianças ainda estão em gestação, ainda estão no útero, os pais já destinam o espaço que elas terão para resolver os fantasmas deles próprios - pais. Assim, se o pai não foi amado, ele quer que a criança seja amada; se o pai não estudou, ele quer que a criança estude; enfim, os pais querem que a criança tenha algum espaço de realização dos desejos paternos e maternos. Então, o exercício de fazer da criança um ser autônomo, um sujeito, uma pessoa, é um exercício a ser construído. A criança não pode ser um reflexo dos desejos dos pais, porque ela é uma pessoa; ela não pode ser um receptáculo vazio para reproduzir apenas os desejos dos próprios pais, sem espaço para vivenciar sua própria subjetividade.

Essa discussão nós já superamos - e aqui já foi dito isso também - com relação à violência contra a mulher. Muitas vezes, as mulheres eram consideradas apenas reflexos dos desejos dos seus maridos. Elas não tinham o direito de viver como pessoas; hoje temos uma lei, um instrumento legal, que estabelece as condições para coirmos e transformarmos essa realidade.

Quando se falou em abolir a palmatória, deve ter havido alguma resistência. Os professores podem ter pensado que se queria tirar o direito deles de educar e hoje isso está legitimado, ninguém admite mais as palmatórias, literais ou metafóricas. Não se admite mais palmatória na escola; portanto, não há de se admitir as palmatórias literais ou metafóricas dentro de casa também. Isso não significa interferir no processo de educação, mas apenas estabelecer limites para a existência e a dignidade humana e para o exercício dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

Queremos agradecer a todos a presença nesta audiência pública e também, mais uma vez, ao Presidente desta Casa e à Deputada Liliam Sá, autora da iniciativa de realização desta audiência pública. E queremos, neste momento, devolver aquilo que nos foi emprestado: a presidência desta audiência pública, que nos foi cedida de forma generosa, carinhosa e competente pelo Vereador Tio Carlos.

Então, queremos devolver a presidência desta reunião de audiência pública a quem de direito: o Presidente da Comissão Permanentemente de Defesa dos



Direitos da Criança e Adolescente, o Tio Carlos, agradecendo imensamente.

Portanto, Vereador, assumo o que lhe é de direito (*Palmas.*).

**O SR. COORDENADOR** (Vereador Tio Carlos) - Praticamente não me resta mais tempo nenhum, porque temos outra audiência, às 18 horas. Mas quero, primeiro, agradecer e dizer que esta Casa teve uma tarde especial, pois viveu a honra de realizar esta discussão, que, registro de forma também bastante especial, contou com a participação de todos.

Eu teria muita coisa para falar, porque ouvi bastante e também porque posso dizer que fui uma criança vítima, eu sou PhD em violência por parte de pai - apanhei de pau, apanhei de tudo. Minha mãe foi para o céu muito cedo, e eu fui educado com base naquela educação italiana de acordo com a qual se aprende apanhando. Lamento, mas não deixei de amar o meu pai. Deus me deu a oportunidade de ser pai - tenho três filhos -, e procuro conduzir a educação deles sem bater.

Posso dizer que este é um momento muito especial e que vamos caminhar (*Palmas.*). Esse é um passo a que a Comissão dos Direitos das Crianças e Adolescentes da cidade do Rio de Janeiro vai dar continuidade.

Nós queremos participar dessas discussões, fomentar idéias e, mais do que isso, ouvi-los, porque quando ouvimos aqui, por exemplo, os conselheiro... Estive com eles há mais ou menos um mês. É muito preocupante, porque as crianças têm as suas leis, a exemplo do Estatuto da Criança e do Adolescente, que está fazendo 21 anos e que é maravilhoso no papel. No papel, repito. Mas a realidade, nós acompanhamos, e quero levantar essa discussão, porque Brasília precisa nos ajudar nesse sentido, o Congresso precisa avaliar a posição dos Conselhos Tutelares, porque essa é uma legislação federal (*palmas*), mas nos tornamos impotentes. Estamos à míngua, esperando a boa vontade do Executivo Municipal.

Nós votamos, mas temos mais de 6 milhões de habitantes na cidade do Rio de Janeiro, e a determinação do CONANDA é no sentido de que cada 100 mil habitantes tivéssemos um Conselho Tutelar instalado. Na verdade, instalamos aqui com muito esforço, dez. Temos dez, Srs. Deputados, e conseguimos aprovar lei que prevê mais dez. Ainda assim, serão 40 a menos, e estamos aí esmolando para conseguir implantar mais dois. Quer dizer, teremos no ano que vem 12, não 20. Mas mesmo assim, como foi colocado, sem condição de trabalho.

Então, acredito que, com a sensibilidade dos Deputados aqui estão, poderá ser revista a questão dos Conselhos Tutelares.

Quanto às dificuldades, por mais que digam, está na Constituição que a criança é prioridade no atendimento (*palmas*), por exemplo, na área da Medicina. E aqui na cidade do Rio de Janeiro há esse problema que é nacional: nós não temos pediatras para atender as nossas crianças nos hospitais. O PSF não tem Pediatra. E aí, questionamos: por que isso, se a criança é prioridade? Não é isso



o que está na lei, na Constituição, no Estatuto da Criança e do Adolescente? Então, mais do que isso, cumprimos o nosso papel.

Tenho de terminar agora, mas repito que me senti honrado. A Câmara de Vereadores ficou extremamente honrada. E vou relatar ao Presidente desta Casa.

E, por fim, quero dizer mais: aqui, de forma muito especial, de forma humana, temos de fazer mais do que só lamentar. E essa proposta, esse projeto de lei precisa avançar, porque não adianta olharmos as manchetes sobre violência e, então, ficarmos preocupados.

Isto está acontecendo neste instante: crianças estão sendo violentadas, massacradas. É o caso, por exemplo, da pedofilia, prática que está ali, muitas vezes, sendo acobertadas por parentes. É um crime que acontece, na maioria das vezes, nos lares. E aí não adianta só o lamento, temos, sim, de partir para a ação.

Então, quero parabenizar os Deputados que participam dessa Comissão e da Frente e me colocar, mais do que nunca, como um soldado nessa luta, que vai ser grande, conforme foi dito. Essa lei não dará voto, essa lei vai funcionar na contramão do voto. *(Palmas.)* Mas temos de assumir esse compromisso, porque queremos educar, queremos salvar. E só assim podemos participar.

Fiquem com Deus, que Deus os abençoe. E essa luta vai precisar de muita força e muito amor no coração.

Parabéns a todos.

Está encerrada a nossa audiência *(Palmas.)*.

Muito obrigado.

---

Documento 7/12

---

1689/11  
PLENÁRIO PRINCIPAL - CD

Sessão  
REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

19/10/2011  
19:07

---

### ***Sumário***

**Comissão Especial PL 7672/2010 - Castigos corporais. Discussão sobre assuntos internos atinentes à Comissão.**

---



**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO**

**NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES**

**TEXTO COM REDAÇÃO FINAL**

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

**COMISSÃO ESPECIAL - PL 7672/10 - EDUCAÇÃO SEM USO CASTIGOS  
CORPORAISEVENTO: Reunião OrdináriaNº: 1689/11DATA: 19/10/2011INÍCIO:  
19h07minTÉRMINO: 19h12minDURAÇÃO: 00h06minTEMPO DE GRAVAÇÃO:  
00h06minPÁGINAS: 2QUARTOS: 2**

**DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO**

**SUMÁRIO:** Discussão sobre assuntos internos atinentes à Comissão.

**OBSERVAÇÕES**

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Declaro aberta a quinta reunião extraordinária da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 7.672, de 2010, do Poder Executivo, que "*altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos corporais ou de tratamento cruel ou degradante*".

Eu gostaria de saber se algum Parlamentar solicita a dispensa da leitura da





ata. *(Pausa.)*

Está dispensada a leitura da ata.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

Estamos aqui para discutir a participação na próxima audiência pública, que se realizará no dia 25 de outubro, às 14h30min, no Plenário 5 do Anexo II da Câmara dos Deputados, em desdobramento ao que já foi aprovado por esta Comissão: discussão com especialistas.

Temos os seguintes nomes: Dr<sup>a</sup> Eufrásia Maria Souza das Virgens, Defensora Pública da Coordenadoria de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; Dr<sup>a</sup> Evelyn Eisenstein, Médica Pediatra e Clínica de Adolescentes, Professora Adjunta da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, e Representante do Brasil para a International Society for Prevention of Child Abuse and Neglect - ISPCAN; Dr<sup>a</sup> Rachel Niskier Sanchez, Médica Pediatra do Instituto Fernandes Figueira da Fundação Oswaldo Cruz e Diretora da Sociedade Brasileira de Pediatria; Dr. Célio da Cunha, que aqui virá representando a UNESCO.

Esses são os nomes sugeridos para a composição da Mesa da reunião com especialistas, que se realizará no dia 25 de outubro.

Três convidadas não são do Distrito Federal. Solicito aos Srs. Deputados que se posicionem para fazermos a discussão.

São a Dr<sup>a</sup> Rachel Niskier Sanchez, Médica Pediatra do Instituto Fernandes Figueira da Fundação Oswaldo Cruz e Diretora da Sociedade Brasileira de Pediatria; a Dr<sup>a</sup> Evelyn Eisenstein, Médica Pediátrica e Clínica de Adolescentes; a Dr<sup>a</sup> Eufrásia Maria Souza das Virgens, Defensora Pública da Coordenadoria de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; e o Dr. Célio da Cunha, que aqui virá representando a UNESCO.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Parlamentares que estão de acordo com esses nomes permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.



Vamos então encaminhar à Mesa os nomes das pessoas que não residem no Distrito Federal para que esta Casa custeie as respectivas despesas.

Vai-se proceder à leitura da ata da presente reunião, que teve como objetivo definir os nomes dos participantes da audiência pública do dia 25 de outubro.

**A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE** - Solicito dispensa da leitura da ata.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Dispensada a leitura da ata por solicitação da Deputada Professora Dorinha.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam com se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata será encaminhada à Mesa Diretora para que sejam tomadas as providências necessárias para que possamos realizar a audiência pública no próximo dia 25 de outubro, às 14h30min.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião.

---

Documento 8/12

---

1715/11  
PLENÁRIO PRINCIPAL - CD

Sessão  
REUNIÃO ORDINÁRIA

25/10/2011  
15:10

---

### *Sumário*

Parecer ao Projeto de Lei nº 7.672, de 2010, do Poder Executivo, que "altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos corporais ou de tratamento cruel ou degradante". Apreciação de requerimento.

---

**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO**



## NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

### TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

COMISSÃO ESPECIAL - PL 7672/10 - EDUCAÇÃO SEM USO CASTIGOS  
CORPORAL  
EVENTO: Audiência Pública Nº: 1715/11 DATA: 25/10/2011 INÍCIO:  
15h10min TÉRMINO: 17h17min DURAÇÃO: 02h06min TEMPO DE GRAVAÇÃO:  
02h06min PÁGINAS: 42 QUARTOS: 26

#### DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

RACHEL NISKIER SANCHEZ - Médica pediatra do Instituto Fernandes Figueira da Fundação Oswaldo Cruz e Diretora da Sociedade Brasileira de Pediatria. EUFRÁSIA MARIA SOUZA DAS VIRGENS - Defensora Pública da Coordenadoria de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. EVELYN EISENSTEIN - Médica pediatra e clínica de adolescentes, professora-adjunta da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e representante do Brasil na Sociedade Internacional de Prevenção de Abuso e Negligência da Criança. CÉLIO DA CUNHA - Representante da UNESCO no Brasil.

SUMÁRIO: Parecer ao Projeto de Lei nº 7.672, de 2010, do Poder Executivo, que "altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos corporais ou de tratamento cruel ou degradante". Apreciação de requerimento.

#### OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens. Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Declaro aberta a sétima reunião



ordinária da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 7.672, de 2010, do Poder Executivo, que *"altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos corporais ou de tratamento cruel ou degradante"*.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da quinta reunião. Pergunto aos Srs. Parlamentar se há necessidade de sua leitura. *(Pausa.)*

**A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE** - Peço a dispensa da leitura, Sra. Presidente.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Está dispensada a leitura da ata, a pedido da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada a ata da última reunião.

Esta é a nossa quarta audiência pública sobre o tema relativo à prática de castigos corporais ou de tratamentos cruéis e degradantes na educação de crianças e adolescentes em nosso País. No dia de hoje, vamos ouvir especialistas.

Já ouvimos os Conselhos e a sociedade civil, e estamos realizando hoje esta audiência para ouvir a palavra dos especialistas. Vamos realizar ainda outras duas audiências públicas, uma para ouvirmos o Poder Executivo e outra, a última, para ouvirmos os relatos de crianças e adolescentes no exercício do protagonismo infanto-juvenil.

Fizemos também algumas reuniões com representantes do Poder Executivo. Já estivemos com o Ministro da Educação, Fernando Haddad; com a Ministra da Casa Civil, Gleise Hoffmann, e com o Ministro da Saúde, Alexandre Padilha. Ainda estamos solicitando agenda com a Ministra do Desenvolvimento Social, Tereza Campello; com o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e com o Ministro de Assuntos Estratégicos, Moreira Franco. Queremos introduzir na pauta do País, do ponto de vista do seu planejamento e do seu pensar estratégico, a necessidade de abolirmos o castigo corporal de todas as formas de educação e de cuidados das crianças e adolescentes.

Estamos fazendo essa articulação com o Poder Executivo, primeiro, porque vamos ouvi-los aqui na nossa próxima audiência pública, ou seja, tão logo passe a semana do feriado, e, segundo, para que tenhamos um arcabouço de políticas públicas que dê sustentação à legislação e possa fazer com que ela realmente mude os paradigmas e a vida de crianças e adolescentes. Não estamos propondo



a criação de nenhum tipo de política ou de equipamento público diferente daqueles de que nós já dispomos, mas apenas um recorte do olhar para a abolição dos castigos corporais e dos tratamentos cruéis e degradantes para crianças e adolescentes do conjunto das políticas públicas, para que os equipamentos públicos possam construir essa lógica da condição de sujeito das crianças e adolescentes.

Vamos chamar os componentes da Mesa, para que possamos dar início a esta reunião de audiência pública em que discutiremos com os especialistas.

Convido para compor a Mesa a Dra. Eufrásia Maria Souza das Virgens, Defensora Pública da Coordenadoria de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. É um prazer tê-la aqui, Dra. Eufrásia - e já tivemos a oportunidade de estar juntas no seminário e no fórum de debates que aconteceu na cidade do Rio de Janeiro.

Convido também a Dra. Rachel Niskier Sanches, médica pediatra do Instituto Fernandes Figueira da Fundação Oswaldo Cruz e Diretora da Sociedade Brasileira de Pediatria. É um prazer imenso ter na Mesa uma parceira na luta dos direitos de crianças e adolescentes.

Ainda para compor a Mesa a Dra. Evelyn Eisenstein, médica pediatra e clínica de adolescentes e professora adjunta da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade do Rio de Janeiro. E registro que já estivemos também no Rio de Janeiro em um fórum de debates, escutando e sorvendo as contribuições absolutamente lúcidas e pertinentes da Dra. Evelyn Eisenstein.

Por fim, chamo para compor a Mesa o Dr. Célio da Cunha, representante da UNESCO no Brasil, e a nossa Relatora, a Deputada Teresa Surita.

Justifico a ausência da 1ª Vice-Presidenta, Deputada Liliam Sá, que, por problemas na sua cidade, não teve como se deslocar para esta audiência pública no dia de hoje, mas é preciso registrar a assiduidade, o interesse e o compromisso de S.Exa. com a temática.

Estão aqui conosco o 2º Vice-Presidente, Deputado Eduardo Barbosa; a 3ª Vice-Presidenta, Deputada Professora Dorinha, e também a Deputada Aline Corrêa, de São Paulo.

Vamos passar agora a palavra aos componentes da Mesa, que disporão de 15 minutos para sua exposição; em seguida, vamos abrir oportunidade para a Relatora, que disporá do prazo necessário para colher os elementos que julgar fundamentais para a construção de seu relatório; depois, passaremos para os outros Parlamentares inscritos para o debate. E, se algum representante da sociedade civil ou outro participante quiser fazer uso da palavra, vamos disponibilizar também um prazo de 3 minutos - não mais do que 3 minutos.

Antes de dar início à fase de exposições, pergunto ao Deputado Eduardo Barbosa se gostaria de assumir a presidência desta reunião. *(Pausa.)*





Passo, então, a presidência dos trabalhos ao Deputado Eduardo Barbosa.

Antes, porém, chamo para fazer uso da palavra, por um período de 15 minutos, a Sra. Eufrásia Maria Souza das Virgens. *(Pausa.)*

A Dra. Eufrásia está aguardando um material que não está aqui no momento. Vamos, por isso, fazer uma pequena inversão na ordem de falas.

Com a palavra à Dra. Rachel Niskier Sanchez, médica pediatra do Instituto Fernandes Figueira da Fundação Oswaldo Cruz e Diretora da Sociedade Brasileira de Pediatria.

Passo a Presidência desta reunião ao Deputado Eduardo Barbosa.

**A SRA. RACHEL NISKIER SANCHEZ** - Boa tarde a todos.

Saúdo as Sras. Deputadas, o Sr. Deputado, os meus companheiros de Mesa, entre os quais há alguns com os quais tenho relação bastante antiga, as senhoras e os senhores presentes.

Para mim, é uma honra estar aqui - e não são palavras vãs. Fui conselheira de direitos do CONANDA durante 8 anos, do CEDCA do Rio de Janeiro.

Estou militando na área da infância há muito tempo. Segundo meus companheiros, sou jurássica nessa luta - e me honra muito esse título.

Quero aqui dizer que, propositadamente, não trouxe nenhum material audiovisual. Como estive presente à primeira audiência, senti que talvez hoje fosse melhor conversarmos, que seria melhor fazermos um colóquio, uma grande conversa entre os senhores e eu, uma pediatra que, há décadas, lida com esse problema e milita na área nos direitos, que colheu assinatura para o Estatuto, numa mesinha lá no Rio de Janeiro, de onde venho.

Embora haja muitos estudos com absoluto rigor científico provando todos os malefícios que podem surgir na vida de uma pessoa que na sua infância e na sua adolescência sofreu castigos físicos ou castigos psicológicos, eu, propositadamente, não falarei dos outros tipos de maus-tratos contra crianças e adolescentes para não fugir de nosso foco hoje.

A Sociedade Brasileira de Pediatria hoje congrega em torno de 40 mil pediatras; somos a maior sociedade científica do País em termos de capilaridade. É raro o local, dentro do nosso enorme e continental País que não haja um pediatra. Embora se diga, de forma indevida, que faltam pediatras, não faltam pediatras no Brasil, eles estão mal distribuídos.

E, se cada um de nós atende uma média de 10, 12, 15 crianças diariamente, imaginem quantas famílias estão sob a nossa responsabilidade. Por isso se diz que o pediatra ainda é um médico de família.



No Instituto Fernandes Figueira - e vou falar um pouquinho do Instituto e, depois, um pouquinho da Sociedade -, temos um núcleo criado por nós há 11 anos para apoiar o profissional que atende crianças e adolescentes vítimas de violência.

E por que criamos esse núcleo? Porque, nos últimos 20 anos, têm chegado, cada vez com mais frequência, casos de violências contra crianças e adolescentes. E por que isso? É por que a violência está aumentando? Não é a nossa impressão. O que nós achamos - e já temos tido evidências metodológicas de que isso é verdadeiro - é que trouxemos à agenda social do País esse tema. Isso é muito importante! Entre tantas outras iniciativas, uma das que mais atua de forma vigorosa, efetiva e consequente nesse trazer à tona o tema da violência é a Rede Não Bata, Eduque. Criada há alguns anos, é uma rede pujante e absolutamente diversifica em sua composição, dela participam temos sociedade civil, sociedade científica, organismos internacionais, nacionais, é uma rede absolutamente democrática e que consegue, apesar de todos os esforços financeiros, trazer à tona esse problema que é tão grave.

E por que esse problema é grave? Por que nós, pediatras; nós, mães; nós avós corujas, nos preocupamos com isso? Porque hoje, no meu conhecimento - e sei que isso aqui tudo está sendo gravado, então quero deixar bem claro que estou dizendo até onde eu conheço -, não existe nenhum trabalho nacional ou internacional que prove que criança que apanhou se tornou um adulto melhor, que criança que apanhou é um adulto mais produtivo, mais cordato, mais gentil, que colabora para o progresso da nação a qual pertence, etc., etc. Porém, o inverso é verdadeiro.

Já há muitos estudos, dissertações de mestrado, teses de doutorado, trabalhos de neurocientistas, etc., provando que meninos e meninas que sofreram agressão física e/ou psicológica - e a agressão psicológica normalmente está embutida nos outros tipos de maus-tratos -, sim, carregam insegurança, terrores, infelicidades, dores na alma e no corpo que, sem querer fazer teatro, posso dizer, senão são eternas em sua vida, são fortes até onde elas aparecem para nós.

No Instituto, toda quarta-feira, temos atendimento de famílias de adolescentes. Essas famílias vêm inteiras: pai e mãe, quando existe a família nuclear, responsável, avó, etc. E é muito comum nós ouvirmos o menino dizer na frente da mãe ou do responsável, seja ele quem for: *"É. Eu apanho porque eu mereço. Eu sou mesmo esse traste que minha mãe diz que eu sou. Eu não lavo o meu copo, a minha cueca está suja embaixo da cama..."* O que é isso? Isso é a prova incontestável da autoestima baixa de uma criatura que deveria ter na sua autoestima o eixo estruturante da sua personalidade. *"Se eu não valho muita coisa, então, o que vier, eu traço"*.

Eu não vou dizer que há causa e efeito entre esse sentimento de menos valia e delinquência e infração da lei. Não. Não é isso que eu quero dizer. Eu só quero dizer que esses meninos e meninas que "apanham para serem educados" - entre aspas - não conseguem chegar à idade adulta na sua plenitude. Isso já está mais do que provado. A nossa sorte, sendo esse dado cultural tão arraigado na nossa sociedade, é que a resiliência também está aí. A capacidade de superação do ser



humano é um negócio muito sério. Os professores sabem muito bem disso, e nós, pediatras, também. Não fosse essa resiliência, esse sentimento forte de tentativa de superação das adversidades, talvez a nossa sociedade estivesse até pior. Mas, de qualquer maneira, o que hoje está provado é que existem formas outras de educar que não seja batendo, humilhando, degradando, diminuindo a autoestima, machucando o corpo e a alma dessas crianças e adolescentes.

Os senhores poderiam dizer: "Mas você está dando uma de Poliana. Essa sociedade seria uma sociedade ideal". Não, não estou dizendo isso. Eu sou mãe e avó. Há horas em que perdemos o jeito, em que temos muita raiva, em que estamos muitos cansados; há horas em que o estresse da vida é danado, como, por exemplo, quando perdemos o emprego. Mas, se bem informadas, se puderem ser trabalhadas por nós, profissionais que sabemos as consequências negativas desses atos e podemos dizer a essa mãe e a esse pai: *"Conta até 20, mãe. Vira as costas, se fecha no banheiro, deixa passar a raiva, já, já esse menino está aí"...*

E por que será que eles atentam tanto contra o nosso equilíbrio emocional? Por quê? Tenho uma explicação pessoal, como mãe - como avó, menos, porque meu netinho mora aqui, e eu moro no Rio - e, principalmente, como pediatra: os meninos querem atenção. E, quando não podemos, não queremos ou achamos que não devemos dar essa atenção, eles aprontam. Aí, nós vamos atentar para eles. Aí, eles chamam a atenção. E nós vamos lá e fazemos o quê? Mostramos para eles que nós os amamos, que estamos entendendo que ele está querendo chamar atenção? Deixamos que ele faça birra, jogue-se no chão, bata a cabecinha, ou a entramos no jogo e acabamos cometendo uma agressão? É disso que temos de nos conscientizar.

A sociedade brasileira está agressiva. Nós vamos ter de mudar isso. E é possível mudar. É possível educar sem violência. E é isso que a Rede Não Bata, Eduque quer mostrar a todos nós. É por isso que o Projeto de Lei nº 7.672 há de ser aprovado. Para quê? Para mudar como um passe de mágica essa cultura e essa conduta? Não! Não existe fórmula de bolo, não existe nada mágico nessa história. Mas os trinta e poucos países que têm essa lei provaram que ela é um grande instrumento na tentativa dessa transformação. Sozinha, ela não faz muita coisa. Mas nós, Parlamentares, profissionais, sociedade civil organizada, povão, quem vai para o Maracanã, quem for aos estádios na Copa, vamos ser ajudados por esse Projeto de Lei nº 7.672, se aprovado. Por quê? Porque essa lei será um instrumento. Ela não vem para punir, ela não veio para sancionar ninguém - de sanção, não de assinatura. Ela veio para educar, para nos mostrar que é possível e que educar sem violência contribui muito mais para que os meninos e meninas se tornem adultos plenos, produtivos, companheiros, solidários, generosos, bons cidadãos, bons pais e eternamente bons filhos.

Obrigada. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Barbosa) - Boa tarde a todos.

Quero cumprimentar a Mesa, uma vez que não o fiz logo ao assumir a



presidência dos trabalhos, e agradecer, também em nome de toda a Comissão, a aos nobres convidados a presença.

Começamos muito bem com a fala da nossa amiga, a Dra. Rachel - e feliz aquele que teve a Dra. Rachel como pediatra.

Passamos a palavra agora à Dra. Eufrásia Maria Souza das Virgens, Defensora Pública da Coordenadoria de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

**A SRA. EUFRÁSIA MARIA SOUZA DAS VIRGENS** - Boa tarde a todos.

Inicialmente, quero cumprimentar o Deputado que preside esta sessão, as companheiras de Mesa, o representante da UNESCO e todos que participam desta audiência pública.

Estive na audiência pública que aconteceu no Município do Rio de Janeiro. E o objetivo da minha fala aqui - até fiquei aguardando que viesse o material que eu trouxe - é o de compartilhar com os senhores publicações a respeito desse tema. O Brasil, ao aprovar esse projeto de lei, como esperamos que aprove, estará, a exemplo do que ocorreu quando foi promulgado o estatuto, há 21 anos, na vanguarda da legislação de proteção à criança e ao adolescente, entendidos como sujeitos de direito e não mais como objeto, seja da proteção, seja da tutela, seja da caridade do poder público ou de quem quer que seja.

Então, quero compartilhar com os senhores algumas informações.

Cito, em primeiro lugar, o *Estudo das Nações Unidas sobre a Violência contra a Criança*, elaborado pelo especialista independente que todos conhecem e que dispensa maiores apresentações, o Prof. Paulo Sérgio Pinheiro, que tem também um estudo para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Esse relatório sobre castigo corporal e os direitos humanos de crianças e adolescentes, elaborado em agosto de 2009 a pedido da ONU, traz algumas considerações bastante importantes nesse avanço dos direitos humanos - crianças e adolescentes passando a ser considerados sujeitos de direito, sujeitos históricos, garantia obtida a partir da Constituição de 1988.

Podemos nos orgulhar de ser o Brasil, do ponto de vista legislativo, bastante avançado na proteção da infância e da adolescência, como bem disse aqui a Sra. Rachel e de é que é prova a própria campanha nacional feita pelo recolhimento de assinaturas. Foi isso o que proporcionou não somente a elaboração do Estatuto, como, principalmente, o art. 227 da Constituição de 1988, que afirma ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar, com prioridade absoluta, os direitos da criança e do adolescente.

A comparação que eu faço desse projeto de lei com os avanços legislativos e o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente é a de que o Estatuto da Criança e do Adolescente, embora a Lei nº 8.069 seja de 1990, ainda necessita de implementação, ainda precisa de efetividade para alcançar todas as crianças e adolescentes do País, de modo a que tenham direito à escola, à saúde, à



alimentação adequada, enfim, ao desenvolvimento saudável.

Mas nem por isso - embora, infelizmente, na prática ainda nos deparemos até mesmo com situações em que operadoras do sistema de garantia afirmam ser o Estatuto muito avançado para o Brasil -, acredito eu, alguém ousaria hoje dizer isso publicamente. A luta é sempre pela efetivação dos direitos consagrados com prioridade absoluta, aí incluída a destinação de recursos nas leis orçamentárias, em todos os níveis, e prevê o Estatuto que a prioridade absoluta compreende a destinação privilegiada de recursos.

Portanto, o grande esforço conjunto de todos nós que compomos o sistema de garantia de direitos - não só a Defensoria Pública, como também o próprio Poder Judiciário e a sociedade civil - é no sentido de dar efetividade.

Esse projeto de lei que prevê a proibição de castigos corporais está sendo exposto na mídia de maneira a minimizar a questão como Lei da Palmada, uma questão recorrente que vemos ser tratada em alguns veículos de comunicação com a visão equivocada de que se vai interferir no poder familiar. Na verdade, porém, o objetivo da lei é exatamente dar informação e esclarecimento, criar medidas de proteção e de acompanhamento para as famílias que praticam castigo físico.

Enfim, considero que, ao aprovar esse projeto de lei, o Brasil vai demonstrar avanço do ponto de vista legislativo na questão da proteção dos direitos da criança e do adolescente, no entendimento deles como pessoas em desenvolvimento, sujeitos de direito - como, aliás, prevê a própria Constituição de 88: é princípio aplicável crianças e adolescentes a consideração de que são pessoas em condição peculiar de desenvolvimento e que, por isso, têm de ter atenção e proteção integrais. Não se fala em situação irregular, e, embora, na prática, ainda existam essas situações, do ponto de vista do Direito, isso já está superado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, pela Constituição de 88, pela ratificação da Convenção sobre os Direitos da Criança, em 1990. No mesmo ano em que promulgou o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Brasil ratificou a Convenção sobre os Direitos da Criança.

Estamos, então, bastante avançados, e eu acredito que esse projeto de lei está no caminho do avanço legislativo, para que, como disse muito bem a Dra. Rachel, possamos pautar a realidade, e não o contrário. Nós não vamos buscar que a realidade, muitas vezes violadora dos direitos da criança, conste de alguma legislação. Pelo contrário, vamos buscar que a legislação seja avançada, para que, na prática, se dê a garantia de direitos. E, ao falarmos sobre proteção dos direitos da criança e do adolescente, precisamos nos lembrar desse sistema de garantia de direitos e de órgãos essenciais como os Conselhos de Direitos e os Conselhos Tutelares.

Analisar como os conselhos tutelares estão em cada Município é um exercício que cada um aqui pode fazer, bem como avaliar o que podemos fazer para que eles tenham estrutura adequada de atendimento, para que funcionem como devem: como órgãos incumbidos pela sociedade de zelar pelos direitos da





criança e do adolescente, já na perspectiva da democracia participativa e não somente representativa.

Enfim, eu considero esse projeto de lei um grande avanço e, ao contrário de alguns que dizem ser esta uma lei muito avançada para o Brasil, entendo que nós do sistema de garantia de direitos, defensores públicos e demais profissionais que atuam nessa área, precisamos de instrumentos para trabalhar.

Esse projeto de lei, ao ser aprovado, vai representar um grande avanço para que cada criança e adolescente deste País pelo menos tenha de direito essa garantia contra castigo corporal, contra humilhação, tratamento degradante. É isso o que todos nós aqui buscamos. Todos que estão aqui são mais ou menos os convertidos a essa causa de defesa dos direitos da criança. Rede Não Bata, Eduque, Save the Children, UNICEF, UNESCO, somos todos participantes deste momento histórico muito importante, que, acredito, é de avanço e não de retrocesso.

Precisamos ficar atentos a outros projetos que possam representar algum tipo de retrocesso para o que está estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente, que precisa ser cumprido e efetivado em todas as esferas pelos Poderes, especialmente pelo Poder Executivo e, em certa medida, também pelo Poder Judiciário, que tem a tarefa de declarar o direito no caso concreto ou de ações coletivas. Lamentavelmente, ainda vemos garantias que estão previstas no Estatuto, como o direito à educação infantil. Esse direito tem de ser buscado via judicial porque os Municípios não estão atendendo a essa previsão constitucional e legal.

Quero apenas citar, desse relatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, a definição proposta pelo Comitê dos Direitos da Criança, na Observação Geral nº 8, adotada em 2006, que define o castigo corporal físico como "todo castigo em que se utiliza a força física e que tenha como objetivo causar certo grau de dor ou mal-estar, ainda que seja leve". Na maioria dos casos, trata-se de bater nas crianças com tapas, bofetadas, surras com a mão ou algum objeto: chicote, vara, cinto, sapato, colher de pau, mas também pode consistir, por exemplo, em dar pontapés, sacudir, empurrar as crianças, arranhá-las, beliscá-las, mordê-las, puxar os cabelos ou as orelhas, obrigá-las a ficar em posições incômodas, produzir-lhes queimaduras, obrigá-las a ingerir alimentos fervendo ou outros produtos. Por exemplo, lavar as suas bocas com sabão ou obrigá-las a comer alimentos picantes. O Comitê opina que o castigo corporal é sempre degradante. Então, é consenso internacional que o castigo corporal é humilhante, é degradante.

E queria compartilhar com os senhores uma publicação a que já vinha há algum tempo querendo ter acesso, o que finalmente consegui ontem: *Mania de bater - a punição corporal doméstica de crianças e adolescentes no Brasil*, das Profas. Maria Amélia Azevedo e Viviane Nogueira de Azevedo Guerra. Nessa publicação há um capítulo que considero bastante especial e que trata da punição corporal na vida de grandes escritores brasileiros.



Há um relato de Graciliano Ramos, personalidade singular no contexto da literatura brasileira. Graciliano Ramos nasceu em Quebrangulo, em Alagoas, em 1892, e morreu no Rio de Janeiro, em 1953. Foi uma das figuras mais importantes na renovação da ficção no Brasil. Ele soube separar a literatura do engajamento político. E deixou registradas em alguns livros, como *Memórias do Cárcere*, suas impressões memorialistas. Em seu livro *Infância*, está narrado o seguinte trecho:

*"As minhas primeiras relações com a justiça foram dolorosas e deixaram-me funda impressão. Eu devia ter quatro ou cinco anos, por aí, e figurei na qualidade de réu. Certamente já me haviam feito representar esse papel, mas ninguém me dera a entender que se tratava de julgamento. Batiam-me porque podiam bater-me, e isto era natural.*

*Os golpes que recebi antes do caso do cinturão" - o episódio chama-se Um Cinturão -, "puramente físicos, desapareciam quando findava a dor. Certa vez, minha mãe surrou-me com uma corda nodosa que me pintou as costas de manchas sangrentas. Moído, virando a cabeça com dificuldade, eu distinguia nas costelas grandes lanhos vermelhos. Deitaram-me, enrolaram-me em panos molhados com água de sal - e houve uma discussão na família. Minha avó, que nos visitava, condenou o procedimento da filha e esta afligiu-se. Irritada, ferira-me à toa, sem querer. Não guardei ódio a minha mãe: o culpado era o nó. Se não fosse ele, a flagelação me haveria causado menor estrago. E estaria esquecida. A história do cinturão, que veio pouco depois, avivou-a.*

*Meu pai dormia na rede, armada na sala enorme. Tudo é nebuloso. Paredes extraordinariamente afastadas, rede infinita, os armadores longe, e meu pai acordando, levantando-se de mau humor, batendo com os chinelos no chão, a cara enferrujada.*

*Naturalmente não me lembro da ferrugem, das rugas, da voz áspera, do tempo que ele consumiu rosnando uma exigência. Sei que estava bastante zangado, e isto me trouxe a covardia habitual. Desejei vê-lo dirigir-se a minha mãe e a José Baía, pessoas grandes, que não levavam pancada. Tentei ansiosamente fixar-me nessa esperança frágil. A força de meu pai encontraria resistência e gastar-se-ia em palavras.*

*Débil e ignorante, incapaz de conversa ou defesa, fui encolher-me num canto, para lá dos caixões verdes. Se o pavor não me segurasse tentaria escapulir-me: pela porta da frente chegaria ao açude, pela do corredor acharia o pé de turco. Devo ter pensado nisso, imóvel, atrás dos caixões. Só queria que minha mãe, sinhá Leopoldina, Amaro e José Baía surgissem de repente e me livrassem daquele perigo.*

*Ninguém veio, meu pai me descobriu acororado e sem fôlego, colado ao muro, e arrancou-me dali violentamente, reclamando um cinturão. Onde estava o cinturão? Eu não sabia, mas era difícil explicar-me: atrapalhava-me, gaguejava, embrutecido, sem atinar com o motivo da raiva. Os modos brutais, coléricos, atavam-me; os sons duros morriam, desprovidos de significação.*



*Não consigo reproduzir toda a cena. Juntando vagas lembranças dela a fatos que se deram depois, imagino os berros de meu pai, a zanga terrível, a minha tremura infeliz. Provavelmente fui sacudido. O assombro gelava-me o sangue, escancarava-me os olhos.*

*Onde estava o cinturão? Impossível responder. Ainda que tivesse escondido o infame objeto, emudeceria, tão apavorado me achava. Situações deste gênero constituíram as maiores torturas da minha infância, e as consequências delas me acompanharam.*

*O homem não me perguntava se eu tinha guardado a miserável correia: ordenava que a entregasse imediatamente. Os seus gritos me entravam na cabeça, nunca ninguém se esgoelou de semelhante maneira.*

*Onde estava o cinturão? Hoje não posso ouvir uma pessoa falar alto. O coração bate-me forte, desanima, como se fosse parar, a voz emperra, a vista escurece, uma cólera doida agita coisas adormecidas cá dentro. A horrível sensação de que me furam os tímpanos com pontas de ferro.*

*Onde estava o cinturão? A pergunta repisada ficou-me na lembrança: parece que foi pregada a martelo.*

*A fúria louca ia aumentar, causar-me sério desgosto. Conservar-me-ia ali desmaiado, encolhido, movendo os dedos frios, os beijos trêmulos e silenciosos. Se o moleque José ou um cachorro entrasse na sala, talvez as pancadas se transferissem. O moleque e os cachorros eram inocentes, mas não se tratava disso. Responsabilizando qualquer deles, meu pai me esqueceria, deixar-me-ia fugir, esconder-me na beira do açude ou no quintal.*

*Minha mãe, José Baía, Amaro, sinhá Leopoldina, o moleque e os cachorros da fazenda abandonaram-me. Aperto na garganta, a casa a girar, o meu corpo a cair lento, voando, abelhas de todos os cortiços enchendo-me os ouvidos - e, nesse zunzum, a pergunta medonha. Náusea, sono. Onde estava o cinturão? Dormir muito, atrás dos caixões, livre do martírio.*

*Havia uma neblina, e não percebi direito os movimentos de meu pai. Não o vi aproximar-se do torno e pegar o chicote. A mão cabeluda prendeu-me, arrastou-me para o meio da sala, a folha de couro fustigou-me as costas. Uivos, alarido inútil, estertor. Já então eu devia saber que rogos e adulações exasperavam o algoz. Nenhum socorro. José Baía, meu amigo, era um pobre-diabo.*

*Achava-me num deserto. A casa escura, triste; as pessoas tristes. Penso com horror nesse ermo, recordo-me de cemitérios e de ruínas mal-assombradas. Cerravam-se as portas e as janelas, do teto negro pendiam teias de aranha. Nos quartos lúgubres minha irmãzinha engatinhava, começava a aprendizagem dolorosa.*

*Junto de mim, um homem furioso, segurando-me um braço, açoitando-me. Talvez as vergastadas não fossem muito fortes: comparadas ao que senti depois,*



*quando me ensinaram a carta de A B C, valiam pouco. Certamente o meu choro, os saltos, as tentativas para rodopiar na sala como carrapeta eram menos um sinal de dor que a explosão do medo reprimido. Estivera sem bulir, quase sem respirar. Agora esvaziava os pulmões, movia-me, num desespero.*

*O suplício durou bastante, mas, por muito prolongado que tenha sido, não igualava a mortificação da fase preparatória: o olho duro a magnetizar-me, os gestos ameaçadores, a voz rouca a mastigar uma interrogação incompreensível.*

*Solto, fui enroscar-me perto dos caixões, coçar as pisaduras, engolir soluços, gemer baixinho e embalar-me com os gemidos. Antes de adormecer, cansado, vi meu pai dirigir-se à rede, afastar as varandas, sentar-se e logo se levantar, agarrando uma tira de sola, o maldito cinturão, a que desprendera a fivela quando se deitara. Resmungou e entrou a passear agitado. Tive a impressão de que ia falar-me: baixou a cabeça, a cara enrugada serenou, os olhos esmoreceram, procuraram o refúgio onde me abatia, aniquilado.*

*Pareceu-me que a figura imponente minguava - e a minha desgraça diminuiu. Se o meu pai se tivesse chegado a mim, eu o teria recebido sem o arrepio que a presença dele sempre me deu. Não se aproximou: conservou-se longe, rondando, inquieto. Depois se afastou.*

*Sozinho, vi-o de novo cruel e forte, soprando, espumando. E ali permaneci, miúdo, insignificante, tão insignificante e miúdo como as aranhas que trabalhavam na telha negra.*

*Foi esse o primeiro contato que tive com a justiça."*

O texto foi extraído de um livro dele, *Infância*, páginas 29 a 32. E há outros relatos, de vários escritores, aqui. Então, acho que deveríamos dar-lhes publicidade, para mostrar como isso marca a vida de pessoas adultas. E essas são pessoas que se tornaram escritores e puderam transmitir suas experiências. Quantas crianças se tornam adultas, têm filhos e muitas vezes reproduzem esse comportamento sem ter noção do que isso tenha representado na vida delas? Então, acho que o esforço é conjunto, e eu quero somar-me aos senhores. A Defensoria Pública está à disposição. Nós temos uma campanha institucional, nacional, dos defensores públicos este ano, pelos direitos de crianças e adolescentes. A campanha chama-se *Crianças e Adolescentes Primeiro!*, e temos uma cartilha elaborada por Ziraldo, aliás

muito bem elaborada, que eu também posso depois disponibilizar aqui para os senhores.

E, no mais, eu quero agradecer a atenção e desculpar-me, se me excedi no tempo. Obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Eduardo Barbosa) - Obrigado, Dra. Eufrásia.

Nós passamos então a palavra para a Dra. Evelyn Eisenstein, médica pediatra e



clínica de adolescentes, professora adjunta da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e representante do Brasil na Sociedade Internacional de Prevenção de Abuso e Negligência da Criança.

**A SRA. EVELYN EISENSTEIN** - Boa tarde a todos. eu agradeço mais uma vez à Deputada Erika Kokay, à Deputada Teresa Surita, e agradeço aos senhores a atenção. Eu venho falar não só como pediatra e professora universitária, e estou representando não só a minha universidade, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro; estou representando também um organismo internacional que está em 140 países, a International Society for Prevention of Child Abuse and Neglect, que é contra o castigo corporal, e vou falar desse ponto de vista.

Teresa solicitou-me que explicasse a todos nesta audiência pública o que acontece quando uma criança é violentada. E por que eu estou dando esta explicação? Porque é a minha especialidade. Além da pediatria, eu sou especialista em crescimento e desenvolvimento da criança. Então, vou trazer aos senhores um pouquinho da ideia do que acontece com uma criança quando ela é abusada. E Eufrásia já mostrou que Graciliano Ramos nunca perdeu essa memória. Essa marca é indelével.

Por que isso é indelével e fica no corpo de uma criança? Eu vou explicar aos senhores, com base nos estudos neurocientíficos que a Dra. Rachel muito gentilmente disse que existem aos milhares na literatura científica e que nós temos agora de trazer para a prática de prevenção num país como o Brasil, que necessita dessa sua população de crianças e adolescentes, que é realmente um investimento não no futuro, no presente de um país. Então, vou trazer aos senhores algumas ideias básicas, e vou correr um pouquinho para não ficar muito no "mediquês", para os senhores não dizerem: "Ficou muito no "mediquês", Dra. Evelyn", mas depois eu vou ficar à disposição de quem quiser conversar um pouquinho mais comigo a respeito dessa parte.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Enfim, o que é que eu quero dizer, já para ganhar um tempinho, não perder o meu tempo? Que qualquer criança, qualquer adolescente, em qualquer país do mundo, está numa fase de crescimento. Criança e adolescente não são miniadultos, primeiro. Segundo, estão em crescimento. Terceiro, o seu cérebro está em desenvolvimento. A maturação completa de um indivíduo só se dá em torno de 20 anos, e para muita gente não se dá nem aos 40 anos. Então, é um processo constante o do desenvolvimento cerebral.

E qualquer criança tem necessidades físicas, emocionais e ambientais. E tudo isso vai fazendo parte do que nós chamamos de caldo de cultura da sociedade, com as necessidades culturais, intelectuais, sociais. Então, o que acontece quando ocorre qualquer violência? A violência, os maus tratos, o abuso, o trauma, isso rompe o que ela tem de mais importante, que é a confiança nesse modelo adulto. Aquele pai, aquela mãe, aquela família deveria protegê-la, deveria cuidar dela, deveria segurá-la, aconchegá-la, e de repente rompe-se tudo isso, como Graciliano Ramos já contou.





Não está valendo esse *slide*. Os *slides* estão pela metade. Então, não vou poder dar uma aula pela metade. Posso pedir que alguém diminua o *zoom*? Bom, então, depois eu vou providenciar que os senhores recebam pelo menos os *slides* impressos.

O que eu quero dizer é que nós vamos trabalhar na Lei nº 7.672/10, principalmente sobre castigos corporais e tratamento cruel ou degradante, mas na verdade a violência é muito maior. A violência passa não só pelos maus-tratos. Passa, no Brasil, principalmente pelo abuso sexual, pela exploração sexual, e especialmente por isso que Graciliano Ramos já descreveu e que nós chamamos de estresse pós-traumático.

Então, eu vou tentar resumir aqui. Nós vamos falar especificamente, agora, sobre o castigo corporal, o tratamento cruel e degradante, de que Eufrásia já deu a definição, não vou repetir, mas o que eu quero mais uma enfatizar é que o uso de qualquer objeto no intuito de punir, bater, castigar, prender, torturar, ameaçar, é inaceitável, inapropriado e rechaçado em todas as leis internacionais, na Convenção dos Direitos da Criança e no Estatuto da Criança e do Adolescente. Então, não há mais, entre aspas, "desculpas" para não refutarmos por lei, dentro do Estatuto da Criança e do Adolescente, essa prática, essa história de que bater ajudar a crescer. Não existe isso. Bater ajuda a humilhar.

E quais são os traumas que acontecem? Nós chamamos de trauma tipo primeiro, tipo um, o agudo, isolado, súbito, intenso, catastrófico, como um acidente de carro, um desastre natural, uma cirurgia. Isso acontece a qualquer momento. O trauma tipo dois é o crônico, repetitivo, doloroso, sob ameaça ou pressão externa do agressor, o que ocorre no abuso sexual. A criança já fica com medo quando aquele pai entra em casa e já bate a porta. Então, é um trauma crônico na vida da criança. E o trauma que nós chamamos complexo é o múltiplo, crônico, prolongado, cumulativo, adverso ao desenvolvimento saudável, que vai ocasionando o que nós chamamos de transtornos traumáticos - *vide* Graciliano Ramos - e que segue pela vida toda.

Então, é sobre isso que eu vou falar, porque não estamos falando de palmadinha, não; quem trabalha num hospital pediátrico, quem trabalha numa emergência pediátrica como eu, que há 30 anos trabalho em hospital universitário e em hospital público, sabe que não é brincadeira, não, não é palmadinha, não; são castigos extremamente violentos os que as crianças sofrem. Há garotos que chegam com o olho furado por um cinto, por causa de uma cintada da mãe, com queimaduras e cicatrizes que nos deprimem só de atendê-los.

Quais são as causas mais frequentes dos transtornos traumáticos na infância? Logicamente, a número um é a morte do pai, da mãe ou de algum familiar muito querido. E por aí vamos: testemunhar assassinatos; separações; violência intrafamiliar; castigos - os castigos fazem parte desse cenário traumático; doença mental de pais e familiares; uso de drogas; cenas de violência.

Agora eu vou tentar explicar aos senhores o que acontece no cérebro da criança. Então, deem-me 10 minutinhos da sua atenção. O que é estresse? Estresse não



é só o que eu estou sentindo agora porque os meus *slides* não estão funcionando, não é? (*Risos.*) Estresse é uma tensão, um conflito grave, uma ameaça à liberdade ou à integridade física, mental, sexual ou social. É vivenciado quando a pessoa sofre uma perda, quando algo se rompe, quando há uma ruptura importante do valor afetivo humano, como morte do pai ou da mãe, perda de possessões importantes, como a casa onde se vive, ou quando há uma ruptura de conexões de confiança, afeto e amor, que são valiosas. Isso é o que nós chamamos de estresse.

Mas o que quer dizer estresse biologicamente? O estresse é sempre indesejável, é sempre incontrollável, acontece de repente, é imprevisível, é incompreensível. Graciliano Ramos disse isso. A criança não entende por que de repente ela está recebendo aquele castigo. É difícil adaptar-se a uma situação de estresse. O estresse causa o que nós chamamos de desequilíbrio da homeostase. Eu vou explicar o que é homeostase: é o que nós chamamos de equilíbrio hormonal, balanceamento. O estresse ameaça a sobrevivência.

Agora eu peço 1 minuto da atenção dos senhores. No estresse, como Graciliano Ramos disse, a voz fica muda, o coração bate, a mão treme, a pressão sobe. Todo o mundo já viveu algum estresse: ou tem uma diarreia, ou fica com palpitação, ou sente falta de ar. Por quê? Isso tudo está biologicamente explicado: vem lá do sistema nervoso central, passando pelo que nós chamamos de núcleo paraventricular do hipotálamo, e por aí vai, até chegar aos neurônios.

E, como estamos falando de criança, cito principalmente o eixo hipotálamo-hipofisário-adrenal, onde há a produção do hormônio de crescimento. Sabemos que crianças que sofrem castigos sofrem o que chamamos de nanismo psicossocial. Elas têm baixa estatura, não crescem. E não crescem só porque não têm comida; não crescem porque não têm o alimento mais importante, que é a nutrição do afeto, da atenção. Quando se remove essa criança daquele ambiente e ela é colocada em um hospital, ela começa a comer e passa pelo que nós chamamos de velocidade de recuperação, o *catch up growth*, que é a minha tese de doutorado. Eu já provei isso. Então, isso não é uma ação qualquer; é uma ação do que nós chamamos de sistema autonômico periférico.

Não vou entrar em detalhes sobre o cérebro, mas hoje em dia a neurociência mostra que principalmente o hipotálamo, o hipocampo e o lobo frontal do córtex cerebral têm a maior importância no que chamamos de conexões sociais. Então, eu vou falar só 1 minutinho de um hormônio, para os senhores entenderem. Todo o mundo já ouvi falar de adrenalina. Acontece que o estresse causa a produção do hormônio ACTH, que vai estimular a glândula adrenal a produzir o cortisol para combater - é o que nós chamamos de reação de fuga ou de luta. E esse cortisol vai bloquear o hipotálamo. Os senhores estão entendendo? Aumentou o cortisol, ele automaticamente bloqueia o que nós chamamos os hormônios liberadores em nível de hipotálamo. Então, não é só um tapa um dia, mas agressão constante, constante, e essa criança começa a ter problemas em nível de hipotálamo; com isso, vai alterar-se todo o seu sistema de crescimento, desenvolvimento cognitivo, desenvolvimento hormonal. Eu não vou entrar em detalhes, mas, para quem quiser saber, depois há diminuição da produção hormonal, diminuição da



densidade dos neurônios, há todo um arsenal bioquímico, digamos assim, que vai acontecendo no cérebro da criança.

E qual é o impacto desse estresse crônico no neurodesenvolvimento? Primeiro, diminui o volume do hipocampo, diminui o lobo frontal, diminui o controle emocional, diminui o que nós chamamos de estabelecimento das conexões afetivas. Quando nós lidamos com menino de rua vemos que eles são impulsivos. Por que é que os meninos de rua são impulsivos? Tem tudo a ver com esse estresse crônico que eles sofrem. Eles não têm o controle límbico necessário, eles não tiveram esse aprendizado.

Olhem só o que acontece! E Graciliano Ramos já falou de tudo isto, não é? O que acontece? A primeira dificuldade: são crianças que não dormem, crianças que são hipervigilantes, não conseguem dormir; a criança vai ao pediatra e ele diz: é hiperativo. Papo furado! E mais: alterações cardiovasculares, isto é, taquicardia; transtorno de alimentação, e estamos aí com as academias cheias de garotas com obesidade e ao contrário, com transtornos alimentares; inibição da atividade imunológica; todo o mundo sabe que uma criança estressada tem, por exemplo, mais problemas de asma, quem tem filho sabe; atraso do crescimento; dificuldade de cognição - e no Brasil há problemas de repetição escolar, problemas de evasão escolar; são crianças traumatizadas que dormem sob tiroteio e que não sabem por que no dia seguinte não conseguem prestar atenção à aula de matemática, não é?

Os transtornos emocionais levam à cadeia de drogas, ao início precoce do uso de cigarro, maconha, droga, álcool, cocaína, e por aí vai. Então, eu também resumi. As reações corporais são intensas. Já falei do nanismo psicossocial, dos problemas de sono, da hiperatividade, dores de barriga, reações alérgicas; tudo isso nós vemos no dia a dia dos consultórios médicos. As reações emocionais também fazem parte do dia a dia dos consultórios de psicologia: problemas de memória - atendi uma garota que fez até tomografia porque tinha falta de memória; ela tinha sido espancada pelo padrinho - e por aí vai, como Graciliano Ramos já disse: medo intenso, terror noturno, raiva, irritabilidade, regressões. Uma dessas reações é chupar o dedo. Quando lidamos com uma criança que foi muito abusada e violentada, e os senhores vão ver um *slide* a esse respeito, nós vemos que ela se balança o tempo todo. Acrescentem-se o desespero, choros frequentes, o que nós chamamos de choros noturnos, reações depressivas, inclusive tentativas de suicídio e uso de drogas.

Rachel já disse: o que é que nós chamamos de dor? Não é só a dor daquela pancada. Essa é uma dor física. A dor que mais dói, a dor indelével é a que nós chamamos de dor emocional. Não deixa marca a dor emocional. Ela deixa marca no comportamento, na conduta a seguir dessa criança. Então, qual é a dor emocional? É o que nós chamamos de sofrimento em silêncio. É aquela criança que vai chorar no cantinho, não é? São as reações de pânico, angústia, isolamento social, ruptura da relação de confiança, o medo, a perda de rotina. E ela regride, ela torna-se infantil.

Entram as reações cognitivas. Todas as professoras do Brasil sabem disso, não



é? Então, começa a confusão mental, a dificuldade de concentração: "Deu branco na prova!", disfunções da realidade, pensamentos intrusivos, pensamentos suicidas e mau rendimento escolar. Das reações psicossociais Rachel também já falou. Onde estão esses adultos? Se nós formos procurar, eles estão nas delegacias, estão nas prisões, estão nos hospitais psiquiátricos. É só fazermos uma enquete. Eu tenho um colega que trabalha na Califórnia. Setenta por cento das pessoas que atualmente estão nas prisões da Califórnia tiveram trauma da violência quando crianças e adolescentes. Os estudos estão aí. Então, nós já sabemos de tudo isso.

O que é que nós chamamos de dissociação? Dissociação é a perda da realidade, é como se nos tivessem tirado o tapete. Dissociação é um *split*, mas hoje em dia nós entendemos que esse *split* é hormonal, é neuro-hormonal, é traduzido pelo cortisol, como nós vimos. Então, lá vêm os problemas de memória, estupor, desorganização, perda do senso da realidade, perda do interesse, perda do controle, tudo isso causado pelo cortisol. E não é só o cortisol; há também a corticotrofina, e para quem quiser eu posso falar mais sobre isso.

Então, não são só as lesões corporais. As lesões corporais, eu digo isso nas minhas apresentações, são as mais fáceis de serem diagnosticadas. Um braço quebrado, a clavícula quebrada, um hematoma, isso é fácil diagnosticar, porque aparece. Os acidentes, gravidez, aborto, doenças sexualmente transmissíveis, HIV/AIDS, abuso de drogas, tudo isso a gente vê. A gente vê as consequências. O pior são as lesões cerebrais permanentes, aquilo que não se pode mais tirar da cabeça daquela criança ou do adolescente, nem quando ele se transformar num adulto, e aí ele vai precisar de um tratamento psiquiátrico, tratamento legal, tratamento jurídico. E lá estamos nós, num sistema, com um enorme custo para a Nação.

Quais são as complicações tardias de alto risco? Tudo isso de que já falei, inclusive o risco de suicídio, e principalmente a fuga de casa. Pergunta-se por que meninos estão na rua; é porque eles já foram violentados em casa. Então, uma sequência, uma cadeia de fatos vão sendo associados: começou em casa, vai para a rua; na rua é mais violentado, vai para o abrigo; no abrigo é mais violentado, e o Brasil perde mais um cidadão.

Então, eu gostaria que, de tudo isso que eu disse, os senhores guardassem esse *slide*. Ele foi cedido por Bruce Perry. Eu tenho permissão para uso. Bruce Perry é a pessoa que mais entende de trauma de crianças. Acompanhem comigo esse *slide*. Aqui nós vemos uma criança calma. Ela tem um estilo cognitivo totalmente abstrato, ela está trabalhando principalmente com seu córtex cerebral, está descansada, não tem problema algum e tem, olhem só, expectativa de futuro. Ela é amada, é querida; ela pensa no que vai fazer no próximo fim de semana, no que quer fazer nas férias, no que quer fazer quando crescer. Então, a criança tem uma expectativa de futuro. Ela é o aqui e agora, mas tem uma expectativa de futuro.

À medida que essa criança é abusada, Bruce mostra a relação que existe entre o medo e o aprendizado. Então, à medida que ela é abusada, ela passa para um



estado de alerta, alarme, medo e terror. E nós vamos vendo o que vai acontecendo no seu cérebro. Isso sai do córtex, passa pela região límbica até a parte praticamente autonômica. Ela vai reagir, com o susto, e vai passando para a repulsa, vai desmaiando, e principalmente vai perdendo o que nós chamamos de concepção do tempo. Chega um momento em que ela não tem a concepção do tempo. E tudo isso, de novo, lá vamos nós, passa pelo nosso cortisol, pela nossa corticotrofina. Então, o comportamento que é classificado como de pirralhento, de bagunceiro, disso e daquilo, o que menospreza e humilha ainda mais a criança, na verdade deve-se a reações sobre as quais ela não tem qualquer controle.

Eu já estou terminando. O estresse pós-traumático é um diagnóstico internacional. Ele já está na classificação das doenças. E esse quadro é para quem quiser entender mais sobre isso, principalmente sobre o que eu chamo de depressão de crianças e adolescentes. Quando nós vamos trabalhar com uma criança que tem depressão, que chupa o dedo, que está fazendo pipi na cama, que está indo mal na escola, se nós fazemos uma pequena avaliação da família, e não precisa ser muito profunda, não, com uma pequena avaliação da dinâmica familiar, já encontramos essa violência. E por isso o silêncio, por isso as famílias não gostam de verbalizar, por isso o trabalho que um psicólogo ou um pediatra tem para buscar aquela história, porque isso não é apresentado. A criança é tratada como a vítima culpada: é ela que tem o problema, não é a família. A família pula fora. Ninguém conta do tapa que deu, do castigo que levou. Então, é aos poucos que nós vamos revelando essa história.

Quanto às complicações no longo prazo, já existe um estudo internacional, o ACE, *Adverse Childhood Experiences*, que mostra que tudo isso, inclusive a associação com álcool, drogas, gravidez não desejada, acidentes, tudo isso tem relação com traumas. Estivemos na semana passada num congresso da Organização Mundial Saúde, no Rio de Janeiro, sobre Determinantes Sociais de Saúde, e ouvimos uma palestra do Dr. Robert Blum. Ele disse que, se qualquer país quer investir, tem de investir em educação de suas crianças e adolescentes.

Essas são as complicações no longo prazo. Olhem aqui a cascata de problemas de saúde! Esta semana a Fundação Getúlio Vargas está lançando um livro de Heckman, um economista que ganhou o Prêmio Nobel de Economia e que diz a mesma coisa: para cada R\$ 1 gasto em saúde R\$ 15 são gastos no tratamento de doenças que poderiam ter sido prevenidas na infância, porque problemas na escola, problemas de droga, de gravidez, de acidentes, de situação traumáticas, tudo isso poderia ter sido evitado com um investimento lá na primeira infância, no grupo escolar.

Nós temos então complicações no longo prazo com um enorme custo social e político para a Nação. Vejam qual é o preço que o Brasil paga por que não investe os recursos apropriados em crianças e adolescentes, em doenças que poderiam ter sido prevenidas na infância, que poderiam ter sido prevenidas na escola, porque poderia ter havido o suporte social necessário para se lidar não só com a criança problemática mas com a família, essa família que está doente. Vejam o impacto cultural da falta de suporte social.





Quem são os responsáveis? Todos nós! Todos nós somos responsáveis. Todos os adultos são responsáveis pelas crianças e pelos adolescentes. Eu quero dizer que quando eu disse ao rapaz que fez esses meus *slides*, Carlos Augusto, que colocasse cada responsável numa cor, ele achou que "pais" era "país" e colocou na mesma cor a sociedade e o governo. Na verdade foi um ato falho dele, mas o país é feito da sociedade e do governo. Eu estou aqui como cidadã, como pediatra, mas acho que cabe a todos nós que trabalhamos com crianças e adolescentes a prevenção da violência.

Então, eu listei uma série de coisas simples que poderiam ser feitas. Acho que vamos deixar, Teresa, para uma próxima etapa, assim que a lei, que os arts. 17 e 70 forem aprovados. Isso já está praticamente referendado por vários países. Como se faz para interromper transtornos e traumas? Como se faz para prevenir a violência? E estou concluindo. Os desafios profissionais das redes de proteção aos direitos hoje os senhores ouviram dos especialistas: trabalho em equipes multidisciplinares, trabalhos intersetoriais, palestras, fortalecimento das atividades, tudo isso, nada de novo. O que nós temos de saber é o seguinte: nós já assinamos a lei, está na Constituição Federal e já está escrito em nossa lei que criança e adolescente são prioridades, e prioridades absolutas. Está na lei. Então, a lei tem de sair do papel para as políticas. Os recursos, os direitos de saúde têm de estar o tempo todo como prioridade em qualquer pauta. Isso era o que eu queria dizer.

Tudo isso já está assegurado pela Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU e pelo nosso Estatuto da Criança e do Adolescente, que nós estamos querendo simplesmente atualizar, porque o que era realidade há 20 anos não é mais a realidade atual. Então, nós precisamos atualizá-lo e, ao contrário, não excluir a família, e sim incluir também a família.

E esse aqui é só o material com que nós fazemos treinamentos profissionais pelo Brasil afora, e está à disposição de quem estiver interessado.

Por último, eu agradeço a atenção. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Nós agradecemos a exposição à Dra. Evelyn Eisenstein, e passamos a palavra ao Dr. Célio da Cunha, que é representante da UNESCO aqui no Brasil.

**O SR. CÉLIO DA CUNHA** - Primeiramente, cumprimento a Mesa e todos os presentes. Acho que essa presença é muito boa.

Estou aqui representando o Dr. Vincent Defourny, representante da UNESCO no Brasil. Eu sou consultor da UNESCO e também da Universidade de Brasília.

(*Segue-se exibição de imagens.*)

Então, eu preparei alguns *slides* também, de forma bastante rápida. Acho que muitos realmente vão só confirmar o que as excelentes palestrantes já apresentaram aqui num nível de profundidade muito grande. Mas eu coloquei de



propósito, logo no início, um texto de Rousseau, porque esse livro *Emílio, ou da Educação* talvez seja um dos maiores tratados de educação e de pedagogia. E logo no comecinho do livro vejam o que ele escreve: "*Tudo é certo em saindo das mãos do Autor das coisas, tudo degenera nas mãos do homem*". Todo o fantástico trabalho de Rousseau vai nessa direção. Certamente já se passaram séculos. Ele escreveu isso por volta de 1760, já são passados alguns séculos, mas eu acho que essa frase continua sendo bastante impactante. Acho até que Rousseau pensou depois disso num novo contrato social.

Bom, eu coloquei isso em termos de história porque nós estamos há séculos na luta para fazer prevalecer o reconhecimento de uma lógica de desenvolvimento humano, o reconhecimento de uma lógica diferente, a da criança, de uma personalidade diferente, a da criança. É uma luta de séculos, uma luta ainda inacabada; eu não diria nem inacabada, ainda longe de ser atingida em seu ideal. Por isso eu coloquei um exemplo da história, um exemplo para vermos como isso evoluiu.

Eu peguei isoladamente um exemplo de Carolina do Norte, Estados Unidos, Século XIX. Vejam o que eles faziam, para cada tipo de comportamento: meninos e meninas brincando juntos, quatro chicotadas; unhas cumpridas, duas chicotadas (e vemos que até hoje a sociedade americana ainda luta contra esse problema, não é?); sair sem curvar-se para o professor: duas chicotadas. Vejam a luta que acontece, depois de Rousseau - apesar de o Século XIX ter sido um século de grandes educadores, não é? A Dra. Evelyn ressaltou há pouco a importância da educação e dos grandes educadores do Século XIX e do começo do Século XX também, como Claparède, Montessori, Pestalozzi. Mas de fato a luta permanece. Ou seja, não podemos perder de vista que a nossa é uma sociedade autoritária. Herdamos uma sociedade escravista, uma sociedade de casa grande e senzala. Isso está de pé até hoje.

E na medida em que essa portentosa obra do Rousseau começou a iluminar todo o Século XIX, todo o Século XX, depois da Revolução Francesa, o próprio conceito de educação começou também a mudar. Nós, quando falamos em castigos corporais, precisamos também pensar no que entendemos por educação. E muitas vezes, com muita frequência nós estamos vendo, hoje, na televisão e nos jornais, famílias de classe média defendendo conceitos de educação altamente competitivos, não é? Por isso, a UNESCO alia toda essa questão também ao problema dos direitos humanos, dos direitos à educação, que se exercem na medida em que as pessoas, além de terem acesso à escola, possam desenvolver-se plenamente e continuar aprendendo ao longo da vida. Isso é também qualidade da educação.

E o que é desenvolver-se plenamente? Essa é uma questão que não se discute. Mesmo no Plano Nacional de Educação, os senhores podem observar que nas discussões isso não vem à tona. O que é educação plena? O que é educar plenamente o ser humano? Então, essa é uma questão que precisa ser aprofundada.

O Estatuto da Criança e do Adolescente acertou: o pleno desenvolvimento da



criança e do adolescente envolve um conjunto de direitos, inclusive o de a criança contestar critérios avaliativos. A Dra. Evelyn falou do grande índice de repetência que há no Brasil hoje. E o ECA teve esse grande mérito de abrir espaços para a lógica da criança, uma lógica diferente da lógica do adulto. É o entendimento dessa lógica que vai civilizar-nos um pouco mais. E é muito difícil isso, e estamos verdadeiramente longe disso. Não é fácil. Não podemos perder de vista que nós somos uma sociedade autoritária. Na história do Brasil, liberdade tem sido exceção, e não regra geral. Agora é nós que estamos respirando, já, um clima de maior liberdade.

Bom, quando chega a Convenção, em 1989 - e a Convenção é primeiro grande instrumento internacional de direitos humanos criado expressamente para tratar da prevenção de todas as formas de violência contra as crianças, e isso é importante, porque esta discussão está sendo promovida pela Câmara -, seu art. 19 exige que todos os países tomem todas as medidas legislativas, administrativas, sociais e educacionais para proteger a criança. E o Brasil ratificou essa Convenção, de forma que a decisão política já foi tomada; trata-se apenas, agora, de um desdobramento, de uma operacionalização. Então, nós não podemos de vista isto: o Brasil tem um compromisso internacional.

Em termos internacionais, são poucos os países que proibiram os castigos físicos. Não sei se houve mais alguns nos últimos anos, mas até 5 anos atrás, eram 16 países os que haviam proibido.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. CÉLIO DA CUNHA** - Então, o número já aumentou para 30, hoje. Pois é, estou com essa estatística um pouco defasada, mas ainda assim, de 200 nações do mundo, realmente é um número bastante irrisório, não é?

Eu fiz um levantamento do que dizem algumas pesquisas. Muitas coisas já foram apresentadas pela Dra. Rachel, Dra. Evelyn e Dra. Eufrásia, mas nunca será demais insistir, porque os trabalhos resultados de pesquisas representam um grande instrumento para convencer os Parlamentares, os políticos, a população, os Pais, a nós mesmos, de que não estamos falando à toa. É preciso dar uma convicção a nossa fala, uma convicção pública para que as medidas possam ser tomadas com a maior urgência possível.

Então, são alguns dados de pesquisas sobre abusos físicos, maus-tratos por parte dos pais; a perturbação na criação dos filhos. Os pais que agredem os filhos tendem a ter problemas conjugais e a brigar fisicamente. E um terço dos casos que levam à agressão é proveniente do abuso de substâncias químicas, como já foi dito aqui.

Em países onde o clima violento não é frequente, as agressões contra as crianças são também mais raras, mas hoje nós temos uma grande violência na sociedade brasileira e uma grande violência nas nossas escolas. Os jovens estão entrando armados nas escolas. É um quadro mais amplo que nós temos de enfrentar.



Continuando, o que dizem algumas pesquisas?

Nos Estados Unidos da América, segundo uma amostra, mais de nove em cada... Pais e mães de crianças em idade escolar relatam que usam punição física em casa. É um número excessivamente alto.

Pesquisas mostram associações de médio a longo prazo, devido ao uso de castigos físicos. Entre as consequências estão a falta de internalização moral. Esta questão é extremamente importante: relacionamento ruim entre pais e filhos; aumento da agressividade física, delinquência; saúde mental prejudicada. Os estudos revelam que quanto mais punição física recebe a criança, mais agressiva ela se torna e aumenta a probabilidade de ser antissocial ou agressiva quando adulta.

Por que isso acontece? Segundo a Teoria da Aprendizagem Social, a criança poderá imitar o punidor. Se os pais punem a criança, a criança tende também a punir depois.

Esse quadro aqui é extremamente importante. Esse pesquisador analisou quase 200 estudos, as pesquisas mais importantes da área, verificando, de cada pesquisa, quais as consequências - que já foram inclusive ditas, do ponto de vista médico. A Dra. Evelyn fez um relato exaustivo. Mas vejamos, do ponto de vista mais psicológico quais podem ser as consequências.

Crianças vítimas de maus-tratos físicos - número de estudos examinados, 10; número de estudos que confirmam isso, 10.

Saúde mental abalada - número de estudos examinados, 12; número de estudos que confirmam isso, 12. É muito alto o índice.

Saúde mental abalada quando adulto - a mesma coisa. Número de estudos examinados, oito. Todos eles confirmados.

Deterioração das relações com os pais - 13 estudos examinados. Os 13 estudos confirmam a deterioração.

Internalização moral - 15 estudos examinados. Quinze estudos confirmam isso.

Agressão a crianças colegas - dos 27 estudos examinados, 27 confirmam isso.

Agressão a adultos - dentre os quatro estudos examinados, quatro confirmam.

Então esse quadro é extremamente importante. Ele mostra as consequências e as implicações.

Crianças delinquentes e antissociais - de 13 estudos examinados, 12 confirmam.

Comportamento antissocial adulto - cinco estudos examinados, e cinco confirmam.



Maus-tratos a filhos e cônjuges na idade adulta - todos os casos confirmam.

Obediência imediata da criança - todos os estudos confirmam.

Essa é uma síntese que este autor fez de quase 200 estudos na área.

Há uns 5 ou 6 anos, a UNESCO, aproveitando um excelente livro que foi produzido em Paris, traduziu-o no Brasil. Lamentavelmente esta esgotado, mas merece uma reedição. O título do livro é: *O caminho para uma disciplina infantil construtiva: eliminando castigos corporais*. Este livro é realmente muito bom. Lamentavelmente foi feita uma edição muito restrita, de mil ou mil e quinhentos exemplares. Eu trouxe este livro para apresentar aos senhores, porque ele foi preparado para uma ação mundial da UNESCO. Ele está dividido em três grandes partes.

Na primeira parte ele analisa o imperativo dos direitos humanos de acabar com todo o castigo corporal. Apresenta um panorama geral de todas as convenções internacionais, de todos os documentos internacionais que proíbem o castigo físico.

Na segunda parte do livro há relatos de pesquisas que mostram as implicações dos castigos físicos, a preponderância, os preditores, as implicações para o comportamento e desenvolvimento da criança.

E a terceira parte, apresenta, já num sentido mais pedagógicos, alguns caminhos para uma disciplina infantil construtiva.

Eu vou até recomendar à UNESCO que reedite esse livro, possivelmente até com o apoio do Ministério da Educação porque nós precisamos divulgar para todo o País, fazer chegar às escolas, aos educadores, a todas as instâncias do País essas informações. É fundamental. Nós precisamos reeducar a sociedade brasileira nesse sentido. Precisamos utilizar intensamente os meios de comunicação de massa, todos os meios que estiverem ao nosso alcance.

O terceiro capítulo do livro estabelece algumas diretrizes para uma educação construtiva nessa área. Ele constitui todo o patrimônio da UNESCO de direitos humanos. É importante lutarmos nesse sentido onde estivermos, porque a questão extrapola, ela é mais ampla. A questão é estrutural na sociedade brasileira. Nós nunca podemos esquecer que quando foi feito o plebiscito sobre o uso de armas, nós perdemos de longe, ou seja, a maioria da população brasileira aprova ainda o castigo físico. Nós temos de fazer um amplo trabalho de conscientização. Certamente que com uma lei proibindo castigos físicos e operadores da Justiça atuando, vamos inaugurar um novo capítulo na nossa história. Mas há alguns princípios, como respeitar a dignidade da criança; respeitar a lógica da criança; desenvolver o comportamento pró-social de autodisciplina e caráter; maximizar a participação da criança; as necessidades de desenvolvimento e qualidade de vida da criança; respeitar a motivação ou motivações de mundo da criança; garantir a imparcialidade e a justiça distributiva; promover a solidariedade.





E nós poderíamos ainda mencionar outra questão que não foi objeto de um estudo mais específicos, mas tem uma tremenda implicação para um país emergente como o Brasil: os castigos físicos, a punição nessa sociedade autoritária. Essa educação autoritária que temos ainda, mata a criatividade da criança, bloqueia a criatividade da criança. Isso é um enorme prejuízo para a Nação, é um enorme prejuízo para todos nós. Quando uma criança pega um brinquedo, muitas vezes o estraga querendo ver o que tem dentro. É a primeira curiosidade científica da criança, mas chega o pai e diz "não", chega a mãe e diz "não". Por isso nós precisamos de grandes educadores. Hoje existe uma verdadeira inversão: nós vamos encontrar os melhores professores na pós-graduação. A rigor, nós deveríamos ter os melhores professores na educação infantil, que é quando a criança mais precisa. É no momento em que ela mais precisa que nós temos professores pessimamente formados.

Então o problema dos castigos físicos, como foi dito aqui, passa também pela educação.

Nesse sentido, concluindo essa breve intervenção, foi aprovada agora e está em curso Comissão Especial destinada a discutir a Lei de Responsabilidade Educacional. Eu acredito que os líderes desse brilhante trabalho - e parabeno as Deputadas que estão à frente: Keiko Ota e Profa. Teresa Surita, por esse trabalho de grande alcance - possam também estabelecer uma conexão com os líderes que estão trabalhando na referida Comissão Especial. Por que isso? Porque a Lei de Responsabilidade Educacional está sendo pensada, está sendo trabalhada de comum acordo entre os educadores e os operadores de justiça, juízes e promotores, para ser dotada de instrumentos que permitam à Justiça agir; que permitam à Justiça realmente condenar quem deva ser condenado; que permitam à Justiça realmente estabelecer algumas punições.

Eu acredito que também nessa lei pode-se abrir um capítulo em relação à proibição dos castigos corporais, porque, certamente, os operadores de justiça - acho que a Profa. Eufrásia já falou nesse sentido - têm enorme importância nesse processo, para atingirmos, sem dúvida, esse ideal de eliminar de uma vez por todas os castigos corporais.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Antes de passar ao debate, como há *quorum* regimental, vou submeter à apreciação desta Comissão a alteração do Requerimento nº 6/11, de autoria da Deputada Flávia Moraes, já aprovado no Estado de Goiás, e que transforma em fórum de debates a audiência pública.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Os Deputados e as Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*



Aprovado o requerimento que transforma em fórum de debates a audiência pública, requerimento apresentado pela Deputada Flávia Morais.

Registro, com muita alegria, a presença do nosso sempre Deputado e defensor das crianças, Paulo Lustosa.

Passo a palavra à Relatora para que possa utilizá-la pelo tempo que achar conveniente.

**A SRA. DEPUTADA TERESA SURITA** - Boa tarde a todos.

Eu gostaria, em primeiro lugar, de agradecer a presença à Dra. Rachel, à Dra. Eufrásia, à Dra. Evelyn e ao Dr. Célio. Eu entendo que esta foi uma audiência bastante produtiva, pela maneira consistente como foi apresentado o tema com relação à violência na infância. Eu não sou especialista no assunto, mas tenho procurado realmente um conhecimento bastante grande, justamente em função do relatório.

É impressionante como é clara a consequência dos maus-tratos, a consequência do abuso com relação à criança. Quando entramos realmente nos estudos e na experiência principalmente dos pediatras, psicólogos, professores, vemos como isso é grave e como temos realmente que reeducar a sociedade brasileira.

O problema não é criança que é birrenta, não é a criança que é mal-educada, até porque a criança não nasce educada, a criança precisa da proteção e da educação. É no seio da família que ela pode buscar esse apoio. E uma das coisas que tem me chamando muito a atenção é o número de reportagens que tem acontecido nas televisões, nos noticiários com relação à violência entre jovens. É violência nas escolas, é violência nas ruas, é violência no trânsito, é violência nas festas. E a consequência disso tudo vem de onde, se é a educação que forma a criança, o jovem para, eu não diria o futuro, mas que realmente vai transformando o presente?

Nessa minha busca de informação, vi em um dos países que está agora implantando a lei, o Paraguai, um cartaz que me chamou muito a atenção, onde aparece uma criança, um adolescente e a seguinte frase estampada no cartaz: "*Nós não somos o perigo, nós estamos em perigo*". Então, eu entendo que isso é muito forte, na minha avaliação, em função de tudo que estamos aprendendo com essa matéria. E eu entendo também que a dor emocional é muito pior do que a dor física, porque para a dor física hoje existem vários analgésicos que rapidamente anestesiaram; mas a dor emocional fica realmente para sempre. Eu acredito que essa sociedade insegura, essa sociedade muitas vezes com medo, com receio e principalmente com medo dos jovens, é consequência realmente de uma educação que precisa ser revista.

Eu gostaria de agradecer muito a participação a esses especialistas, com quem já tive oportunidade de conversar pessoal e individualmente. E quero dizer que vocês contribuíram muito com essas informações, para que a gente possa estar mais inteirado de uma forma mais consciente da mudança da realidade da nossa



sociedade, que realmente precisa ser reeducada, como foi colocado tão bem aqui pelo Dr. Sérgio.

Agradeço a vocês a presença.

A **SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Deputada Teresa.

Passo a palavra à Deputada Aline Corrêa.

**A SRA. DEPUTADA ALINE CORRÊA** - Primeiro, boa tarde a todos. Eu gostaria, primeiro, de cumprimentar a Presidente, a nossa Relatora por ter nos dado essa oportunidade de ter essa tarde de aprendizado. Como ser humano, como mãe de duas adolescentes, eu realmente cresci e aprendi hoje nesta tarde.

Eu procurei sempre educar minhas filhas com muito carinho, com muito humor, com muita atenção e sempre trabalhei muito, e o que eu vejo é que a violência está na casa de todos. Não existe nenhuma classe social. Às vezes a gente sai para trabalhar, deixa com algum cuidador, e alguns relatos realmente nos chamam a atenção com relação a consequências. Então, aprendi muito com as profissionais, as médicas. A Dra. Rachel realmente teve uma conversa muito objetiva, e eu fiquei muito feliz em saber da capacidade de superação que o ser humano tem. Então, é por isso que a gente tem que apostar nas nossas crianças e adolescentes que já passaram por essa violência e evitar que novos casos, novos milhões de brasileiros sejam expostos a essa violência.

Então, eu realmente queria agradecer à Dra. Rachel, à Dra. Eufrásia, à Dra. Evelyn, ao Dr. Célio, porque todos aqui me apresentaram vários dados. E eu não diria que Brasil está agressivo, como a Dra. Rachel afirmou. Quando vemos que de 200 nações só 30 já fizeram efetivamente alguma mudança na legislação, concluímos que o mundo está agressivo, e vemos isso no noticiário todos os dias.

Então, na hora em que a Dra. Eufrásia citou o livro, eu fiz questão de anotar o nome para tentar adquirir. Nossos escritores colocaram para fora, verbalizaram aquilo que muitos brasileiros e muitos cidadãos do mundo passaram. E a Dra. Evelyn trouxe para nós a questão da academia. Eu digo sempre que a parte acadêmica tem que se voltar para a parte prática da população. Porque nem todos têm condições de estudar muito. Quantos anos de estudos a senhora teve para realmente chegar onde está hoje, com condições de capacitar outros profissionais. Realmente, precisamos reeducar a nossa sociedade, informar a nossa sociedade.

Eu aprendi muito. Vou fazer um requerimento, Teresa, pedindo a realização de um seminário. Sou Parlamentar pelo Estado de São Paulo e, desde já, individualmente quero me colocar à disposição de todas vocês para podermos levar esse debate um pouco mais adiante. A Dra. Eufrásia se referiu à Lei da Palmada, do que a mídia coloca, do que vamos ter eventualmente nesta Casa, é porque ela sabe que, lá na frente, pessoas vão querer talvez denegrir ou pelo menos ridicularizar essa questão. Então, eu acho que este Congresso tem que



estar maduro para votar uma lei como essa. E estou sugerindo à Relatora um debate pelo menos em algumas capitais - talvez isso seja interessante -, para que possamos realmente levar esse dado adiante.

Eu trouxe para vocês, e vou deixar com a Relatora, um relatório que fizemos. Sou membro da Comissão Especial destinada a promover estudos e proposições de políticas públicas e de projetos de lei destinados a combater e prevenir os efeitos do *crack* e de outras drogas ilícitas. O Congresso recentemente aprovou duas Comissões Especiais para estudar esse assunto: a Comissão Especial de Políticas Públicas de Combate às Drogas e a Comissão Especial sobre Bebidas Alcoólicas. Fizemos debates em todos os Estados brasileiros sobre a questão das drogas lícitas e ilícitas. Apesar de serem duas Comissões, eu faço parte das duas. E tivemos condição de fazer várias reuniões em São Paulo e levantar muitos dados em relação à bebida e ao uso de outras drogas.

Então, vou deixar esse relatório aqui. Este assunto que nós estamos tratando nessa tarde é, com certeza, o começo da ação que uma família tem que fazer na hora que escolhe ter um filho. Porque a consequência está nesses números, nesses dados das duas Comissões e no custo que o Brasil vai ter que investir. A situação do *crack* é alarmante em nosso País. Temos crianças bebendo, fumando *crack* e usando vários tipos de drogas aos 8 anos. Então, trazemos alguns números realmente muito alarmantes. Ou o Brasil cria uma política de prevenção, de educação, ou esses números... O Brasil é um país do futuro, mas se não tratarmos do presente, como disse a Dra. Evelyn, se não tratarmos das nossas crianças e adolescentes hoje, não sei que futuro realmente vamos ter. Temos que criar uma sociedade com condições de pensar, de avaliar, de escolher.

Esses dados mostram um pouco as consequências de essa lei não estar em funcionamento, em uso, apesar de o Estatuto da Criança ser muito claro. O mundo todo deve ter esses números.

Quero parabenizar a Presidente, a Relatora, agradecer ao meu partido que me colocou como representante nesta Comissão, e dizer que estou à disposição de todos aqui, da sociedade civil, de todas as entidades que querem realmente fazer um trabalho de divulgação, para que possamos levar esse assunto e debatê-lo. Inclusive levarei a palestra de vocês, os dados que obtive aqui a São Paulo, à UNICAMP, à USP, porque precisamos debater mais essas questões com vários profissionais como a Dra. Evelyn, a Dra. Rachel, a Dra. Eufrásia, o Dr. Célio. Que realmente a gente possa ampliar esse debate na sociedade e que fique bem claro qual é o objetivo da lei e para quê o Congresso e a nossa Relatora estão fazendo isso.

Então eu me coloco à disposição.

Parabéns e obrigada a vocês por esta oportunidade que me deram esta tarde.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Deputada Aline.



Eu gostaria de saber se alguém quer fazer uso da palavra. Alguém quer se inscrever? (*Pausa.*)

Não havendo quem queira se inscrever, nós vamos passar a palavra aos membros da Mesa, por um período de 3 minutos, para suas considerações.

Antes eu gostaria de atentar para alguns aspectos: o primeiro é que nós vamos realizar nossa próxima audiência pública no dia 8 ou dia 9 de novembro, quando nós vamos discutir com os representantes do Governo. É uma audiência importante, porque o projeto fala de políticas públicas e fala, inclusive, de capacitação de profissionais.

Foi bem lembrado pelo Dr. Célio: nós estamos discutindo a Lei de Responsabilidade Educacional, que me parece que pode representar um novo paradigma na relação entre os Municípios que executam a política e os entes da Federação, inclusive o próprio Governo Federal.

Nós temos discutido, inclusive no Ministério da Saúde, a necessidade de introduzir, de incluir a abolição do castigo corporal no pré-natal, no PSF, de estabelecer as notificações, que já existem, mas fazer com que elas possam ter uma celeridade, uma leveza maior. Nós podemos introduzir essa discussão. Foi sugerido inclusive pelo próprio Ministro no projeto Saúde nas Escolas, para que nós também possamos levar para os nossos meninos e meninas. E foi sugerido pela Ministra Gleisi Hoffmann que nós levássemos essa discussão para o Ministro Moreira Franco, para que faça parte da agenda estratégica do País. Então estamos solicitando uma audiência com o Ministro Moreira Franco, para tentar introduzir essa discussão, como nós queremos fazer em todas as discussões que estão acontecendo. A Deputada Aline falava da discussão que esta Casa está fazendo do enfrentamento à drogadição, mas, de todas as discussões que acontecem nesta Casa é importante que nós possamos estabelecer esse recorte dos castigos corporais.

Nós queremos apenas pontuar algumas coisas que foram faladas aqui. Primeiro, estamos aqui para reafirmar os agradecimentos em nome desta Comissão. Nosso agradecimento muito especial a todos vocês pela participação hoje nesta discussão, que nos ajudou a pensar.

Um outro aspecto, uma barreira que penso que nós deveríamos vencer no diálogo com a sociedade é que muitas vezes essa lei é encarada como uma lei de desempoderamento da própria família, e ela, em verdade, tem que ter o efeito contrário. A família tem que sentir que esta é uma legislação que a apoia no processo de dar condições e subsídios para que ela possa estabelecer um outro processo em outra dinâmica de educação.

Nós estávamos em Salvador, fazendo essa discussão promovida pelo Ministério Público daquele Estado da Bahia e, depois da discussão, nos procurou uma jovem mãe. Ela, muito emocionada, dizia que havia se identificado com o que tinha sido falado naquela discussão e que ela precisava de ajuda. E ela *perguntava: "A quem eu recorro e o que eu faço para não espancar mais*





*minha filha de 4 anos?"* Portanto, ela buscava apoio. A lei representa esse patamar, um patamar de responsabilidade inclusive do Estado, das políticas na perspectiva de dar suporte às famílias, para que possam estabelecer uma lógica de educação que prescindia do castigo corporal, até porque castigo corporal não educa. Pode-se dizer: *"Nós precisamos educar sem castigo corporal? Não se educa, não se estabelece limites só com castigo corporal?"* Não, não se estabelece limites com castigo corporal, porque os limites não são internalizados. Há uma dificuldade de internalização, porque a dor não é associada com a reflexão. Há um processo de escamotear a necessidade de reflexão dos próprios pais sobre o processo de educação, porque há um processo de desempoderamento social em que se busca conquistar nacos de poder, e nacos do poder a partir da própria violência. E há uma sensação de há um processo de poder. Portanto, não se percebe o desempoderamento social para que se possa combatê-lo.

Então, inviabiliza-se o desempoderamento social quando os pais, desempoderados socialmente, conseguem estabelecer uma relação de força com os seus próprios filhos. E, portanto, quando você abole o castigo corporal possibilita que se rompam as máscaras e se passe por um processo de reflexão, para que haja uma resignificação do processo pedagógico e do processo de educação.

Portanto, isso significa mais do que aparentemente essa lei pode nos estimular, um repensar, uma outra lógica de paradigma, o rompimento das invisibilidades de desempoderamento e, ao mesmo tempo, uma reflexão sobre o processo pedagógico e o processo de educação. Portanto, eu diria que nós estamos tendo a oportunidade, Deputada Aline, que a vida, que a história nos deu de estar fazendo essa discussão nesta Casa, para estabelecermos novos paradigmas aqui dentro deste País.

Vimos aqui, pela exposição do Dr. Célio, os castigos corporais que havia nas escolas, que foram abolidos, na verdade, porque não estão mais legitimados. É preciso que nós também possamos legitimar o direito das crianças, legitimar socialmente o direito para além do direito legal das crianças e dos adolescentes viverem sem castigo corporal.

Eu vou encerrar essa minha fala, lembrando o estado de tensão do castigo corporal. Porque o castigo corporal, ainda que não seja cotidiano, estabelece um risco na relação. O estado de tensão embota outras oportunidades, outras capacidades e outras potencialidades da criança, inclusive a criatividade. O castigo corporal não combina com a criatividade. São formas que são estabelecidas dentro das quais se coloca a própria criança. Portanto, ela embota uma condição humana, absolutamente fundamental, que é a condição de recriar, de resignificar que os seres humanos, e só os seres humanos, têm.

Portanto, eu diria que o castigo corporal significa a tradução e o processo que leva a que crianças e adolescentes vivam sob um processo de tensão. E quando ele tem uma cronicidade ele leva à despersonalização. Então, há uma cisão, porque as crianças e os adolescentes tendem a expressar comportamentos que



não são frutos da sua compreensão, mas que são desejos do próprio pai, da própria mãe, particularmente na frente do agressor, e você despersonaliza. Quando você tira a personalidade, você está despersonalizando, quando você tira a consciência crítica, você está despersonalizando, quando você tira a percepção diferenciada da percepção que é imposta pelos pais, você está, em verdade, despersonalizando. Então, é um processo de despersonalização e, portanto, de esvaziamento das nossas crianças e adolescentes, que tende a que esse vazio seja preenchido com a reprodução do comportamento do agressor, como aqui foi falado e eu não vou repetir. A criança e o adolescente tendem a reproduzir sem percepção, sem discussão, sem ter síntese da sua própria experiência e da sua reflexão, o comportamento do agressor. Por isso, a criança tende a reproduzir o comportamento de *bullying*. Os dados que nós temos é que 71% das crianças que provocam *bullying* são vítimas de violência e tendem a reproduzir, como aqui já foi expressado também, comportamentos de agressão com seus cônjuges ou com seus próprios filhos.

Portanto, digo que foi muito importante essa discussão no dia de hoje, para que nós pudéssemos nos aprofundar no tema, pela lógica dos especialistas, para criarmos paradigmas, que são extremamente importantes, para termos uma sociedade de paz, uma sociedade onde criança e adolescente sejam sujeitos, porque é isso que diz a nossa legislação.

Com isso, eu vou passar a palavra para os nossos palestrantes, mais uma vez agradecendo a participação. Como a Dra. Evelyn já havia solicitado, eu vou passar a palavra, em primeiro lugar, para ela e depois para os demais componentes da Mesa.

**A SRA. EVELYN EISENSTEIN** - Deputada Aline, eu gostei muito de saber que já existe esse movimento contra drogas. E o que junta tudo isso? O trauma na infância e na adolescência - e é isso que nós chamamos de cisão, de *split*, a dissociação pós-traumática, que leva à droga. E por que é tão difícil tratar o vício da droga? Por que é tão difícil tratar um drogado? Porque ele tem lá embaixo - lá embaixo não (*risos*) -, lá no início da sua história um trauma, e ele teve esse *split*, essa dissociação. Então, há uma marca indelével nele, principalmente quando ele é criança ou adolescente. E cada vez mais crianças e adolescentes estão iniciando precocemente o uso de droga.

Então, estamos querendo o tempo todo, não só a legislação, mas, concordo, apoio social, legal, suporte familiar, tudo, porque nós queremos prevenção. Se essa criança é amada, querida, aconchegada, protegida, criada criativamente, trabalhada na escola, ela sente valorizado o seu potencial, ela tem expectativa de futuro, então ela não precisa da droga. Quando trabalho com adolescentes, faço isso todos os dias. Eu falo: "*A melhor droga é o oxigênio. Respira melhor, relaxa, inspira. Você tem o oxigênio todo*" - tirando os nossos poluentes. Então, é isso que temos que ensinar. Mas, aí vamos entrar com toda a distorção da sociedade de consumo, que quer vender a doença, que quer vender a droga, que quer vender a dissociação, até para encher os consultórios.

Então, eu acho que se pudéssemos resumir numa palavra só diríamos:



"prevenção"; lógico, direitos, educação e saúde também. Eu acho que a raiz do problema é a mesma. Quanto mais a gente pode evitar traumas, violências, mais evitamos a droga. A droga é só uma consequência nessa linha de associações.

Eu fico animada e me esqueci de agradecer. *(Risos.)* Quero agradecer a oportunidade.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Passo, então, a palavra à Dra. Rachel Niskier Sanchez, para que ela possa fazer as suas considerações.

**A SRA. RACHEL NISKIER SANCHEZ** - Eu vou apenas agradecer de novo e despedir-me de vocês com um até logo, até a próxima, porque o nosso voo é daqui a pouco.

Quero dizer que fica um gostinho de quero mais, porque muita coisa importante não deu tempo de falar. Eu fico muito preocupada em não fugir do assunto, e também incomodada, e não poderia deixar de, pelo menos na minha despedida, dizer para vocês que sem políticas públicas a coisa vai ser muito mais difícil, sem Conselho Tutelar funcionando de forma adequada vai ser muito difícil, sem o CIPE verdadeiramente instalado e implantado no Brasil vai ser muito difícil.

Então, o problema é muito complexo. Não se resume na nossa lei. Ela é importante, é tudo o que já se disse, mas existem outras coisas, outros fatores, outras instâncias, outras instituições, outros momentos da vida nacional, que se nós não atentarmos, nós vamos caminhar a passos muito lentos. A garotada está aí, está esperando, nós não podemos deixar de correr. E para correr temos que correr com todo mundo junto. Então, vamos todos juntos! Obrigada.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Dra. Rachel.

Com a palavra a Dra. Eufrásia.

**A SRA. EUFRÁSIA MARIA SOUZA DAS VIRGENS** - Eu queria também somente me despedir e mais uma vez agradecer aqui à Presidente, Deputada Erika Kokay, à Relatora Teresa Surita, pelo convite para estarmos juntos nessa reflexão sobre a importância desse projeto de lei. Afirmo sempre que ele é importante. Ouvimos algumas pessoas dizerem: *"Ah, talvez seja desnecessário, porque o Estatuto já garante os direitos de crianças"*. Temos de reafirmar a importância desse projeto como um avanço do ponto de vista legislativo, como já tivemos outros: a Ratificação da Convenção, o Estatuto, a Constituição de 1988; enfim, caminhamos no sentido da evolução.

Quero lembrar - não faz muito tempo, eu ainda estava na escola, com 7 anos de idade, no interior da Bahia - que peguei a época da palmatória, um recurso utilizado na educação. Eu fui vítima uma vez por acaso. Não estava sendo dirigida a mim, mas acabou pegando em mim. Eu me senti muito apoiada pela minha mãe, porque eu disse a ela que não queria estudar mais naquela escola - eu tinha 7 anos de idade -, ela atendeu ao meu pedido e me mudou de escola.



Então, acho importante trabalharmos, talvez, em campanhas com exemplos positivos: *"Olha, eu não sofri castigo corporal quando era criança, sou uma adulta que tenho um trabalho..."* As pessoas dizem também: *"Ah! Eu sofri castigo físico e estou aqui, estou bem"*. Vamos fazer esse *marketing* positivo: *"Olha, eu não sofri castigo físico e estou muito bem e promovo que não exista castigo físico contra nenhuma criança, nenhum adolescente"*. Que se cuide do respeito e da dignidade dessas pessoas em desenvolvimento.

Agradeço a todos, mais uma vez, o convite para estar aqui.

Até uma próxima ocasião. Esperamos que seja na sanção desse projeto de lei.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputado Erika Kokay) - Dr. Célio com a palavra.

**O SR. CÉLIO DA CUNHA** - Também quero agradecer inicialmente.

Acho o trabalho da Deputado Erika e da Deputada Teresa brilhante e de um alcance ilimitado.

Agradeço o privilégio de estar nesta Mesa com a Dra. Rachel, Dra. Eufrásia e Dra. Evelyn. Confesso que também aprendi muito.

Por último, gostaria de falar um pouco sobre a importância da aprovação desse projeto.

Podemos retomar um pouco a tradição grega. A Grécia tem sempre alguns bons exemplos, apesar de estar em crise hoje. A Pedagogia tem uma marca também na Grécia. De certo modo, é onde ela começa. Os escravos, que eram proibidos pelos senhores de bater nos filhos, com o tempo, começaram a inventar técnicas de entretenimento, que começaram a dar resultado, porque o senhor ia para rua, ele não podia bater. Aí começa um pouco a Pedagogia.

Eu tenho impressão de que se essa lei - se dermos sorte - realmente for aprovada, a proibição mesmo de castigos corporais, isso vai permitir à família brasileira uma criatividade extraordinária, e a Justiça agindo. A mãe, o pai, todos nós vamos ter de começar a aprender um pouco a lógica da criança. Vai ser um enorme aprendizado da sociedade brasileira. Isso vai fazer um bem para a educação ilimitado.

É isso que eu gostaria de dizer.

Muito obrigado a todos vocês.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputado Erika Kokay) - Nós estamos absolutamente de acordo com a fala de todas vocês e do Dr. Célio, que é o único homem que está à mesa.

Mais uma vez, agradecemos a todos.



Lembramos que faremos a próxima reunião de audiência pública dia 8 ou 9, ou seja, a aproximadamente 15 dias, com a participação do Governo. Na semana seguinte, vamos fazer a nossa última reunião de audiência pública, escutando as nossas crianças.

Queremos também assinar um pacto com os Legislativos Municipais e Estaduais: que todas e todos sejamos defensores e defensoras de uma educação sem nenhum tipo de castigo corporal, porque castigo corporal fere a própria lógica pedagógica e a política de educação.

A nossa intenção é, no próximo dia 6 de dezembro, discutirmos e deliberarmos sobre o projeto, em relação ao qual esta Comissão tem poder terminativo, de modo que, aqui votado e aprovado, segue para o Senado Federal.

Acho que será um grande passo nós conseguirmos aprovar esta legislação.

Mais uma vez agradeço às Sras. e aos Srs. Deputados a presença. Agradeço ao Deputado Eduardo Barbosa, à Deputada Aline Corrêa, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende e à Deputada Teresa Surita, nossa Relatora, bem como a todos os especialistas presentes: Dra. Rachel, Dra. Eufrásia, Dra. Evelyn e Dr. Célio, que nos ajudaram muito a refletir acerca desse projeto.

Declaro encerrada a presente reunião de audiência pública.

---

Documento 9/12

---

1801/11  
PLENÁRIO PRINCIPAL - CD

Sessão  
AP C/ CONVIDADO

08/11/2011  
15:21

---

### *Sumário*

**Discussão sobre o seguinte tema: a prática de castigos corporais ou de tratamentos cruéis e degradantes empregada na educação de crianças e adolescentes no País. Apreciação de requerimentos.**

---

**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO**

**NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES**





## TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

COMISSÃO ESPECIAL - PL 7672/10 - EDUCAÇÃO SEM USO CASTIGOS  
CORPORAL  
EVENTO: Audiência Pública Nº: 1801/11 DATA: 08/11/2011 INÍCIO:  
15h21min TÉRMINO: 17h47min DURAÇÃO: 02h26min TEMPO DE GRAVAÇÃO:  
02h26min PÁGINAS: 47 QUARTOS: 30

### DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ÉRIKA PISANESCHI - Diretora de Políticas de Direitos Humanos e Cidadania da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação.  
ANA ANGÉLICA CAMPELO DE ALBUQUERQUE E MELO - Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Departamento de Proteção Social Especial da Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. PAULO VICENTE BONILHA ALMEIDA - Coordenador da Área Técnica de Saúde da Criança e Aleitamento Materno do Ministério da Saúde. CARMEN SILVEIRA DE OLIVEIRA - Secretária Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

SUMÁRIO: Discussão sobre o seguinte tema: *a prática de castigos corporais ou de tratamentos cruéis e degradantes empregada na educação de crianças e adolescentes no País*. Apreciação de requerimentos.

### OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Declaro aberta a oitava reunião



ordinária da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 7.672, de 2010, do Poder Executivo, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

O projeto de lei que nós estamos discutindo estabelece o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos corporais ou de tratamento cruel ou degradante.

Encontra-se sobre as bancadas cópia da ata da sétima reunião. Pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade da leitura da referida ata. *(Pausa.)*

Dispensada a leitura da ata, a pedido da Deputada Teresa Surita.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Deputados que aprovam a ata permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

Esta reunião de audiência pública foi convocada para discutirmos o seguinte tema: a prática de castigos corporais ou de tratamentos cruéis e degradantes empregada na educação de crianças e adolescentes no nosso País.

Nós ouviremos hoje a exposição de representantes do Governo. Já fizemos algumas audiências públicas. Numa delas foi dada voz aos Conselhos; depois, à sociedade civil; aos especialistas, numa terceira audiência; e hoje escutaremos os representantes do Governo, nas suas mais variadas expressões e que dialogam com o conteúdo desta lei.

Nós já fizemos também uma audiência pública no Rio de Janeiro. Devemos fazer uma nova audiência pública no final do mês, no Estado de Goiás e no Estado de São Paulo.

Ainda há previsão, além das audiências que vão ter como limite as áreas geográficas do País, as regiões do País, de uma última audiência pública, em que vamos discutir fatos e versões e dar voz às crianças, aos adolescentes e aos adultos que guardam, gravados na pele muitas vezes e na alma, sem dúvida nenhuma, a relação de serem cuidados ou não cuidados com castigos corporais.

Para compor a Mesa desta audiência pública, eu gostaria de chamar a Dra. Carmen Silveira de Oliveira, Secretária Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria de Direitos Humanos, ligada à Presidência da República. É um prazer tê-la aqui.

Gostaria de chamar o Coordenador da Área Técnica de Saúde da Criança e Aleitamento Materno do Ministério da Saúde, Dr. Paulo Vicente Bonilha Almeida; a Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Departamento



de Proteção Social Especial da Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Dra. Ana Angélica Campelo de Albuquerque e Melo; a Diretora de Políticas de Direitos Humanos e Cidadania da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação, Dra. Érika Pisaneschi.

Gostaria de saber se a Profa. Verônica se encontra. *(pausa)* A Profa. Verônica Cardozo Pessoa de Carvalho foi convidada para esta audiência como representante do Ministro da Educação. No momento de sua chegada, nós a chamaremos para também compor a Mesa desta reunião de audiência pública.

Agradeço muito a todos os representantes do Governo a participação.

Chamo ainda para compor a Mesa desta audiência a Deputada Teresa Surita, Relatora do Projeto nº 7.672, de 2010, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, assegurando o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos corporais ou de tratamento cruel e degradante.

Registro a presença do Deputado José Stédile, do PSD do Rio Grande do Sul, que esteve conosco no Rio de Janeiro, e da Deputada Alice Portugal, do PCdoB da Bahia.

Vamos conceder a palavra aos componentes da Mesa pelo prazo de 10 minutos. Depois falará a Relatora, que disporá do tempo que achar necessário para formar as suas opiniões e construir o seu relatório. Em seguida, vamos conceder a palavra aos Deputados pelo prazo de 5 minutos. E vamos conceder a palavra às pessoas que quiserem se pronunciar pelo prazo de 3 minutos. Em seguida, voltaremos a palavra aos componentes da Mesa, por 3 minutos.

Portanto, está com a palavra neste momento, pelo prazo de 10 minutos, a Sra. Érika Pisaneschi, Diretora de Políticas de Direitos Humanos e Cidadania da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação.

**A SRA. ÉRIKA PISANESCHI** - Boa tarde, Deputada Erika Kokay e Deputada Teresa Surita. Boa tarde a todas e a todos.

Em nome do Ministério da Educação, agradeço o convite para contribuir com este debate sobre o projeto de lei que estabelece o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos corporais ou de tratamento cruel ou degradante.

Eu trouxe uma pequena apresentação, a fim de facilitar a minha exposição.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

O objetivo da minha apresentação, primeiro, é o de situá-los. Falo, então, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do



Ministério da Educação - SECADI, da Diretoria de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania. É a partir desse enfoque, então, que pretendo trazer algumas ações, programas e pontuações em que o MEC pode contribuir para o debate sobre o projeto de lei.

O objetivo da SECADI é o de contribuir para a redução de desigualdades educacionais, envidando esforços para garantir a participação de todos os cidadãos brasileiros em políticas públicas que assegurem a ampliação do acesso à educação de qualidade. É nesse sentido, então, que temos uma coordenação que trata da educação em direitos humanos.

O projeto de lei prevê cinco eixos de ações intersetoriais, como campanhas educativas, inclusão no currículo escolar em todos os níveis de ensino de conteúdos relativos aos direitos humanos, a formação continuada de profissionais e também a resolução pacífica de conflitos.

Com o foco nessas ações intersetoriais é que trago para vocês um pouco daquilo que é desenvolvido pelo Ministério da Educação, já no sentido de implementação dessa lei, que, sabemos, é baseada no que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente. Então, as nossas ações se coadunam com as proposições do projeto de lei.

As políticas desenvolvidas pela SECADI, seja para as questões étnico-raciais, seja para as questões indígenas, seja para a inclusão de crianças com deficiência, partilham de uma mesma concepção: de que a educação, em e para os direitos humanos, é um direito em si mesmo e um meio indispensável para o acesso a todos os direitos.

Nesse sentido, trabalhar a educação em direitos humanos nas escolas, nos sistemas de ensino, contribui para a construção da cidadania, para o conhecimento dos direitos fundamentais, para o respeito à pluralidade e para a valorização da diversidade.

O que se pretende é que a educação em direitos humanos nas escolas e nos sistemas de ensino orientem uma convivência na escola. Deve fazer parte do projeto político-pedagógico da escola, para a afirmação de valores como solidariedade, justiça social, participação cidadã, respeito e valorização da diversidade, com equiparação de oportunidades.

Quais são os marcos legais importantes para o projeto de lei em questão? A Lei nº 11.525, de 2007, já estabelece que o currículo do ensino fundamental incluirá, obrigatoriamente, conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes, tendo como diretriz o Estatuto da Criança e do Adolescente, observadas a produção e a distribuição de material didático adequado. Então, isso já vem sendo implementado pelos sistemas de ensino.

O Ministério da Educação - na verdade, o Conselho Nacional de Educação -, provocado, em 2010, pela Secretaria de Direitos Humanos, discute a partir de 2011 diretrizes nacionais de educação em direitos humanos. Essas diretrizes



nacionais passaram já por uma consulta pública, por audiências públicas, e agora estão sendo finalizadas, para a aprovação do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação e para a homologação pelo Ministro.

O que se pretende? Que a educação em direitos humanos seja tratada de maneira interdisciplinar e transversal em todos os níveis de ensino e nas escolas.

O que se entende? Que a afirmação de valores, atitudes e práticas que expressem a cultura dos direitos humanos, em todos os espaços da sociedade, contribui, então, para a proteção de direitos de crianças e adolescentes.

A formação da consciência cidadã e o conhecimento dos direitos fundamentais vão promover o protagonismo de crianças e adolescentes para o enfrentamento da violação dos direitos e o fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos.

A partir dessas concepções, o MEC desenvolve diversas ações direcionadas para a formação de educadores - falamos em professores e também de outros profissionais que atuam na escola -, nas diversas temáticas, levando o conhecimento sobre os direitos de crianças e adolescentes.

Temos cursos de formação e também projetos. Um deles é o que nós denominamos de Escola que Protege. Esse programa é bastante importante, no entendimento do MEC, porque promove lá na ponta, nos Municípios, uma articulação intersetorial, para que as escolas, juntamente com outros profissionais da rede de proteção social, possam identificar, notificar e encaminhar os casos de violação de direitos de crianças e adolescentes. Esse projeto prevê a articulação numa comissão gestora local e também a realização de eventos, no Município, em que se desenvolvam essas temáticas.

O MEC também trabalha na produção de material didático que trate dessas temáticas. No Programa Nacional do Livro Didático, no Programa Nacional Biblioteca da Escola, no Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio e no Programa Nacional do Livro Didático para Alfabetização de Jovens e Adultos, os temas de direitos humanos estão sendo incluídos.

Quero destacar o guia escolar, um material didático trabalhado junto com a Secretaria de Direitos Humanos, para que professores e escola sejam capacitados para a identificação de violências praticadas contra crianças e o encaminhamento para a Rede de Proteção Social.

Além da produção de material didático, toda a articulação com os sistemas de ensino é promovida pelo MEC, na implementação de planos de ação de educação em direitos humanos, pelas Secretarias Estaduais e Municipais.

Também desenvolvemos pesquisas. E quero destacar o acompanhamento da condicionalidade da educação de crianças e jovens do Programa Bolsa Família, ação intersetorial, uma parceria com o MDS, a partir da qual temos um importante





instrumento para o fortalecimento da relação entre as diversas políticas públicas e a proteção de crianças e adolescentes.

Essa era a minha contribuição.

Agradeço a atenção.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Agradeço à Dra. Érika, que aqui representa o Ministério da Educação, e passo a palavra à Dra. Ana Angélica Campelo de Albuquerque e Melo, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Departamento de Proteção Social Especial da Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

**A SRA. ANA ANGÉLICA CAMPELO DE ALBUQUERQUE E MELO** - Boa tarde a todos.

Como foi dito, sou do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Secretaria Nacional de Assistência Social.

Seguindo a lógica da colega do MEC, primeiramente vou fazer uma colocação geral sobre como essa temática da violência contra a criança e o adolescente, da sua prevenção e do atendimento às famílias, entra na política do Ministério e, mais do que isso, na política de assistência social. E estamos em processo de implementação do Sistema Único de Assistência Social, uma política que envolve as três esferas de governo - federal, estadual e municipal.

Desde 2005 está sendo implantado no Brasil o Sistema Único de Assistência Social, que procura uniformizar não só nomenclaturas, mas também e principalmente metodologias, serviços e equipamentos de atenção em assistência social.

Não vou ter tempo para aprofundar todo o sistema. Por isso, destaco os pontos básicos da nossa política e dos nossos serviços: a matricialidade sociofamiliar e o direito à convivência familiar e comunitária - sem violência, é claro. Os serviços propostos - que estão sendo implantados com amplitude cada vez maior, ou seja, estamos procurando universalizá-los - são todos voltados para a família.

O Sistema Único de Assistência Social se divide em níveis de proteção social. No serviço de proteção social básica, trabalha-se com prevenção e orientação sociofamiliar, nos territórios de maior vulnerabilidade social. E o seu equipamento mais importante é o chamado CRAS - Centro de Referência de Assistência Social. O Centro de Referência deve ser implantado em todos os territórios de maior vulnerabilidade, com base em diagnósticos sociais, para organizar nesses territórios os diversos serviços, programas e ações da área da assistência social e oferecer o serviço de promoção e atenção integral à família. É justamente um local de atendimento, de orientação dessas famílias em relação a todas as questões. É feito o encaminhamento para programas sociais, mas o foco é na orientação e na prevenção da violência - orientação quanto aos direitos de



crianças e adolescentes, de idosos e pessoas com deficiências; orientação sobre os direitos sociais dessas famílias, como habitação e educação. Enfim, é um espaço em que deve haver profissionais que possam trabalhar com aquelas famílias, mas também é um espaço dialógico, em que essas famílias podem trocar experiências entre si, contar seus problemas e descobrir soluções próprias.

Nesse nível de proteção, como já foi falado, trabalhamos muito essa questão da prevenção. A ideia é chegar antes, e não quando já aconteceu algum tipo de violação. Havia um pouco essa dinâmica. Ainda há. Depois que acontece algum problema é que se acessa uma política pública. A lógica do CRAS é também um pouco a lógica da saúde, da atenção básica: trabalhar preventivamente.

Também temos um equipamento chamado Centro de Referência Especializado de Assistência Social, que, nesse caso, é para atendimentos relacionados a situações de risco e de violação de direitos. O foco é também no atendimento familiar.

Então, o atendimento é feito em caso de violência contra criança ou adolescente no ambiente doméstico. Atende-se a criança, mas também a família. A ideia é que haja intervenção qualificada para interromper esse ciclo de violência, fazer os encaminhamentos necessários. Isso não quer dizer que não haja responsabilização, se for o caso, mas se entende que, além disso, a família precisa ter esse atendimento para poder continuar caminhando sem violar o direito da criança ou do adolescente, de forma a se reparar essa questão, trabalhar essa forma de relação interfamiliar sem necessidade de separar a criança da família.

O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária colocava muito esta questão: ocorrendo violação de direitos dentro da família, não havia meio-termo. Quando a violação era muito leve, fazia-se a advertência, mas, quando fosse preciso alguma intervenção do Estado, ou se retirava a criança do núcleo familiar e a colocava num abrigo, ou se realizava o afastamento dos pais, o que acabava também gerando uma série de traumas, de problemas no seu desenvolvimento, porque isso a privava dessa convivência. O atendimento nos CREAs é de média complexidade, por meio do qual se tenta intervir, estar próximo à família. É um atendimento individualizado, mas se tenta trabalhar essa questão, superar essa dinâmica sem a necessidade desse rompimento. Claro, se houver risco à integridade da criança, vai-se passar para a outra questão. Mas ele vem suprir essa lacuna que sempre existiu. Não há meio-termo, é tudo ou nada.

Por que estou dizendo isso em relação à lei? Porque esses dois equipamentos nossos e toda a filosofia do Sistema Único de Assistência Social têm como base a convivência familiar e comunitária, o direito da criança de ser criada na sua família, ter esses laços reforçados. Esse é um direito da criança. Isso é importante para o seu desenvolvimento.

O foco, então, é trabalhar essa família para que ela possa cumprir com os seus deveres. Qual é o dever de uma família em relação a uma criança? É o dever de



cuidado, o dever de proteção, o dever de educação, o afeto. Muitas vezes, por uma série de questões, por questões individuais, mas também por questões sociais, pelas pressões que ocorrem, pela questão cultural mesmo, pela experiência que os pais tiveram relativa a métodos educativos, muitas vezes o pai e a mãe principalmente, que teriam esse dever de cuidar, tornam-se violadores.

Isso ocorre em diversos graus. Existem casos de violências absurdas que saem nas páginas dos jornais, mas também há casos de pequenas violências, que são perpetradas no dia a dia, muitas vezes com intenção educativa, e que causam uma série de danos.

O trabalho que se tem feito sempre foi no sentido de acompanhar, instrumentalizar, orientar, para que eles possam continuar com os seus filhos, possam continuar educando os seus filhos, porque a ideia não é deixar as crianças sem limites ou sem educação, e sim continuar dando essa educação, estabelecendo esses limites, de forma a que não seja preciso utilizar violência, nem violência física, nem violência psicológica, nada.

Quando lemos este projeto de lei, que prevê o direito de a criança e o adolescente serem educados sem o uso de castigos corporais, imaginamos justamente isso. Eu falei da nossa política, de uma forma integrada das diversas políticas públicas, com ONGs, com divulgação na mídia e tudo o mais. Tenta-se trabalhar essa mudança cultural, no sentido de que há formas de colocar limites, há formas de educar sem que seja preciso usar de violência.

Quanto a esse ponto, achamos que este projeto de lei tem muito a garantir, muito a somar. Agora, quanto ao texto em si, teríamos algumas sugestões a fazer, no sentido de deixar mais claro principalmente o art. 70-A. Nós sugeriríamos que ficasse mais clara a questão de espaços de orientação aos pais quanto a metodologias educativas e colocação de limites sem o uso de violência. Aqui há muitos pontos - corretos - relativamente ao direito de a criança ser educada sem violência. Nós queremos mudar uma cultura, mas é preciso instrumentalizar os pais, ensiná-los como fazer. Às vezes, essa é a única forma que ele aprendeu, é a única forma de educar que ele conhece.

Não pode ficar parecendo que, se não há essa forma de educar, ele simplesmente vai se omitir, não vai educar ou não vai colocar limite. Não é esse o espírito da lei. Entendemos que isso tem de estar um pouco mais explícito. Tem de ser um pouco mais considerada essa questão de que, nas diversas políticas públicas, haja acesso, atendimento à família, à criança e ao adolescente, haja esse viés educativo, espaços de diálogo com os pais, orientação metodológica mesmo, instrumentos, formas de educação sem uso da violência.

Outro ponto nos causou certo receio. Refiro-me ao art. 2º, quando menciona o art. 130, que já existe no ECA. Ele estabelece uma consequência para os pais que realizaram maus-tratos ou abuso sexual à criança e ao adolescente, ou seja, atos muito graves. Pelo próprio princípio da proporcionalidade, apesar de toda forma de violência, da mais leve à mais grave, ser uma violência, entendemos que é importante que a lei preveja diferentes medidas para diferentes gravidades.



Uma palmada não deve ser dada - há outras formas de educar -, mas ela não é a mesma coisa que um espancamento. O remédio para curar gripe não é o mesmo que se usa para curar tuberculose. A resposta que deve ser dada para algo leve é uma; para algo muito grave, é outra.

É isso. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Dra. Ana Angélica.

Passo a palavra ao Dr. Paulo Vicente Bonilha Almeida, Coordenador da Área Técnica de Saúde da Criança e Aleitamento Materno do Ministério da Saúde, que dispõe de 10 minutos.

**O SR. PAULO VICENTE BONILHA ALMEIDA** - Boa tarde a todos e a todas.

Eu quero agradecer, em nome do Ministério da Saúde, a oportunidade de estar aqui presente.

Saúdo, na pessoa da Deputada Teresa Surita, todos os componentes da Mesa e, em particular, nossos companheiros de políticas públicas sociais. É um prazer estar aqui com a Angélica, a Carmen, a Erika, com quem, também em outros espaços, temos debatido a questão do cuidado com a criança e com o adolescente de maneira saudável, sem uso da violência.

Hoje, quando discutimos as questões de saúde de crianças e adolescentes, consideramos dois grandes problemas. Um é a mortalidade neonatal no País. A mortalidade infantil foi derrubada para menos da metade desde 1990, graças a programas como o Bolsa Família e a políticas sociais como a de ampliação do acesso à saúde da família de maneira proativa, com agentes de saúde apoiando as famílias em domicílio, e como a de aleitamento materno, que o Brasil vem desenvolvendo - a Organização Mundial da Saúde nos ensina que a ação isolada mais eficaz para diminuir a mortalidade infantil é a promoção do aleitamento materno.

Apesar de tudo isso, apesar de termos diminuído bastante a mortalidade infantil, quanto ao período neonatal persistem problemas, a mortalidade nesse período diminuiu pouco, continua alta. Para resolver esse problema, estamos atacando com a Rede Cegonha, da qual os senhores já devem ter ouvido falar.

Trata-se de um megaprojeto do Ministério da Saúde de trabalho em rede, palavra da moda nas políticas de saúde, no Ministério da Saúde em particular: rede entre Municípios; rede entre entes da Federação, Municípios, Estados e União; rede entre serviços de complexidades diferentes, atenção básica, maternidades (no caso da Rede Cegonha), serviços especializados; rede intersetorial entre as políticas públicas. É com essas várias redes que pretendemos trabalhar na Rede Cegonha, atacando a mortalidade neonatal.

Outro grande problema é a principal causa de morte das crianças brasileiras com mais de 1 ano: as chamadas causas externas. Ou seja, não são doenças que



mais tiram a vida de nossas crianças, mas causas externas: acidentes de trânsito principalmente - têm sido responsáveis por verdadeira carnificina, se considerarmos as perdas que têm causado em nossas famílias, atingindo sobretudo adultos, mas também crianças e adolescentes - e violência.

Examinando a violência, cujo ápice são os homicídios e os suicídios, que tiram a vida de muitas de nossas crianças e adolescentes, constatamos que sua origem estão nos primórdios de nossa vida. A mãe que puder ser mais bem cuidada, puder contar com o amparo familiar e das políticas sociais no sentido de ter uma gestação mais feliz, terá chances de dar à luz uma criança emocionalmente mais saudável.

Pesquisas mostram, por exemplo, que mulheres grávidas em situação de violência crônica deixam de ganhar, em média, 5 quilos na gestação. Essa é uma consequência física. Quais haverão de ser as consequências emocionais nas mães e nos fetos que estão crescendo dentro delas? Devemos pensar sobre isso.

Com a Rede Cegonha, pretendemos trabalhar uma série de pequenos "detalhes" - com mil aspas - que podem fazer diferença na constituição de um bom vínculo no seio das famílias. Por exemplo, a mãe dar à luz ao lado de seu acompanhante de escolha (a mãe, uma amiga, o companheiro, o pai da criança) pode ser um momento de fortalecimento do vínculo familiar.

Eu tenho feito perguntas para os pais que tiveram a oportunidade de acompanhar o nascimento do filho. Tenho certeza de que um pai que vivenciou esse momento tem muito menos chance de cometer uma violência contra essa companheira ou contra essa criança.

Esse pai a quem propiciamos esse momento na maternidade, a fim de que pudesse acompanhar o nascimento do filho, deve ser estimulado a ficar nos primeiros dias o quanto puder com a mãe, visitá-la sem horário de visita, ao contrário do que se faz hoje ainda em muitos lugares, em que o pai só pode fazer a visita rapidamente, no horário estabelecido, e ir embora. Depois reclamamos que a cultura do homem brasileiro é de não participar da família.

Podemos, sim, no que diz respeito a saúde, política social, fomentar vínculos e paternidade mais saudável, maternidade mais saudável. Que o bebê, em nenhum momento, saia do lado da mãe! Vamos acabar com essa história que ainda hoje existe em maternidades de grande renome, públicas ou privadas, em que o bebê passa por um estágio lá, passa por um purgatóriozinho, fica em observação. Não há justificativa científica para se fazer isso. O melhor lugar para o bebê é ao lado da mãe, o tempo todo. Ele não precisa sair dali, inclusive para que comece, desde a primeira hora, a mamar no peito. Isso vai ser bom para a saúde da mãe, ajuda a contrair o útero, vai ser bom para a descida do leite, para o sucesso do aleitamento materno, portanto, para o vínculo, para que esse primeiro momento já não seja um momento violento.

Do ponto de vista do Ministério da Saúde, estamos investindo na Rede Cegonha como uma atividade que diminui a mortalidade, diminui o número de casos de





doença e fomenta uma cultura de paz. A ideia é que a Rede Cegonha se prolongue no acompanhamento da criança nos primeiros anos de vida.

Temos um grande desafio quanto à saúde da criança. Por um lado, está a diminuição da mortalidade infantil e, por outro, o *boom* das doenças de adulto, dos agravos crônicos não transmissíveis —assim são chamadas—, como obesidade, hipertensão, diabetes. Essa é uma epidemia que nós adultos estamos vivendo. Há o envelhecimento da população.

Tudo isso fez com que muitos de nós gestores da saúde, sanitaristas, pensadores da saúde pública pensássemos: *"Ah, a saúde da criança e do adolescente está bem encaminhada. Vamos jogar peso na saúde do adulto, do idoso, que está bombando"*. Esse é um erro grave, do ponto de vista não só emocional, mas também físico. É já no útero, nos primeiros dias de vida, nas primeiras semanas, nos primeiros meses e anos que a criança vai se constituir enquanto ser do ponto de vista emocional, físico. Portanto, esses primeiros anos têm que ser cuidados com muito carinho.

Estamos propondo, dentro da Rede Cegonha, um resgate da puericultura, do acompanhamento das crianças na atenção básica pelo médico de família, pelo enfermeiro, pelo pediatra dos locais onde se trabalha com pediatra, enfim, pela equipe multiprofissional.

Que esse acompanhamento possa ocorrer em forte interlocução com as políticas sociais, articulando a rede básica com o CRAS da região, a escola, os equipamentos de defesa de direitos, o Conselho Tutelar, quando necessário, a ONG do bairro, a igreja, para as múltiplas situações que não são específicas de saúde, mas afetam o desenvolvimento dessa criança. A ideia é resgatar, criar um movimento de defesa da criança.

Projetos como esse, de iniciativa do Governo Federal e que agora conta com a relatoria da Deputada Teresa Surita, vêm a calhar. Eles merecem o nosso apoio.

Agora, também temos algumas sugestões. A primeira delas reitera essa preocupação que a Angélica trouxe com relação ao art. 2º. Temos que pensar que uma lei tem de ser bem escrita para que, em mãos inadequadas, não cause estragos. Alguém que foi educado de forma equivocada e puxa a orelha da criança de vez em quando, por três vezes, vai perder a guarda dessa criança? Em mãos inadequadas, esse artigo potencialmente aponta para isso. Será que não precisamos rever isso? Foi o que a Angélica já comentou.

A segunda questão que gostaríamos de sugerir, também reforçando o que Angélica salientou - aliás, estamos muito afinados -, é não só dizer o que não deve ser feito. Por exemplo, está bom, existe acordo, não se deve bater, mas como é mesmo que se educa sem bater?

Nós pediatras - sou pediatra de formação - vivemos hoje um grande drama com os pais. Eles estão em uma situação de aflição, perdidos em relação a como educar seus filhos. A maioria deles já não bate mais. E começa a ocorrer um



outro problema, que é a permissividade, o outro polo dessa equação.

Já conversamos, em uma visita que a Deputada Surita fez ao Ministério da Saúde, no sentido de talvez acrescentarmos algum artigo a essa proposta de lei que diga um pouco como deve se fazer, que apoie a família quanto a como educar sem violência. Até temos uma proposta de texto que podemos discutir, se for o caso.

Por último, há uma proposta que temos discutido em vários fóruns intersetoriais da Esplanada. Num espaço de discussão de um plano em que o Brasil protege sua criança e seu adolescente, está para ser lançada pelo Governo Federal, pela Presidenta Dilma, e sobre a qual estamos debruçados neste momento, a ideia de criarmos comitês intersetoriais que envolvam a unidade básica, o CRAS, a escola. Falta integração às nossas políticas setoriais.

Há 6 meses, eu era pediatra de uma unidade básica da periferia de Campinas. É um sufoco. Lá, com muito custo, conseguimos uma reunião mensal dessas equipes. Conseguíamos, então, juntar alguém da equipe do Saúde da Família com alguém do CRAS, da escola, da pré-escola, do bairro, da ONG, da igreja para discutir os casos das famílias complexas.

Também estamos sugerindo que este texto aponte para um dos itens do art. 70 sobre as principais ações que União, Estados, Municípios teriam que fazer. Uma das ações seria a criação de comitês intersetoriais nos territórios das Unidades Básicas de Saúde para a elaboração de projetos terapêuticos conjuntos, envolvendo atenção básica, CRAS, escolas, ONGs, igrejas, para apoio às famílias vivendo em situações de violência.

É uma série de sugestões que queremos fazer no sentido de aprimorar este projeto. Entendemos que ele vem acrescentar bastante ao que o ECA já previa e pode colaborar nesse trabalho que penso ser da saúde, de todas as políticas sociais deste Governo de promoção de cultura de paz, prevenção e combate à violência.

Obrigado. *(Palmas.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Dr. Paulo Vicente Bonilha.

Gostaria de registrar a presença da Deputada Carmen Zanotto, do PPS de Santa Catarina, e do Deputado Domingos Neto, do PSB do Ceará.

Passo a palavra à Dra. Carmen Silveira de Oliveira, Secretária Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. S.Sa. dispõe do prazo de 10 minutos.

**A SRA. CARMEN SILVEIRA DE OLIVEIRA** - Boa tarde a todas e a todos.

Quero, em especial, saudar as Deputadas Erika Kokay e Teresa Surita e trazer a



saudação da Ministra Maria do Rosário, uma ex-Parlamentar, integrante da Frente como as nossas atuais frentistas, como brincamos com os nossos Deputados integrantes das frentes parlamentares pela infância.

Uma consideração inicial a ser feita é a pertinência de que, na comemoração dos 21 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, estejamos discutindo um novo marco legal, absolutamente necessário inclusive para atualizar o marco legal vigente. E, talvez por certa similaridade astral, este projeto de lei que tramita nesta Casa veio das redes sociais, assim como o Estatuto da Criança e do Adolescente, que foi forjado no movimento social.

Com isso se rompe novamente a tradição jurídica mais clássica, porque se aponta que a capacidade de produzir leis é uma competência social e não uma prerrogativa apenas dos Parlamentos. Acho que foi com esse espírito que, em 2009, o Governo Federal acolheu e levou para o Parlamento o anteprojeto de lei proposto pela Rede Não Bata, Eduque, composta de várias entidades e organizações sociais. Do ponto de vista de direitos humanos, temos vários motivos para acolher a proposta da Rede.

Eu queria rapidamente fazer referência à necessidade de nos sintonizarmos não apenas com as diretrizes estabelecidas no Estatuto, mas também com as recentes resoluções, em especial da Corte Interamericana, e com a recomendação explícita do Comitê sobre os Direitos da Criança para o relatório brasileiro entregue em 2003. A Recomendação 43 solicitava que o Estado brasileiro ajustasse o seu marco legal, introduzindo a proibição dos castigos corporais.

Isto posto, cabe informar que a Secretaria de Direitos Humanos veio trabalhando ao longo deste ano na formatação do novo PPA, que traduz ações e objetivos estratégicos para os próximos 4 anos. Três desses objetivos estratégicos dialogam diretamente com as possíveis atribuições e responsabilidades que teremos enquanto gestores públicos com a implementação da nova lei.

O primeiro objetivo estratégico que nos parece dialogar diretamente com este projeto de lei é o fortalecimento das competências familiares e dos cuidadores. O segundo é a organização da rede de serviços para crianças e adolescentes vítimas da violência - neste caso, pensa-se em quando o direito já está violado. E o terceiro ponto que nos parece fundamental é o fomento à autoproteção de crianças e adolescentes. Ou seja, é preciso que crianças e adolescentes estejam preparados para ter os autocuidados necessários para, enfim, ficarem menos vulneráveis diante dos seus pais ou dos seus cuidadores.

No sentido do fortalecimento das competências familiares e dos cuidadores, eu queria apenas reiterar a importância para o Brasil hoje da recente aprovação, pelo CONANDA, do Plano Nacional pela Primeira Infância. Cabe ao Governo Federal, mas também aos Governos Estaduais e Municipais, traduzir essa política em planos de ações concretos.

Alguns deles já estão em curso, como foi anunciado pelos colegas de outros



Ministérios, a exemplo da Rede Cegonha, do Ministério da Saúde, e do PROINFÂNCIA, do MEC, iniciativa no campo da educação infantil. Ambos os espaços, seja por meio das equipes de saúde, seja por intermédio dos trabalhadores em educação, são muito importantes para orientar os pais e também para preparar as crianças, mesmo as crianças pequenas, para desde cedo lidarem de outra forma com as situações de violência.

Por exemplo, estamos trabalhando junto com o MEC no sentido do desenvolvimento de material pedagógico que possa ser usado em educação em direitos humanos de crianças pequenas. Jogos, bonecos, enfim, uma forma de ensinar às crianças, desde pequenas, o respeito à diversidade, especialmente como prevenção a possíveis ocorrências de tratamentos humilhantes, como o caso do *bullying*, tão praticado hoje na adolescência, infelizmente.

É importante também situar a organização da rede de serviços para crianças e adolescentes vítimas de violência. Mas antes eu queria comentar que nós precisamos melhorar os nossos sistemas de notificação, e não no sentido mais comum da notificação, que é a denúncia. É preciso melhorar o sistema de notificação, mas não necessariamente para denunciar os pais, para denunciar cuidadores. Nosso objetivo primeiro com a notificação é a proteção da criança e do adolescente.

É assim que no Disque 100 nós trabalhamos. Hoje, um terço das denúncias diárias ao Disque 100, que chegam a ser quase 300, refere-se a violência física contra crianças e adolescentes. Então nosso primeiro intuito ao receber a denúncia é encaminhá-la para a rede de atendimento, a fim de que a criança possa ser procurada e protegida. Em segundo lugar, nós encaminhamos a denúncia às autoridades responsáveis, para que as investiguem e possam, quem sabe, proceder à responsabilização dos agressores, ou, no caso da lei, àquilo que é previsto como medida protetiva.

Além do Disque 100, nós teremos nos próximos anos a linha 125, que será operada pelos Conselhos Tutelares, de fácil acesso, assim como a linha 100. Essa é uma tentativa de integrar os dois sistemas de notificação de uma forma mais ágil e descentralizada.

Nós temos hoje, como já foi referido, a escola como lugar de notificação, especialmente por meio do Escola que Protege, ou mesmo do Saúde da Família, ou do Programa Saúde na Escola.

Lembro que nós também teremos uma nova versão do Cadastro de Crianças e Adolescentes Desaparecidos. Sabemos hoje que mais de 80% dos casos de desaparecimento são fugas do lar relacionadas a violência doméstica. Nós não queremos apenas ter um banco de dados de crianças e adolescentes desaparecidos. Queremos procurar a família, porque, mesmo que a criança seja encontrada, a família terá que reverter a sua conduta, o seu comportamento, senão haverá adiante uma nova fuga do lar.

Também estamos pensando - Bonilha já antecipou isto - sobre termos um



sistema integrado de notificação em que os registros da escola, da rede socioassistencial, da educação, todos possam chegar ao Conselho Tutelar, que vai operar essa informação através do SIPIA, já em implantação, já em nova versão no País. O SIPIA terá campos de preenchimento para o Conselheiro Tutelar, que terá então notícia sobre o desfecho da situação. Então estamos interessados neste momento, como no Disque 100, em acompanhar o desfecho da denúncia. Não nos interessa apenas ter o caso notificado. É preciso saber o que aconteceu com aquela criança e o que aconteceu com aquele agressor.

Na linha de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência, nós estamos trabalhando com o Ministério da Saúde para criar espaços mais humanizados e adaptados ao atendimento de crianças e adolescentes vítimas da violência. Por isso é importante para nós a aprovação nesta Casa do PL que propõe o depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas de violência, porque eles percorrem, às vezes, oito endereços diferentes em caso de notificação da sua violência física - equipamento de saúde, delegacia, Conselho Tutelar.

Estamos trabalhando com o Ministério da Saúde a ideia de um núcleo de atendimento integrado onde o depoimento será único e já servirá como antecipação de provas, caso seja necessária a responsabilização.

Gostaria de salientar a importância da autoproteção, especialmente entre os adolescentes. Falamos muito em castigos corporais, mas esquecemos que o projeto de lei aborda também o tratamento humilhante. O *bullying*, hoje, é uma epidemia escolar, uma epidemia entre as tribos juvenis. É importante que os adolescentes sejam orientados a trabalhar de maneira diferenciada, mais acolhedora, com convivência mais pacífica e com mediação de conflitos também entre eles.

Lembro que há certa ausência, na discussão dos castigos corporais, das torturas que são praticadas nos equipamentos de cuidado de crianças e adolescentes, como redes de abrigo e sistemas socioeducativos. É importante que também trabalhem mecanismos de combate aos castigos corporais nesses ambientes, inclusive porque se espera que, nesses locais, as crianças e os adolescentes, mesmo quando autores de ato infracional, não sejam alvo da violência dos adultos.

Cabe esta pergunta: como poderemos, por meio das políticas públicas, incidir sobre famílias que geralmente não procuram os equipamentos públicos, como, por exemplo, as famílias das elites brasileiras? Os castigos corporais e o tratamento humilhante também ocorrem em lares dessas famílias, em condomínios de alto luxo, em ambientes que são frequentados pelas elites. Então, é importante discutirmos a respeito de como fazer a necessária mudança de mentalidade também nesse segmento.

Acolhemos a sugestão apresentada pelos nossos colegas de Ministério no sentido de que possamos burlar um pouco mais o art. 2º, que agrega o parágrafo único do art. 130 do Estatuto. Talvez, além da medida cautelar pelo





descumprimento reiterado, pudéssemos agregar a questão da gravidade da situação, porque a reiteração, por si só, não justificaria a medida cautelar que está proposta.

Solicitamos - parece que isso já foi acolhido pela Relatora - que seja trabalhada também a perspectiva de supressão do art. 1.638 do Código Civil, que prevê os castigos imoderados. Solicitamos a supressão desse artigo, talvez num PL adicional a este que está em discussão.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Dra. Carmen.

Gostaria de registrar a presença da Deputada Aline Corrêa, do PP de São Paulo.

Como há *quorum* regimental, vamos aproveitar este momento para votar dois requerimentos.

O primeiro é de autoria da Deputada Teresa Surita, que requer a presença do Sr. Renato Mello Martins na audiência pública Fatos e Versões, conforme a aprovação do Requerimento nº 9, de 2011, com a finalidade de colher relatos e experiências.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que estão de acordo com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento da Deputada Aline Corrêa, que solicita a realização de fórum de debates no Estado de São Paulo.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

As Sras. e Srs. Deputados que estão de acordo com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Voltamos, então, à nossa audiência pública.

Passo a palavra, sem limite de tempo, para a Relatora. Lembro que estão inscritas ainda a Deputada Alice Portugal e Deputada Carmen Zanotto, que falarão tão logo a Relatora se expresse e colha os subsídios necessários para elaboração do seu parecer.



Com a palavra a Deputada Teresa Surita, Relatora do Projeto nº 7.672/2010.

**A SRA. DEPUTADA TERESA SURITA** - Quero saudar as Deputadas e Deputados na pessoa da Presidente, Deputada Erika Kokay, e registrar o agradecimento não só da Comissão, mas também pessoal à Dra. Erika, à Dra. Carmen, à Dra. Ana e ao Dr. Paulo pela presença.

Tive a oportunidade de visitar cada um dos Ministérios e de ter conversas reservadas com os assessores, para que pudéssemos desenvolver um caminho de ajuste à lei. É muito importante se lembrar de que este projeto lei não é proposta de nenhum Deputado, mas, sim, do Executivo, em cumprimento ao compromisso que o nosso País assumiu no Comitê de Direitos Humanos da ONU, de que as crianças e os adolescentes sejam educados sem o uso de abuso ou castigos corporais cruéis e degradantes.

Tenho me dedicado muito a essa relatoria e tenho conversado muito com muitas pessoas, inclusive com relação à imprensa. E tenho tido a alegria de explicar o real objetivo desse projeto. Ele vai muito além da palmada, o que geralmente é destacado. Isso minimiza muito aquilo que se busca.

E aqui registro o brilhante trabalho da Secretaria de Direitos Humanos, por intermédio da Ministra Maria do Rosário e da Dra. Carmen, que têm se colocado o tempo todo à disposição para que o ajuste desse projeto seja feito da melhor forma possível, e também dos Ministérios da Saúde, do Desenvolvimento social e da Educação. A maior preocupação é fazer com que o ajuste desta lei possa acontecer de fato, assim como possa funcionar realmente essa rede de proteção às crianças e adolescentes.

Nesta Mesa, eu entendo que a rede está formada no que diz respeito a políticas públicas. A partir do instante em que houver o esclarecimento para os pais, que estão perdidos, como o Dr. Paulo colocou tão bem, tudo seguirá outro rumo. Porque na verdade é isso que acontece. As pessoas perguntam: *"Eu não posso dar uma palmada no meu filho?"* E tudo se resume a isso. É como se as famílias no Brasil não tivessem uma outra forma de educar que não a palmada. Eles perguntam: *"Até aonde eu posso ir?" "Qual é o meu limite?"*

Isso chega a ser intrigante, porque, ao mesmo tempo, em que as famílias não querem e não admitem que o castigo corporal, cruel, degradante, humilhante ou psicológico possa ser feito por alguém fora da família, elas querem autorização de começar com um tapa ou com uma palmada, porque é a forma como elas sabem agir. Como disseram a Dra. Ana e o Dr. Paulo, a cultura que existe no País é de se dar o melhor da família através da educação da palmada.

Então, fica muito difícil. E eu gostaria muito de pedir a colaboração dos Ministérios no sentido do ajuste desse artigo, porque tudo começa com uma palmada. Tudo que causa dor não educa. Isso já está mais do que comprovado.

Eu tenho tido depoimentos de pessoas que dizem que, mudando o comportamento na forma de educar, há imediatamente a mudança do



comportamento da criança na forma de entender. E isso mesmo em relação a crianças muito novas.

O que mais mata crianças de 1 a 5 anos, além dos acidentes de trânsito é a violência, a negligência e os acidentes domésticos - normalmente, estes vêm da negligência. Se há a compreensão de que o castigo corporal forma pessoas inseguras, com a autoestima baixa, com medo da vida e causa problemas psicológicos devastadores, não dá para se entender o porquê de existir ainda dúvida quanto à necessidade de uma reeducação para a sociedade. E o caminho está nesta Mesa no que diz respeito às políticas públicas. Por quê? A Secretaria de Direitos Humanos colocou aqui o que precisa ser feito, que é o protocolo integrado no atendimento. Porque o que esse projeto quer, antes de mais nada, é dar proteção social às crianças. E não se dá proteção punindo, mas, sim, atendendo à família em crise e procurando tirá-la da crise. Isso é dever do Estado, sim, porque quem agride está precisando de ajuda. O agressor precisa de ajuda. A Deputada Erika Kokay viveu isso, em Salvador. Permita-me contar, porque realmente é uma coisa que choca. Quando terminou a audiência pública, uma moça, chorando, perguntou: *"Como faço para parar de espancar minha filha?"* Ela reproduz um comportamento que recebeu quando criança.

Então, as denúncias, as notificações e os encaminhamentos precisam acontecer de fato. As campanhas regulares de esclarecimento são fundamental para isso. E aí eu me reporto aos países onde isso já aconteceu. Por exemplo, na Suécia, há 30 anos - e se fala em Suécia como se não pudéssemos nos equiparar, mas a diferença é de 30 anos de implantação de uma política -, nas latinhas de leite infantil há a explicação sobre o que é o abuso do castigo corporal. As campanhas regulares de esclarecimento, as denúncias, as notificações, os encaminhamentos precisam acontecer e a rede funcionar integrada e uniformemente e com a mesma linguagem.

Trata-se de uma questão cultural que precisa ser mudada. E essa mudança não vai ser feita através da simples sanção de uma lei. Isso vai demorar muitas gerações. Vai ocorrer como quando se estabeleceu a obrigatoriedade de usar cinto de segurança. Então, muitas pessoas diziam: *"Eu não vou usar isso nunca. Imagina: como vou pegar um táxi e usar cinto de segurança?"* E hoje, está mais do que comprovado, principalmente as novas gerações entram no carro e colocam imediatamente o cinto de segurança. Assim também aconteceu quando foi proibido fumar em avião. As pessoas falavam: *"Como vou viajar daqui a São Paulo, cerca de uma hora, sem fumar?"* Hoje, temos uma geração que fuma cada vez menos.

Então, essas campanhas esclarecedoras sobre o que faz mal, sobre a forma de educar as crianças precisam ser feitas regularmente. E aí cabe realmente ao Governo assumir esse papel.

Com relação ao Ministério do Desenvolvimento Social, que trabalha na prevenção, e a Ana Angélica ressaltou que o SUAS vem sendo implantado desde 2005 e que agora, em 2011, foi concretizado legalmente. Só que, como ele ainda não foi implementado de forma plena, não seria um bom momento, nesse



entrelace de Ministérios, do protocolo integrado, do atendimento nos CAPS, do atendimento nos CREAS e da escola, na identificação e no atendimento às famílias com esse problema? Ou seja, uma rede de proteção que de fato já funcione, em que os equipamentos já existam. Eu tenho falado muito sobre isso.

Quando falamos da aprovação sobre esse projeto, falamos de mudança de uma cultura, mas não falamos de grandes investimentos novos; falamos, sim, de políticas públicas integradas. É isso o que precisa acontecer naturalmente, independentemente de governos, como uma mudança cultural necessária.

A explicação para a geração de violência que vivemos é que ela vem de dentro de casa. E não porque os pais batam mais, não é isso, mas porque mudou a forma de educar. A mulher sai muito cedo de casa para trabalhar, as crianças muito cedo começam a ter contato com pessoas que necessariamente não sabemos como foram educadas. Então, há consequências na educação. E aí, sim, depende do Estado. Não interferir na educação que a família vai dar, mas fazer com que, a partir das campanhas de esclarecimento, cada faça a sua autoavaliação de até onde deve ir.

É necessária a integração das políticas públicas e que os instrumentos sejam claros, para que possamos prestar ao adolescente o atendimento adequado em todos os sentidos. A mudança de comportamento vai acontecer durante várias gerações.

Também é preciso que a elaboração dos materiais didáticos sejam de fácil entendimento. Hoje, os materiais de que eu tive conhecimento são incrivelmente bem elaborados. Estou com o do Ministério da Saúde aqui e o Dr. Paulo está com o do Ministério da Educação lá. Enfim, são realmente estudos que indicam o caminho.

Por isso, Dra. Carmem, é possível fazer algo: a possibilidade de integração das políticas públicas, o que já existe. Os agentes de saúde da família, o protocolo integrado, para que as crianças que dão entrada nos prontos-socorros e nos hospitais recebam acompanhamento necessário, a fim de que elas saiam do ciclo da violência, com o aparelhamento dos Conselhos Tutelares. Hoje, todos nós sabemos da necessidade desse reaparelhamento.

Enfim, esse ajuste é plenamente possível, essa mudança na cultura brasileira de que educar não é bater. Quando é dada uma simples palmada, como as pessoas dizem, está se paralisando, não se está educando. É paralisada a ação da criança. A palmada não a faz refletir. Os limites podem ser dados de muitas maneiras, mas o pais precisam saber como dá-los. E aí cabe ao Estado, por incrível que pareça, informar.

Quero agradecer ao Governo a colaboração que tenho recebido. Quero voltar a discutir o artigo que trata do que é muito delicado, isto é, saber identificar. Também da supressão, no Código Civil, de um artigo que permite o castigo corporal moderado. O que é isso? É necessária essa mudança.



Enfim, acredito que temos aqui um caminho muito próspero de mudança de mentalidade, de reeducação da nossa sociedade. Quem hoje tem condição de encaminhar essa mudança são, sem dúvida nenhuma, as pessoas que estão nesta Mesa, representando seus Ministérios. E a todos eu gostaria de agradecer mais uma vez. Que possamos fechar esse parecer da forma mais solidificada possível, para essa mudança em que eu acredito muito possa existir.

Obrigada.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Escutamos a palavra da Relatora.

Estão inscritas as Deputadas Alice Portugal e Carmen Zanotto.

Eu gostaria de pontuar algumas coisas apenas. Penso que temos de estabelecer uma leitura sobre a reforma do Código Civil com o olhar da criança e do adolescente no que diz respeito à permissão de castigos moderados, até porque tenho insistido que isso é um "adultocentrismo", porque quem define o caráter moderado é o adulto. Então, mais uma vez, anula-se a condição de sujeito da criança, porque ela é que percebe se é moderado ou não. Essa é uma percepção da própria criança. Não é o adulto que vai reger e hierarquizar o nível de castigo.

É importante que possamos estabelecer a gravidade ou condicionar, a partir da gravidade, a repetição do comportamento, levando à perda do poder pátrio. Essa é uma preocupação que podemos assegurar para facilitar a discussão. Ninguém pensou nisso na Lei Maria da Penha. A Lei Maria da Penha prevê medidas cautelares, mas não houve esse nível de preocupação.

Talvez estejamos expressando, na discussão dos castigos corporais, a mesma visão "adultocêntrica", a mesma visão permissiva com relação à palmada ou ao puxão de orelha, como se isso fosse permitido e não tivesse uma gravidade maior. É mais uma vez o adulto fazendo a leitura de um processo. O que precisamos entender é que não há educação com dor. Temos de construir uma relação em que os limites não sejam associados à dor, porque, de fato, não são internalizados enquanto limites; são estabelecidos enquanto um comportamento que, associado à dor, que provoca, como já foi dito pela Deputada Surita, a destruição ou a desconstrução da autoestima, a banalização de um comportamento de resolução de conflitos. Conflitos são inerentes à condição humana. Portanto, vamos a vida inteira lidar com conflitos, porque somos seres faltantes, seres querentes e seres gregários. Essa é uma condição humana.

Então, a construção de um processo de resolução dos conflitos que não seja associado à violência é absolutamente fundamental para uma sociedade de paz.

Por fim, quero dizer que temos reiterado - a Deputada Teresa Surita tem falado muito sobre isso - que não queremos criar novas políticas ou novos equipamentos, mas integrar as políticas. E, nesse sentido, é muito importante o sistema de notificação. É fundamental que possamos integrar esse sistema. Temos a obrigatoriedade da notificação na saúde, temos o e-SIP do Conselho





Tutelar, um banco de dados de violação. É preciso que os sistemas sejam integrados para que possamos integrar também as soluções. E quando falamos dessa integração, estamos falando, por exemplo, de uma lógica de identificação de redes de proteção que, muitas vezes, são fragmentadas, não são identificadas, são invisibilizadas. Por isso, é preciso territorializar, identificar as redes, para que possamos, a partir daí, dar respostas a uma nova lógica de considerar criança sujeito com direito a viver sem dor.

Já estivemos com o Ministro da Saúde, com o Ministro da Educação, com a Ministra da Casa Civil. Estamos solicitando uma audiência com a Ministra do Desenvolvimento Social e também com o Ministro de Ações Estratégicas, para que possamos introduzir o tema na agenda estratégica do Governo. E também com a Ministra dos Direitos Humanos, porque existem muitos programas que pode ter esses recortes. Tem o Programa de Saúde da Família, o Programa de Atenção à Saúde Mental, o Programa Saúde nas Escolas, o Programa de Pré-Natal. Em todos esses programas é preciso introduzir um recorte dos direitos da criança e do adolescente. Temos vários projetos que lidam com esse público em que é preciso introduzir essa discussão. Temos os CREAS, os CRAS, os CAPS, enfim, uma série de equipamentos. É preciso apenas que tenhamos condições de construir redes e de introduzir essa lógica.

Nesse sentido, o marco legal é importante, porque ajuda a desconstruir lógicas culturais de associar o limite à violência e ao castigo corporal.

A Teresa falou da jovem mãe que me abordou, e ela dizia: "*Eu preciso de ajuda. A quem eu procuro? Porque eu me senti dentro de tudo o que vocês falaram nesta mesa. É como se estivessem falando de mim. Eu preciso de ajuda. A quem eu procuro para não espancar mais minha filha de 4 anos?*"

Portanto, é importante que tenhamos esses instrumentos. Além da capacitação, já prevista no projeto, além de uma grande campanha de publicidade, precisamos ter os instrumentos e os equipamentos com esse recorte: os CREAS, os COSEs, os CRAS, os CaPs, as equipes de saúde da família, a escola. Cada dia penso mais que a escola é o chão, porque ela tem relação com a família, porque ela tem relação com a comunidade. Talvez seja a escola quem mais dialoga com a comunidade e com a família. A escola também é um universo em que temos de introduzir a discussão da desconstrução da violência, o que passa também pelo *bullying*. A Carmen falava sobre o *bullying*, e temos pesquisas que indicam que 71% dos meninos que praticam *bullying* são vítima de violência doméstica. É a lógica da banalização e da reprodução de comportamento, ou seja, a internalização de formas violentas como cadeias de poderes de quem se sente desempoderado.

É preciso, portanto, dar segurança aos próprios pais, porque o ECA não atingiu isso no direito da criança e do adolescente, ou atingiu pouco. Não atingiu como atingiu, por exemplo, em relação aos professores e às babás. A sociedade não legitima a violência de professores com crianças e adolescentes, não legitima a violência de babás ou de pessoas que cuidam profissionalmente de crianças em meios abertos. Mas ela ainda legitima, por omissão que seja, a violência nas



unidades de internação - por omissão que seja, mas legítima. E é preciso que tenhamos recortes nesse sentido.

E ainda o universo da relação familiar precisa ser aberto pelas propostas e pelos conceitos existentes no Estatuto da Criança e do Adolescente. É disso que trata este projeto: de adentrar todos os espaços de educação e de cuidado, para que tenhamos o direito de viver sem violência, sem castigos corporais ou tratamento cruel ou degradante.

Passo a palavra para a Deputada Alice Portugal e, em seguida, para a Deputada Carmen Zanotto.

**A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL** - Deputada Erika Kokay, em primeiro lugar, parabenizo V.Exa. pela brilhante condução deste trabalho da Comissão.

Cumprimento todos os convidados e a Relatora.

Quero dizer que eu me integro a este trabalho. Eu o vinha observando, mas, infelizmente, tendo que priorizar o Plano Nacional de Educação, na Comissão de Educação, não pude a ele me integrar. Mas, em tempo, ainda faço o requerimento para realização desse fórum de debates em Salvador, com a presença da Relatora, desta vez, para que possamos fazer uma extração mais *in loco* acerca daquela realidade e com o compromisso de tentar, com outros Deputados da Região Nordeste, levar aos demais Estados essa audiência em forma de fórum de debates.

Em segundo lugar, quero dizer que as falas foram muito esclarecedoras acerca das diversas áreas do Poder Executivo e que concordo com a Relatora em que a rede está em formação. Eu não me desanimo nem me desalento em relação aos problemas de insuficiências constantes no Estatuto da Criança e do Adolescente. Ele foi um grande advento. O Estatuto da Criança e do Adolescente, pela primeira vez, pôs um ponto - ou, talvez, uma vírgula - em toda uma cultura de violência no processo educacional e na relação com a criança e o adolescente no Brasil. Temos de levar em consideração que somos uma sociedade jovem, de matriz multicultural, com uma força, claro, eurocêntrica enorme, mas somos um Brasil colonizado na Idade Moderna com métodos da Idade Média. Passamos quase 300 anos sem escolas.

Eu sou razoavelmente jovem - não vou dar esse gosto à plateia - e peguei milho na escola. A palmatória da minha escola chamava-se Amorosa. Eu não apanhei. Talvez a minha sagacidade verbal tenha surgido para me livrar da Amorosa, mas muitos colegas caíram na Amorosa.

Na verdade, o Estatuto é um advento, e este projeto é uma especialização. Este projeto é uma lapidação que teremos de fazer para outros elementos e outras janelas que o Estatuto deixou, que a Lei Maria da Penha deixou.

Estamos num processo crescente de adequação de normas sociais. E mexer com cultura não é coisa simples! Mexer com conduta social não é coisa simples!



Então, às vezes, há problemas nos manuais e cartilhas publicados - e caem matando sobre elas. Mas é melhor errar fazendo do que pecar pela omissão de séculos! E isso é o que precisa ser registrado no Brasil. De fato, a rede está em formação.

Quero apenas levantar dois ou três aspectos, rapidamente. Primeiro, o agressor é próximo. A área da assistência social tem trabalhado muito, e também os centros, quer seja o CAPS, quer seja CRAS; enfim, todos têm dado uma força muito grande. Mas penso que talvez pudéssemos dar ênfase, como o Ministério da Saúde tem feito em relação aos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias, a outro tipo de trabalho. Talvez pudéssemos analisar a possibilidade de, como apêndice ou em norma posterior à aprovação do projeto, discutirmos a profissionalização dos chamados agentes de menor no Brasil.

Precisamos trabalhar com o Poder Judiciário e com as Secretarias de Justiça uma forma padronizada em relação a essa rede de auxiliares - comissários de menores ou, em alguns Estados, agentes de menores -, que são, na verdade, uma rede onde há de tudo. Há o magistrado que concede uma carteira a alguém que de fato trabalha e a outro que só quer a carteira para facilitar sua entrada numa casa de espetáculos.

Precisamos avançar na discussão sobre o comissário de menor. Quem é o comissário de menor no Brasil? O que é o comissário de menor? Como ele entra nessa rede para nos auxiliar na saúde, na educação, no comportamento social, na adoção de políticas sociais e no processo educacional em relação à criança e ao adolescente, no trato público da criança e do adolescente?

Então, eu levanto esse aspecto para que raciocinemos sobre nas audiências públicas que vamos realizar.

E quero também ouvir os senhores também sobre isso. Talvez a Dra. Carmen e a Dra. Ana Angélica possam tratar disso com maior acuidade em relação a áreas específicas, mas pensando no exemplo do agente comunitário de saúde. Ele era voluntariado, era contratado diferenciado pelos Municípios ou pelos Estados e acabou sendo do exército civil em defesa do SUS. Ainda enfrenta problemas, ainda há ajustes, ainda há plano de carreira para sair, mas temos, hoje, um exército civil que leva a política pública de saúde aos grotões de pobreza deste País, onde médico tem dificuldade de ir.. E isso serviu muito para fortalecer o Sistema Único de Saúde. Será que o fortalecimento da política de criança e adolescente no País não viria também com uma rede de base dessa natureza, para entrar na casa da senhora que não consegue parar de bater na filha de 4 anos? E, a partir daí, que talvez uma rede de repetidores e de mobilizadores sociais sobre essa questão pudesse atuar.

Enfim, fica essa reflexão para um raciocínio.

A mesma coisa com os Conselhos Tutelares, que, hoje, são importantes, são fundamentais, mas são desequipados. Infelizmente, eles acabam sendo utilizados como elementos de disputa política setorial, distritalizada. Eu conheço muito



conselheiro bom. Hoje, os Conselhos fazem reuniões, fazem convenções, fazem a discussão de políticas. Mas, infelizmente, com a estrutura que têm, acabam na mão do poder local, o que gera uma série de distorções no que se refere ao seu objetivo original.

Por último, quero abordar essa discussão da educação. Como foi dito apela Presidenta da Comissão, a sociedade não legitima mais a violência na escola, mas sabemos que ela continua existindo. E existindo de forma multilateralizada. O limite dói, com tapa ou sem tapa - nós sabemos disso. E a pedagogia estrutura o processo educacional e a forma hábil de se definir os limites. No entanto, se tivéssemos na escola todo o corpo docente e não docente preparado para esse processo haveria mais facilidade de enfrentamento.

O Ministério da Educação lançou um programa importante chamado Profuncionário. Participei integralmente do debate acerca dele aqui na Câmara dos Deputados, no qual a ex-Senadora Fátima Cleide foi determinante.

Sabemos que a criança que para de comer ou que se silencia possivelmente é vítima de violência, de alguma natureza. A merendeira, se estivesse preparada para verificar a ocorrência de anorexia numa criança, teria condição de ajudar o professor, o orientador escolar, o núcleo escolar a atuar sobre aquela família. Mas a merendeira, em geral, não é preparada para isso. O porteiro de uma escola identifica se o adolescente está se vestindo fora do seu padrão social, saindo com adultos. E, se conectado à vida escolar, tem como dizer: "*Olha, essa criança pode estar sendo vítima de exploração sexual ou de qualquer outro tipo de violência*". Mas, em geral, esses servidores não estão preparados, não estão vinculados à vida pedagógica no núcleo escolar.

A discussão acerca do preparo integral dos trabalhadores em educação, e não somente do professor, mas também a merendeira e o porteiro, é importante. A criança vítima de violência, inclusive doméstica, reage ao impulso do toque. A criança não quer ser tocada - nós sabemos disso. E tudo isso na escola é possível verificar.

Então, quero que a representante do MEC nos falasse um pouco sobre a integração desse programa Profuncionário no processo de educação para a não violência na vida escolar.

Já apresentei o requerimento para realização dessa audiência, Teresa, dia 28, em Salvador.

Obrigada.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Aline Corrêa) - Agradeço à Deputada Alice Portugal por mais essa colaboração. S.Exa. é uma grande Parlamentar, muito atuante na Casa. Seja muito bem-vinda aos trabalhos desta Comissão.

Vou passar a palavra, primeiro, à Deputada Carmen Zanotto. Depois, os expositores responderão às perguntas.



**A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO** - Obrigada, Deputada Aline, que está presidindo os trabalhos.

Quero cumprimentar a Deputada Teresa Surita, nossa Relatora, a Deputada Alice Portugal e cada um dos expositores.

Eu ouvi atentamente todos e quero trazer um olhar do outro lado. Fala-se muito em políticas públicas integradas, e o grande desafio que temos é como integrá-las, é como fazemos com que a rede aconteça de fato. E eu digo isso porque venho do setor saúde. Fui profissional da assistência; depois, Secretária Municipal e Secretária de Estado. E, por mais que tentemos integrar os serviços, quando chega na hora da educação, dizem: *"Não, vocês estão reportando para nós mais uma atribuição"*. Quando chega para a saúde: *"Isso não é da nossa competência."* E assim sucessivamente.

Então, o grande desafio é como efetivamente operacionalizar. Estamos discutindo uma coisa que deveria ser natural, que não precisaria de um projeto de lei para que se educasse e cuidasse sem violência.

E por que estamos discutindo um PL que melhora o Estatuto da Criança e do Adolescente? Porque não conseguimos ainda atingir o objetivo. Exatamente como a Lei Maria da Penha. Se pararmos para analisar os tipos de crime que estão acontecendo, veremos que eles são muito mais bárbaros. No meu Estado, uma jovem de 28 anos foi assassinada pelo companheiro com quem vivia há 6 anos. Ela teve cabeça cortada, colocada num saco de lixo e jogada no lixo. O resto do corpo foi enrolado em tapetes e sacos plásticos e escondido atrás do armário. Os dois eram da minha cidade de Lages. Só estavam residindo em outra cidade do nosso Estado.

Então, discute-se muito na saúde a cultura de paz. E, para isso, precisamos rever, inclusive, os programas de televisão, onde é muito simples quebrar objetos. Claro, nada foi gasto para comprar aquilo, tudo é fictício. Não é uma obra de arte. Aquele vaso não custou nenhuma fortuna. Então, numa briga, joga-se ele contra a porta e pronto!

Temos uma cultura de violência impregnada em nós. Quando estamos no trânsito, não temos paciência para esperar o sinal abrir ou para quem está à nossa frente se locomover. Basta abrir o sinal e já estamos acionando a buzina. Para quê? Para irritar quem está na frente | irritar quem está atrás. Como fica o comportamento das crianças e dos adolescentes que estão dentro desse carro ao ouvir o pai dizendo uma série de nomes, porque não consegue fazer com que o trânsito flua?

Então, é uma concepção geral que precisamos mudar. O natural seria educarmos todos e cuidarmos de todos sem violência. E por que temos de discutir? Porque precisamos mudar alguns conceitos internos e conceitos da nossa sociedade. Para isso, eu acredito muito, sim, numa política de cultura de paz, em que olhamos todos os programas, Isso não é cercear, mas mostrar que a violência não pode fazer parte do dia a dia e, muito menos, ser encarada como natural, a





agressão à mulher, a agressão à criança, porque esse é um tipo de mídia que se reproduz com muita facilidade pela agressividade com que os fatos acontecem. E isso passa a ser entendido como uma coisa natural.

Então, dessa vivência no setor saúde, quero me referir a uma experiência de 1993 no meu Estado, Santa Catarina, quando estabelecemos, por lei estadual, a notificação compulsória da desnutrição. Por quê? Porque queríamos que qualquer cidadão, quando percebesse que uma criança estava desnutrida, notificasse e o Poder Público tomasse as providências. Com isso, conseguimos reduzir a desnutrição e a mortalidade infantil por desnutrição.

Em relação aos maus tratos, o agente comunitário de saúde é, sim, a pessoa que está diretamente em cada domicílio, até pela sua área de abrangência. Então, ele tem de estar preparado para esse olhar mais amplo e poder comunicar a sua equipe de saúde, sem que seja identificado quando da sua próxima visita àquela casa, qualquer tipo de maus tratos que tenha percebido, fazendo com que a equipe do PSF acione PP os demais órgãos.

E os Ministérios que estão aqui conosco e todos os órgãos do Governo têm o papel fundamental de fazer com que paremos de ter políticas fragmentadas. *"Eu só cuido da atenção básica"*. Se alguém chegar à Emergência de um hospital: *"Não, não, um hematoma apenas. Então, não é grave"*.

Retorna para o domicílio.

Na próxima vez, volta com o braço quebrado, não apenas um pequeno hematoma, mas uma fratura. Por quê? Porque, logo na porta de entrada, a unidade hospitalar não se sentiu co-responsável.

Então, essa rede precisa fazer com que todos os trabalhadores, independente de serem da rede pública, da educação, da saúde ou da rede privada, passem a ter esse olhar. Eu acredito que este é o grande desafio que tem a nossa Relatora: como a gente pode fazer isso. E isso diz respeito, em especial, às três esferas de governo, porque isso realmente passa pelo Governo Estadual, pelo Governo Municipal e pelo nosso Governo Federal.

Eu tenho uma preocupação com relação aos Conselhos Tutelares. Eu não sei qual é a opinião dos senhores. Quando o conselheiro passa a ter um *know-how*, quando ele passa a ter um conhecimento, aquele conselheiro comprometido vai para reeleição, porque terminou o seu período. Aí, de novo, a gente começa a qualificar o conselheiro, porque, quando o têm qualificado, ele já está no final do seu período. E, quando eu digo qualificado, é porque, com o dia a dia, eles vão criando uma sensibilidade, eles vão criando uma *expertise*, que ninguém precisa falar nada. Eles já sabem o que está acontecendo frente ao caso que está sendo apresentado para eles, bem como a conduta, qual a melhor conduta a ser tomada naquele caso. Então, eu acho que a gente precisaria também discutir um pouquinho mais sobre o porquê. Quem sabe, até pensar em rever a formação dos Conselhos Tutelares, porque, hoje, em muitos Municípios do nosso Brasil, como foi antigamente com os nossos agentes comunitários de saúde, eles passam a



ser cabos eleitorais dos Vereadores de uma determinada comunidade. É só a gente olhar a disputa eleitoral nas eleições dos conselhos municipais, muito semelhante à do processo do Legislativo municipal (tem até santinho agora), para que se possa definir quem serão os Conselheiros Tutelares.

Falta de mercado de trabalho, acredito que até seja. Mas você ser conselheiro tutelar significa que você, muitas vezes, determina entre a vida e a morte de uma pessoa pela conduta que você adota. Se você libera aquela criança para casa... Nós já vimos várias experiências dessas no nosso País...

Então, acho que a gente precisa, para implementar a nossa lei, também ter este outro olhar: como a gente vai fazer com os Conselhos Tutelares. Agora, a gente precisa que, dentro da notificação ou dentro da rede, que todo cidadão brasileiro possa efetivamente notificar uma suspeita de maus-tratos. Mesmo o vizinho, o amigo, aquele que jamais iria falar porque é da família. Então, porque é da família, a gente vai permitir? Só porque a violência aconteceu dentro de casa e foi apenas uma palmada?! Só que pode começar com uma palmada e pode terminar com um ato muito violento, que pode levar a própria vida dessa criança.

Eu quero pedir desculpas, porque, lamentavelmente, eu tenho um compromisso às 17 horas, que eu não tenho como transferir. Eu vou ter que sair. Mas, depois, vejo nas notas taquigráficas a resposta. E também vamos ter outros momentos na nossa Comissão. Mas quero manifestar esta minha preocupação de como a gente efetivamente, na prática, vai fazer com que todos esses equipamentos públicos que nós temos, todos esses recursos humanos, efetivamente trabalhem para que a gente consiga atingir o objetivo, que é não ter mais nenhuma criança sendo educada ou cuidada com maus-tratos, nenhum adolescente assim, que sei que é muito difícil. Eu tenho certeza, porque eu já o fui, já estive do outro lado. Mas a gente nunca pode perder as esperanças de que cada vez mais a gente consiga melhorar os sistemas públicos que nós temos no País.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Aline Corrêa) - Obrigada, Deputada Carmen.

Vou pedir aos expositores que, em seguida, já façam aí as suas considerações finais, e, já aproveitando, respondendo quanto àquilo que cabe a cada um, das perguntas das nossas Deputadas, para que a gente caminhe para o final desta audiência pública.

Podemos começar pela Dra. Ana, aí fazendo já as suas considerações finais.

**A SRA. ANA ANGÉLICA CAMPELO DE ALBUQUERQUE E MELO** - Toda discussão seguiu uma lógica única e acredito que isso vá realmente aprimorar o projeto de lei. É interessante essa questão de ter várias audiências públicas. Essa cobertura pela mídia, inclusive, qualifica esta discussão; mas que, no início, foi uma cobertura muito equivocada, na minha visão. Como já foi dito, simplificaram muito e até ridicularizaram, dizendo em capa de revista: *"Mas nem uma palmadinha?"*

Vemos que isso está dentro de um todo muito maior, que tem a ver com o olhar e



com o conceito do que é uma criança, do que é um adolescente, de que são sujeitos de direitos, assim como qual é o papel do pai, da mãe ou do responsável.

Deve-se educar com cuidado, com proteção, impondo-se limites para a criança e para si. Falamos tanto em colocar limites para os filhos, mas também temos de ter limites.

Acho que foi um avanço. Temos acompanhado, mesmo um pouco distante. Temos conversado com a Deputada. Todo esse amplo processo de discussão com vários setores vai fazer com que o projeto de lei atinja seu objetivo e crie um marco legal que favoreça a mudança cultural no País.

Fico feliz por aqui estar e por ver o encaminhamento da discussão, especificamente com relação ao que foi dito sobre comissários de menores. Estávamos até comentando: *"Mas esse nome está no Código de Menores? Não é do meu tempo."* (Risos.)

Esse é do Código de Menores. Isso tem a ver com a questão do próprio juiz de menores, o que tem de ser trabalhado e revisto.

Deputado, o que disse V.Exa. nos traz a necessidade mais ampla de buscar a qualificação de todos os recursos humanos que lidam diretamente com crianças e adolescentes. Na nossa área, por exemplo, a nomenclatura pode ser cuidador, educador social, nos serviços de acolhimento. Então, são aqueles que cuidam e que lidam diretamente com as crianças e com os adolescente, e que, portanto deveriam ter uma grande qualificação. A realidade é um pouco parecida com esta; é mais ou menos isto: gosta de menino - pega.

É um trabalho que estamos tentando fazer na Assistência Social. Acho que é mais recente do que na saúde e na educação, que há mais tempo têm feito o percurso de qualificação de seus quadros, o que buscamos também.

Então, acredito que não apenas os comissários de menores, mas também os educadores sociais e vários outros atores que trabalham diretamente com crianças e adolescentes precisam ser qualificados, capacitados e bem selecionados.

Gostei muito da sua colocação.

Obrigada a todos. E boa tarde.

**O SR. PAULO VICENTE BONILHA ALMEIDA** - Acho que esse projeto de lei, pensando que não é mais legítimo os professores trabalharem com violência em relação às crianças...

Na minha experiência como pediatra, fazendo saúde escolar em várias escolas, perdi a conta do número de vezes em que presenciei professores, sem o menor pudor - mesmo percebendo a minha presença -, xingarem crianças: *"Seu burro! Cale a boca!"*



Pode não ser mais legítima a violência física, mas eu comentava com a diretora dessa escola que isso é *bullying*. E da maior gravidade, porque ser agredido por um colega tem um peso, mas ser humilhado com palavras desqualificantes por parte de alguém que você idealiza, respeita e tem como mestre, isto tem uma potência de lesão terrível!

Queria aproveitar a oportunidade para fazer agora dois comentários.

A Deputada Teresa Surita perguntou sobre os encaminhamentos que sugeriríamos para esse processo. Foram feitas várias sugestões. Não sei se é possível criar um grupo de trabalho ou algo semelhante que busque consolidar essas sugestões, aprofundar a discussão delas, pensar em um texto. Por exemplo, seguindo a linha de não pensarmos apenas no negativo, mas pensarmos também no positivo, no sentido de apoiar as famílias, no sentido de um acúmulo maior de... Enfim, como educar sem violência. E pensamos num texto, Deputada, que, por exemplo, apontasse a inclusão na assistência, no pré-natal do SUS. E mais: em outros espaços de interlocução das políticas públicas sociais com as famílias, exercer atividades educativas com o objetivo de divulgação de técnicas de disciplina e colocação de limites como alternativas aos castigos corporais.

Pensamos essa ideia um pouco antes do início dessa atividade, pois seria interessante se conseguíssemos que em todo pré-natal houvesse um momento em que, intersetorialmente, profissionais fossem escalados para conversar com as gestantes, perguntar como elas vão educar o filho. Isso é tão importante ou mais do que ensinar como curar o umbigo. Não gastamos horas orientando como cuidar do umbigo, como dar o banho? E como damos limite? É com chinelada?

Então, isso se aprende e é uma coisa complicada, porque as alternativas ao castigo físico exigem uma certa sofisticação intelectual que precisamos socializar. Isso não é fato comum: *"Ah, é fácil! Dá um castigo."* E aí vemos os maiores disparates, vemos pais de todas as classes sociais com dificuldade de educar seus filhos. Não tem coisa mais democrática do que a dificuldade atual de educar os filhos. E aí surgem aquelas coisas, do pai que, para educar o filho, diz: *"Ele está um mês sem computador."* Mas ele não dá conta de manter o castigo e, no dia seguinte, já libera o filho.

Esse nosso despreparo para lidar com a questão de como educar os nossos filhos é uma coisa gritante. Eu acho que precisa ser uma matéria que passe a ser um assunto, um tema de todos os profissionais das políticas públicas sociais que lidam com a questão família. E mais: eu acho que isso vem até a corroborar as discussões que já vimos fazendo de políticas intersetoriais para dentro do Governo Federal.

Por último, quero só fazer um comentário com relação a essa fala da dificuldade da articulação intersetorial. Eu acho que é preciso ver quem já fez isso no Município ou em âmbito local e tentar articular a ação do centro de saúde com o CRAS da região, com a escola, com a ONG, etc., a fim de se saber se essa é uma atividade que acaba tendo um caráter quase subversivo. Porque todas as



políticas sociais não reconhecem isso como próprio, como *self*. E a pessoa, todo mundo olha feio e diz: *"Ah, vai lá fazer reunião?! A coisa está pegando fogo aqui na unidade de saúde e a pessoa saindo para fazer reunião intersetorial!"* E isso se replica não só à saúde, mas também à educação.

Temos conversado dentro do Governo. É preciso que digamos que isso é direito e dever do nosso trabalhador. E, se necessário for, que isso vire um instrumento legal que diga que é dever dos trabalhadores fazerem isso. Isso vai legitimar. Colegas meus que fazem esse tipo de coisa têm dito: *"Puxa! Se vocês, Paulo, conseguirem fazer isso no Governo Federal, no Legislativo, legitimarão o nosso trabalho intersetorial, porque tem muita gente já fazendo."* Reconhecemos isso. Existem muitas iniciativas bacanas acontecendo em vários Municípios.

Então, vou encerrar por aqui e agradecer a oportunidade, e dizer que fico muito feliz em poder trazer nossa singela contribuição para esta discussão tão importante.

Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Muito obrigada, Dr. Paulo Vicente Bonilha.

Passo a palavra para a Dra. Erika Pisaneschi.

**A SRA. ERIKA PISANESCHI** - Grata, Erika.

Eu quero pinçar um ponto que apareceu em todas as falas e fazer uma breve fala para chegar à sua provocação, Deputada Alice Portugal, que acho bastante pertinente e importante, mas que gostaria de contextualizá-la.

Eu acho que todos aqui falam de uma mudança cultural, e daí o desafio que se coloca para todas as políticas públicas. Acho que conseguiremos, de fato, avançar, e isso apareceu na fala de todos. E, em conversa com a Deputada Teresa Surita, no sentido da articulação dessas políticas e daquilo que já existe e vem sendo feito, e que tem um potencial de se realizar lá na ponta a partir da articulação em âmbito federal, o que vem sendo feito nas discussões, como o próprio Paulo Bonilha falou e também a Secretária Carmen, isso envolve um esforço de áreas diversas. Mas também foi colocada a mudança cultural, o êxodo de algumas leis, como o uso do cinto de segurança, ou, vamos pensar, não beber álcool antes de dirigir. E eu fiquei pensando: acho que há algo que é diferente aqui, porque não é simplesmente um comportamento.

Penso que estamos falando de algo maior que trata das relações humanas. Quer dizer, é a educação de um pai para o filho ou de um educador para um estudante. Quando vamos tratar das relações humanas, nós estaremos falando daquilo que constrói essas relações. Então, nós estamos falando de valores. Quais valores perpassam essa relação que pode ser violenta ou de paz? Então, acho que é nesse sentido que o MEC... Eu tentei trazer até aqui a contribuição do MEC no sentido de que a discussão sobre a educação em direitos humanos é





fundamental. Ela parece um tanto abstrata hoje. Mas, se a levarmos para a realidade da escola, para o convívio familiar, para as políticas de esporte, para as políticas... Eu acho que nós podemos, sim, promover essa transformação cultural, porque falar de uma cultura de paz na escola, de um educador que respeita o seu aluno, de um aluno que respeita a orientação sexual de um colega... Nós estamos falando de *bullying*, e eu estou tentando falar no positivo. Nós queremos uma escola que dissemine outros valores: respeito à diversidade e valorização da solidariedade.

Então, nesse sentido, o que eu acho? Que a proposição das diretrizes nacionais de educação e direitos humanos que hoje estão no Conselho Nacional de Educação podem, sim, promover transformações a longo prazo na nossa sociedade. Por quê? Nós falamos aqui de profissionais que também não sabem lidar com essa situação, seja ele o profissional da assistência social, da saúde ou da educação.

Então, Deputada Alice, eu acho que não é só o corpo docente que não está preparado. Eu penso que também a sociedade. Esta é uma discussão que se coloca para a sociedade.

Mais especificamente, com relação ao Pró-Funcionário, eu não me detive nesse programa porque ele é desenvolvido por uma outra Secretaria. Mas trouxe como exemplo o Programa Escola Que Protege. Este visa mobilizar localmente o território onde se situe essa escola ou várias escolas de um Município, onde se implementa uma comissão com vários atores de outras áreas e que faz a capacitação dos profissionais. E não são só profissionais da educação, mas também os da rede de proteção, com o objetivo de poder identificar a violência que pode acontecer na escola - porque essa é reflexo da violência que existe na sociedade - e fazer o acionamento dessa rede de proteção.

Nós falamos do Escola que Protege. Concordo absolutamente com a Deputada Teresa em relação ao fato de que muitos programas existem com sucesso. Eu acho que não temos tempo aqui para falar, por exemplo, da identificação dos motivos que conseguimos captar pelo acompanhamento da frequência escolar de crianças, que devem cumprir a condicionalidade de frequência escolar no Programa Bolsa Família. Mas ele é exemplar. Nós monitoramos 17 milhões de estudantes, com 98% de acompanhamento da frequência. Nós só temos 3% de baixa frequência desses estudantes. E nós estamos falando de proteção, de promoção da educação e de direitos. Então, acho que nós temos um arsenal de programas e políticas que estão sendo desenvolvidas num movimento muito importante do Governo Federal, muito articulado pela Secretaria de Direitos Humanos, que é de como articular isso que já existe para que, de fato, funcione lá na ponta.

Agradeço a oportunidade. O MEC está à disposição para aquilo que quiserem conversar a mais no que diz respeito ao projeto.

Obrigada.



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Dra. Erika Pisaneschi.

Vou passar a palavra para a Dra. Carmen de Oliveira, para que possa fazer as suas considerações.

**A SRA. CARMEN SILVEIRA DE OLIVEIRA** - Nós sempre saímos de um espaço como este com algum aprendizado. Eu vou usar um aprendizado que tivemos, num cochicho entre o Paulo Bonilha e eu. Nós chegamos à conclusão de que bater e humilhar faz mal à saúde de quem é vítima e faz mal à saúde também de quem bate e humilha.

Como sugestão, parece-me que nós temos o compromisso, Deputada Teresa, de lhe ajudar numa possível melhoria da redação do artigo ao qual nos referimos - e é importante reiterar por que nos preocupamos com o que está posto aí. A medida cautelar de afastamento, especialmente dos responsáveis, dos cuidadores, tem uma implicância diferente do que possa ter quando aplicada a adultos. O afastamento da convivência familiar de crianças e adolescentes tem um impacto negativo em um dia de afastamento, em uma semana, quiçá em mais tempo, como acontece, às vezes, no acolhimento institucional. É que a gente não faz ideia do que significam horas de afastamento de pais da proximidade da criança. Então, acho que nós teríamos que ter uma certa cautela com relação a isso.

E parece-me que ficou também posta nesta Mesa a necessidade de termos alguma ação mais explícita de compromissos dos governos com as políticas públicas de orientação a pais. Isso ficou lá como uma medida a ser aplicada aos pais, mas não como uma medida inserida na política pública.

Também não está posta aqui a necessidade de que os governos se comprometam a desenvolver políticas públicas de ações educativas junto a crianças e adolescentes no sentido que trabalhamos aqui, ações de autocuidados e de autoproteção, também preparando essas novas gerações para o fato de serem futuros cuidadores ou futuros pais. Hoje uma criança educa o pai no trânsito, educa o pai sobre o cuidado com o meio ambiente. Então, quando ela aprender também sobre práticas não violentas na convivência, é possível que ela chame a atenção do adulto quando isso acontecer com ela ou com outros a seu redor.

Parece-me que também ficou pontuada a necessidade de nós termos ações de notificação da violência - e, quanto mais integrado, melhor, conforme ficou reiterado aqui.

Por último, eu queria fazer um comentário sobre os comissários de menores e dizer do nosso desejo de que isso seja revogado, tanto quanto foi revogado o Código de Menores. Primeiro, porque tínhamos a intenção, ao propor os conselhos tutelares, de ter agentes desjudicializados. E os comissários de menores estão judicializados. Então, acho que é importante que isso seja "faxinado" devidamente, porque, digamos, essas são algumas placas tectônicas que ainda existem, do Código de Menores, movimentando-se na paisagem atual.



Nós comungamos da sua ideia básica de que os conselhos tutelares - vou tomar de empréstimo a sua expressão - "*são o nosso exército civil em defesa dos direitos de crianças e adolescentes*". São o nosso ponta de lança na defesa da criança e do adolescente. Por isso, lembro que tramitam nesta Casa vários projetos de lei de reestruturação dos conselhos tutelares: alguns, com boas ideias; outros, nem tanto. Todavia, alguns melhoram aquilo que está posto no Estatuto.

Por exemplo, sobre a remuneração. O Estatuto fala de uma remuneração eventual para conselhos tutelares. Mas, se eles prestam serviço público, por que não serem profissionalizados? E a profissionalização começa por garantir a remuneração, direitos sociais a esses trabalhadores e também a formação continuada. Preconizamos, inclusive, que haja uma formação inicial obrigatória para os conselheiros tutelares. Hoje ela existe depois que eles assumem, tomam posse: como, por exemplo, com as escolas de conselho ou com ensino a distância, que inclusive é financiado pela nossa Secretaria.

Pela primeira vez, a Secretaria chamou o seu compromisso de cofinanciamento dos conselhos tutelares, porque isso está posto como atribuição e competência do Município. Eles ficaram sozinhos nesse processo. É importante que trabalhemos a corresponsabilidade e o cofinanciamento, por parte dos Governos Estaduais e, no caso, também do Governo Federal.

Por isso, eu queria chamar a atenção dos Srs. Parlamentares: quando chegar o novo PPA, examinem com muito carinho todo o incremento de recursos que nós fizemos para melhorar a dotação aos conselhos tutelares, seja na equipagem de carros, barcos, computadores, *fax*, telefone, seja para a sua formação profissional necessária.

Enfim, desejamos que a Relatora finalize o seu processo e que esta Casa possa pautar a aprovação desse relatório ainda este ano, para que esse seja um presente a todos nós, nos 21 anos do ECA. É o que lhe desejamos. E emprestamos, mais uma vez, todo o nosso apoio para que tenhamos esse bom desfecho. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Eu vou passar a palavra à Relatora, Deputada Teresa Surita, para que possamos começar os encaminhamentos.

**A SRA. DEPUTADA TERESA SURITA** - Eu admiro muito o trabalho da Dra. Carmen nesse processo de coordenação dessas políticas e acho que ela foi muito feliz na colocação que fez, pela experiência que ela viveu com a questão dos Municípios.

Também gostaria de colocar aqui uma experiência que tive durante 7 anos, que foi justamente tentar integralizar, tentar fazer com que a linguagem fosse única na Prefeitura da qual cuidei durante tantos anos.

A coisa mais difícil do mundo era fazer com que todos os secretários



entendessem que a linguagem era uma só. E a coisa mais difícil era fazer o secretário que cuidava das finanças do Município se sentir no mesmo nível daquele que cuidava de algo que ele considerava menor, vamos dizer assim.

E isso foi tão difícil que, no início, quando nós começamos a desenvolver um projeto chamado Projeto Crescer - tenho sempre dito que é o que me justifica estar na política, porque foi onde eu aprendi muito -, em que diminuimos em 67% o índice de violência entre os jovens. Foi quando começamos a retirar esses jovens das ruas, das praças em que estavam dormindo, dos bares, envolvidos com drogas - e naquele momento eu não tinha ainda como encaminhá-los para as oficinas, que depois foram construídas. E para todo o programa foi elaborado, eu designei um secretário para cuidar de cada um dos meninos. Vocês não têm ideia do que foi isso. Foi um impacto tão grande! Mas foi a forma que eu encontrei para mostrar ao secretário que pagava a obra, que detém o dinheiro de um Município, ou àquele que cuidava da limpeza da cidade, do lixo, que, com aquela educação sempre é mais fácil. E a saúde também. Enfim, cada um cuidou de um menino por uma semana.

Vocês não têm ideia da experiência que foi isso! Foi a forma com que eu consegui fazê-los entender a importância da integração entre as políticas públicas. E assim mesmo, quando eu viajava, eu vinha muito a Brasília atrás de recursos, de convênios, eu dizia: *"Olha, se acontecer alguma coisa, vocês são responsáveis"*. E eles não conseguiam compreender porque como eles eram responsáveis por uma área que, na cabeça deles, não funcionava.

Esse foi o caminho que eu encontrei para poder passar essa mensagem. É claro que estamos falando de outra esfera, estamos falando de Governo Federal, de políticas que são implantadas nos Municípios. Mas eu pergunto... Acho que é uma grande oportunidade, realmente, esse projeto, essa discussão, essa mudança, sim, de valores culturais de uma sociedade, a integração das políticas públicas para o próprio fortalecimento da rede de proteção à criança e ao adolescente. Porque, se nós não somos capazes de proteger as nossas crianças e os nossos adolescentes no País, nós somos capazes de quê?

E aí eu entendo que essa integração entre os Ministérios que estão aqui - o que cada um de vocês representam e o trabalho tão profundo que vocês já fazem - seria o primeiro passo, realmente, para buscarmos isso. E, quando digo primeiro passo, não é em relação a tudo o que já foi feito, mas, de fato, a essa integração, porque, de uma certa forma, todos nós aqui dissemos a mesma coisa - é a mesma intenção, é a mesma compreensão.

Eu gostaria, sim, eu preciso, sim, da ajuda de cada Ministério. Eu gostaria de ouvir, como já tenho procurado fazer, mas gostaria também de pautar a necessidade de que isso se dê rapidamente, em função de que nós queremos votar até o final deste ano esse projeto.

Eu acredito que não tem muito realmente daquilo que... Enfim, a lei é muito boa. Esse ajuste de lei, como foi dito aqui, acho que pela Deputada Carmen ou pela Deputada Alice, é uma lapidação realmente necessária no ECA, inclusive



recomendada pela ONU. E eu preciso realmente dessa ajuda, para que de fato o texto consiga realizar a intenção desse ajuste no ECA.

Eu gostaria também de colocar que eu acho fundamental as campanhas educativas permanentes. Hoje, a televisão passa realmente muita agressão. Todas as novelas, que começam com *Malhação*, às 5 horas da tarde, e termina naquela que vai até quase meia-noite, todas elas têm cenas de agressão: homem que bate em mulher, que agride filho, que bebe, namorado que agride. Ou seja, numa família ausente, a criança que passa todas as noites assistindo às novelas forma sua personalidade através daí, a sua educação, porque ela está recebendo estímulos, que é justamente a coisa da imitação. Então as campanhas permanentes são fundamentais. E eu acredito, sim, que é importante rever, porque é uma questão cultural se assistir à televisão da forma como se assiste.

Por fim, a questão dos Conselhos Tutelares. A única lei no mundo que estabelece a implantação de Conselheiros Tutelares é a do Brasil. É um exemplo para o mundo a questão dos Conselheiros.

Agora, eu sempre digo uma frase que eu ouvi numa audiência de uma profissional indicada inclusive pela Secretaria dos Direitos Humanos, quando nós debatemos a violência sexual em Boa Vista. Ela disse o seguinte: que não podemos confundir os Conselhos com os Conselheiros. Porque, hoje, existe uma falta de aparelhamento para os Conselhos, para funcionarem; existe falta de capacitação. Então, assim como os professores têm que ter a coragem de denunciar a violência quando ele a encontra, os Conselheiros também precisam ter essa retaguarda, essa condição de trabalho, coisa que não têm hoje.

Então eu entendo que, terminando esse projeto de lei, que esperamos encerrar no final deste ano - inclusive já conversei muito com a Deputada Erika sobre isso -, nós devemos entrar realmente na questão da discussão dos Conselhos Tutelares, porque é necessário que haja esse reaparelhamento, essa condição, para que eles possam funcionar, porque aí, sim, é a retaguarda necessária que se precisa para que as políticas públicas possam de fato acontecer. *(Muito bem!)*

Eram essas as colocações.

Para encerrar, eu gostaria de perguntar quando - é a minha pergunta mais importante - é que a gente poderia se encontrar, o mais rápido possível, todos nós, junto com os assessores daqui da Câmara, para que pudéssemos realmente discutir juntos.

Vamos então fechar as nossas agendas, porque essa última é fundamental.

Muito obrigada, mais uma vez. Minha admiração a todos vocês pela forma como nos receberam.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Muito bem, Deputada Teresa Surita.





Ao fim desta audiência, já se agenda a reunião para se trabalhar em cima mesmo do texto. Nós temos a intenção de terminar os trabalhos desta Comissão no dia 6 de dezembro. Queremos, depois, fazer um pacto, algumas ações, muito mais em nome da Frente Parlamentar. A Comissão se dissolve no momento em que se aprova o relatório, mas a Frente Parlamentar tem algumas tarefas. Uma delas, que queremos fazer, provavelmente no dia 13 de dezembro, é realizar um pacto com os Legislativos municipais e estaduais, com Parlamentares de outros países que têm feito essa discussão, do Paraguai, do Uruguai, que já têm lei aprovada, da Venezuela. São 30 países que têm lei aprovada, e queremos fazer com eles essa discussão e estabelecer um pacto.

A lei é um fruto e uma semente, ao mesmo tempo; como todo fruto, é semente, e toda semente vai virar um fruto - é dialético. A lei é fruto de um processo de discussão, de um avanço, mas ela estabelece um outro marco, um outro patamar, para que nós possamos discutir. Sabemos que há um grupo que envolve 15 Ministérios numa Sala de Situação para discutir a política contra a violência que atinge crianças e adolescentes; e achamos muito importante que sejam listadas todas as políticas, todos os programas que existem e podem ser adequados com essa leitura, para se coibir o castigo corporal e o tratamento cruel e degradante. Seria importante que esse grupo fizesse essa avaliação, esse levantamento, para que pudéssemos, com os programas que já existem, dar esse recorte e construir uma nova cultura aqui no Brasil.

Queremos também seguir a sugestão da Ministra Gleisi Hoffmann, a de fazermos uma discussão com os meios de comunicação. Achamos muito importante o envolvimento dos meios de comunicação, mas não queremos fazer isso antes da aprovação do projeto. Queremos ter como fruto deste trabalho a aprovação do projeto, e então fazer uma discussão sobre o pacto, o envolvimento dos Legislativos, nas suas várias esferas, a sociedade civil e também os meios de comunicação, para que possamos fazer uma publicização, que é prevista na lei, uma ampla campanha publicitária sobre o novo direito, já assegurado na nossa Constituição, mas que está pontuado de forma mais difusa no próprio Estatuto da Criança e do Adolescente. Vamos, enfim, dar nitidez a ele, ao direito de viver sem castigos corporais.

Temos o entendimento de que as políticas públicas são inter-relacionadas e indivisíveis, como são os direitos. São políticas que têm que se enganchar uma na outra, porque há uma incompletude institucional. E podemos dizer que nenhum processo de articulação política acontece sem que tenhamos o envolvimento da educação, mas também entendemos que, muitas vezes, atribui-se à educação uma série de tarefas sem lhe dar suporte. E, ao não lhes darmos suporte, vamos vergando a escola. A escola vai assumindo uma responsabilidade, vai entrando num sentimento de aporia, de ausência de poros, porque lhe é atribuída uma série de responsabilidades, pelo caráter basilar, construtor e estruturante que tem, mas sem que lhe sejam dadas condições, sem uma retaguarda. Não é possível, realmente, trabalhar nessa incompletude para construir uma outra lógica.

Nós temos a intenção de fazer uma discussão sobre os Conselhos Tutelares.



Como aqui foi dito, há mais de 50 projetos acerca dos Conselhos Tutelares em tramitação nesta Casa. O Conselho Tutelar também sofre dessa aporia, porque ele aplica a medida, mas não a executa; é o Executivo que, via de regra, executa. Então, se não há rede, ele assume a falência; é como se fosse o para-choque para a insatisfação da população e expressão concreta das falências das políticas de proteção e de reparação de direitos de crianças e adolescentes. Portanto, ele também vive a angústia aporética da ausência e da falência de uma estrutura, de uma retaguarda.

Nós queremos fazer essa discussão e a discussão do protagonismo. A Carmen falava sobre a autoproteção e autocuidado, que me parece fundamental. O jornal *Correio Braziliense* divulgou uma pesquisa segundo a qual a cada dia morrem três adolescentes de até 17 anos vítimas de acidentes de trabalho. Isso significa que são adolescentes em trabalho não protegido, alguns com idade inferior a 16 anos.

Tramita na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania um projeto no sentido de baixar a idade para ingresso no trabalho formal e legal, projeto que vem sendo defendido por uma série de cooperativas. Trata-se de uma PEC, e estamos com certa dificuldade em derrotá-la. Temos empregado uma série de estratégias para que ela não seja votada, porque reduz para 12 e 14 anos as idades mínimas para trabalho infantil e condição de aprendiz, respectivamente, além de autorizações judiciais para casos a partir dos 10 anos, o que significa que, com autorização judicial, crianças de apenas 10 anos poderão trabalhar.

Essa é uma lógica que tem de ser desconstruída. É como se a sociedade dissesse que é melhor estar no trabalho do que estar no crime ou nas drogas. O fato é que o trabalho infantil só é permitido para a criança pobre; a criança de classe média, se estiver em situação de trabalho, desperta o sentimento de indignação da sociedade. A sociedade permite o trabalho infantil para as crianças pobres, como se não houvesse outra opção que não o crime ou as drogas; é como se já estivesse dito, de antemão, que a criança pobre não tem o direito de ser criança.

Essas são discussões que queremos fazer. De pronto, contudo, queremos aprovar nossa intenção: fechar esta discussão até 6 de dezembro para que haja tempo de ela ser avaliada pelo Senado ainda este ano. Nós temos um ano atípico -como ocorre a cada 4 anos; na verdade a cada 2 anos -, que é um ano eleitoral, e precisamos assegurar que esta discussão passe no Senado até o final do ano a fim de que o projeto seja transformado em lei.

Por fim, quero dizer que foi um prazer imenso ter mais esta discussão na Comissão. Vamos fazer nossa última audiência pública no próximo dia 22, às 14h30min, sobre fatos e versões; pessoas vão falar sobre suas próprias experiências e sentimentos, fechando um ciclo de audiências públicas temáticas, ou com a leitura de segmentos específicos, como fizemos hoje com o Governo e já fizemos com especialistas, conselhos e sociedade civil.

Vamos realizar ainda audiências públicas temáticas em Goiás, São Paulo e



Salvador. A partir disso, vamos desenvolver uma série de ações com o fim de assegurar que tenhamos crianças e adolescentes com direito a serem seres humanos, sujeitos de suas próprias vidas; que os direitos humanos possam entrar em todos os lares e atingir nossas crianças e adolescentes dentro de suas próprias casas, como já acontece com vários segmentos de nossa sociedade.

Agradeço à Dra. Ana Angélica, ao Dr. Paulo Vicente, à Dra. Carmen, à Dra. Érika e aos Parlamentares aqui presentes, entre os quais a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, 3ª Vice-Presidenta desta Comissão Especial, e a Deputada Teresa Surita, Relatora.

Vou encerrar os trabalhos, antes, porém, convoco reunião ordinária de audiência pública para o próximo dia 22, às 14h30min, em plenário a ser definido.

Está encerrada a reunião.

---

Documento 10/12

---

1904/11  
PLENÁRIO PRINCIPAL - CD

Sessão  
AP C/ CONVIDADO

22/11/2011  
15:11

---

### ***Sumário***

Debate sobre o parecer ao Projeto de Lei nº 7.672, de 2010, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, cujo tema é a prática dos castigos corporais ou de tratamentos cruéis ou degradantes empregados na educação de crianças e adolescentes.

---

## **DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO**

### **NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES**

#### **TEXTO COM REDAÇÃO FINAL**

***Versão para registro histórico***

***Não passível de alteração***



COMISSÃO ESPECIAL - PL 7672/10 - EDUCAÇÃO SEM USO CASTIGOS  
CORPORAL  
EVENTO: Audiência Pública Nº: 1904/11 DATA: 22/11/2011 INÍCIO:  
15h11min TÉRMINO: 16h53min DURAÇÃO: 01h42min TEMPO DE GRAVAÇÃO:  
01h42min PÁGINAS: 28 QUARTOS: 21

#### DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

RENATO MELLO MARTINS - Voluntário da ONG Parábola. LAYANE DA CONCEIÇÃO SILVA - Adolescente. ÉRICA TAMIRES CARNEIRO MORAES - Adolescente. RENATA CRISTINA CASSIANO DOS ANJOS - Adolescente. LUCAS MATEUS SARAIVA DA SILVA - Adolescente. RAIMUNDO AÍRTON PINHEIRO JÚNIOR - Adolescente.

**SUMÁRIO:** Debate sobre o parecer ao Projeto de Lei nº 7.672, de 2010, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, cujo tema é *a prática dos castigos corporais ou de tratamentos cruéis ou degradantes empregados na educação de crianças e adolescentes*.

#### OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens. Houve exibição de vídeo. Há oradores não identificados em breves intervenções.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Eu gostaria de desejar boa tarde a cada uma e cada um dos senhores. Vamos buscar fazer esta audiência pública, que é a última audiência temática em que vamos ver os fatos e as versões, o depoimento de nossas crianças, de nossos adolescentes, o mais rapidamente possível, porque já estamos com a Ordem do Dia em curso nesta Casa.

Portanto, desejando boa tarde, declaro aberta a 9ª reunião ordinária da Comissão Especial que se destina a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 7.672, de 2010, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. O projeto estabelece o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos corporais ou



de tratamento cruel ou degradante.

Nós temos sobre as bancadas a cópia da ata da 8ª reunião. Pergunto aos Parlamentares aqui presentes se há necessidade da leitura da referida ata.

**A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL** - Sra. Presidenta, peço a dispensa da leitura da ata.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Dispensada a leitura da ata, a pedido da Deputada Alice Portugal, nós a colocamos em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Deputados e Deputadas que a aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Está aprovada a ata.

Esta reunião foi convocada para discutirmos o tema da prática dos castigos corporais ou de tratamentos cruéis ou degradantes empregados na educação de crianças e adolescentes.

Gostaríamos de chamar para compor a Mesa o representante da instituição filantrópica e educacional ONG Parábola, Renato Mello Martins. Gostaríamos de chamar também para compor a Mesa a Danuza Nascimento de Freitas. Para compor a Mesa, gostaríamos de chamar o Renato Mello Martins. Renato, é um prazer imenso tê-lo aqui. Convido a Danuza Nascimento de Freitas, que está aqui. É um prazer tê-la aqui, Danuza. Convido a Érica Tamires Carneiro Moraes, a Layane da Conceição Silva - gostaria que pudéssemos ter mais cadeiras aqui -, o Lucas Mateus Saraiva da Silva, o Raimundo Airton Pinheiro Júnior e a Renata Cristina Cassiano dos Anjos.

O nosso querido Renato é voluntário da ONG Parábola, e os demais componentes da Mesa são estudantes. Gostaria de pedir que vocês pudessem sentar na primeira fila. Ou melhor, vamos conseguir cadeiras, mais uma cadeira, e colocamos vocês todos conosco.

Gostaria de chamar a Deputada Teresa Surita, que é Relatora do PL, para que também venha compor a Mesa.

Com um pouco de compreensão, de aperto carinhoso, nós conseguimos compor todos.

Em função da brevidade do tempo que temos, concederemos um prazo de 10 minutos para cada um dos componentes da Mesa, para que eles possam se posicionar. Depois vamos passar a palavra para a Relatora, que não dispõe de prazo, e para os Deputados e Deputadas que quiserem fazer uso da palavra. Em seguida abriremos para alguma entidade que queira se posicionar. Vamos proceder assim. Estamos de acordo? Dez minutos para cada um.





Nós acertamos da seguinte forma: vamos passar a palavra, por 10 minutos, para cada um dos componentes da Mesa, para que possam expor. Em seguida, eles e elas vão apresentar um vídeo; depois vão fazer um pequeno exercício, na lógica do Teatro do Oprimido, para que possamos sentir a dor e a alegria do outro, como só os seres humanos conseguem sentir.

Como combinado, vamos conceder 10 minutos para cada uma e para cada um de vocês que estão à Mesa; depois, vocês apresentam o vídeo, fazem a pequena apresentação; nós passamos para a Relatora e, em seguida, para os Deputados e Deputadas presentes a esta audiência. Combinado? Fazemos assim? *(Pausa.)*

Vamos então começar as exposições e as falas das pessoas que estão aqui, porque esta audiência pública é exatamente para escutar quem está sendo o centro, o objetivo do próprio projeto, que são as crianças e os adolescentes.

Vou passar de início a palavra para o Renato Mello Martins, para que ele possa se posicionar. O Renato, como foi dito, é voluntário da ONG Parábola, que é uma instituição filantrópica e educacional.

É um prazer imenso tê-lo aqui, Renato. Você dispõe de 10 minutos. Vamos avisar quando faltarem 2 minutos.

**O SR. RENATO MELLO MARTINS** - Boa tarde. Eu me sinto honrado de estar aqui. Meu nome é Renato. Fui convidado a estar nessa luta contra a violência praticada contra a criança e o adolescente. Eu também fui vítima de violência na minha infância.

Então, quero hoje me colocar no lugar das crianças. Neste momento, enquanto estamos aqui sentados, há várias crianças sofrendo. Esse projeto, essa lei que está sendo implantada hoje, eu espero valer a pena, porque eu sei o que é sofrer, eu sei o que é ser vítima, eu sei o que é ser mutilado, eu sei também o que é omissão.

Uma pessoa que sofreu dos 8 meses aos 12 anos sabe muito bem o que é omissão, sabe muito bem o que é não haver uma lei para realmente defender a criança e o adolescente. Eu me sinto honrado de fazer parte desta luta, de fazer parte desta guerra. Espero que saíamos vitoriosos.

Quero contar um pouquinho a minha história, mas não vou contar, não. Quem vai contar é o vídeo que eu trouxe.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Gostaria que fosse providenciado, então, para que pudéssemos ver o vídeo.

Registro a presença da Deputada Alice Portugal e também da Deputada Liliam Sá, que fazem parte desta Comissão. A Deputada Liliam Sá é a 1ª Vice-Presidenta desta Comissão. *(Pausa.)*

Vamos fazer uma pequena inversão, porque estamos esperando um cabo para



termos acesso ao vídeo. Enquanto o cabo não chega, vamos passar então para a Layane da Conceição Silva, para que ela possa fazer sua exposição.

É um prazer tê-la aqui, Layane.

**A SRA. LAYANE DA CONCEIÇÃO SILVA** - Obrigada. Bom, quero começar parabenizando, porque há uma presença dos adolescentes aqui neste momento tão formal, que é a aceitação de uma lei para o nosso Estatuto. É uma lei que nos favorece; então, temos que estar presentes mesmo, para apontar o que está faltando nos nossos bairros, o que está acontecendo, quais são os erros, o que queremos e o que não queremos.

É muito importante que estejamos aqui para falar o que queremos. Se um adulto vier aqui falar por nós, não vai valer, porque é adulto e não sabe o que estamos vivendo, não está na nossa escola, não está presente no nosso dia a dia. Então, quero parabenizar por isso.

Outra coisa. Não estamos aqui só para falar dos nossos direitos, mas também para falar dos nossos deveres, falar dos direitos e deveres. Nós não queremos só soluções, mas queremos dar soluções e ajudar, porque são os nossos direitos e queremos estar presentes.

Acho que ainda não é o ideal... O adolescente... Ainda não é o ideal, porque há pouquíssimos adolescentes. Acho que deve haver mais grupos de formação política para o adolescente estar à frente e discutir sobre os nossos direitos, para termos conhecimento dos nossos direitos, para que possamos exigir, para que possamos... Para V.Exa. estar ali: *"Olha, a gente quer isso, a gente quer aquilo"*, porque é nosso direito. Vocês não estão fazendo um favor para a gente. É nosso direito, queremos exigir e ter conhecimento sobre isso.

E ampliar a lei... Acho que vão falar mais aqui sobre os castigos físicos e tratamento humilhante dentro de casa, mas não é só dentro de casa que acontece: nas escolas, nas ruas e principalmente nos centros de internação, onde os adolescentes estão cumprindo medidas socioeducativas. Lá eles são vistos como bandidos, como pessoas que não têm mais chance de viver, não têm mais chance de ter um emprego fixo, de ter uma família. São vistos como se fossem assassinos e pronto, têm que morrer. Não têm direito a voz, são humilhados, acordados no meio da noite com água gelada. E o pior. Não é só castigo físico, que apanham e tal, mas também o tratamento humilhante, pois eles têm direito à escola, e no centro de internação isso não é um direito garantido. *"Hoje vai para a escola, hoje não vai"*. Não há estrutura dentro dos centros de internação. É isso.

Obrigada. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Muito obrigada, Layane.

Vou seguir a ordem elaborada por vocês para que comecemos o protagonismo por aqui mesmo. Vocês podem determinar.



Então, passo a palavra para a Érica Tamires Carneiro Moraes.

**A SRA. ÉRICA TAMIRES CARNEIRO MORAES** - Bom dia, gente. Boa tarde, desculpe. (*Risos.*)

Como a Layane cito, ninguém melhor, vamos dizer assim, do que a gente mesmo dizer o que a gente vivencia e o que acontece com a gente. Eu tenho o prazer de dizer que acontecia.

A partir do momento que a violência acontece dentro de casa, passa também por fora da sociedade. Não é só a violência dentro de casa, também nas escolas, na rua, nos postos públicos, em todos os cantos. A gente vivencia muito isso.

Por que a violência só acontece com a gente? Será que é natural só com a gente? Somos o público disso?

Estamos aqui, hoje, para mudar essa realidade. É através de vocês que nós queremos essa mudança também. Se a gente plantar uma raiz, e todo o mundo regar, com certeza ela vai crescer linda e dar bons frutos. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Nós vamos passar a palavra, em seguida, à Renata Cristina Cassiano dos Anjos.

**A SRA. RENATA CRISTINA CASSIANO DOS ANJOS** - Boa tarde.

Eu sou Renata, tenho 13 anos.

Minhas amigas já falaram muita coisa. Eu só quero focalizar um pouco o tratamento humilhante. Como crianças e adolescentes, na maioria das vezes, nós convivemos diariamente com isso. Tipo, você chega em casa, houve um teste na escola, você tirou uma nota ruim, seus pais chegam e falam: "*Seu idiota, não sei quê, não sei que lá*".

Isso, para quem diz, são só palavras, mas não são para quem escuta. Isso causa um trauma, às vezes, até maior do que a agressão, porque você fica com aquilo na cabeça: "*Eu sou um inútil, eu não vou conseguir ir para frente, eu tenho limites, eu não vou me dar bem em nada*". Com isso, você acaba se dando mal, não funciona bem. Chega a prova mais importante do bimestre, como nos outros testes você escutou que não sabia fazer nada, mesmo que você tenha estudado para fazer a prova, você não vai alcançar um bom resultado. Aquilo vai fazer com que você não preste atenção na prova, você vai marcar qualquer questão e acabar sendo reprovado. É só uma hipótese.

Os professores, às vezes, tratam mal os seus alunos, porque se acham superiores e não sei o quê. Eu já escutei que, nas turmas de 8º e 9º ano, na escola, no fundamental, há um certo agito, fala-se bastante. É normal. O professor está sentado, e a maioria da turma copiou o trabalho, está lendo, mas conversa, está com o amigo do lado e vai conversar. O professor levanta e começa a falar: "*Se vocês não querem prestar atenção, o problema é de vocês*".



*Eu já estou formado. No final do mês, eu vou receber meu salário de qualquer jeito".*

Era só isso que eu queria falar. Obrigada. *(Palmas.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Havendo *quorum* regimental, vamos proceder à discussão e aprovação de dois requerimentos.

Requerimento nº 13/2011, da Deputada Alice Portugal, que *"requer a realização de um fórum de debates da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto nº 7.672, para ser promovido na cidade de Salvador, Bahia"*.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que são favoráveis permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

O requerimento está aprovado.

Requerimento nº 14/2011, da Deputado Sueli Vidigal, que *"requer realização de seminário da Comissão Especial que analisa o PL nº 7.672, que estabelece o direito de crianças e adolescentes de serem educados sem o uso de castigos corporais, no Estado do Espírito Santo"*.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Deputados e as Deputadas que estão de acordo permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento.

Os dois requerimentos, portanto, foram aprovados.

Com relação ao primeiro requerimento aprovado, informo que a discussão, a reunião em Salvador, Estado da Bahia, será realizada no dia 28. Nós ainda temos um seminário esta semana, em Goiânia, um em Campinas, um em Salvador e outro no Espírito Santo, que será posteriormente agendado.

Eu vou fazer o seguinte agora: vou passar a coordenação das falas das estudantes e dos estudantes para a Danuza. Gostaria que providenciassem um microfone sem fio. Vou passar a palavra à Danuza para que possa coordenar os outros depoimentos, as demais falas e a exibição do vídeo.

Então, passo, simbolicamente, neste momento, a Presidência desta audiência pública para a Danuza Nascimento de Freitas. *(Palmas.)*



**A SRA. COORDENADORA** (Danuza Nascimento de Freitas) - Obrigada.

Antes de qualquer coisa, eu quero dizer que - não querendo corrigir você, senhorita que está do meu lado - "protagonismo" não é uma palavra que a gente aceita muito bem para a participação dos jovens, porque protagonismo é como se a gente quisesse tirar vocês do poder e nos impor no poder. Protagonismo é para o protagonista da novela, cara. Quem é que tem o papel mais importante na novela? Não é o protagonista? E não é isso o que a gente quer. A gente quer uma paridade, uma igualdade, que a gente possa construir tudo em conjunto com vocês. Isso é muito importante para a gente. A gente sabe e vocês também sabem; a gente aprende e vocês também. A gente também tem muita coisa para ensinar para vocês. Era só isso.

Continuando a apresentação, como as meninas já falaram muita coisa muito importante, a nossa amiga Renata Cassiano tem um trabalho a fazer. É, a apresentação das perguntas, amiga.

Alguém tem os papéis todos? *(Pausa.)*

Vamos passar o vídeo do moço primeiro? *(Pausa.)*

Os meninos vão falar alguma coisa? Vocês querem falar? *(Pausa.)*

**A SRA. RENATA CRISTINA CASSIANO DOS ANJOS** - Obrigada.

Bom, agora a gente vai fazer umas perguntas para vocês. Mas vocês não precisam responder, só pensem bastante nelas, o.k.?

**A SRA. COORDENADORA** (Danuza Nascimento de Freitas) - A gente gostaria de um pouquinho de silêncio. Se todo mundo pudesse ouvir e interiorizar um pouquinho, seria legal.

Eu vou fazer a primeira pergunta, depois elas vão continuando e, no final, a gente tem uma mensagenzinha para vocês.

Vocês gostariam de apanhar? *(Pausa.)* E se apanhassem, ficariam com raiva da pessoa que bateu em vocês?

**(Não identificado)** - Você gostaria de ser humilhado na frente de seus colegas de trabalho? *(Pausa.)*

**(Não identificado)** - Você gostaria de ser desprezado pelas pessoas que você ama? *(Pausa.)*

**(Não identificado)** - Por que, quando o adulto bate em outro adulto, ele pode ser punido? E por que, quando o adulto bate em uma criança, não? *(Pausa.)*

**(Não identificado)** - E se tudo isso acontecesse com você? Como o seu coração





ficaria? *(Pausa.)*

**(Não identificado)** - Esses sentimentos, esses pensamentos... O que vocês pensaram enquanto a gente fazia essas perguntas é o que a gente sente quando a gente apanha. Quando a gente é humilhado, a gente se sente menosprezado, a gente fica muito triste. Tudo o que vocês pensaram é tudo como a gente se sente, inferior. Isso não é legal.

**A SRA. COORDENADORA** (Danuza Nascimento de Freitas) - Agora vamos fazer uma pequena esquete. Não querendo retirar as pessoas da mesa, peço que elas cheguem um pouco para trás, para podermos fazer a apresentação da esquete. *(Pausa.)*

Nossa esquete é mais ou menos assim: um pai chega hipercansado do trabalho, depois de ter tido um dia muito difícil. A mãe briga com o filho, porque ele fez um montão de coisas erradas o dia inteiro, e diz que vai contar para o pai. O pai chega, e a mãe sai correndo para dar o relatório completo: "*Olha, seu filho fez isso, isso e isso o dia inteiro*". O pai tira logo o cinto e parte para cima da criança.

**(Não identificado)** - E aí, gente? Vocês acham que a violência é a melhor forma de educar? Vocês podem mudar esse final.

**A SRA. COORDENADORA** (Danuza Nascimento de Freitas) - Agora queremos jogar para vocês: o que vocês acham que deve acontecer? Fiquem à vontade para falar.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Acho que ele deve colocar o cinto de novo, sentar e conversar.

**A SRA. COORDENADORA** (Danuza Nascimento de Freitas) - Todo o mundo concorda?

**A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL** - Com certeza! *(Risos.)*

**A SRA. COORDENADORA** (Danuza Nascimento de Freitas) - Mais alguém quer se pronunciar?

**A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL** - É importante que a mãe participe da conversa, para que garanta que exista uma relação equilibrada no processo educacional entre o pai, a mãe e, acima de tudo, com direito à defesa, à opinião do filho.

**A SRA. COORDENADORA** (Danuza Nascimento de Freitas) - Bom, gente, era mais ou menos isso o que queríamos passar para vocês. Agora queremos passar um vídeo para vocês. O cabo de som já está aí? *(Palmas.)*

**A SRA. ÉRICA TAMIRES CARNEIRO MORAES** - O vídeo é para mostrarmos os outros adolescentes, porque estamos representando aqui o Brasil todo. Não só o Brasil como o mundo todo, que não queremos apanhar, ser humilhados.



Gostaríamos que todos os adolescentes estivessem presentes. Como não deu, de qualquer forma nós os trouxemos no vídeo.

Obrigada. (*Pausa.*)

**A SRA. COORDENADORA** (Danuza Nascimento de Freitas) - Como estamos esperando o áudio sair e todo o mundo vai ficar olhando a paisagem, não vamos olhar a paisagem.

Meu nome é Danuza, venho do Rio de Janeiro, tenho 18 anos - acho que sou a mais velha do grupo por agora. Agora, a Renata.

**A SRA. RENATA CRISTINA CASSIANO DOS ANJOS**- Como já disse na minha apresentação, eu sou Renata, tenho 13 anos, sou do Rio de Janeiro também. E viva! (*Risos.*)

**O SR. LUCAS MATEUS SARAIVA DA SILVA** - Sou Mateus, tenho 13 anos e sou do Ceará.

**A SRA. ÉRICA TAMIRES CARNEIRO MORAES** - Sou a Érica, tenho 16 anos e sou do Pará.

**A SRA. LAYANE DA CONCEIÇÃO SILVA** - Sou a Layane, tenho 17 anos e também sou do Pará.

**O SR. RAIMUNDO AÍRTON PINHEIRO JÚNIOR** - Eu sou Aírton Júnior, tenho 12 anos e sou do Ceará. (*Palmas.*) (*Pausa.*)

**A SRA. COORDENADORA** (Danuza Nascimento de Freitas) - A gente fez... nós fizemos, melhor dizendo, alguns cartazes que trazem algumas das ideias que não só a gente que está aqui hoje, mas outros adolescentes e outras crianças pensam e acham que a gente pode usar para ajudar a solucionar os problemas que acontecem em relação à violência dentro de casa, na escola, na família e em qualquer outro buraco que houver.

Bom, a gente pensou no afeto, no incentivo e na compreensão.

No incentivo a gente pensou por causa do que a Renata falou sobre a criança e o adolescente fazerem uma prova muito boa, tirarem um dez, e o pai falar: "*Ah, você não faz mais do que a sua obrigação, você só estuda mesmo*".

No afeto, pela relação dos educadores com a criança e com o adolescente, porque os educadores das escolas, das ONGs e de qualquer outra instituição em que a gente esteja presente têm esse relacionamento com a gente, de afeto.

Na compreensão, porque nós precisamos compreender; tanto a criança compreender o lado do pai, como o pai compreender o lado da criança, parar e pensar: "*Por que ele fez aquilo? Será que está acontecendo alguma coisa*"



*errada?", entendeu? É mais ou menos por aí.*

**A SRA. LAYANE DA CONCEIÇÃO SILVA** - Eu queria falar sobre o respeito, o diálogo e a presença.

A mesma coisa que eu falei, eu queria ressaltar: a gente fala muito no uso dos castigos físicos e do tratamento humilhante em casa, mas não é só em que casa que está acontecendo isso, não é? Sempre estão falando que, hoje em dia, o negócio do *bullying* está muito alto, há muita briga nas escolas. Mas com quem eles aprendem isso? Com os pais. Se ele faz alguma coisa errada e o pai bate, humilha, fala: *"Olha, tu não podes fazer isso, porque isso é aquilo outro, tu vais pegar ele de porrada"*, a mesma coisa ele vai fazer na escola. Então, tem que respeitar. E não só os pais têm que respeitar; a gente também tem que respeitá-los.

Diálogo por quê? Para a gente conversar, sentar com o pai e conversar: *"Por quê está acontecendo isso? Eu não quero mais que aconteça isso. Eu quero sair tal horário, voltar em tal horário, mas o senhor concorda? Então, o.k., eu volto nesse horário"*. Vamos respeitar o que a gente combinou no diálogo, vamos respeitar o pai. E o pai tem que estar presente na vida do filho, na vida escolar, saber o que ele está fazendo na rua, por onde ele anda e os amigos dele. Não só os pais, mas também o respeito dentro das unidades em que crianças vivem, em que cumprem medidas socioeducativas. Tem que ter diálogo lá, porque os adolescentes, muitas vezes, lá, não têm direito a voz e nem vez, são muito humilhados, são castigados. É uma coisa muito ruim, porque eles estão ali para melhorar, para eles terem uma segunda chance. Mas essa chance não existe, porque, o tempo todo, lá, estão menosprezando ele, dizendo que ele não presta; que, depois que ele sair dali, ele não vai prestar, que ele deveria morrer, que ele tem que apanhar. Então, quando ele sair de lá, ele já sabe que não vai prestar mesmo: *"Ah, então vou fazer bem pior"*.

Obrigada.

**A SRA. ÉRICA TAMIRES CARNEIRO MORAES** - Então, ressaltando o que a Layane falou em relação à presença, não só presença na vestimenta, no calçar, na alimentação, mas, sim, presença em todos os momentos da vida do adolescente.

Este cartaz está retratando os direitos, os deveres e os limites.

Nós estamos representados aqui porque queremos os nossos direitos, mas nós também temos consciência de que também temos deveres. E limite é impor regras e saber respeitar; entrar no consenso com o pai, porque o pai, às vezes, não aceita a opinião do filho, porque diz que a autoridade é dele.

**A SRA. LAYANE DA CONCEIÇÃO SILVA** - Só ressaltando o que a Érica estava falando, é que nem na escola, também acontece a mesma coisa: o professor sempre acha que é melhor do que o aluno, e não é assim, entendeu? A gente tem que ter a questão da igualdade: *"Olha, vamos entrar num consenso: só pode*



*sair na hora do intervalo", então, a gente vai sair só no horário do intervalo.*

Eu tenho que respeitar o professor, e o professor não pode querer ser mais do que o aluno. Acontece muito de os professores humilharem o aluno, como se fossem... sei lá! E é muito chato. Se já é chato dentro de casa, imaginem na rua, na frente dos amigos da escola. Já pensou a diretora chegar, pegar a aluna pelo braço e esculhambar ela na frente de todos os amigos? Não é legal. E ela aprendeu em casa que, quando o pai fala que faz uma coisa errada tem que bater, o que ela vai fazer? Agredir. É o que mais está acontecendo, brigas de adolescente com professor. O adolescente está agredindo o professor. Por quê? Lá na televisão eles estão colocando: *"Adolescente agride professor"*, mas não colocam o porquê. Por que ele agrediu?

Há falta de estrutura nas escolas. As escolas públicas são horríveis. A gente fica superestressada. Assistir aula numa sala supercalorenta, numa cadeira de plástico, que fica suada e cola toda a calça na nossa perna, é horrível. Não tem condições de a gente assistir aula assim. Fora os banheiros. É melhor nem entrar nesse conceito, senão a gente não vai sair daqui hoje. *(Risos.)*

**A SRA. COORDENADORA** (Danuza Nascimento de Freitas) - Falando disso também, nas escolas é muito complicada a convivência do professor com o aluno, por vários fatores. Todo mundo aqui que foi aluno sabe que, na época em que foi aluno, tinha aquele negócio de castigo: *"Ah, não fez? Ajoelha no milho, toma régua na mão"*, e hoje em dia não tem mais isso. E ainda tem adulto que vira para a criança e diz assim: *"Na minha época não era desse jeito, eu apanhei para poder aprender"*. É assim que funciona, gente?

O que tinha a falar agora seria a participação, a confiança e a corresponsabilidade.

A participação foi aquilo que eu já falei no início: a participação em conjunto, construir as regras juntos e tudo.

A confiança é porque se um pai bate numa criança, aquela criança vai ter confiança naquele pai ou vai ter medo daquele pai? Foi aí que a gente quis chegar com essa confiança, porque, quando um pai não bate, senta e conversa, por mais que seja várias vezes - porque uma criança, por mais que ela seja difícil, vai aprender; por mais que seja várias vezes, a confiança... Daqui a gente viu que é mais importante a confiança do conversar e não a confiança do bater para educar, porque você apanha e depois você vai para a rua e faz tudo de novo. Com o castigo, você para e pensa: *"Caraca! Não era isso que era para eu ter feito; era para eu ter feito outra coisa"*. E é muito diferente. Uma confiança que você vai ter no seu pai é muito diferente de você ter medo do seu pai.

E a responsabilidade porque é em conjunto: é responsabilidade tanto da criança quanto do pai essa educação diferente, de uma maneira diferente, mas que vai auxiliar o aprendizado dessa criança de uma maneira que ela não vai ser violenta futuramente. Se o adulto é o espelho da criança - é no adulto que a criança se espelha -, e ela vê o adulto resolver tudo na base da pancadaria, ela vai resolver



desse jeito. E não é isso o que é legal.

Então, nos cartazes era isso. Agora a gente vai ver se consegue aqui o áudio com o microfone do vídeo.

*(Segue-se exibição de imagens.) (Palmas.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Eu quero muito agradecer pela aula à Danuza, à Érica, à Layane, ao Lucas, ao Raimundo e à Renata.

Já há condições operacionais. Vamos ver o vídeo do Renato.

*(Exibição de vídeo.)*

*(Palmas.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Boa tarde a todos. Depois desse depoimento emocionante, podemos refletir sobre a situação de milhares de crianças em todo o Brasil que têm sofrido com a violência doméstica.

Com a palavra o Renato Mello Martins.

**O SR. RENATO MELLO MARTINS** - Quero, inicialmente, parabenizar os jovens que fizeram esse excelente trabalho.

Como não deu para ouvir direito, quero contar um pouco da violência de que fui vítima, por parte de minha genitora, de 8 meses até 12 anos de idade. Sofri muito, sofri mutilações. Fui vítima de mutilações muito graves. Tive a orelha cortada com a tesoura, tive a metade da língua cortada com a tesoura, tive o céu da boca perfurado com chave de fenda em brasa e a barriga aberta a chutes duas vezes. Um dos chutes estourou meu intestino e acabei vomitando muito sangue, até fezes vomitei pela boca.

Nessa tortura toda, nessas agressões, a minha genitora me levava para o hospital. Lá ela dizia que era queda. Uma das coisas de que tenho falado muito, que consta desse projeto de lei que estamos discutindo, é a omissão. Como é possível uma criança sofrer todo tipo de abuso dos 8 meses até os 12 anos de idade sem haver uma intervenção, uma ajuda? A criança não tem defesa! Se nós não nos colocarmos no lugar da criança e do adolescente, quem vai fazer isso?

Eu posso falar com toda a clareza o que é uma criança sem defesa, o que é uma criança esperando que um adulto a defenda. Eu saí da minha casa com 12 anos de idade, em razão de uma denúncia da minha madrinha. Nessa época não tinha mais fisionomia de pessoa normal com toda a tortura que eu sofria da minha genitora.

É muito interessante o que os jovens falaram sobre humilhação, humilhação de palavras, de vários tipos. Eu passei vários tipos de humilhação. Ficava trancado em um banheiro, seminu, esperando uma surra a qualquer momento. Do nada a





minha genitora vinha e me agredia. Muitas vezes eu não comia. Eu só comia o que sobrava dos meus irmãos biológicos. Às vezes eu tinha que comer -- perdoe-me o termo, perdoe-me o que eu vou dizer -- fezes e beber urina. Isso mandado por ela. Esse meu olho esquerdo foi operado porque tive catarata pelas várias mutilações. Ela colocava alho, pimenta, cebola nos meus olhos. Fazia toda essa tortura.

Com 12 anos eu saí de casa. Passei por várias instituições. Há uma frase muito interessante. A criança sempre diz assim: *"Eu não pedi para nascer"*. Esta foi uma frase que me acompanhou muito: *"Eu não pedi para nascer. Para que vim para este mundo? Por que eu?"*

A criança, quando sofre agressão -- eu ouvi o depoimento de um dos jovens aqui --, tem a tendência de agredir. Se não houver tratamento da criança agredida e do agressor, a tendência é de a agressão continuar. Com 14 anos eu conheci o Projeto Parábola.

A Marisa é minha mãe adotiva. Fui adotado com 16 anos e troquei de nome. Na época eu me chamava Gilmar Santos. Troquei para Renato porque Renato significa "nascido de novo". Fiz 28 cirurgias, 19 delas só no rosto. Realmente eu estava nascendo de novo.

O que quero deixar para vocês é que essa história ainda está acontecendo. Nós não vemos, mas ela está acontecendo. Se nós não nos colocarmos no lugar da criança e do adolescente, vamos ver muitas crianças e adolescentes morrerem ou serem mutilados, como aconteceu comigo sem que eu tivesse qualquer ajuda. Era só isso que eu gostaria de dizer, por enquanto.

Alguém quer fazer alguma pergunta?

*(Palmas.)*

**A SRA. DEPUTADA CIDA BORGHETTI** - Renato, quero fazer-lhe uma pergunta. Quando entrei você já estava falando, e suas palavras realmente tocaram a mim e a todos que estão no plenário.

Estou sabendo que você é um voluntário dessa ONG. Qual é o seu trabalho nessa ONG para ajudar as crianças que sofrem agressão? Mais: qual é o seu trabalho como voluntário para ajudar o agressor a ser melhor?

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Registro a presença da Deputada Cida Borghetti, do Paraná.

**O SR. RENATO MELLO MARTINS** - Eu trabalho hoje na área de aconselhamento. Faço palestras em vários lugares.

Tratar o agressor vai além da nossa compreensão, do nosso tempo, se estamos dispostos a reverter o quadro psicológico do agressor. O agressor tem uma história, só que não é a mesma que ele está cometendo com a criança. Ele está



agravando a sua história. Ele sofreu um tipo de agressão. Com outras crianças, com os próprios filhos fará pior do que sofreu. A tendência é ser sempre pior.

O agressor tem que receber tratamento psicológico. Ele precisa de acompanhamento, com a família inteira.

**A SRA. DEPUTADA CIDA BORGHETTI** - Mas a ONG tem esse tratamento?

**O SR. RENATO MELLO MARTINS** - A ONG tem.

**A SRA. DEPUTADA CIDA BORGHETTI** - Eu acho que é fundamental, porque o agressor... É o que você disse. Você conhece como ninguém esse problema, porque sentiu na pele e vivencia dia a dia casos iguais ou até piores.

Você renasceu, como você muito bem disse aqui. Deus lhe deu uma missão: ajudar. Você continua ajudando. Eu acho importante a sua participação, porque você viveu coisas que nós não vivemos e, por isso, não conhecemos. Mas trabalhar a saúde mental do agressor é fundamental. A ONG e todos nós, agentes públicos, devemos oportunizar esse tipo de trabalho. Eu gostaria de entender.

A Deputada Erika Kokay e a Deputada Teresa Surita têm um trabalho fantástico em defesa da criança - nós somos parceiras.

Eu me coloco à disposição para colaborar mais uma vez com esta Comissão.

**O SR. RENATO MELLO MARTINS** - Refaz a pergunta, por favor.

**A SRA. DEPUTADA CIDA BORGHETTI** - Eu só perguntei se vocês têm o tratamento, se a ONG tem condições de ajudar o agressor.

**O SR. RENATO MELLO MARTINS** - Há casos que encaminhamos. Em situações mais graves, encaminhamos para setores preparados para esse tipo de acompanhamento.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Agradecemos ao Renato Mello Martins.

Registro a presença da nossa Terceira Vice-Presidente, Professora Dorinha Seabra Rezende, do DEM de Tocantins. É um prazer tê-la aqui.

Passo a palavra, nos termos do Regimento, à Relatora, que poderá fazer as suas exposições, os seus questionamentos e o que mais for necessário para enriquecer a elaboração de seu relatório.

**A SRA. DEPUTADA TERESA SURITA** - Boa tarde a todos. Agradeço por estarem aqui. Agradeço principalmente aos jovens que vieram por meio da Rede Não Bata Eduque nos trazer as suas histórias. Hoje, conversando com algumas pessoas sobre a questão da discussão da criança e do adolescente, soube que a



Rede Não Bata Eduque foi a primeira no Brasil a levantar esse problema, a fazer esse questionamento. É uma alegria estar o Legislativo examinando projeto de lei sobre assunto tão sério.

Agradeço também ao Renato por ter atendido ao nosso convite e por ter vindo nos trazer sua história, que até ouvir é difícil. É uma história que mexe com a gente, porque não é normal. Por mais que se fale em agressão, ouvir da própria pessoa agredida um relato tão forte como esse...

Há pouco eu perguntava: *"Quantos anos você tem hoje?"* Ele me disse que tem 31 anos. E eu perguntei como que ele lida com tudo isso, com essa história. Ele me respondeu com um sorriso: *"Porque hoje posso pegar a minha história e traduzi-la para outras pessoas, para que não entrem no processo em que eu entrei"*. Isso é muito forte, é muito gratificante ouvir a história de uma pessoa, tirar dessa pessoa esse conhecimento. Mas nem todos reagem assim, nem todos têm a chance que você teve, apesar da gravidade, de estar hoje com a oportunidade de trazer essa realidade, porque existem milhões de crianças, hoje, que não fazem parte de nenhuma ONG; existem milhões de crianças que gostariam de poder falar, mas não têm a quem se dirigir, não têm quem procurar.

Então, o que eu gostaria de dizer foi dito aqui por cada um de vocês na própria apresentação. Mas eu entendo que o não julgamento é necessário para termos a resposta positiva para todos os pontos que precisam ser corrigidos.

O agressor precisa ser tratado. Ele está repetindo um comportamento que recebeu quando criança. E um dos pontos do projeto de lei que eu considero importantíssimo é essa rede de proteção acontecer de fato com o tratamento para o agressor, para a família e para a vítima da agressão.

O que nós precisamos conseguir com essa lei? Que a denúncia não seja feita depois de 12 anos por sua madrinha, porque chegou no momento em que isso precisava... Ou seja, até que ponto chegou a agressão para que essa denúncia fosse feita?

A necessidade da denúncia precisa estar na consciência de toda a sociedade. A sociedade precisa tomar consciência da necessidade da denúncia. A omissão não pode ser o papel das pessoas, porque hoje eu ainda digo para vocês - eu que sou Relatora de um projeto como esse que defendo muito: na semana passada eu estava num restaurante. Visivelmente, uma criança usava fraude com dor, porque devia estar assada, num lugar muito quente. A criança gritava e a mãe batia nela e a mandava calar a boca. Num primeiro momento, pensei em interferir. Num segundo momento, decidi interferir, porque esse é o meu papel.

Então, essa consciência precisa ser de todos nós, de todo o povo, deve ser uma luta de todos nós. Mas como conseguir isso? Aí entra - eu acho - o papel mais importante, das campanhas pela mudança de comportamento. Costuma-se dizer que a lei não muda uma cultura arraigada. Mas ela vai, com certeza, pautar essa mudança, vai alertar a sociedade para a necessidade dessa mudança.



Temos aqui uma audiência pública chamada *Fatos e Versões*, a última audiência antes da apresentação do relatório, em que foi exposta, durante todos esses meses, as visões de especialistas, em que foi feita a discussão com o Governo Federal, com os Conselhos; o debate foi feito de forma intensa, com a colaboração, inclusive, da imprensa, que começa a mostrar a importância do projeto, começa a desfazer a ideia da "lei da palmadinha", começa a mostrar que a lei será a garantia de a criança e o adolescente serem educados e tratados sem o uso do castigo corporal cruel ou degradante, e a importância de que isso não fique voltado só para a família, mas que atinja os centros de internações e todo e qualquer adulto que cuide de uma criança. Isso passa pelo professor, por qualquer adulto com o direito de educar uma criança ou um adolescente.

Todos os pontos colocados aqui estão sendo realmente muito trabalhados dentro do projeto para que a lei, assim que for aprovada, seja implementada e, o mais importante, seja obedecida. Esse é o nosso maior desafio.

Eu gostaria de dizer que também estou muito satisfeita com a quantidade de debate que nós estamos fazendo por todo o País. Nós já fizemos um debate no Rio de Janeiro. Na quinta-feira iremos a Goiânia. Em seguida iremos a São Paulo, Campinas, discutir na UNICAMP, o que é muito importante, por se tratar de uma universidade de medicina, que poderá contribuir muito para o debate. Em seguida iremos a Salvador, Bahia, e depois ao Espírito Santo.

Enfim, entendo que estamos cumprindo o papel de disseminar no País a discussão de um assunto tão sério - a proteção das nossas crianças e dos nossos adolescentes - para podermos construir uma geração com mais paz, com mais autoestima. Não tenho dúvida de que quando uma criança é agredida, humilhada, a primeira consequência é a baixa autoestima quando ela se torna adulta. Não tenho dúvida disso.

Agradeço mais uma vez pela participação de hoje. Foi um momento muito importante. Pena que estamos com essa correria de votação. Agora mesmo já estamos em votação nominal no plenário. Mas agradeço muito pela participação dos meninos, das meninas, dos jovens, do Renato. Agradeço pela parceria da Deputada Erika Kokay, Presidente da Comissão, para essa mudança que acredito muito necessária para o País.

Obrigada.

(*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputado Erika Kokay) - Obrigada, Deputada Teresa Surita.

Registro a presença da Deputada Carmen Zanotto, do PPS de Santa Catarina.

A primeira audiência que fizemos foi para ouvir os Conselhos - Conselho de Justiça, Conselho de Saúde, Conselho de Assistência Social, Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente. Depois ouvimos a sociedade civil. Fizemos



uma terceira audiência para ouvir especialistas. Depois ouvimos o Governo sobre suas mais variadas políticas, que dialogam com a legislação, até porque a lei fala da necessidade de termos políticas públicas que assegurem o direito de crianças e adolescentes viverem sem castigos físicos.

Hoje estamos ouvindo as crianças e os adolescentes, ouvindo o depoimento absolutamente comovente e pedagógico, eu diria, do Renato.

Vamos fazer ainda quatro audiências públicas. Como eu já disse, fizemos uma audiência no Rio de Janeiro, vamos a Goiás na quinta, a São Paulo, Campinas, na sexta, à Bahia, Salvador, na segunda, e ao Espírito Santo - esta ainda não está agendada.

Estamos com a perspectiva de no próximo dia 6 de dezembro começar a discutir e votar o relatório. Nossa próxima reunião deverá ser no próximo dia 6, quando esperamos discutir e votar o relatório.

Passo a palavra à Professora Dorinha pelo prazo regimental de 5 minutos. Em seguida fará uso da palavra a Deputada Liliam Sá, 1ª Vice-Presidenta desta Comissão; depois eu vou passar a palavra para Renato, e depois para Érica, que representará o conjunto dos adolescentes que aqui estiveram contribuindo para que nós pudéssemos aprimorar a construção desse relatório.

Então, tem a palavra a Professora Dorinha.

**A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE** - Boa tarde a todos. Quero cumprimentar a nossa Presidente e dizer também que nós vimos percebendo, na atuação da nossa Relatora Deputada Teresa Surita, o desejo de realmente produzir um relatório que vá além de um documento formal; por isso a peregrinação nos diferentes Ministérios, com um diálogo muito aberto.

Cumprimento esta Mesa, com tanta gente bonita, com crianças, com adolescentes, com representação. Acho que o depoimento - infelizmente só ouvi parte dele - de Renato é um grito que mostra que infelizmente muitas vozes estão caladas na nossa sociedade, muitas sequer são ouvidas, e as pessoas acabam, em muitos casos, não conseguindo superar e reproduzindo a violência que sofreram.

Na verdade, Presidente, eu acho extremamente importante que consigamos penetrar um pouco no mundo da formação, da universidade e da educação, na questão do conceito do que é criança. Eu acho que, em grande parte, o exemplo que a Deputada Teresa Surita citou, do episódio que ela presenciou num restaurante, reforça, na minha visão, a noção que nós temos da criança: aquele ser que não é, que ainda pretende ser. É muito comum ouvirmos um adulto dizer: "é um projeto de gente", "fulano ainda vai ser gente" - como se essa condição de criança, com essa noção de infância, permitisse que esse ser que é dependente, que "ainda não é", não tenha, portanto, os seus direitos assegurados, a sua condição como sujeito de direitos, como ser humano. Essa é a noção que se tem do que é a criança, e muitas vezes as próprias instituições formadoras de





conhecimento, geradoras de costumes, de cultura no nosso País mostram isso. E não só no nosso País. Na verdade, no mundo, a noção que temos ainda, na ordem familiar, do que é a criança, da sua relação de dependência, do olhá-la como objeto, vai além inclusive do modo como a própria família é conduzida. Então, acho que isso é importante.

Não é menos importante essa questão do conhecimento, porque nós estamos sempre falando da educação como espaço de conscientização, do professor, do seu papel na notificação, na observação da violência, mas, bem antes disso, é o modo como a criança é enxergada, inclusive pelo professor, como a criança é enxergada por quem forma, é isso, é o modo como a sociedade enxerga a criança, aquela pessoa que ainda não é pessoa, que não tem direito, não tem acesso aos direitos, que muitas vezes nos leva a esse comportamento, como a Deputada mostrou.

Quanto de nós têm coragem de intervir numa relação de um pai com seu filho? Eu vi também uma cena dessas dentro de um *shopping*: numa escada rolante uma mãe estapeava com muita força o rosto do seu filho, uma criança de 7 ou 8 anos. Até onde nós temos coragem de intervir? Porque nós estamos entrando no espaço privado, no espaço da família, no espaço interno.

Na verdade, acho que esse é o grande salto que este trabalho pode provocar: uma mudança de olhar, de cultura, de concepção do que é o ser criança. Quero dizer da importância de nós não esquecermos esse lado de formação, de conhecimento e de percepção, principalmente, da noção que nós temos dentro da nossa sociedade do papel, do que é uma criança, de até onde vai o ser humano e essa ideia de ser humano em miniatura, ou que ainda não está formado.

Muito obrigada.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Professora Dorinha. O projeto prevê isso, inclusive a capacitação dos profissionais. Nós já estivemos com o Ministro da Educação, estivemos com a Ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, estivemos também com o Ministro da Saúde, exatamente para que os programas que já existem possam ter o recorte de enfrentamento da violência contra a criança e o adolescente.

Eu passo a palavra, para que possa utilizá-la pelo prazo regimental de 5 minutos, à nossa 1ª Vice-Presidenta, a Deputada Liliam Sá, que foi inclusive autora do requerimento da audiência pública, ou do encontro, do seminário que fizemos no Rio de Janeiro, onde também ouvimos Renata.

**A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ** - Boa tarde a todos. Quero parabenizar mais uma vez esta Comissão, a nossa Presidenta pela direção que tem tomado e a nossa Relatora pela condução deste trabalho tão importante para a sociedade.

Eu fiquei ouvindo essas adolescentes falarem, esses adolescentes, porque há meninos também, e quando Layane fala, ela fala pelo Pará, por todas as crianças do Pará, de todo o Estado do Pará; quando Mateus e Raimundo falam, eles falam



pelo Ceará; quando Renata e Danuza falam, elas falam pelo Rio de Janeiro, pela nossa cidade, pelo nosso Estado; então, há o clamor das crianças do Brasil por essa lei, para que elas sejam respeitadas.

Eu estava ouvindo atentamente o depoimento de Renato, e fiquei com os olhos cheios de lágrimas, porque eu sei o que é isso. É muito duro para você. Hoje em dia você fala com naturalidade, mas na época eu sei que você diversas vezes pensou: "Ah, eu quero morrer, porque isso não é para mim". E senti ódio, senti raiva, senti humilhação, e senti-se sozinho, e é assim que as crianças se sentem: sozinhas.

E eu ouvi atentamente a fala de Érica. Ela disse: "A violência gera violência; por que só acontece isso conosco?" Por que isso só acontece com crianças e adolescentes? Essa é uma indagação que nós temos de fazer. Por quê? Porque vocês são mais frágeis, porque vocês não reagem. E é uma covardia! É uma covardia, porque um adulto, como alguém disse, eu não me lembro bem quem, quando apanha de outro adulto, ele tem o direito de ir à delegacia, de revidar, mas e quando é uma criança que apanha?

Então, é complicado para nós ouvirmos essas crianças. Renata disse que o *bullying* começa dentro de casa, e ela está certa. É lá mesmo, é lá, com aquela humilhação, o pai e a mãe dizendo que você não serve para nada, que você não presta para nada, que você é gordo, que você é isso, que você é aquilo. Isso causa revolta, e a criança acaba indo para a escola e refletindo aquilo que ela recebeu como educação.

E o que me estranhou mais na fala de Renato, e eu tenho chamado a atenção até dos nossos pares, é o fato de que cada vez mais bebês estão sendo vítimas de violência. Aqui em Brasília mesmo, no dia 11 deste mês, uma criança de 3 meses foi vítima de violência, de maus-tratos. Então, ele disse que com 8 meses ele já apanhava. Um bebê não fala, não anda, e não entende nada. Uma criança já entende que está apanhando, ela sabe que fez alguma coisa feia e está apanhando, mas também não entende por que está apanhando, e isso causa revolta.

Então, é dever de todos nós alertar a sociedade quanto ao caso que ele citou, de quando ele chegava aos hospitais. E nós até debatemos isso em uma outra audiência, Deputada Erika Kokay. As crianças vão para o hospital de madrugada - eu até alertei, eu disse isto naquela audiência no Rio de Janeiro - e dizem que sofreram uma queda. Quantas crianças que eu fui entrevistar caíram da laje! E eu perguntei até: "Caiu todo o mundo junto, da laje?" E ele está dizendo que protegia a mãe. Quantas crianças não protegem a mãe? Agora, quando a criança chega perto de um especialista, de um médico que vai examiná-la, ela reage. Então, se ela reage dessa forma, você já pode saber que essa criança foi vítima de maus-tratos, que aquilo não foi uma queda. Ela reage dessa forma porque está com medo, está intimidada. Então, eu estou muito feliz com este debate, porque nós estamos trazendo essa consciência, mudando o pensamento da sociedade em relação às nossas crianças e adolescentes.



Quero parabenizar a todos, a todos vocês da Rede Não Bata, Eduque, que tem sido essa parceira, que tem estado aqui conosco com o seu trabalho. É isso mesmo, vocês têm de dar palestras nas escolas para os pais. Não é para os adolescentes e para as crianças que estão apanhando. Vocês têm de fazer isso, sim! As escolas é que teriam de fazer a reunião com os pais, e colocar os adolescentes e as crianças para falarem.

E uma outra denúncia é o que acontece com os professores, a falta de respeito, quando vocês pedem aqui participação, confiança e responsabilidade. Não é isso? E vocês falam das salas quentes, com cadeiras de plástico, com banheiros imundos. Isso também é uma falta de respeito com as nossas crianças, e é uma questão a ser revista pela Comissão, e até pela Frente Parlamentar, depois desta Comissão.

Então, eu só quero parabenizá-los e desejar-lhes sucesso nessa carreira que vocês estão enfrentando. Daqui a pouco vou ver vocês todos formados, lutando pelos direitos da criança e do adolescente, de repente juízes ou juízas da Vara da Infância e Adolescência. Deus abençoe a todos.

Obrigada.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Deputada Liliam Sá. Vou passar a palavra para Renato, mas antes disso vamos ouvir Érica, que vai falar em nome de todos os adolescentes, segundo combinação deles mesmos (*risos*).

**A SRA. ÉRICA TAMIRES CARNEIRO MORAES** - Bom, gente, boa tarde para os que acabaram de chegar. Como a gente já disse tudo que tinha para dizer, para não ficar uma coisa muito repetitiva, quero que fique isto, com ênfase, em cada pensamento, para que vocês reflitam: como dizem, as crianças e os adolescentes são o futuro, o amanhã; e o hoje? O que vai acontecer com o hoje? Se a gente não consertar o hoje, o que é que vai ser do amanhã? (*Palmas*.)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - As coisas também não são estanques, não é? O amanhã é a continuidade do hoje, não é verdade? A vida é dialética.

Eu vou passar a palavra para Renato, para que ele possa fazer suas considerações. Mais uma vez, Renato, agradeço-lhe muito seu depoimento. A sua dor é um ensinamento e leva a uma reflexão muito profunda. Quero agradecer muito a sua presença nesta audiência pública. Você tem a palavra, Renato.

**O SR. RENATO MELLO MARTINS** - Obrigado. Uma coisa interessante que a Deputada Liliam Sá comentou é o fato de a criança defender a mãe. A criança defende a mãe não porque quer defender, não; ela defende por medo. Outra coisa interessante: a criança tem uma visão; se a mãe fez aquilo com ela, ela não espera outra coisa do pessoal lá fora. Ela acha que vai sofrer na mão de qualquer um. Então, a criança cria um mundo que - perdoem-me por usar este termo -



pode até virar um mundo doentio. A criança cria este mundo: "eu prefiro sofrer com a minha mãe do que sair, porque eu não sei o que me espera". Ou a criança defende a mãe por ameaça. No meu caso, a minha genitora dizia: "Se você falar, você vai apanhar". Então, como eu criei um mundo em que eu via que as pessoas de fora não tomavam nenhuma atitude, eu achava que ela estava certa. "Eu vou falar e vou voltar, e se eu voltar vou apanhar; então, é melhor eu concordar com ela". Então, isso acontece.

E uma coisa muito interessante: eu aprendi com o meu genitor, e aprendi muito, sobre omissão, não só dele, mas da escola onde eu estava, dos hospitais. Eu aprendi o que é omissão, o que é você encontrar uma criança nessa situação e dizer: o problema não é meu. Muitas vezes a gente não entra na causa da criança e do adolescente que estão sofrendo violência porque a gente pensa que o problema não é nosso, mas, gente, o problema da criança é um problema nosso! O problema da criança tem de ser um problema nosso!

O que eu quero é que cada um que esteve aqui hoje se conscientize, para que realmente essa lei que está sendo implantada, essa lei do não à violência contra a criança e o adolescente, possa valer a pena. Eu tenho certeza, posso dizer isto a vocês, de que há vários Renatos ainda sofrendo hoje. Não é um caso só. Este Renato superou; e os outros? E os outros que estão sofrendo? E os outros? Enquanto estamos aqui, há outros gritando por socorro, e nós somos o socorro. Eu posso garantir que essa lei é o socorro deles. É o grito de socorro.

Eu espero que valha a pena o trabalho que está sendo feito. Eu espero que valha a pena o trabalho de Teresa, da Deputada Teresa, e que realmente nós possamos levar essa lei adiante. E eu espero contar com a ajuda do povo.

É isso. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Eu agradeço muito a Renato sua fala, e nós vamos proceder da seguinte forma: nós estamos vencendo, com esta audiência política, as reuniões temáticas sobre os diversos olhares; nós tínhamos pensado inicialmente em fazermos a discussão do parecer no próximo dia 6, mas nós vamos antecipar para o dia 29. Na próxima semana já vamos fazer a discussão. A Deputada Teresa Surita já apresentará o relatório e nós vamos, então, fazer a discussão e a apreciação do relatório e do parecer da Deputada Teresa no próximo dia 29. Ela já tem elementos. Acho que esta Comissão trabalhou bastante, e trabalhou sobre os diversos olhares, os diversos aspectos, houve muitas sugestões, que foram apresentadas tanto pelo Governo quanto pelos especialistas e pelos adolescentes, e nós precisamos fazer com que essa discussão, na profundidade em que ela ocorreu, possa concretizar-se numa proposta de relatório.

Então, nós estamos marcando já para a próxima semana, a próxima terça-feira, dia 29, às 14h30min, com o plenário ainda a ser decidido, a discussão do parecer da Relatora e as deliberações acerca dele.

Nós tivemos hoje um debate extremamente rico, que nos possibilitou entender de



forma mais profunda a importância dessa lei. Eu não vou esquecer a fala de uma mãe, na Bahia, que, numa discussão sobre um tema em que nós estávamos trabalhando, pediu ajuda: "A quem eu recorro para poder parar de espancar a minha filha, que tem 4 anos?" Eu digo isso porque essa não é uma lei que agride a família, nem o poder da família. Essa lei dá condições para que a família desenvolva sentimentos mais estruturantes e mais afetivos, para que a família possa transbordar e vivenciar com profundidade a sua existência, a sua essência, a sua gênese. Essa é uma lei que defende a família. Essa é uma lei que não pretende ensinar quem quer que seja a educar seus meninos e meninas, mas apenas assegurar um direito, e que desconstrói de forma muito concreta uma relação que se criou entre educação e castigos corporais ou violência - violência física e violência psíquica, violência que deixa marca na pele e violência que deixa marca na alma.

Portanto, é preciso que nós deixemos claro que essa não é uma discussão que enfrenta a família. A lei não fala apenas das relações familiares. Ela fala de todas as relações de educação e de cuidado. E aqui foi bem lembrado que há necessidade de que nós tenhamos também o direito assegurado nas unidades de internação, para que não haja a naturalização do castigo, para que não haja a naturalização da violência nas unidades de internação de cumprimento de medidas socioeducativas. E não só nelas, mas também nas entidades que cuidam e educam. Nós estamos falando de escola, nós estamos falando de abrigo, nós estamos falando de instituições socioeducativas, nós estamos falando de uma gama imensa de instituições, inclusive da própria família.

Nós já obtivemos um avanço importante neste País com a Lei Maria da Penha, que estabelece o direito da mulher à vida sem violência dentro de casa, e portanto nós queremos afirmar esse direito em todos os espaços, para que possamos fazer com que as crianças realmente sejam encaradas como seres humanos. Essa não é a lei da palmada. Nós ouvimos aqui o caso de Renato e tantos outros, e da mãe baiana, que disse: "O que eu faço para parar de espancar a minha filha? E muitas vezes, pelo sentimento de culpa que acomete os próprios pais e pela perspectiva de naturalização dessa prática, essa relação chega a ter uma semelhança muito grande com a própria tortura, e a tortura despersonaliza. Nós não podemos acreditar que o medo seja um instrumento de construção de qualquer sentimento, de qualquer cidadania. O medo embota e anula qualquer perspectiva de uma construção cidadã, de uma educação em que as pessoas se façam inteiras para poderem transformar a realidade, ou potencializar a realidade, de acordo com a dureza ou com a beleza dessa realidade.

O exercício da condição humana, que é o exercício de sujeito, quando nós falamos de castigo corporal, ou de palmada que seja, de puxar a orelha, é um pouco o que foi dito aqui por Érica. Nós não podemos deixar para a ótica do adulto a análise do que é um castigo físico moderado ou não moderado. A palavra tem de ser a da criança, sobre o que ela sente, sobre o impacto que isso tem na sua própria construção, no seu próprio olhar para si mesma como uma pessoa com direitos.

Portanto, nós estamos falando de darmos à criança e ao adolescente uma





legislação - que não estabelece punições; esse é um mito que precisa ser desconstruído. O outro é o de que nós estamos querendo que não haja limites na educação. Educação faz-se com limites. Mas limite não significa violência ou castigos corporais, tratamento cruel e degradante. E ainda um outro mito é o de que essa lei enfrenta a família, o que não é verdade. Ela dá suporte à família. Inclusive ela mostra e clarifica a responsabilidade do Estado, para que tenhamos não só a formação dos profissionais como o apoio às próprias famílias. Portanto, nós precisamos desconstruir esses mitos.

E mais um mito precisa ser desconstruído: o de que a lei endurece o processo de penalização para o castigo corporal e a violência. Isso também não é verdadeiro, porque a lei só remete a responsabilizações que já estão previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente e no próprio Código Penal Brasileiro. Portanto, nós não estamos criando uma nova responsabilização. Nesse sentido ela diferencia-se inclusive da própria Lei Maria da Penha, que cria um outro tipo de penalização para a violência contra a mulher.

Portanto, é preciso que desmitifiquemos todas essas construções, que foram construções feitas a partir do conceito da inexistência de criança e adolescente como sujeitos de direitos, ou, como dizia a Professora Dorinha, dos que ainda vão ser e ainda não são. São! Crianças existem, são sujeitos de direitos, a nossa legislação já consagra isso, e têm de ser tratadas como tal.

Por isso, encerro esta reunião de audiência pública agradecendo imensamente a Renato Mello Martins. Sua experiência não é mais só a sua experiência. Ela passou a ser experiência de todas e todos nós, e faz com que nós hasteemos a bandeira de que as crianças e os adolescentes têm de ser respeitados como pessoas e têm o direito de viver sem qualquer tipo de violência.

Agradeço muito a Danuza, que coordenou as atividades aqui, Érica Tamires, Layane da Conceição, Lucas Mateus Saraiva, Raimundo Airton, dois meninos que são cearenses como eu. É um prazer ter conterrâneos aqui. Nós tivemos essa sorte de nascer no Ceará. E agradeço imensamente a Renata, que já esteve conosco na audiência pública do Rio de Janeiro.

Agradeço às Deputadas que aqui estiveram, em particular a Deputada Teresa Surita, que tem trabalhado com muita maestria para que nós tenhamos o relatório e possamos dar cabo da função precípua desta Comissão, que é a de apresentar para a sociedade uma legislação que mude a cultura, que assegure direitos e que possa estabelecer um marco legal, para que as pessoas possam sentir que o que diz respeito às crianças é, como diz o Estatuto, responsabilidade não só da família como do Estado e da própria sociedade.

Com essas palavras vou encerrar, convocando mais uma vez reunião para o próximo dia 29, às 14h30min, em plenário a ser decidido, com o objetivo de apreciarmos o parecer e já tomarmos as deliberações acerca dele. Então, é com esse objetivo, o de discutirmos o parecer, que nós convocamos reunião para o dia 29. Convocamos ainda - ou lembramos ainda - quem se inscreveu para estar presente, porque teremos na próxima quinta-feira o seminário em Goiás, na



próxima sexta-feira na UNICAMP, em Campinas, e na próxima segunda-feira na Bahia, em Salvador. A reunião no Espírito Santo será posteriormente informada, para que as Sras. e os Srs. Parlamentares interessados possam inscrever-se para participar.

Portanto, mais uma vez agradecendo a todas e todos, declaro encerrada a presente audiência pública. *(Palmas.)*

---

Documento 11/12

---

2139/11  
PLENÁRIO PRINCIPAL - CD

Sessão  
REUNIÃO ORDINÁRIA

13/12/2011  
15:42

---

### *Sumário*

Discussão e votação do parecer da Relatora.

---

## DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

### NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

#### TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO ESPECIAL - PL 7672/10 - EDUCAÇÃO SEM USO CASTIGOS

CORPORAL: EVENTO: Reunião Deliberativa. Nº: 2139/11 DATA: 13/12/2011 INÍCIO:

15h42min TÉRMINO: 15h46min DURAÇÃO: 00h04min TEMPO DE GRAVAÇÃO: PÁGINAS:  
1 QUARTOS: 1

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO



**SUMÁRIO: Discussão e votação do parecer da Relatora.**

**OBSERVAÇÕES**

**A reunião foi encerrada por falta de quorum.**

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Nós tínhamos prevista para hoje a reunião para discussão e deliberação do parecer ao Projeto de Lei nº 7.672, de 2010, que altera a Lei nº 8.069, de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, estabelecendo o direito de a criança e de o adolescente serem educados e cuidados sem uso de castigos corporais ou de tratamento cruel ou degradante.

Como houve modificações no parecer da Relatora, e há solicitação de alguns Parlamentares para que tenhamos mais tempo para analisar as modificações que foram colocadas e que deram corpo ao substitutivo apresentado a esta Comissão pela Relatora, Deputada Teresa Surita, e tendo em vista que ainda não atingimos o *quorum* regimental, estamos cancelando a reunião de hoje. Assim, teremos maior tempo para que possamos estabelecer as discussões necessárias acerca das modificações que foram apostas e para que posamos assegurar uma discussão, atendendo ao apelo de alguns Parlamentares e de algumas Parlamentares para que discutamos mais o substitutivo aqui apresentado.

Em função disso, estamos cancelando a reunião de hoje e a estamos remarcando para o dia de amanhã, às 14h30min, em plenário a ser definido.

Agradecendo a presença de todas e de todos, cancelamos a atual reunião, por ausência de *quorum* e a pedido de alguns Parlamentares, e a estamos remarcando para amanhã, às 14h30min, em plenário a ser deliberado e informado oportunamente.

---

Documento 12/12

---

2187/11  
PLENÁRIO PRINCIPAL - CD

Sessão  
REUNIÃO ORDINÁRIA

14/12/2011  
15:15

---

***Sumário***

**Discussão e votação do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 7.672, de 2010, Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos corporais ou de tratamento cruel ou**



degradante.

---

**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO**

**NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES**

**TEXTO COM REDAÇÃO FINAL**

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

COMISSÃO ESPECIAL - PL 7672/10 - EDUCAÇÃO SEM USO CASTIGOS  
CORPORAL  
EVENTO: Reunião Ordinária Nº: 2187/11 DATA: 14/12/2011 INÍCIO:  
15h15min TÉRMINO: 17h12min DURAÇÃO: 01h57min TEMPO DE GRAVAÇÃO:  
01h57min PÁGINAS: 40 QUARTOS: 24

**DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO**

**SUMÁRIO:** Discussão e votação do substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 7.672, de 2010.

**OBSERVAÇÕES**

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis. Há orador não identificado em breve intervenção.



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Desejo a todos boa tarde.

Estamos aqui no dia de hoje, nesta Comissão Especial, que tem por objetivo apresentar, discutir e votar o substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 7.672, de 2010.

Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª reunião ordinária da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 7.672, de 2010, do Poder Executivo, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e estabelece o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem uso de castigos corporais ou de tratamento cruel e degradante.

Encontram-se sobre as bancadas cópia da ata da 9ª reunião. Pergunto às Sras. e aos Srs. Parlamentares se há necessidade da leitura da referida ata.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA** - Pedimos a dispensa da leitura, Sra. Presidenta.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Dispensada a leitura da ata, a pedido do Deputado Eduardo Barbosa.

Em discussão a ata. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Esta reunião ordinária foi convocada para discussão e votação do parecer da Relatora, Deputada Teresa Surita, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 7.672, de 2010, e da Emenda nº 1, de 2011, apresentada na Comissão, na forma do substitutivo.

Peço a atenção dos senhores para os procedimentos que adotaremos nesta reunião. As Deputadas e os Deputados interessados em discutir a matéria deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria.

Cada membro da Comissão e Líder inscrito terá o prazo de 10 minutos para discutir a matéria.

Concederemos a palavra segundo a ordem de inscrição. Se houver divergências de opinião, alternaremos as opiniões favoráveis e contrárias.





Procederemos da seguinte forma: o parecer será lido pela Relatora, e após a leitura, abriremos as inscrições para os Deputados e as Deputadas que queiram fazer uso da palavra. Portanto, peço que se inscrevam previamente.

Colocamos neste momento o parecer em discussão.

Concedo a palavra à Relatora, para que apresente o seu voto.

Antes, gostaria apenas de dizer que nós estamos muito felizes de estar aqui no dia de hoje, porque fomos os responsáveis pelo processo de elaboração de um marco legal que é fundamental para a história deste País.

A apreciação desse parecer se dá após várias audiências públicas. Foram ouvidos a sociedade civil, o Estado, o Governo, os Conselhos, os especialistas, as crianças, os adolescentes. Fizemos audiências também em outros locais, fora do Distrito Federal, e tivemos um acúmulo de discussão que, com certeza, será refletido no parecer a ser apresentado pela Deputada Teresa Surita.

Passo a palavra à Deputada Teresa Surita para que proceda à leitura do seu parecer.

**A SRA. DEPUTADA TERESA SURITA** - Boa tarde, Sra. Presidente, Sra. Vice-Presidente, Srs. Deputados.

Procederei à leitura do meu voto. Em seguida, passaremos à discussão, como foi dito pela Presidente. Estou aberta para qualquer informação ou qualquer questionamento que julgarem necessário.

O Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional, em julho de 2010, o Projeto de Lei nº 7.672, que estabelece o direito de crianças e adolescentes serem educados e cuidados sem o uso de qualquer tipo de violência, atendendo a compromisso de adequar sua legislação a uma resolução das Organização das Nações Unidas - ONU.

O texto do Projeto de Lei nº 7.672, de 2010, foi elaborado a partir da disposição contida no art. 19 da Convenção dos Direitos das Crianças, da Organização das Nações Unidas, de que os Estados Partes tomarão todas as medidas, inclusive legislativas, para proteger as crianças de todas as formas de violência física ou mental, abuso ou tratamento negligente, maus-tratos ou exploração, inclusive sexual, praticada por pais, responsáveis ou qualquer outra pessoa encarregada de seu cuidado e educação. Na condição de signatário da referida Convenção, o Brasil deve promover a aprovação de uma lei que garanta esse direito a suas crianças e adolescentes.

A iniciativa da ONU lastreou-se em pesquisas médicas e estudos acadêmicos realizados em diversos países, por especialistas em clínica médica, traumatologia, pediatria, psicologia e neurologia, segundo os quais submeter crianças e adolescentes a tratamento cruel ou degradante compromete sua integridade como ser humano, na medida em que gera traumas, compromete o



desenvolvimento da pessoa e pode resultar em óbito.

Como destacado em uma das audiências públicas, a lei, por si só, não tem o condão de mudar uma cultura arraigada na sociedade, mas constitui instrumento valioso para que a mudança se inicie. Ao assegurar o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos corporais ou de tratamento cruel ou degradante, o PL nº 7.672, de 2010, além de cumprir o compromisso internacional assumido por nosso País, ratifica o comando constitucional de prioridade absoluta da criança e do adolescente, ínsita no art. 227 da Lei Maior, bem como reforça sua condição de sujeitos de direitos.

Considerando nossa intenção de assegurar a clareza e a exequibilidade da lei que vier a ser aprovada, propomos o aperfeiçoamento do texto original do PL nº 7.672, de 2010, por meio de alterações e acréscimos de alguns dispositivos, que, na nossa visão, contribuirão para garantir, de forma inequívoca, o direito das crianças e adolescentes de serem educados e cuidados sem o uso de punições físicas e psicológicas.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA** - Sra. Relatora...

**A SRA. DEPUTADA TERESA SURITA** - Pois não.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA** - Nós estamos acompanhando a leitura, mas estamos um pouco perdidos. A senhora está com outro texto?

**A SRA. DEPUTADA TERESA SURITA** - Eu estou com um texto mais reduzido.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA** - Tudo bem.

**A SRA. DEPUTADA TERESA SURITA** - Como o texto é muito longo, estou com um texto mais reduzido. Acredito que dessa forma demoraria menos tempo, e, por isso, reduzi o texto na parte em que considero fundamental para o parecer.

Continuando, importa registrar que as exposições e debates ocorridos nas audiências públicas, as reuniões com atores comprometidos na erradicação do uso da violência contra crianças e adolescentes e na promoção de uma cultura de paz, os estudos e pesquisas sobre o tema, a interlocução com especialistas, a participação popular e o diálogo com os colegas parlamentares constituíram espaços privilegiados de reflexão e apoio às modificações ora propostas.

Inicialmente, propomos a renumeração dos art. 17- A e 17-B, que passam a vigorar como arts. 18-A e 18-B, respectivamente, tendo em vista o teor do art. 18 da Lei nº 8.069, de 1990, que guarda estreita consonância com o objeto do PL nº 7.672, de 2010, porquanto faz referência explícita ao "*dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.*"

Ademais, em atenção às disposições do inciso I do art. 11 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a obtenção de clareza nos



textos legais e adotando sugestões surgidas durante a discussão do projeto de lei, optamos por adotar a expressão "castigo físico" em vez de "castigo corporal"; optamos por alterar a ordem das orações que compõem o *caput* do art. 17 a do texto original doravante representado pelo art. 18-A; também optamos por trocar o termo "vigiar" pelo termo "proteger", que melhor se coaduna à doutrina da proteção integral de que trata a Lei nº 8.069, de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. No inciso I do parágrafo único acrescentamos a expressão "ou forma cruel de tratamento" à definição de tratamento cruel ou degradante.

Não raro, os meios de comunicação noticiam as condições desumanas em que se encontram adolescentes em cumprimento de medidas de internação por prática de ato infracional. Além de estarem confinados em espaços superlotados e em condições de higiene precárias, muitas vezes são sistematicamente submetidos a agressões físicas, humilhações e tratamentos cruéis ou degradantes por quem tem o dever legal de protegê-los, cuidá-los e respeitá-los. Amparados pelos muros da instituição e pela aceitação social da violência física e psicológica como método de punição e disciplina, esses agentes públicos se dão o direito de punir duplamente quem se encontra em cumprimento de medida de exceção, caracterizando inequívoca violação dos direitos humanos dessas pessoas em condição peculiar de desenvolvimento.

Considerando a recorrência dessa prática, julgamos pertinente incluir de forma explícita, entre aqueles que têm o dever de educar e de cuidar de crianças e adolescentes sem o uso de castigo físico, tratamento cruel ou degradante, os "agentes públicos responsáveis pela execução de medidas socioeducativas" para garantir que os adolescentes que praticam ato infracional tenham seu direito plenamente respeitado.

O art. 17-B do texto original do PL 7.672, de 2010, que doravante passará a vigorar como art. 18-B, propõe aplicar as medidas previstas no art. 129 da Lei nº 8.069, de 1990, aos pais, responsáveis ou qualquer outra pessoa encarregada da educação e cuidado de crianças e adolescentes que utilizar castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como forma de correção, disciplina, educação ou a qualquer outro pretexto. Consideramos adequada a menção explícita do art. 18-B das medidas aplicáveis, ressaltando que isso ocorrerá "de acordo com a gravidade do caso". Além disso, ratifica-se a determinação de que a aplicação dessas medidas ficará a cargo do Conselho Tutelar, sem prejuízo de outras providências legais.

As medidas previstas nos termos do art. 18-B são o encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família; encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico; encaminhamento a cursos ou programas de orientação; obrigação de encaminhar a criança ou o adolescente a tratamento especializado; e advertência.

Nos países que já adotaram leis que proíbem o uso de castigos corporais humilhantes e degradantes na educação e no cuidado de crianças e adolescentes, um aspecto sem sido determinante para que a lei "funcione": a



realização de campanhas permanentes, com vistas à informação da população sobre o direito das crianças e dos adolescentes de serem educados sem o uso de violência física ou psicológica, sobre formas de resolução pacífica de conflitos e o aparelhamento do Estado para prestar o apoio aos pais e responsáveis para a mudança de comportamento.

Dessa forma, propomos ajustes na redação do inciso I do art. 70-A, para prever a promoção de campanhas informativas e educativas permanentes para a divulgação do direito das crianças e adolescentes de serem educados sem o uso de castigos físicos e tratamento humilhante ou degradante, bem como a divulgação dos instrumentos de proteção aos direitos humanos.

Tendo em vista que a temática tratada no inciso II do art. 70-A do PL nº 7.672, de 2010, já é objeto da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "*estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*", optou-se por transformar o referido dispositivo em artigo, com estrita observância ao disposto no art. 7º, inciso I e no art. 12, inciso II, da Lei Complementar nº 95, de 1998. Ademais, procedeu-se à alteração da redação original para adequá-la ao texto da referida Lei nº 9.394, de 1996, prevendo-se que os conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente serão incluídos nos currículos como temas transversais, tendo como diretriz a Lei nº 8.069, de 1990, além da previsão da produção e distribuição de material didático adequado. Dessa forma, as crianças e adolescentes terão conhecimento de seu direito e poderão contribuir na prevenção e reconhecimento de práticas violentas e contrárias aos seus direitos humanos.

Por sua vez, o inciso III do art. 70-A, reordenado para inciso II, sofreu alteração de redação em relação ao Conselho Tutelar e à previsão de integração com entidades da sociedade civil que atuam na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente. Registre-se que, na redação original, havia menção apenas a "entidades não governamentais", sem se estabelecer uma conexão mais direta com as organizações comprometidas com a causa da criança e do adolescente.

Com o intuito de apresentar um texto legal exequível, com previsão de utilização dos equipamentos já existentes nas políticas públicas, propomos, no inciso III do art. 70-A do Substitutivo, o desenvolvimento de ações de formação continuada e de capacitação dos profissionais de saúde, educação, assistência social e dos demais agentes que atuam na promoção proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente para o desenvolvimento das competências necessárias à prevenção, à identificação de evidências, ao diagnóstico e ao enfrentamento de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente.

Convém destacar que o Inciso V do texto original passou a vigorar como inciso IV do art. 70-A, sem alteração de conteúdo ou redação.

Incluímos a previsão de desenvolvimento de atividades, junto aos pais e responsáveis, com o objetivo de promover a informação, a reflexão, o debate e a orientação sobre alternativas ao uso de castigos corporais ou tratamento cruel ou



degradante no processo educativo, a serem desenvolvidas no âmbito das políticas públicas e ações relacionadas à promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes. Esse processo terá início na atenção pré-natal e deverá estar disponível para apoio contínuo às famílias.

Por seu turno, o trabalho articulado das políticas públicas que atuam na promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes demanda o planejamento conjunto de ações, de forma que a atenção seja dada não apenas à criança em situação de vulnerabilidade ou cujo direito esteja ameaçado ou violado, mas também à família que se encontra em situação de violência, de forma que as ações que vierem a ser implementadas possam alcançar a eficácia e efetividade pretendidas. Assim, sugerimos a promoção de espaços intersetoriais para a realização da articulação das políticas públicas, que contarão com a participação de profissionais de saúde, de assistência social, de educação e de órgãos de promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

No que tange à Emenda apresentada ao PL nº 7.672, de 2010, de autoria do Deputado Eduardo Barbosa, consideramos que a proposta se configura meritória e oportuna. Diversos estudos comprovam a maior vulnerabilidade das pessoas com deficiência à violência, em especial crianças e mulheres com deficiência. Como grupo social historicamente excluído, as pessoas com deficiência não raro sofrem castigos corporais ou agressões psicológicas que interferem diretamente em seu bem-estar físico, mental e emocional, seja no ambiente familiar ou até mesmo em instituições de abrigo. Registre-se que a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, que possui *status* constitucional, prevê a adoção de medidas legislativas específicas para coibir a violência e garantir os direitos humanos dessas pessoas.

Como destacado pelo autor da Emenda, a questão precisa ser objeto de campanhas, currículo escolar, formação dos profissionais da área da educação, assistência social e saúde, orientação e auxílio às famílias, entre outras ações. Destarte, para viabilizar esse apoio e a identificação de situações de maior vulnerabilidade, acatamos a referida emenda na forma de parágrafo único ao art. 70-A, com a previsão de que as famílias com crianças e adolescentes com deficiência tenham prioridade de atendimento nas ações e políticas públicas de prevenção e proteção.

Considerando a garantia explícita do direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos e psicológicos, vê-se a necessidade de alteração dos artigos 13 e 245 da Lei nº 8.069, de 1990, para adequá-los ao novo mandamento legal. Assim, no que se refere ao art. 13, não apenas os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar, mas também a suspeita ou confirmação de castigos corporais, tratamento cruel ou degradante deverão ser comunicados a esse órgão encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

Igualmente, o art. 245, que define como infração administrativa a não comunicação à autoridade competente, pelo médico, professor, assistente social,





ou qualquer funcionário da rede pública que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente, passa a prever também a comunicação de suspeita ou confirmação de castigos físicos, tratamento cruel ou degradante. Além disso, no rol dos que têm o dever de comunicar, incluímos "qualquer pessoa que exerça cargo, emprego ou função pública" e preferimos a referência mais abrangente a "profissionais de saúde" ao invés de apenas "médicos", de forma a ampliar a rede de proteção contra a prática de atos violentos contra a criança e o adolescente.

Fez-se necessária, ainda, a alteração da expressão "salários de referência", constante do texto da multa a ser aplicada no caso de descumprimento do art. 245, por "salário mínimo", para adequá-lo às disposições do art. 5º da Lei nº 7.789, de 3 de julho de 1989, que dispõe sobre o salário mínimo.

Como bem ressaltado no parecer da Deputada Jandira Feghali ao PL 7.872, de 2010, aprovado pela Comissão de Seguridade Social e Família, o Estatuto da Criança e do Adolescente já nasceu defasado no que tange à sistemática de aplicação de multas, haja vista que, desde 3 de julho de 1989, já não mais existia no Brasil o salário de referência. Além disso, a manutenção dessa expressão tem causado inclusive divergência judicial quando se faz necessária a aplicação da multa pela prática de infrações administrativas.

O art. 2º do texto original do PL 7.672, de 2010, prevê-se o acréscimo de dispositivo do art. 130 da Lei nº 8.069, de 1990, para dispor sobre a aplicação da medida cautelar de afastamento do agressor da moradia comum em caso de descumprimento reiterado das medidas impostas no art. 17-B do texto original, remunerado para 18-B.

Tendo em vista o caráter eminentemente pedagógico e preventivo do PL 7.672, de 2010, que tem como objetivo promover uma mudança cultural na sociedade brasileira em relação à utilização de castigos físicos, tratamento cruel, humilhações e outras formas como método de educação e disciplina de crianças e adolescentes, entendemos não ser adequada a previsão de afastamento dos pais ou responsáveis do convívio, na hipótese de descumprimento das medidas que visam, em última análise, contribuir para a melhoria da convivência intrafamiliar e apresentar alternativas à educação sem o uso de castigos físicos, tratamento cruel ou degradante.

Neste contexto, faz-se ainda mais necessária a presença do Estado junto à família, para que se possa realizar a conscientização dos prejuízos que o uso da força física e de medidas que causam humilhação e baixa estima geram ao bem-estar físico, mental e emocional de crianças e adolescentes.

Consoante destacado já no referido relatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, não se propõe que se punam ou penalizem os pais. Em vez disso, o objetivo é o de que os Estados, em cumprimento de sua obrigação de prevenir e de atuar com diligência devida, promovam o fortalecimento da família e das instituições familiares através da adoção de medidas que erradiquem o uso



da violência de qualquer índole no âmbito privado com as famílias e na escola.

Igualmente é preciso salientar que, no caso de maus-tratos, tanto o ECA quanto o Código Penal já preveem sanções à conduta do agressor, bem como medidas mais enérgicas para a prevenção da integridade física, mental e emocional da criança e do adolescente, aplicadas de acordo com a gravidade do caso.

Por fim, gostaríamos de reiterar que o substitutivo que ora apresentamos foi constituído passo a passo, levando em consideração as contribuições recebidas nas audiências públicas, nas explanações dos especialistas, nas experiências de organizações governamentais e não governamentais que trabalham na promoção dos direitos das crianças e adolescentes, no conhecimento extraído dos textos científicos, nos colóquios com a mídia, no debate parlamentar, nas contribuições populares que nos chegam por meio eletrônico ou são apresentadas em encontros presenciais, enfim, em todas as oportunidades que tivemos de debater com a sociedade a proposta de uma lei que, com certeza, será um instrumento essencial para que possamos transformar a cultura de violência que ainda vige em nosso País.

Encerrado em 8 de dezembro o prazo regimental de cinco sessões, não foram apresentadas emendas ao Substitutivo. Este Substitutivo é o coroamento de um processo longo e dedicado de afirmação dos direitos fundamentais de pessoas em condição peculiar de desenvolvimento.

Como Relatora do Projeto de Lei 7.672, de 2010, o qual o Poder Executivo teve a aguda sensibilidade de submeter à apreciação do Congresso Nacional, manifesto minha convicção de que o aperfeiçoamento que esta Casa procederá no Estatuto da Criança e do Adolescente permitirá, em curto, médio e longo prazos, que as crianças e os adolescentes de nosso País usufruam de uma existência mais digna, segura e, sob todos os aspectos, efetivamente cidadã.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres pares a este parecer e manifestamos o voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 7.672, de 2010, e, no mérito, somos favoráveis ao projeto e à emenda apresentada, na forma do Substitutivo em anexo.

Esse é o parecer, de forma resumida.

Vou fazer agora a leitura do substitutivo então apresentado como projeto.

*Substitutivo ao Projeto de Lei nº 7.672, de 2010.*

*"Altera a lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante".*

*O Congresso Nacional decreta:*



*Art. 1º A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:*

*Art. 18-A. A criança e o adolescente têm o direito de serem educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar, tratar, educar ou proteger.*

*Parágrafo único. Para os fins desta Lei, considera-se:*

*I - castigo físico: ação de natureza disciplinar ou punitiva com o uso da força física que resulte em sofrimento ou lesão à criança ou ao adolescente; (Palmas.)*

*II - tratamento cruel ou degradante: conduta ou forma cruel de tratamento que humilhe, ameace gravemente ou ridicularize a criança ou o adolescente.*

*Art. 18-B. Os pais, integrantes da família ampliada, responsáveis, agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou qualquer pessoa encarregada de cuidar, tratar, educar ou proteger crianças e adolescentes que utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto estarão sujeitos, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, às seguintes medidas que serão aplicadas de acordo com a gravidade do caso:*

*I - encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família;*

*II - encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico;*

*III - encaminhamento a cursos ou programas de orientação;*

*IV - obrigação de encaminhar a criança a tratamento especializado;*

*V - advertência.*

*Parágrafo único. As medidas previstas neste artigo serão aplicadas pelo Conselho Tutelar, sem prejuízo de outras providências legais.*

*Art. 70-A. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão atuar de forma articulada na elaboração de políticas públicas e execução de ações destinadas a coibir o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante e difundir formas não violentas de educação de crianças e adolescentes, tendo como principais ações:*

*I - a promoção de campanhas educativas permanentes para a divulgação do direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante e dos instrumentos de*



*proteção aos direitos humanos;*

*II - a integração com os órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, com o Conselho Tutelar, os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e as entidades não governamentais que atuam na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;*

*III - a formação continuada e a capacitação dos profissionais de saúde, educação, assistência social e dos demais agentes que atuam na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente para o desenvolvimento das competências necessárias à prevenção, à identificação de evidências, ao diagnóstico e ao enfrentamento de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente;*

*IV - o apoio e o incentivo às práticas de resolução pacífica de conflitos que envolvam violência contra a criança e o adolescente;*

*V - a inclusão nas políticas públicas de ações que visam garantir os direitos da criança e do adolescente, desde a atenção pré-natal, de atividades junto aos pais e responsáveis com o objetivo de promover a informação, a reflexão, o debate e a orientação sobre alternativas ao uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante no processo educativo;*

*VI - a promoção de espaços intersetoriais locais para a articulação de ações e elaboração de planos de atuação conjunta focados nas famílias em situação de violência, com participação de profissionais de saúde, de assistência social, de educação e de órgãos de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.*

*Parágrafo único. As famílias com crianças e adolescentes com deficiência terão prioridade de atendimento nas ações e políticas públicas de prevenção e proteção.*

*Art. 2º. Os arts. 13 e 245 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passam a vigorar com as seguintes alterações:*

*"Art. 13. Os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, tratamento cruel ou degradante e os de maus tratos contra crianças ou adolescentes serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem o prejuízo de outras providências legais.*

*Art. 245. Deixar o profissional da saúde, da assistência social, da educação ou qualquer pessoa que exerça cargo, emprego ou função pública, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento envolvendo suspeita ou confirmação de castigos físicos, tratamento cruel ou degradante ou maus tratos contra criança ou adolescente. Pena: multa de 3 a 20 salários mínimos, aplicando-se o dobro, em caso de reincidência;*

*Art. 3º: O art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as*



*diretrizes e bases da educação nacional passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:*

*§7º. Conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente serão incluídos como temas transversais nos currículos escolares de que trata o caput deste artigo, tendo como diretriz a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, observada a produção e distribuição de material didático adequado.*

*Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação."*

Gostaria de concluir, dizendo que este foi um trabalho que realmente buscou atender à reivindicação dos movimentos sociais, dos segmentos dentro do Congresso, ouvindo, como foi dito na apresentação do Substitutivo, os especialistas, atendendo à resolução da Organização das Nações Unidas, enfim, buscando realmente avançar e contribuir para uma cultura de paz no nosso País, que sem dúvida nenhuma começa na infância e na adolescência.

Gostaria de agradecer a participação de todos durante esse processo, agora que abrimos a discussão final para a votação, ressaltar o comprometimento da Deputada Erika Kokay durante todo o desenvolvimento dos trabalhos, não só de S.Exa., mas nós tivemos uma relação mais próxima, por ela ser a Presidente da Comissão, mas também dos Deputados que se fizeram presentes, do Deputado Eduardo Barbosa, em função da emenda apresentada, dos encontros que pudemos realizar em outros locais para a discussão deste assunto.

Não tenho dúvida de que essa lei vai avançar muito na questão da proteção e da condição de uma melhor qualidade de vida para as nossas crianças e adolescentes.

Era isso o que tinha a dizer. *(Palmas.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Deputada Teresa Surita. Nós temos aqui uma lista de pessoas inscritas - os Deputados Ronaldo Fonseca, Pastor Marco Feliciano, Eduardo Barbosa, Alice Portugal, Professora Dorinha, Liliam Sá, Carmen Zanotto e eu, Deputada Erika Kokay.

Vamos proceder ao seguinte encaminhamento, como aqui já foi falado anteriormente. Para os membros desta Comissão, vamos conceder um prazo máximo de 10 minutos. Para os que não são membros, um prazo máximo de cinco minutos. Vamos começar obedecendo à ordem, priorizando os membros, em um primeiro momento e, em seguida, os não membros, que terão um tempo diferenciado.

Passo a palavra, neste momento, ao Pastor Marco Feliciano, do PSC de São Paulo, e membro desta Comissão, para que apresente suas opiniões, pelo prazo máximo de 10 minutos.





**O SR. DEPUTADO PASTOR MARCO FELICIANO** - Sra. Presidente, Deputada Erika Kokay, parabéns pela linda Presidência desta Comissão. Agradeço mais uma vez à Deputada Teresa Surita, Relatora deste projeto, pela flexibilidade e pela atenção dispensada aos segmentos da Casa, e à Deputada Liliam Sá, nossa 1ª Vice-Presidente, que é amiga e irmã em todos os sentidos. Agradeço à Deputada Teresa Surita por ter parado para ouvir os segmentos da Casa.

Sra. Presidente, quero apenas elucidar que a preocupação da Frente Parlamentar Evangélica em momento algum quis vetar esse projeto de lei, até porque criança é criança, e criança precisa ser guardada, em todos os sentidos. Nossa preocupação foi exatamente pelo desserviço prestado pela mídia secular, que demonizou o projeto chamando-o de "lei da palmada". Todo pai, de vez em quando, dá uma palmadinha no filho.

Então, a pressão que sofremos da sociedade brasileira, visto que a Frente Parlamentar Evangélica lida com a família, foi muito grande. Nosso medo é que aconteça no Brasil...

Por favor, gostaria que V.Exa. peça silêncio ao pessoal aqui atrás, que está conversando bastante.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Peço que seja feito silêncio, para que possamos escutar a explanação do Deputado.

Devolvo a palavra ao Deputado Pastor Marco Feliciano.

**O SR. DEPUTADO PASTOR MARCO FELICIANO** - Muito obrigado, Sra. Presidente.

Nosso medo é que aconteça em nosso País, que é tão lindo e cheio de liberdade, o que aconteceu em alguns países, como na América do Norte e alguns do Oriente Médio, ao criar leis para proteger crianças que acabaram ferindo o direito dos pais na educação. Inclusive, Deputada Teresa Surita, citei um amigo dos Estados Unidos da América, no Estado da Geórgia, que é amigo e pastor, que, certo dia, chegou a casa e ouviu um barulho no quarto da filha de 14 anos, chamou-a e ela não atendeu. Desesperado, ele arrombou a porta e pegou a menina na cama com o namorado. O transtorno do pai ao ver tudo aquilo foi tão grande que a menina, na hora, pegou o telefone, discou 911, a Polícia veio e o pai está encarcerado até hoje.

Leis que "protegem", entre aspas, o adolescente e a criança, quando não são vistas e não passam pela discussão desta Casa, como está sendo feito, podem ferir o direito das demais pessoas.

Quero também deixar minha nota de repúdio à falta de consenso do Conselho Tutelar, que deveria trabalhar assiduamente para aquilo a que veio. Em reuniões com a Deputada, chegamos ao consenso de que o Conselho Tutelar é um órgão que deveria proteger e cuidar das nossas crianças. E, se fizesse seu papel, esse projeto de lei nem deveria ser apresentado. Mas, em função do descaso do



Conselho Tutelar, esse projeto está sendo apresentado, e muito bem elaborado.

Quero também agradecer à Deputada Teresa Surita pela compreensão na hora da construção de um texto melhor que dá proteção à família e aos entendimentos de toda a Frente Parlamentar.

Ainda tenho comigo um pouco de medo, que não será problema para nós porque o projeto está bonito, sobre a palavra "castigo", que, em nosso País, é uma palavra estigmatizada. Pai e mãe quando vão "punir o filho", entre aspas, mesmo com amor, usam a palavra castigo, palavra que ainda vem cheia de um veludo estranho. Mas o projeto está bom. O inciso I do art. 18 está muito bem explicado: *"castigo físico é ação de natureza disciplinar ou punitiva com uso da força física que resulte em sofrimento e lesão à criança ou adolescente"*.

Parabéns, mais uma vez. Deixo apenas esta minha parcela de colaboração, e vamos votar esse projeto hoje, para que terminemos este ano de empenho e nossas crianças sejam protegidas.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Muito obrigada, Pastor Marco Feliciano.

Passo a palavra ao Deputado Eduardo Barbosa, que dispõe do prazo máximo de 10 minutos.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA** - Obrigado, Presidente.

Não vou utilizar todo o tempo, mesmo porque a leitura do relatório e do projeto de lei, por si só, é bastante elucidativa e não nos traz nenhuma dúvida ou polêmica em relação à concepção do projeto.

Mas gostaria de ressaltar, em primeiro lugar, o brilhantismo da condução dos trabalhos da Comissão Especial feita pela nossa Presidenta, Deputada Erika Kokay, e, sobretudo, o trabalho da Deputada Teresa Surita.

Compreendo que, talvez, aos olhos de alguns, esta matéria seja singela diante de vários projetos de lei que aqui tramitam e que são de interesses, às vezes, econômicos ou corporativos.

No entanto, a própria Relatora sofre na pele constrangimentos justamente da mídia ou de segmentos da sociedade que viram nesse projeto um processo de...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Perdão, Deputado Eduardo. Solicito silêncio, para que possamos escutar o Deputado.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA** - ... entenderem que, talvez, a proposição seria uma intervenção no seio familiar, na sua forma de criar os filhos e, mais do que isso, tendo até que contra-argumentar numa concepção ainda



cristalizada da nossa cultura em que precisamos muitas vezes do ato da opressão para educar.

O grande papel da Relatora foi justamente o trabalho que fez além da Comissão, percorrendo a mídia brasileira, os grandes jornais, os órgãos de comunicação, a televisão, inclusive explicando aos âncoras de vários jornais ou responsáveis pela formação de opinião na sociedade brasileira. Acredito que, dessa forma, V.Exa. conseguiu contrapor algumas concepções que, talvez, impediriam estarmos aqui, hoje, de forma mais tranquila, aprovando esse projeto.

Então, Deputada Surita, mais do que a singeleza vista anteriormente, V.Exa. deu uma envergadura a esse projeto, mostrando que realmente os grandes atos são simples e, se conseguirmos transformar esses pequenos atos, transformaremos as gerações futuras com uma outra concepção de relação humana. Creio que, se esse projeto não for aplicável de imediato ou se não mudarmos logo essa cultura, inclusive através da fiscalização dessa aplicação, apesar de o projeto prever esse acompanhamento, estaremos preparando uma geração futura que vai estar diante de um ponto transformador. Inclusive, devemos nos capacitar para educar as pessoas, seja como pais, seja como educadores, seja como profissionais de saúde, e este projeto aponta para esse fim.

Cumprimento a Relatoria e agradeço a ela por também ter acatado nossa emenda, porque, na área da pessoa com deficiência, nela militando há 25 anos, deparamo-nos com castigos cruéis de famílias a pessoas com limitação, principalmente de locomoção, que, às vezes, têm torturas veladas e não têm como gritar ou reclamar. Criamos aqui mecanismos importantes para dar visibilidade também a essa questão.

Parabéns.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - O Presidente da Casa está se dirigindo ao plenário e, em breve, terá início a Ordem do Dia. Então, se todos estiverem de acordo, sugiro reduzirmos o tempo para ter o prazo necessário para a aprovação.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA** - Deputada Erika, uma questão de ordem.

Se não houver oposição, para não prejudicarmos a aprovação, e se os nobres Deputados abrirem mão da palavra, que votemos o projeto e, depois, todos se pronunciariam em relação ao mesmo. Isso, se não houver impasse para a votação.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Sim. Então, se não for acatada a decisão, e já houve manifestação nesse sentido, vamos reduzir o prazo para 5 minutos, e, se houver premência do tempo, farei um novo apelo.

Deputada Alice Portugal, pelo prazo máximo de 5 minutos.



**A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL** - Obrigada, Presidenta.

Primeiro, quero parabenizar a Deputada Teresa Surita e toda a Comissão pela ação de peregrinar pelo Brasil, ouvir todos e efetivamente desmistificar a intenção de se constituir qualquer abalo no poder educativo da família. Mas a Lei de Diretrizes e Bases da Educação deixa claro que educar é missão da família e do Estado, e a essencialidade da proteção humana precisa da interveniência do Estado.

Em 1989, a ONU definiu que é necessário de fato sacramentar elementos legais para esse tipo de proteção. E está muito claro. A Câmara dos Deputados tem-se pautado como espelho plano da sociedade brasileira por buscar bom senso no objeto da conciliação dos seus interesses médios. E assim foi feito no relatório da Deputada Teresa.

Quero parabenizar V.Exa. e a todos e todas que fizeram parte da Comissão. Nossa audiência na Bahia foi pequena mas foi muito ilustrativa. Quero parabenizar as entidades que militam na área da infância e da adolescência pela insistência em completar o Estatuto da Criança e do Adolescente no que se refere à defesa dos direitos humanos. A Constituição já o previa e agora o ECA se completa: teremos de constituir uma ampla rede de apoio aos conselheiros tutelares para suprir os conselhos da estrutura física, material e de assessoria técnica para sua ação como rede social de colaboração à proteção da infância e da adolescência. Então, dizer "não" ao sofrimento físico, aos maus-tratos, à dor que é provocada por isso; dizer "não" às lesões, que geram, inclusive, dispêndios do Estado no setor saúde. Sem dúvida, sequelas na formação do novo homem e da nova mulher brasileira ficarão mais dificultadas com a aprovação dessa lei.

Parabéns. Estou muitíssimo satisfeita com esse resultado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Deputada Alice Portugal.

Passo a palavra à Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, pelo prazo máximo de 5 minutos.

**A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE** - Sra. Presidente, Sra. Relatora, quero, primeiro, dizer de como foi conduzida a Comissão. A Relatora se mostrou incansável nas audiências, no trabalho de ouvir as mais diferentes opiniões e na visita aos Estados.

Tenho ficado muito incomodada com a forma como a mídia vem tratando a lei, em vários lugares: de forma minimista e até desrespeitosa com relação aos direitos humanos, como se fosse a "lei da palmadinha". Ouvi pessoas brincando e dizendo: "*Agora não posso mais corrigir meu filho*", como se houvesse uma invasão. Acho que, primeiro, precisamos entender que existe uma coisa que é anterior a tudo: o direito humano e individual. As pessoas têm o direito de garantir sua preservação.



Em relação ao texto, Deputada, compreendo seu esforço e suas dificuldades em lidar com uma lei que mexe com os costumes, os valores e a questão cultural. Primeiro, quero reforçar a fala da Deputada Alice sobre a necessidade - venho falando isso há muito tempo - de mudar o perfil de escolha dos Conselhos Tutelares, principalmente pelo uso da política partidária que graça em todo o País na forma de escolher os conselheiros, pela falta de apoio aos conselheiros, nas costas de quem não podemos jogar o trabalho que não é realizado. Pelo que conheço de realidade deste País, os conselheiros não têm a menor condição de realizar seu trabalho. Muitos nem sequer têm local de trabalho definido, uma mesa ou um carro - nada! - para fazer seu trabalho. Então, vira faz de conta. E passar essa responsabilidade para eles não é justo.

É preciso que o poder público se responsabilize em garantir, sim, essa estrutura e, muitas vezes, ele não tem esse interesse.

Preocupo-me um pouco com o texto do parágrafo único, inciso I, que diz: *"Agressão física é ação de natureza disciplinar ou punitiva com o uso da força física que resulte em lesão..."*. Fico incomodada com a palavra "lesão". Ou seja, a violência pode acontecer se não deixar marca, nada? É isso?

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Sofrimento e lesão.

**A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE** - Aqui não tem diz "sofrimento", mas, assim mesmo, continuo achando muito... O texto que recebi hoje, que foi entregue agora, só fala em lesão.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Só para esclarecer, Professora Dorinha, ao ser lido o substitutivo, foi acrescentada a palavra "sofrimento". Então, a redação ficou: "sofrimento e/ou lesão".

**A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE** - Eu continuo muito incomodada com a língua portuguesa. Para mim, a própria palavra "sofrimento" pode dar muitas conotações. Tenho receio.

Entendo, e é uma posição pessoal, que no art. 18-b, da forma como estão colocados os encaminhamentos - na minha visão, repito -, as penalidades são complacentes ainda para chegarmos a um nível de advertência, pelos casos que ouvimos. Estou falando de criança do Brasil. Escutamos aqui o depoimento do Renato, que fez 18 cirurgias no rosto; não estamos falando de coisas simples. Essa é a minha opinião: acho que é muito complacente ainda. Tinha a expectativa de avançarmos em algumas coisas, porque fere o direito individual.

E, quando chegamos às penalidades, parece que elas são muito maiores quando se trata do profissional da saúde, da educação e do responsável pelos estabelecimentos que não comunicam. A penalização, as multas, parecem mais pesadas para quem não comunicou do que para quem praticou. É uma visão externa.

Precisamos entender que nem sempre o processo... Já falei isso e vou reafirmar,





como professora e educadora: pensando numa cidade pequena, muitas vezes, caberia ao professor fazer a denúncia, mas ele precisaria sentir-se protegido pela sociedade. Ele precisaria ter condição de fazer essa denúncia, porque, depois, sem receber qualquer apoio do Estado, ele vai ter que enfrentar a família agressora ou outros agressores na rua. Não havendo qualquer medida judicial ou penalidade, o profissional fica exposto a penalização, como se fosse o responsável.

Sei do esforço, sei que não é um tema fácil de conciliar, mas quero colocar essas posições.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Muito obrigada pela contribuição, Deputada Professora Dorinha.

Faço um novo apelo para que, se não houver divergência e não houver sugestões concretas, procedamos à votação e, depois, continuarmos com o processo de discussão, atendendo à questão de ordem encaminhada pelo Deputado Eduardo, devido à premência do tempo. Corremos o risco de não apreciarmos esse projeto hoje.

Portanto, sugiro que procedamos à votação e, obviamente, se não houver qualquer tipo de mudanças objetivas nem sugestões, continuarmos com o diálogo. Podemos?

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - Sra. Presidente, desculpe-me, gostaria de pedir a palavra pela ordem.

Fica um tanto difícil votarmos o projeto e discuti-lo depois. Acho melhor discutirmos o projeto, para o votarmos depois.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Então, solicito às pessoas que não têm acréscimos a colocar que deixem para se posicionar após a votação e a quem tiver acréscimos concretos que os façam. Esse projeto tem sido discutido durante meses, já realizamos cerca de 15 audiências públicas para discuti-lo. De toda sorte, vamos assegurar o direito da palavra. Estamos apenas preocupados com a Ordem do Dia.

Assim, indago à Deputada Liliam Sá, à Deputada Carmen Zanotto, à Deputada Erika Kokay e ao Deputado Edmar Arruda se podem pronunciar-se após a votação. *(Pausa.)*

Deputado Paulo Freire, antes.

Deputada Cida, pode ser após a votação? *(Pausa.)*

Então, passo a palavra aos Deputados Edmar Arruda, Paulo Freire e Ronaldo Fonseca. Pode ser depois? Quer falar antes? O Deputado Paulo Freire tem a preferência por ser membro da Comissão. Os outros dois Deputados terão a palavra por 3 minutos, por não fazerem parte desta Comissão, mas são



extremamente bem-vindos e com certeza ajudarão nessa discussão.

Então, concedo a palavra, pelo prazo máximo de 5 minutos, ao Deputado Paulo Freire. V.Exa. carrega uma grande responsabilidade com esse nome.

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - Muito obrigado. *(Risos.)*

Sras. e Srs. Deputados, Presidente Erika...

**(Não identificado)** - E V.Exa. nem sabe o quanto de responsabilidade.

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - *(Risos.)* Primeiro, quero parabenizar a Relatora, Deputada Teresa Surita, pelo brilhante trabalho, por ouvir todos os segmentos.

Como foi dito, esse é um tema difícil de discutir. Realmente não é fácil, as pessoas têm muita divergência no pensamento concernente ao tema, até mesmo a própria imprensa e a mídia o exploraram de forma tremenda. Mas quero parabenizar V.Exas. pela paciência em ouvir os vários segmentos, pelo trabalho de rodar todo o Brasil recolhendo opiniões para chegar a esse consenso.

Eu estou solidário com a Deputada Professora Dorinha em relação à palavra "sofrimento". Eu me preocupo um pouco com esta palavra "sofrimento". Logicamente, a responsabilidade da educação é dos pais, mas a mãe é quem passa o maior tempo em casa, e com esta palavra "sofrimento" pode resultar que ela não possa fazer uma simples ação de mãe, como dar um tapinha na mão da criança, por exemplo. Claro que ela não vai provocar uma lesão. A mão vai ficar vermelhinha, mas depois isso passa. Agora esta palavra "sofrimento"...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Eu gostaria de assegurar a palavra ao Deputado.

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - Eu me preocupo com o uso da palavra "sofrimento". Eu não sei até onde ela pode prejudicar esse projeto. Eu estou preocupado somente com esta palavra. Eu sou contra qualquer tipo de agressão a qualquer tipo de pessoa, muito mais a uma criança indefesa. Acho que a criança deve ser educada com diálogo. Devemos sentar com a criança, conversar com ela. Por mais rebeldinha que seja uma criança, ela vai compreender se você conversar com ela. Eu sou a favor da conversa, do diálogo. Porém esta palavra "sofrimento" pode trazer algum problema. Esta é a minha única preocupação.

No mais, quero parabenizá-los porque sei que foi difícil esse trabalho e o projeto está muito bem feito. Parabéns!

Eram só estas as minhas palavras.



Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Obrigado, Deputado Paulo Freire.

Passo a palavra pelo prazo máximo de 3 minutos ao Deputado Ronaldo Fonseca. Em seguida, ao Deputado Edmar Arruda.

**O SR. DEPUTADO RONALDO FONSECA** - Sra. Presidente, quero primeiro parabenizá-la pela condução dos trabalhos. Quando soube que esta Comissão estava sob sua Presidência, fiquei tranquilo que ela seria muito bem conduzida.

Quero parabenizar também a Relatora. Tive oportunidade de discutir com ela o projeto. Parabenizo-a pela forma aberta de ouvir todos os segmentos. Obviamente, não se vai agradar a todos os segmentos, mas teríamos que tirar o extrato do que ouvimos. E é o que estamos fazendo aqui.

Não sou membro da Comissão, sou um dos Vice-Líderes do meu partido, mas posso encaminhar a votação, por isso estou falando aqui. Lamento por chegar a esta Comissão no último dia. Acho que não tenho do que reclamar, porque soube que houve mais de dez reuniões, e eu consegui chegar hoje porque entendo que este é um tema realmente de muita importância.

Quero parabenizar também os demais Parlamentares que fazem parte desta Comissão que contribuíram, como a Deputada Liliam Sá.

Não vou trazer dificuldades, mas entendo que esse tema poderia ser um pouquinho mais prolatado, porque é um tema de muita responsabilidade. Nós temos uma preocupação com respeito à questão da excessiva correção. Eu apanhei demais quando criança, porque sou da época de apanhar. Mas não é porque apanhei que defendo bater em criança, até porque tenho duas filhas e nunca lhes dei nenhum tipo de castigo. Sou meio fraco para essas coisas. Não sei se é porque apanhei demais.

Esse assunto é preocupante. Muitas vezes estamos tão preocupados em proteger a criança da violência física, o que é justo e devemos fazer, mas existem outras violências também, como a violência psicológica, a exposição da criança à sensualidade prematura, às pornografias nos programas de televisão e ninguém está preocupado com isso. A lesão que nós causamos na criança, por exemplo, quando dizemos: *Existem adolescentes grávidas, adolescentes ganhando neném...*

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO RONALDO FONSECA** - Eu queria só que me ouvissem sem nenhum problema. Eu gosto do contraditório. Podem falar, desde que me ouçam.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Eu vou pedir mais uma vez para asseguarmos o silêncio, porque temos premência de tempo. Isso vai fazer com a



que a gente demore mais nesse processo de apreciação.

O Deputado Ronaldo Fonseca está com a palavra para a conclusão.

**O SR. DEPUTADO RONALDO FONSECA** - Exato. E eu quero concluir.

É obvio que não podemos permitir que uma criança sofra qualquer tipo de violência, mas não podemos tirar o direito dos pais de corrigir os filhos. Muitas vezes um pai, ao corrigir o filho, pode provocar uma violência psicológica. Por que não? Pode causar um trauma na criança o grito do pai. Eu sou do ramo e já atendi muitas crianças violentadas psicologicamente por causa do grito de um pai. Isso também é violência.

Então, ao meu ver, a discussão desse projeto deveria até se estender um pouco mais. Não deveríamos ter pressa em aprová-lo. Eu não vou decidir o voto, posso encaminhar o voto, mas não posso votá-lo. Sou apenas um dos Vice-Líderes do partido.

Parabenizo-os pela discussão. Gosto do contraditório. Quem acha ruim e fica reagindo deveria buscar mais tempo para poder discutir. Por que não? Nós estamos protegendo a criança. Vamos construir um projeto que proteja a criança, que lhe dê o direito de ser corrigida por seus pais, para que ela tenha um futuro promissor.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Muito obrigada, Deputado Ronaldo Fonseca.

Passo a palavra ao Deputado Edmar Arruda, que dispõe de um prazo máximo de 3 minutos.

**O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA** - Obrigado, Sra. Presidente. Quero parabenizar toda a Mesa.

Eu gostaria de pedir um esclarecimento à Relatora. Participei de uma reunião na semana passada com S.Exa., quando nós, da Frente Parlamentar, fizemos um acordo com relação a alguma alteração no texto. E uma das coisas que ficaram muito claras é que nós não gostaríamos de ver no texto a palavra "castigo" e ela seria substituída por "agressão corporal", entretanto estou vendo que isso não foi contemplado na redação final. Então, eu gostaria que S.Exa. explicasse, senão vamos pedir vista do projeto.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Vou passar a palavra à Deputada Teresa Surita, por 1 minuto, para que possa explicar.

**A SRA. DEPUTADA TERESA SURITA** - Eu gostaria, Deputado, antes de responder à sua pergunta, de fazer alguns esclarecimentos aos Deputados que



se colocaram, inclusive com relação à atuação de todos.

Esta é uma Comissão Especial que tem prazo para discutir esse projeto, que foi enviado para esta Casa em 2010. É um projeto, como foi dito, que, embora pareça singelo, é muito polêmico. Eu procurei realmente ouvir todos os segmentos, inclusive fora da Casa. Como o Deputado Eduardo Barbosa disse, também visitamos a mídia. A expressão "Lei da Palmada" minimiza muito aquilo que queremos alcançar. Nós conseguimos, durante todas as audiências públicas que fizemos, chegar realmente ao melhor consenso possível neste momento.

Eu gostaria de dizer o seguinte: quando foi votada a proposta referente às Diretas Já, não vivíamos a democracia de hoje. Nós vivemos um processo de avanço para chegar até onde estamos hoje.

Trata-se de uma mudança cultural no País. E não estou me referindo a tapinha, surra, beliscão ou qualquer coisa que seja, mas a um comportamento que é habitualmente usado por todas as famílias - quem não usa já foi vítima -, enfim, é uma coisa que existe em nosso País. Essa mudança cultural demora um tempo para acontecer.

Essa lei, como foi dito varias vezes, não interfere absolutamente na vida pessoal de ninguém. Cada criança vai ser educada como os pais quiserem, mas eles vão obter informações sobre a consequência de educar com dor, palmada, surra, sofrimento ou com diálogo, limites, reflexão. E acredito que essa informação é muito importante para a mudança de cultura.

O projeto já está pronto para ser votado justamente porque houve uma discussão muito longa, e eu gostaria de dizer isso.

Quando se trata de uma coisa mais grave, como a situação do Renato, como disse a Profa. Dorinha, já existe previsão no Código Penal. Então, não cabe entrar numa condição em que a vítima chega ao extremo que o Renato chegou.

Há, sim, hoje, a necessidade da denúncia. O próprio Renato disse que foi vítima de omissão. Baseado no depoimento dele, nós queremos que realmente seja feita denúncia aos Conselhos Tutelares, que, ao meu ver, precisam ser reforçados. Esse é outro assunto que eu acredito que nós precisamos também discutir.

Quanto à palavra "castigo", eu gostaria de dizer, de reafirmar e de agradecer algo. Eu tenho dito à imprensa, que está presente, que em nenhum momento a bancada evangélica impôs algo, atrapalhou ou criou qualquer constrangimento. Pelo contrário. Assim como eu ouvi todos os segmentos, eu também ouvi a bancada evangélica. E eles contribuíram para aperfeiçoar e melhorar o nosso texto.

Ficou combinado esse acordo feito na Liderança do PMDB, com a presença do Deputado João Campos, que é o Coordenador da bancada.





Ontem, houve uma discussão no que diz respeito à palavra "castigo" como conceito. E eu pessoalmente fui procurar o Deputado João Campos para pedir que chegássemos a um acordo que atendesse a bancada evangélica e os movimentos sociais. E ele, da forma mais prestativa possível, colocou: *"Vamos fechar em castigos físicos, porque atende todos os lados. E não se preocupe em relação à bancada evangélica, porque eu explico a cada um."* Eu até perguntei: *"Posso ficar tranquila? O senhor leva essa informação?"* E ele respondeu: *"Pode ficar tranquila, que não existe nenhum problema, a essência da lei está resguardada."*

Em seguida, eu continuei com o trabalho da relatoria, que é justamente buscar o consenso. À noite ainda tive novamente um contato com o Deputado para ver se estava tudo direitinho, e ele concordou novamente com essa questão. Inclusive o Deputado Pastor Marco Feliciano falou com ele, e realmente houve esse consenso.

Deputado, é aquilo que nós estávamos dizendo: um processo de amadurecimento. Não há interferência na família, está muito claro que castigo físico se trata do físico. Quando se fala de tratamento, procura-se dar essa conotação no tratamento cruel ou degradante, que atende à questão psicológica. Fica muito claro, inclusive pelo próprio teor de todo o substitutivo, que não há interferência na família, não há punição para os pais, é uma lei de educação e de proteção.

Dessa maneira, eu acredito que nós vamos avançar muito na proteção das crianças. É necessário realmente esse olhar que hoje o Brasil não tem. *(Palmas.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Deputado Edmar.

**O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA** - Bom, eu fiz esse questionamento, Deputada Teresa, porque o nosso Coordenador de bancada, o Deputado João Campos, merece o nosso respeito, o nosso carinho. Jamais estaríamos aqui para desautorizar qualquer coisa que ele fizesse.

A única coisa é o seguinte: nós estávamos apresentando uma emenda ao relatório. Naquele dia, eu retirei a emenda, em função do acordo feito. Eu recebi, no dia 7 de dezembro, o Ofício nº 007/2011 contendo aquilo que nós acordamos. Consta que eu estava presente na reunião, o grupo estava presente. Infelizmente, eu não fui informado e nem consultado sobre esse acordo. Não quero de forma alguma prejudicar o trabalho da Comissão, não vou fazer isso, vou respeitar aquilo que o Deputado João Campos assumiu com V.Exa. Mas eu gostaria que, numa próxima oportunidade, se houver, assim como recebi um ofício dizendo aquilo que foi combinado, eu fosse no mínimo comunicado daquilo que mudou em relação ao que foi acordado. Está certo?

Então, não é responsabilidade da senhora. Eu poderia manter a minha emenda, através de um membro do partido, o Deputado Paulo Freire, mas não vou fazer isso. Estou entendendo a urgência da Deputada Presidente e eu acho que a senhora pode até economizar tempo, ficar tranquila. Eu só queria registrar



porque, na verdade, eu não faço parte da Comissão, eu participei de duas reuniões com V.Exa., mas, como V.Exa. está me dizendo que o nosso coordenador fez isso, vou cobrar dele.

**A SRA. DEPUTADA TERESA SURITA** - O que me cabe fazer realmente é pedir desculpas ao senhor e agradecer a sua lucidez nessa avaliação. Peço desculpas, até porque tudo isso aconteceu ontem no final da tarde. A minha procura por ele ocorreu justamente para que ele entrasse em contato com vocês. Eu peço desculpas, realmente, mas agradeço a sua avaliação.

Eu gostaria também de registrar rapidamente a participação da Deputada Liliam Sá nesse processo, que foi fundamental durante todo o encaminhamento à reunião no Rio de Janeiro, às viagens, enfim, à contribuição que ela trouxe para o relatório.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Eu vou agradecer ao Deputado Edmar, ao Deputado Paulo Freire, ao Deputado Ronaldo Fonseca e ao Deputado Marco Feliciano, que estão aqui expondo suas preocupações, mas concordando com a magnitude desse projeto, que vai preservar o direito das crianças de não carregarem as marcas dos maus-tratos no corpo e na alma.

Dando encaminhamento ao processo decidido coletivamente, vou declarar encerrado o prazo para apresentação de destaques. Nós temos um único destaque, do Deputado Paulo Freire, que *"solicita seja apreciada em separada a expressão 'sofrimento', do Inciso I do art. 18-A do substitutivo ao projeto"*.

Nós vamos proceder à votação, excetuando-se o destaque, que será apreciado posteriormente.

Portanto, em votação.

Os Srs. Deputados que estão de acordo com o substitutivo, ressalvado o destaque apresentado, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o substitutivo.

Vamos passar à discussão do destaque.

Peço que a discussão seja feita dentro do que prevê o Regimento, para que não haja qualquer tipo de questionamento *a posteriori*. *(Pausa.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Vamos prosseguir a reunião. Passamos à discussão do destaque.

Nós gostaríamos de passar a palavra ao Deputado Eduardo Barbosa para falar contra o destaque.

O destaque prevê a supressão da expressão "sofrimento", na caracterização do castigo físico. Nós temos no substitutivo a caracterização do castigo físico, que



diz: *"castigo físico: ação de natureza disciplinar ou punitiva com o uso da força física que resulte em sofrimento ou lesão à criança ou ao adolescente"*. O destaque prevê a supressão da palavra "sofrimento". Está claro?

Vamos proceder ao encaminhamento. A discussão será feita através de encaminhamento. Nós vamos abrir para uma defesa do destaque e, em seguida, uma posição contrária ao destaque. Vamos começar com a defesa do destaque.

Tem a palavra a Deputada Dorinha.

**A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE** - Seria o Deputado Paulo Freire a fazer a defesa do destaque, porque é ele o seu autor.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Tem a palavra o Deputado Paulo.

**A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE** - Deputada, acho que é uma coisa tão importante. Primeiro, no meu texto não havia a palavra "sofrimento". Eu me preocupei somente com a palavra "lesão". Pode-se ter um nível de agressão continuada que resultará não só em lesão física, mas também moral, que não seria identificada. Aí, disseram a palavra "sofrimento". A minha preocupação não é que não tenha que haver; eu só fico preocupada com a utilização da palavra "sofrimento", com a dificuldade de mensuração, de identificação dessa palavra. Para mim, essa palavra, na língua portuguesa, é muito superficial, subjetiva demais.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - No texto original a palavra era "dor". Na perspectiva da construção de um consenso, chegou-se à palavra "sofrimento". Ou seja, a palavra "dor" foi questionada; então, optou-se por uma palavra que tem outro significado.

Deputado Paulo Freire, V.Exa. mantém o destaque ou quer... Nós fazemos um apelo ao Deputado no sentido de que retire o destaque.

**A SRA. DEPUTADA DORINHA SEABRA REZENDE** - Nós podemos tentar caminhar no sentido de um acordo, Deputada Erika.

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - Sra. Presidenta, eu posso fazer uso da palavra, enquanto eles entram num acordo?

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Não, nós vamos proceder da seguinte forma. Os senhores e as senhoras precisam de quanto tempo? Nós já aprovamos o texto. Eu anuncio a aprovação do texto, ressalvado o destaque. *(Palmas.)* O texto está aprovado. Nós vamos apreciar apenas o destaque, mas o substitutivo está aprovado, ressalvado o destaque. Nós vamos decidir sobre isso agora.

Deputado Paulo Freire, V.Exa. quer fazer a discussão?



**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - Eu mantenho o destaque.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - V.Exa. mantém o destaque?

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - Eu mantenho o destaque porque eu acho muito genérico isso. Eu acho que sofrimento eu posso causar...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Espere 1 minuto. V.Exa. decidiu, então, manter o destaque. Nós vamos proceder agora aos encaminhamentos. V.Exa. vai encaminhar a favor do destaque, portanto, a favor da supressão, e o Deputado Eduardo Barbosa encaminhará contrariamente ao destaque, portanto, contrário à supressão. Está claro?

Deputado Paulo Freire, V.Exa. tem a palavra por um prazo máximo de 5 minutos.

**O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE** - Sra. Presidenta, essa palavra deve ser suprimida porque é muito genérica. Eu posso causar sofrimento a uma pessoa sem encostar a mão nela, ofendendo-a com palavras. A mesma coisa pode acontecer com os pais, quando vão corrigir, disciplinar a criança, que pode se sentir ofendida, chorar sem que lhe seja encostada a mão, ou seja, causar-lhe sofrimento. Então, é uma palavra muito genérica e deve ser suprimida.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Eu peço silêncio. Nós estamos terminando o processo de votação. Deputado, V.Exa. concluiu? *(Pausa.)*

Então, passo a palavra ao Deputado Eduardo Barbosa, que tem um prazo máximo de 5 minutos.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA** - Sra. Presidenta, de fato a construção de um texto desta forma é complexo. As palavras são de fato subjetivas; nós podemos dar a conotação que quisermos a elas, principalmente porque não se mede sofrimento, dor e, inclusive, temos limiares diferenciados de dor. Isso é comprovado, inclusive, cientificamente. Os limiares de dor são diferentes de pessoa para pessoa.

Agora, eu entendo que a supressão da palavra "sofrimento" traz um constrangimento tremendo à Comissão que se debruçou sobre o tema e que se propôs justamente a criar uma concepção preventiva. Se eu colocar no texto que o castigo físico é aquele que leva apenas a uma lesão, nós teremos a infelicidade de não prever, inclusive, uma lesão física que poderia ser evitada.

Eu, como pediatra - antes de tudo a minha formação é essa -, trabalhei em ambulatório público, em pronto socorro infantil. Geralmente, numa família ou num contexto onde uma criança ou um jovem vive, onde é hábito, às vezes, agressão física, nós não detectamos de imediato uma lesão física. A criança chega com um roxo, uma queimadura e aquilo, às vezes, não é caracterizado ainda como uma grande lesão. Agora, quebrar um braço, uma clavícula, é consequência já de diversos atos anteriores de agressão física nessa relação do adulto com a criança. Então, é de acordo com esse contexto que eu faço a defesa de



mantermos a palavra "sofrimento", porque não encontramos outra. Se nós tivermos a lucidez de encontrar uma outra palavra... o nosso intuito é a prevenção e não o fato inteiramente consumado. *(Palmas.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Vamos, então, passar à votação do destaque. Nós vamos, na verdade, apreciar a palavra "sofrimento". Se nós aprovarmos essa expressão, o texto será mantido como foi lido. Se não aprovarmos a expressão, o texto será modificado com a sua supressão. Está claro para o processo de votação? *(Pausa.)*

Então, solicito aos Deputados e Deputadas que sejam favoráveis à expressão "sofrimento", portanto, à manutenção do texto como foi lido, que permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o texto como foi lido, com a palavra "sofrimento", com os votos contrários dos Deputados Paulo Freire e Marco Feliciano. *(Palmas.)*

Vou repetir, para que não parem dúvidas e conste da ata, a votação do substitutivo, já eliminada a discussão acerca do destaque.

Então, nós vamos votar o parecer da Deputada Teresa Surita, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 7.672/2010 e da Emenda nº 1/ 2011, apresentada na Comissão na forma do substitutivo.

Os Deputados e Deputadas que são favoráveis ao Substitutivo, como foi lido, permaneçam como se acham. *(Pausa. )*

**APROVADO, POR UNANIMIDADE.**

O País agradece. *(Palmas.)*

Solicito que todos permaneçam em plenário para que possamos continuar o processo de discussão, com o diálogo estabelecido. Peço silêncio, porque vamos passar a palavra neste momento à Deputada Liliam Sá.

Agradecemos aos Deputados pela participação, mas vou pedir silêncio para que possamos assegurar a palavra e dar continuidade ao diálogo.

Tive que usar este botão extremamente antipático para assegurar a continuidade do diálogo.

Vou passar a palavra neste momento à Deputada Liliam Sá, que disporá de um prazo máximo de 5 minutos.

**A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ** - Sras. e Srs. Deputados e Deputadas presentes, senhoras e senhores, até entendo o alvoroço que está acontecendo agora. Estou muito emocionada por estar participando de um momento histórico.





Creio que esta reunião já estava escrita no coração de Deus. Estou estreando nesta Casa, defensora dos direitos da criança e do adolescente, vim do Rio de Janeiro, e participo agora de uma lei que veio para defender os direitos de nossas crianças e de nossos adolescentes, o direito à dignidade moral, à integridade física e psicológica de nossas crianças.

Quero agradecer a todos os atores que defendem os direitos da criança e do adolescente, à Rede Não Bata, Eduque - está ali a Angélica chorando, a Carmen Oliveira, representando a Ministra de Direitos Humanos, a Márcia, a Elionora, a Dra. Raquel e tantos outros que estão aqui com lágrimas nos olhos por defender algo que é um grito que vem de dentro do coração, de tantas crianças e adolescentes que sofrem maus tratos no nosso País.

Não quero me estender muito, mas termino dizendo um pensamento de Émile Chartier, um pensador que diz assim: *"Os pais educam, a escola ensina, os pais devem educar com firmeza, mas não com pancadas"*.

Este é um momento em que avançamos muito para uma cultura de paz, porque pais que têm bom senso sabem o limite que têm que dar aos seus filhos, e não aqueles que têm raiva e a projetam, acabando com a vida e o futuro de uma criança.

Estou muito emocionada. Acho que educar sem violência é uma revolução para uma nova geração de crianças e adolescentes mais democrática e feliz.

Teresa Surita, Erika Kokay, parabéns pelo seu trabalho, parabéns por esta Comissão, por todos que dela participaram - Alice Portugal, Carmen, Professora Dorinha, a Frente Parlamentar Evangélica, que contribuiu muito para aprimorar este projeto. Temos o Romário e o Alessandro Molon, que também estão ajudando, e tantos outros.

Essa lei veio para desmistificar; nós não queremos intervir na relação pai, mãe, filho, filha e, sim, contribuir para que as nossas crianças cresçam num ambiente mais sadio, mais feliz e com uma educação de que se orgulhe e que possa dizer: *"Meu pai e minha mãe me educaram sem castigos físicos, sem me humilhar, sem me bater"*.

Portanto, parabéns a todos vocês, a todos da Rede Não bata, eduque. A todos vocês, o meu muito obrigado. Parabéns, mesmo. Que Deus abençoe cada vez mais todas as crianças do Brasil. Eu gostaria de falar também em nome da Presidente Dilma, que hoje faz aniversário, e está com o seu neto. Eu tenho certeza de que S.Exa. está feliz com a aprovação dessa lei, porque a Dilma tem trabalhado incansavelmente em prol das nossas crianças, dos nossos adolescentes, diminuindo a desigualdade social, a miséria e a violência sexual que acometem as nossas crianças neste País.

Muito obrigada a todos. (*Palmas.*)



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Deputada Liliam Sá.

Eu passo a palavra, por um prazo máximo de 5 minutos, à Deputada Carmen Zanotto.

**A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO** - Nossa Presidente, Deputada Erika Kokay, nossa Vice-Presidente, Deputada Liliam Sá e nossa querida Relatora, Deputada Teresa Surita, é importante registrarmos que ainda no início da tarde de hoje, a cada momento em que o relatório poderia ser aprimorado, você não mediu esforços para ouvir todos, acolher sugestões e tentar fazer com que o trabalho desta Comissão efetivamente terminasse com chave de ouro. Eu acho que, para nós, que estamos encerrando este primeiro período na Câmara dos Deputados, o significado de podermos participar de uma Comissão, de uma construção, é algo extremamente satisfatório. Mais satisfatório ainda foi termos à frente dessa construção uma Relatora tão sensível. A sua preocupação maior, Deputada, sempre foi o conjunto da obra, e garantir que essa obra, que esse relatório, tivesse tamanho primor. Então, ganha a Comissão, ganham a nossa Presidente e a nossa Vice-Presidente, ganha, com certeza absoluta, a nossa Relatora. A mudança pode ser lenta, mas eu acredito que cada dia, cada minuto, são algo a mais para que se mude a consciência da população brasileira, a consciência dos pais, a consciência das pessoas que são responsáveis pela formação de uma outra pessoa. Nós podemos fazer diferente. E fazer diferente é não precisar necessariamente usar das formas que se tinha antigamente de educar. Temos outros mecanismos de educação e nós não precisamos educar usando nenhum tipo de violência. Se nós pudéssemos assegurar aqui que a violência verbal fosse considerada, deveríamos colocá-la, porque é mudando a cultura, inclusive das expressões, das palavras, é que vamos mudar o comportamento das nossas crianças e dos nossos adolescentes.

Então, parabéns a toda a Comissão, especialmente pela sua sensibilidade e pela forma carinhosa com que acolhia todas as demandas. Parabéns a todos. Tenho certeza de que a Comissão cumpriu com o seu dever. Parabéns.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Deputada Carmen Zanotto. Nós recebemos aqui uma denúncia de uma mãe, de Minas Gerais, que relata a inoperância da escola com relação à violência que sua filha sofreu de *bullying*. Essa é uma mãe de Divinópolis.

Nós estamos caminhando para o final da nossa Comissão, eu diria, porque ela cumpriu o seu objetivo. Antes de encerrar os trabalhos, eu vou colocar em votação a ata. Eu gostaria de pedir silêncio, nós estamos terminando já a nossa reunião. E antes de terminar os trabalhos, eu vou solicitar que nós apreciemos e votemos a ata desta reunião.

Portanto, os Deputados que aprovam a ata desta reunião permaneçam como se encontram. ((Pausa.))

A ATA FOI APROVADA.



Para mim foi uma alegria muito grande presidir esta Comissão e poder participar de tantas discussões que enriquecem as concepções que temos. Nós tivemos alguns desafios nesta Comissão, de desconstruir alguns mitos. O primeiro mito, o de que nós estávamos propondo um projeto para eliminar todos os limites no processo de educação. Nós não estamos entrando no mérito da educação. É muito importante que todos e todas entendam que este não é um projeto que afronta a família. Quando se discutiu a extinção da palmatória dentro das escolas, nós também tivemos a reação de professores e professoras que diziam que estávamos interferindo na forma de educar. Hoje está legitimada na sociedade a ausência de qualquer tipo de agressão física ou de agressão nas escolas. É preciso que façamos essa legitimação dentro das casas e dentro das unidades, que muitas vezes cometem os maus tratos de forma absolutamente sabida pelo conjunto da sociedade, mas invisível. E a sociedade se cala diante dos maus tratos nas unidades de internação de adolescentes e em outras unidades de abrigo.

Recentemente, tivemos a denúncia de comunidades terapêuticas, onde há também maus tratos a crianças e adolescentes, e nós temos que romper o manto do silêncio, porque o silêncio, diz Martin Luther King, assusta. O silêncio dos bons e dos inocentes assusta, porque ele faz com que escutemos apenas a voz dos maus. Nós não estamos interferindo na forma de educar com esse projeto. O projeto não entra no mérito da educação. O projeto entra no mérito do castigo físico, do tratamento cruel e degradante. Portanto nós não somos contra a educação, nem queremos que o Estado interfira nas formas de educação, mas nós estamos lidando aqui não com a educação, mas com as formas de tratamento à criança, que todas e todos sabem, não transformam comportamentos, nem atitudes, e que cria a lógica que o mais fraco pode ser subalternizado pelo mais forte e, portanto, crianças criadas nessa lógica tendem a subalternizar o mais frágil e a se submeter frente àqueles que a encontram ou que a consideram mais fracas. Isso significa que criamos pessoas pouco éticas, que não tenham consciência crítica para se contrapor ao malfeito.

Portanto, nós estamos conscientes de que o projeto diz respeito a bater. Aqueles que se colocam contra o projeto estão defendendo o direito de bater e de espancar as suas crianças. Não estão defendendo o direito de educar. Estão defendendo o direito de bater e de espancar as suas crianças, como se coisas fossem, como se objetos fossem. (*Palmas.*) Alguns dizem: "*Mas nós não podemos permitir que isso adentre as casas*". Também escutamos isso com relação à Lei Maria da Penha. E alguns diziam: "*Tapinha não dói. Tapinha de amor não dói*". Isso foi dito em contraposição à Lei Maria da Penha, como se houvesse tapinhas de amor. Nós vencemos essa discussão com relação à Lei Maria da Penha. Estamos com um projeto educativo, que faz com que o Estado proteja e dê condições e fortaleça a família, porque ele possibilita que a família tenha recursos para estabelecer uma educação que não seja considerada uma pseudoeducação, através do espancamento e da dor. Por isso, hoje demos um grande passo nesta Comissão.

Eu queria sinceramente agradecer à bancada evangélica, que teve a compreensão da importância deste projeto e que pôde estabelecer um diálogo



para que ele pudesse ser apreciado e aprovado nesta Comissão. Deputado Pastor Marco Feliciano, acho que a postura foi de defesa às crianças e aos adolescentes, apesar das divergências, que existem para mostrar que somos humanos e para a perspectiva de que venhamos a construir a síntese, os consensos e as maiorias. Sem as divergências, nós não conseguimos elaborar sínteses.

Gostaria de agradecer a participação de todos os membros desta Comissão, que contribuíram fundamentalmente para que ela fosse uma Comissão extremamente rica. Acho que cabe, posteriormente, elaborarmos uma publicação sobre o resultado deste trabalho, com os extratos das audiências públicas, porque aqui tivemos a fala dos Conselhos, a fala do Estado, a fala da sociedade civil, a fala das crianças e dos adolescentes, a fala dos especialistas. Tivemos reuniões em diversas regiões, em outras cidades, e com a Ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffman. Estivemos com o Ministro da Educação, Fernando Haddad, com o Ministro da Saúde, para que nós tenhamos um recorte de proteção à criança e contra o castigo corporal em todas as políticas públicas. Que os instrumentos e equipamentos públicos possam entranhar este novo marco legal que, sabemos, por si só, não muda atitudes, comportamento e cultura, mas que é um elemento fundamental para que se mude. O que nós vimos hoje é que o Brasil está maduro. O Brasil está maduro para quê? A exemplo de outros 30 países, podemos estabelecer uma cultura de paz e considerar que criança e adolescente são sujeitos, e sujeitos de direitos, e merecem o direito de fala e de uma relação harmoniosa.

Portanto, estamos extremamente felizes no dia de hoje. O projeto aprovado aqui, se não houver recursos contra o poder conclusivo desta Comissão, seguirá para o Senado, saindo desta Casa. Esperamos que, no Senado, ele seja mantido, que seja acolhida toda a discussão ocorrida nesta Casa, para que lá, enfim, seja encaminhado à sanção presidencial.

O Brasil deu um passo importante para se ombrar com outros 30 países, que mostram que leis como essa contribuem de forma fundamental para que tenhamos uma cultura de paz e para que nós possamos varrer a violência de dentro dos lares do nosso País.

Assim, vamos concluir os trabalhos desta Comissão, agradecendo mais uma vez à Deputada Teresa Surita pela sensibilidade, pela dedicação, pela paixão. Penso que o que diferencia o ser humano de outros seres vivos é fundamentalmente a capacidade de se apaixonar, dentre outras diferenças que são fundamentais, uma delas a transformação. A Deputada Teresa Surita abraçou, acolheu esse projeto e essa concepção, no direito da criança de viver sem castigos corporais ou tratamento cruel e degradante. E traduziu essa paixão num substitutivo absolutamente fundamental.

Agradeço à Deputada Liliam Sá, parceira de construção e, pela primeira vez, Vice-Presidente desta Comissão; agradeço também ao Deputado Eduardo Barbosa, 2º Vice-Presidente desta Comissão; à Deputada Professora Dorinha, extremamente sábia em suas colocações, 3ª Vice-Presidenta desta Comissão.



Agradeço à Mesa Diretora.

Esperamos que esta seja a nossa última reunião. Mas, se houver emendas no Senado, a Comissão volta a se reunir para apreciá-las. Mas esperamos que o projeto seja acolhido, com toda a construção que houve nesta Casa, e que nós não tenhamos mais que reunir esta Comissão, embora tenha sido extremamente agradável o processo de convivência.

Portanto, com essas palavras, mais uma vez agradeço a todos e a todas e a todos os membros desta Comissão. Agradeço à Rede Não Bata, Eduque, que foi fundamental nessa construção; à Secretaria Especial de Direitos Humanos, na figura da nossa companheira, Carmen de Oliveira, que se colocou absolutamente disponível para construirmos o consenso, porque esse projeto foi aprovado por unanimidade; ao CEDECA; a todas entidades da sociedade civil, que acompanharam com assiduidade impressionante o trabalho desta Comissão; à nossa Assessora Parlamentar da Secretaria de Direitos Humanos, que teve participação fundamental e a todas e a todos que contribuíram nessa construção.

Desejo a todos um feliz Natal e um Ano Novo com uma lei neste País que dê o direito às crianças e aos adolescentes viverem, serem educados e cuidados sem castigos corporais.

Antes de encerrar, passo a palavra ao Deputado Pastor Marco Feliciano. Depois, então, encerrarei a sessão.

**O SR. DEPUTADO PASTOR MARCO FELICIANO** - Sra. Presidente, apenas para contribuir. Se a mídia presente aqui na Casa - chamo mais uma vez a atenção - puder ajudar e não divulgar que foi aprovada a "lei da palmada", vai nos ajudar muito. Se divulgarem que foi aprovada uma lei que protege a criança e o adolescente, será retirado o peso de cima da gente e a palavra maldita, que foi colocada na boca do povo. Se não, vão dizer que esta Comissão aprovou a "lei da palmada", que a bancada evangélica a aprovou, etc. e tal.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Nós acatamos a sugestão do Deputado Marco Feliciano e vamos solicitar aos órgãos de imprensa que divulguem exatamente o sentido da lei, que não é uma lei menor, não é uma lei inócua e não interfere na família, não estabelece outras punições ou responsabilizações para além das que já estão previstas na nossa legislação. E ela significa um processo de educação, com limites, sem nenhuma dúvida, porque é difícil haver educação sem limites. São eles que nos educam para a vida; os limites afetivos, enfim, uma série de limites fundamentais para a nossa educação.

Assim, com essas considerações, agradeço ao Saulo; ao Gilsomar também, que esteve conosco durante todo esse processo; à Simone e a todos os servidores desta Casa que nos auxiliaram para essa construção.





Eu desejo um feliz Natal, um bom ano de 2012, que com certeza será melhor do que 2011.

Informo que está começando a Ordem do Dia e declaro encerrada a presente reunião.

---